

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**ANITA DE MELO LEONEL FERREIRA**

**UM TERRENO DE PROMESSAS: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS  
TRAJETOS POLÍTICOS NA COMUNIDADE PORTELINHA (CURITIBA-PR)**

**CURITIBA  
2023**

**ANITA DE MELO LEONEL FERREIRA**

**UM TERRENO DE PROMESSAS: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS  
TRAJETOS POLÍTICOS NA COMUNIDADE PORTELINHA (CURITIBA-PR)**

**A land of promises: reflections on some  
political paths in the Portelinha Community (Curitiba-PR)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Wanderley Jose Deina.

**CURITIBA**

**2023**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



**Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Curitiba**



ANITA DE MELO LEONEL FERREIRA

**UM TERRENO DE PROMESSAS: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS TRAJETOS POLÍTICOS NA COMUNIDADE  
PORTELINHA (CURITIBA-PR)**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestra Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 10 de Março de 2022

Prof Wanderley Jose Deina, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Alysson Eduardo De Carvalho Aquino, Doutorado - Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Prof.a Marilene Zazula Beatriz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 10/03/2022.

Às crias das periferias e margens do mundo.  
Em memória de Eduardo Felipe Santos de Oliveira e  
de Cleia Margarida Salvador.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi feita em um período em que, por alguns momentos, a realidade foi sentida quase que de maneira insuportável. Acredito que isso faz com que seja ainda mais importante deixar meus agradecimentos às pessoas que me possibilitaram seguir os trabalhos com mais força, conforto e carinho.

A minha família: minha mãe lucinha; meu pai; paulete, ju e flá. Por serem a base de quase tudo o que sou, principalmente da parte que me agrada. Por terem, cada qual de sua maneira e mesmo diante de suas próprias demandas e dificuldades da vida, contribuído com o fim dessa jornada difícil. A meu pai, pelo interesse, pela atenção e pelas revisões ortográficas dedicadas e criteriosas. À lu, minha alvorada, pela visita, pelo trabalho dedicado, pela comida gostosa e pelo carinho de sempre. À paulete, que mesmo com um serzinho no ventre se dispôs a me ajudar a refinar os pensamentos confusos. E ao serzinho, Bento, que me ajudou a levantar da cama em algumas manhãs difíceis. Seja bem vindo a esta loucura, saiba que você chega rodeado de pessoas cheias de amor. À ju, pela paciência, dedicação, por ter tentado conter parte de minha escrita profusa e por ter me lembrado da beleza da simplicidade (que certamente não alcancei). À flavinha, por ter se disponibilizado tanto, desde o início e pelo ânimo que sempre me oferece. Dia desses me perguntaram com quem aprendi a escrever como escrevo e, de prontidão, respondi que deve ter sido com minhas irmãs, que sempre foram referências para quase tudo.

Ao Luan, por ser meu companheiro de vida, por me dar tanto amor, sempre tentar me animar e me fazer rir. Por ter me firmado em terrenos mais tranquilos em tantos momentos destes últimos anos. Sou muito feliz por poder contar com você para tanta coisa, para tudo o que mais me importa. Espero que logo nossa alegria compartilhada extravase o espaço aqui de casa e volte a brilhar em nossos olhos durante nossos trabalhos na Portelinha. Torço para que logo aquele calor gostoso do abraço da Cleia volte a ser uma constante, como um motor para que a gente consiga acreditar e sonhar cada dia mais.

A todas as crianças e adolescentes da Ciranda e da Portelinha, que me transformaram no que hoje consigo ter orgulho. Por terem me ensinado tanto sobre a vida e por me fazerem refletir sobre o que realmente importa. Mas principalmente

por me proporcionarem a alegria e esperança que não consigo imaginar de onde mais poderia vir.

À Marga, dona Maria, Zizi e seu Miguel, por de maneira semelhante às crianças, darem motivos para que eu siga, mesmo que nem tão firme assim, mas ao menos em movimento. Não consigo expressar o quanto essas quatro pessoas me ensinam a entender e lidar melhor com os percalços da vida.

A todas as pessoas que, cruzando meus caminhos, me ensinaram sobre luta. À Luana, minha comadre querida, que mesmo distante me encheu de carinho com mensagens, vídeos e fotos carregadas dessa beleza que é o Lucas Valentim, meu primeiro afilhado. Este trabalho também foi feito em memória de seus irmãos Gustavo e Felipe, sempre presentes. É também por eles que prometo seguir tentando fazer minha parte, Lu. Amo vocês. Te admiro muito.

Ao Lex, que é parte da pequena família que tenho em Curitiba. Por ter compartilhado anos de vida comigo, com muito amor e cuidados. Muita raiva também, que é importante. Queria dizer que talvez eu nunca tivesse voltado a estudar, se não fosse por você. Às amigas que também são a família que tenho nesta cidade fria e que, só por existirem, me ajudaram mesmo que distantes deste processo todo: Maizinha, Helen, Guto, Levy, Dig, Maria...

Ao Wanderley, meu orientador. Por ter me acalmado e apoiado, por ter me oferecido plena liberdade e confiança de seguir meus próprios caminhos e escolhas, por ter amenizado o peso das tantas dúvidas. À professora Marilene, que revisou o trabalho de maneira tão cuidadosa, mas também pelo trabalho e pesquisa em Economia Popular e Solidária, agradeço por sua parcela dos caminhos trilhados dos saberes erguidos dentro da área e espero que logo nos encontremos nos trabalhos para além dos muros universitários. Ao Alysson, por ter sido tão solícito, pelo tempo dedicado à leitura atenciosa (que renderam muitas reflexões importantes) e por ter me passado confiança, mesmo naquela fase tão incipiente do trabalho. Ao professor Gilson, que no auge de uma confusão de ideias e propostas para a pesquisa, dispôs horas do seu tempo e ajudou a encontrar caminhos interessantes (e mais importante, possíveis) a seguir. A todo professorado comprometido com uma educação para a mudança e para a emancipação. Ao PPGTE, pelo trabalho dedicado ao conhecimento crítico.

Por fim, minha profunda gratidão a todas as pessoas que se entregaram ao trabalho de base, em todas suas expressões possíveis, dos contextos mais ou

menos adversos, de maneira mais ou menos ativa, dentro de suas possibilidades. Às pessoas que fizeram este trabalho-luta a partir da base em qualquer canto desse mundo e em diferentes épocas. Às que lutaram e ainda lutam, que lutaram e já morreram e às que lutaram e morreram pela luta. Acredito que herdamos destas pessoas e destes trabalhos muita força e sabedoria que ainda pode ser sentida através da cultura, das músicas, poesias, livros, artigos e tantos materiais formativos e, por tudo isso, sou muito grata. Para além da retórica, espero retribuir estes trabalhos e tentar honrar suas memórias em cada Ciranda, em cada mutirão, reunião ou em qualquer espaço onde se possa construir dias melhores.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Então, por fim, agradeço a todas as pessoas que exigiram as condições que hoje possibilitam que pesquisas como esta sejam feitas de maneira gratuita e subsidiada, o que me leva a agradecer também às pessoas que no momento de escrita da dissertação seguiram lutando contra o desmonte da instituição que tornou possível uma dedicação integral e exclusiva a esta pesquisa.

## PARA OS QUE VIRÃO

Como sei pouco, e sou pouco,  
faço o pouco que me cabe  
me dando inteiro.  
Sabendo que não vou ver  
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente  
para não enganar a ninguém:  
principalmente aos que sofrem  
na própria vida, a garra  
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido  
no meu bolso de palavras.  
Sou simplesmente um homem  
para quem já a primeira  
e desolada pessoa  
do singular - foi deixando,  
devagar, sofredamente  
de ser, para transformar-se  
- muito mais sofredamente -  
na primeira e profunda pessoa  
do plural.

Não importa que doa: é tempo  
de avançar de mão dada  
com quem vai no mesmo rumo,  
mesmo que longe ainda esteja  
de aprender a conjugar  
o verbo amar.

É tempo sobretudo  
de deixar de ser apenas  
a solitária vanguarda  
de nós mesmos.  
Se trata de ir ao encontro.  
(Dura no peito, arde a límpida  
verdade dos nossos erros.)  
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,  
e saber serão, lutando.

(Thiago de Mello, 1975)



## RESUMO

FERREIRA, Anita de Melo Leonel. **Um terreno de promessas: reflexões sobre alguns trajetos políticos na Comunidade Portelinha (Curitiba-PR)**. Prof. Orientador Dr. Wanderley José Deina. Curitiba: Ufpr. 2022. 254 f., Dissertação (mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2022.

Esta dissertação é fruto de uma jornada de pesquisa suscitada por questionamentos quanto à prática de trabalhos de base e de educação popular junto a movimentos populares, sobretudo de atuação comunitária. A jornada compreendeu etapas de leitura e reflexão teórica associadas à pesquisa de campo, feita na Comunidade Portelinha - uma ocupação urbana situada em Curitiba-PR que segue há 16 anos reivindicando por serviços básicos como água e energia elétrica, além da própria regularização fundiária. Foi a partir de algumas demandas da comunidade que nasceu no local o Movimento de Organização de Base no Paraná (MOB-PR), que então iniciou algumas trilhas das quais esta pesquisa se aproveitou para construir análises. Nas reflexões sobre o campo explorei os significados em torno do fogo, que foi usado para representar, através do fogo brando e do fogo bruto, fenômenos ocorridos nos caminhos trilhados. Ao fim da jornada foi possível elaborar considerações sobre as possibilidades atuais dos trabalhos de base e de educação popular incorporados nos movimentos populares (o que podem e como podem, por exemplo); algumas de suas principais tarefas considerando possíveis limitações e; por fim, contribuições significativas que estes trabalhos podem oferecer aos movimentos populares, das quais destaco: i. uma educação para a sensibilidade e auto-organização; ii. uma educação para construção de memória política e sistematização de saberes locais; e iii. uma construção coletiva de “momentos outros”. Quanto a estas contribuições, classifiquei-as como parte das tecnologias de sobrevivência e do que chamei de ciência do fogo, este saber lidar com os fogos-fenômenos em cadência contínua, a partir de uma relação composta por trabalho, resiliência e tempo.

**Palavras-chave:** trabalho de base; educação popular; movimentos sociais; periferia.

## ABSTRACT

FERREIRA, Anita de Melo Leonel. **A land of promises: reflections on some political paths in the Portelinha Community (Curitiba-PR)**. Supervisor teacher Dr. Wanderley José Deina. Curitiba: Utfpr. 2022. 254 p. Dissertation (Master in technology and society) - Post-graduate program in Technology and Society, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2022.

This dissertation is the result of a research journey triggered by questions about the practice of base work and popular education within popular movements, especially the ones based in community action. The journey included stages of theoretical reading and reflection associated with field research conducted in the Portelinha Community, an urban occupation located in Curitiba, Paraná, which has been demanding basic services such as water and electricity, as well as land regularization for 16 years. It was from some of the community's demands that the "Movimento de Organização de Base - Paraná" (MOB-PR) was built, which then began some paths that this research took advantage of to build analyses. In the reflections on the field, I explored the meanings surrounding fire, which was used to represent, through gentle and rough fire, phenomena that occurred on the paths taken. At the end of the journey, it was possible to elaborate considerations on the current possibilities of base work and popular education incorporated into popular movements (what they can and how they can, for example); also some of their main tasks considering possible limitations; and finally, significant contributions that these works can offer to popular movements, which I highlight: i. education for sensitivity and self-organization; ii. education for the construction of political memory and systematization of local knowledge; and iii. collective construction of "other moments". Regarding these contributions, I classified them as part of survival technologies and what I called the science of fire, which is the ability to deal with fire-phenomena in continuous cadence, based on a relationship composed of work, resilience, and time.

**Key-words:** base work. popular education. social movements. periphery.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Final de tarde na Portelinha	18
Figura 2 - Jogos teatrais na Ciranda	22
Figura 3 - As partes da jornada de pesquisa	30
Figura 4 - Itinerário do levantamento de informações da pesquisa	34
Figura 5 - Caminhos do levantamento bibliográfico	36
Figura 6 - Levantamento bibliográfico	38
Figura 7 - Caminhos para análise das informações levantadas	43
Figura 8 - TALE em formato HQ	48
Figura 9 - Cadernos produzidos para atividade de revezamento	49
Figura 10 - Revezamento de cadernos	51
Figura 11 - Luz de saberes da jornada	56
Figura 12 - “Cartas do Criador”	72
Figura 13 - Comunidade Portelinha vista de topo	87
Figura 14 - Leitura das músicas dos Racionais MC’s	100
Figura 15 - Cenas da Ciranda	101
Figura 16 - Bricolagem na Ciranda	109
Figura 17 - Trecho da Portelinha de baixo, vista de topo	114
Figura 18 - Sobre “arranjar-se com os meios possíveis” na Ciranda	121
Figura 19 - Lógicas de acesso ao solo urbano	127
Figura 20 - Processo de reforma da sede do MOB-PR	146
Figura 21 - Parte externa da sede do MOB-PR	148
Figura 22 - Lá fora, os brinquedos	160
Figura 23 - Lá dentro, seleção e categorização dos materiais	160
Figura 24 - Limpeza dos acervos da Biblioteca e Brinquedoteca	161
Figura 25 - Limpeza interna	162
Figura 26 - Feitio dos “Combinados da Ciranda”	163
Figura 27 - Teatro de fantoche na Ciranda	166
Figura 28 - Atividade da Ciranda em memória de “tia Cleia”	172
Figura 29 - Ilustração em homenagem à Cleia	173
Figura 30 - O calor-motor da Ciranda	181
Figura 31 - Apoio mútuo e solidariedade entre as crianças	185

Figura 32 - Cenas da Ciranda	186
Figura 33 - Cartazes do protesto	198
Figura 34 - Primeiro protesto pela morte do Zé	199
Figura 35 - Segundo ato em repúdio à morte do Zé	203
Figura 36 - Marcha após ato	204
Figura 37 - Mutirão da Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno	210
Figura 38 - Mutirão da Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno	211
Figura 39 - Limpeza de terreno e semeadura como atividade da Ciranda	214
Figura 40 - Plantio das mudas semeadas durante atividade da Ciranda	217
Figura 41 - Assim seguimos, com os pés no chão e a cabeça nas estrelas	234

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Reunião com representantes da PMC e COHAB-CT	91
Fotografia 2 - Associação de Moradores da Comunidade Portelinha	120
Fotografia 3 - Sede do MOB-PR (antes de sua reforma)	122
Fotografia 4 - Clube de Mães Santa Quitéria, na Portelinha de cima	139
Fotografia 5 - Biblioteca e Brinquedoteca	149
Fotografia 6 - Cleia na Cooperativa Entre Laços e Linhas	169
Fotografia 7 - A árvore do quintal da Cleia	170
Fotografia 8 - Parte dos Combinados da Ciranda	184
Fotografia 9 - Almoço do primeiro mutirão da Horta Comunitária	213
Fotografia 10 - Abacateiro plantado pelo Zé	216

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>PARTE I. NOTAS SOBRE O PERCURSO</b>	<b>29</b>
<b>2 ASSIM SEGUIMOS - ITINERÁRIO E CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	<b>33</b>
1.1 Teorias para sensibilizar o olhar: a revisão de literatura	35
1.2 Olhar atento e escuta ativa: a pesquisa de campo	39
<b>3 A LUZ QUE ILUMINA A JORNADA - PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA</b>	<b>53</b>
2.1 Entre o saber-fazer e o saber-teorizar: anos-luz a percorrer	53
2.2 A tradição popular de luta: pela base e pela educação	56
2.3 Conhecimento acadêmico para um trabalho-luta: em busca de uma ecologia de saberes	63
2.3.1 O início da monocultura	68
2.4 Pensar o pensamento, na batida de um blues antropológico	75
<b>4 DAQUI PARTIMOS: CHÃO DE TERRA E CASTELO DE MADEIRA - SOBRE O TERRENO PERIFÉRICO</b>	<b>85</b>
3.1 O território versus a cidade corporativa	85
3.1.1 O “ataque ao instituto de posse”	87
3.2 “Periferia é periferia” em qualquer lugar	98
3.2.1 Pela periferia territorializada	104
<b>PARTE II. É CAMINHANDO QUE SE CONSTRÓI</b>	<b>105</b>
<b>5 SOBRE A TERRA: LONAS, TÁBUAS E VIDA</b>	<b>113</b>
4.1 “ <i>Bricoleurs</i> do fim do mundo”	115
4.1.1 A Associação de Moradores da Portelinha	116
4.1.2 Um terreno para Marga	123
4.1.3 Entre a lógica do mercado e a lógica da necessidade	125
4.1.4 “Que mundo errado que nos separou de nós” - Sobre o corpo social dividido	131
4.1.5 O perigo está lá fora	133
4.2 O Movimento de Organização de Base - Paraná	136
4.2.1 O Clube de Mães	137
4.2.2 Uma nova sede	144
4.2.3 A Ciranda e a sede	149
4.2.3.1 Educar também para organizar	155
<b>6 ENTRE NÓS, O FOGO</b>	<b>167</b>
5.1 Histórias para aprender a lidar com o fogo	168
5.1.1 Cleia e o calor como motor	168
5.1.2 “Mãe, onde você tá, mãe? A tua casa pegou fogo!”	174
5.1.3 Apoio mútuo como calor e brandura	178
5.1.3.1 Ciranda em: “tentar sempre ajudar os próximo”	183
5.1.4 “Tia, mataram o Zé, tia”	189
5.1.4.1 “Se é negro e favelado, então tava de pistola”	197
5.1.5 A Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno	205
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA JORNADA E ALGUMAS NOTAS SOBRE O FOGO</b>	<b>221</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>235</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>243</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é parte de uma jornada de pesquisa feita na Comunidade Portelinha, uma ocupação urbana localizada entre os bairros Santa Quitéria e Portão, em Curitiba/PR e que, atualmente, conta com por volta de 300 famílias. Ainda que a Comunidade<sup>1</sup> esteja situada em uma área relativamente “nobre” da cidade<sup>2</sup> e que ao seu redor existam muitos condomínios e grandes casarões que podem ser vistos nas ruas e janelas de suas casas, a Portelinha está nos moldes do que passarei a chamar de *periferia*. É um termo amplo que, segundo D’Andrea (2020) foi historicamente sofrendo alterações, até que hoje fornece aos locais assim nomeados principalmente os sentidos de *denúncia e crítica* à violência e à pobreza, ao mesmo tempo em que representa locais carregados de *potência criativa e solidariedade*.<sup>3</sup>

Além das usuais mazelas destinadas à periferia e às vidas que nela vivem, pode-se adicionar à Portelinha outra adversidade: a irregularidade do terreno em que estão construídas suas casas. Mesmo com a situação fundiária oficialmente irregular há certa segurança na Comunidade, ao menos em parte dela, o que afasta o medo de despejos iminentes. De modo que é possível ao local ser *um terreno de promessas*, de possíveis futuros, de muitos sonhos e anseios por um melhor viver.

As promessas indicadas no título desta dissertação chegam à Portelinha, por exemplo, no sentido de compromissos assumidos - com ou sem pedidos de retribuição. Alguns destes compromissos surgem de quatro em quatro anos (e de quatro em quatro anos somente), geralmente verbalizados por homens de terno e carros de som. Ao longo dos anos, ouvi relatos de que muitos dos compromissos firmados durante essas campanhas eleitorais não são cumpridos, ainda que alguns,

---

<sup>1</sup> No contexto desta pesquisa a palavra “Comunidade” está de fato no nome da ocupação referida e, por isso, ela aparecerá com a primeira letra maiúscula. Apontar a este fato é um recurso de manter fidelidade às denominações presentes no contexto da pesquisa e, ainda assim, demonstrar estar ciente de que o termo “comunidade” muitas vezes é utilizado com objetivo de atribuir à pobreza, à periferia e à favela significados mais “palatáveis”, buscando ocultar as desigualdades que esses locais denunciam. Como canta MV Bill, “Não dá pra acreditar que vai mudar se trocar o nome de favela pra comunidade” (MV BILL, 2016).

<sup>2</sup> Devido sua proximidade aos bairros Portão e Santa Quitéria.

<sup>3</sup> O sociólogo Tiaraju D’Andrea constrói o que chama de *definições qualitativas* da periferia, questões que definem o território para além das circunstâncias geográficas, mas formadas a partir de sentidos e aspectos sociais (D’ANDREA, 2020). No capítulo 3 desta dissertação, algumas dessas conceituações estão colocadas em mais detalhes.

de quando em quando, acabam se materializando em doações de sacos de cimento, tijolos e canos de pvc.

Há também forte presença da promessa divina, mais assídua do que aquelas que chegam junto da política engravatada. Durante cultos religiosos que acontecem na Associação de Moradores ou no Clube de Mães, as palavras e cantos projetam e alimentam o sonho de uma vida futura melhor, em um plano espiritual. Algumas figuras religiosas assumem compromissos também no plano material e concreto, a exemplo das muitas das doações recebidas pela Comunidade que vieram de instituições religiosas.

Também estão presentes na Portelinha as promessas feitas por compromissos firmados naquilo que convencionalmente é chamada de a “luta da Comunidade”, em geral, trabalhos onde se unem diferentes forças para o feitiço de reuniões, mutirões e mobilizações que surgem desde a pauta básica da regularização da área até demandas em serviços básicos para uma vida digna. Também se firmam promessas através de propostas educativas junto às crianças e adolescentes do local, a nível de reforço escolar, educação política ou “empreendimentos pessoais”. Assim como às pessoas adultas e idosas surgem promessas de uma educação antes inacessível, ou ainda, de novas possibilidades de geração de renda - que pode percorrer o âmbito do trabalho formal, informal, ilegal, precarizado ou não. Em resumo, são compromissos expressos de diferentes maneiras, com diferentes propósitos e metodologias.

Um fato percebido é que se há pobreza, estarão também ali as promessas - para “bem ou para mal”, como estratégia estrita ou por propósitos genuínos. Como enfatizou o geógrafo Milton Santos, a pobreza não é somente um problema econômico porque é antes de tudo um problema político que acontece através de processos históricos e, infelizmente, é mais do que a privação material, já que adquire a qualidade de um modo de vida tantas vezes passado de geração a geração (SANTOS, 2013).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Quanto a esta questão, é importante citar debates que versam sobre a amplitude e mesmo vaguidade que o termo “pobreza” pode ter, debates presentes em um texto do cientista social colombiano Arturo Escobar. Na verdade, Escobar (2013) aponta ao fato de que o termo é muitas vezes utilizado desde a perspectiva da ideologia desenvolvimentista, ideologia cujo legado é justamente de consolidar o discurso classificatório de pobreza aos países do “terceiro mundo”, para que assim se possa legitimamente estudar e analisar tal pobreza, para depois agir sobre ela. A crítica é feita na medida em que o pesquisador demonstra que classificou-se, neste discurso, como pobreza tudo aquilo que apresenta outros modos de vida não alinhados à ideologia do progresso e



Então, em uma pobreza de oportunidades de vida digna, parece-me óbvio que as promessas “caiam bem”. Afinal, sonhar em um dia viver melhor é o que muitas vezes motiva a seguir com o presente. As promessas, como já dito, chegam à periferia em qualidades diversas: propostas de soluções em termos pessoais ou coletivos, expressas pela esperança de uma vida melhor a partir do compromisso com os estudos, com a igreja, com o voto, com a organização política, com o tráfico e por aí além.

É possível dizer que os longos anos de ocupação do terreno da Portelinha construíram, tacitamente, a promessa de que a despeito de sua irregularidade, não há necessidade de medo de súbitos despejos. Mas a precariedade é bastante presente e dezenas de famílias vivem sob risco habitacional (possíveis desabamentos e/ou alagamentos). A maior parte das casas da Comunidade não tem rede funcional e regularizada de energia elétrica e nem estão contempladas em um projeto de saneamento básico. Nos últimos anos o descaso - ou projeto - do Estado e de suas instituições com as pessoas que ali vivem se acentuou e, em tempos pandêmicos<sup>5</sup>, pôde ser percebido com ainda mais rigor, especialmente nos serviços públicos de saúde e educação.

No inverno de 2021, acompanhei longos períodos de escassez hídrica na Comunidade. Em Agosto deste ano algumas famílias ficaram duas semanas sem água em suas casas. A Comunidade está, mais uma vez, em processo de orçar e angariar fundos para a compra de tubulações para que, a partir de mutirões internos, possa instalar uma rede hidráulica adequada na Portelinha.

---

desenvolvimento, portanto, muitos grupos fora do centro de poder europeu ou estadunidense. Contudo, isto não significa que o autor se recusa em assumir a precariedade em diferentes níveis do chamado terceiro mundo. O que ele procura é problematizar o fato de que a precariedade muitas vezes surge justamente de classificações de “pobreza”, “terceiro mundo”, “arcaísmo”, “primitivismo”, etc. Estas classificações cumprem um papel de legitimar relações desiguais - de controle ou exploração - entre “primeiro” e “terceiro” mundo. A pobreza sobre a qual me refiro neste momento não se encontra nesta perspectiva, mas busca falar sobre uma pobreza enquanto precariedade de acesso a direitos básicos para um bom viver, como saúde ou trabalho digno - direitos que para muitos povos foram reiteradamente afastados na medida em que lhes empurravam o “progresso” e o desenvolvimento.

<sup>5</sup> No primeiro trimestre de 2020 houve um surto internacional do novo Coronavírus, o COVID-19. O surto rapidamente foi caracterizado enquanto pandemia, ao passo que acometeu centenas de países do mundo e ceifou milhões de vidas. No Brasil, essa emergência sanitária teve como reação por parte do Estado sobretudo políticas públicas insuficientes, ineficazes, negacionistas e/ou negligentes. Em virtude disso, em diversos momentos o país alcançou os primeiros lugares nas listas dos países em que mais se perdiam vidas em virtude do vírus.

Quanto à situação da educação escolar da Portelinha, não caberiam nesta dissertação todas as dificuldades enfrentadas por crianças, adolescentes e pessoas adultas na tentativa de seguir com os estudos em modo remoto, muitas vezes baseados em meios ainda não amplamente democratizados e disponíveis (virtualizados e informatizados) e, por isso, vetores de acentuação das desigualdades já presentes, sobretudo de acordo com classe e raça, por exemplo<sup>6</sup>.

Em relação aos serviços de saúde pública, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a Unidade de Saúde (conhecida como “Postinho”) da região tiveram seus atendimentos adaptados para atender às novas demandas de tratamento de pessoas acometidas pelo COVID-19, de modo que o atendimento de outras necessidades em saúde (atenção básica em saúde) foram brutalmente comprometidos. A “UPA Fazendinha”, a mais próxima da Comunidade, não retomou suas atividades originais até o momento de defesa desta dissertação, mesmo após encerrar os atendimentos relacionados ao COVID-19. Algumas pessoas da Associação de Moradores da Comunidade temem que a Prefeitura Municipal de Curitiba esteja especulando pelo seu fechamento, enquanto UPA, de modo permanente.

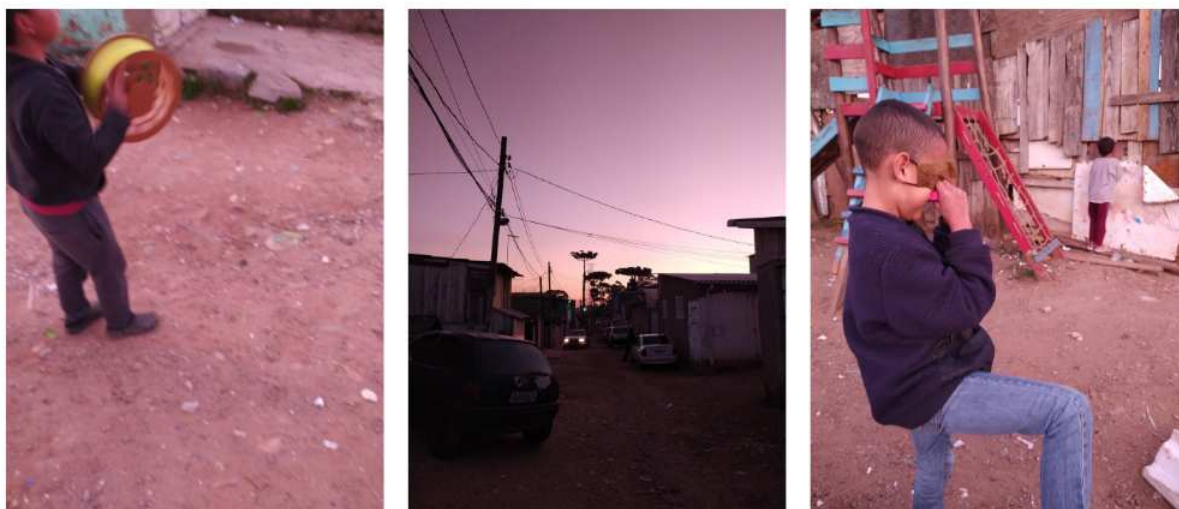
Dito isto, cabe pontuar que não é só a partir de tristes retratos que a Portelinha se define. É *apesar* deles e das dificuldades impostas pela vida em uma sociedade baseada em sistemas de divisão e opressão que a Comunidade busca se afirmar. É uma terra que comporta uma infinidade de relações complexas, como toda terra habitada. Tem gente que ama viver ali e que diz nunca querer sair. Mas tem também quem sairia assim que pudesse, aliás, muitos são os casos de famílias que de fato migram, mas nem sempre rumam a melhores condições.

Tem gente que trabalha, trabalha muito, mesmo em situação de desemprego. Tem quem trabalhe em serviços informais e quem não consegue acessar nem o mundo informal do trabalho e, por isso, vive de “bicos” aqui e ali na Comunidade. Tem briga, tem solidariedade, apoio mútuo, comunhão, força para lutar e luta para viver. Tem bastante criança, pipa, parquinho, animais domésticos, cultos religiosos, reuniões, bar, música e bingo.

---

<sup>6</sup> O Anuário da Educação Básica 2021, organizado pela “Todos pela Educação”, registrou alguns dados escolares, a nível nacional, que demonstram que o aumento da evasão escolar e prejuízos à alfabetização infantil acontecem principalmente de acordo com esses marcadores sociais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2021).

Figura 1 - Final de tarde na Portelinha



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

Qualquer imagem construída sobre a Portelinha ao longo deste trabalho é simples demais para representar sua complexidade de relações, de trabalhos ou de todas suas condicionantes. E tudo que consta neste relatório de pesquisa é pouco para representar a potência de força e criatividade que percebo no local. Então, ainda que eu tenha procurado fugir de simplismos ao elaborar ideias levantadas durante a pesquisa, tenho ciência das limitações aqui presentes.

Cabe dizer também que assim como evitei partir de análises rasas sobre periferias semelhantes à Portelinha, busquei manter distância de qualquer tipo de discurso romantizado sobre a precarização da vida e sua consequente e constante imposição à necessidade de superação. Entendo que não há beleza no sofrimento e na injustiça, ainda que os atos de resiliência tão presentes na Comunidade sejam, de fato, admiráveis.

Foi em 2016 que passei a conhecer e notar algumas das histórias de vida da Portelinha. Algumas dessas notas são mentais somente, mas asseguradas por sentimentos como admiração, saudades e amor. Outras, as tenho de maneira mais objetiva e inteligível, por anotações, fotos e vídeos. Algumas apresentam um tanto mais de formalidade, caso das atas de reuniões, textos à imprensa ou mesmo ofícios.

Os tratos aqui feitos, ou em outras palavras, as análises e articulações de pensamentos que aqui estão presentes têm a fundamentação teórica feita a propósito dos relatos das pessoas que vivem na Comunidade Portelinha e a partir de experiências vividas na Comunidade por esta pesquisadora que escreve, enquanto militante do Movimento de Organização de Base-Paraná (MOB-PR) e educadora popular da Ciranda<sup>7</sup>. É neste sentido que, se tratei a pesquisa enquanto uma jornada, os trabalhos do MOB-PR foram os pontos de partida - como o trabalho de um facão que iniciou a picada e assim facilitou a trilha, tornando o caminho mais límpido.

É importante dizer que, ainda que eu tenha criado laços e vínculos estreitos com algumas pessoas da Portelinha (principalmente com as crianças), não sou moradora da Comunidade. Através desta dissertação, trago portanto um olhar de fora, de um corpo branco que não experienciou algumas das mazelas aqui descritas, como o racismo e o classicismo expresso no discurso sobre a “favela”, ao menos não por mais do que algumas horas ou dias seguidos.

O MOB é um movimento *comunitário* construído a partir da perspectiva do trabalho de base, neste sentido ele propõe somar-se na luta por melhores condições de vida para as pessoas que vivem nas periferias do país, local onde está a base da sociedade. A proposta é que se faça um trabalho desde a base e pela base, de maneira autônoma e horizontal, contando com a organização popular como meio para a reivindicação e construção de sua soberania.

Da perspectiva desta jornada de pesquisa, o trabalho de base é entendido, a grosso modo, como um trabalho convicto da necessidade de superação da cultura política autoritária e personalista, além disso, sua prática tem como essência a constante busca por construir raízes junto às vidas das pessoas que “sustentam outros grupos da sociedade” (PELOSO, 2009). Ou seja, é um trabalho que parte do princípio de que é preciso estar e trabalhar rotineiramente junto do lugar onde acontece a “luta pela vida” (PELOSO, 2009, p. 36).

---

<sup>7</sup> Apresento mais detalhes sobre a Ciranda ao longo do trabalho. Por ora, cabe dizer que ela é um grupo de trabalho (GT) do MOB-PR que propõe atividades educativas a crianças e adolescentes da Portelinha. Sua prática parte da perspectiva da educação popular e do entendimento de que os processos educativos não se limitam aos conteúdos e muros escolares e que devem, antes de tudo, voltar-se à análise crítica, inventiva e propositiva da realidade vivida pelas crianças e adolescentes a quem se volta o projeto.

Se o caminho escolhido para o trabalho político é aquele feito a partir da base, como é o caso do MOB, há que se ter como bem entendido um de seus mais caros princípios: enxergar o processo deste trabalho em termos de união entre *ação e reflexão*, entre *teoria e prática*, *trabalho intelectual e braçal* (PELOSO, 2009; BOFF, [s.d]). Para alcançar essa unidade dialética, é necessário que este trabalho tenha como componente essencial o desenvolvimento de um projeto educativo, ao passo que, segundo Boff ([s.d]), a reflexão tem cunho *fundamentalmente educativo*.

Mais do que discutir sobre educação e sua importância para o trabalho político, no trabalho de base há principalmente que se construir uma educação popular a partir da *ação política concreta* das pessoas envolvidas no processo educativo<sup>8</sup>. Como disse o educador Paulo Freire, “Educação é tanto um ato político quanto um ato político é educativo. Não é possível negar de um lado a politicidade da educação e do outro a educabilidade do ato político” (FREIRE, 19-- , p. 8).

O Movimento de Organização de Base tem, hoje, atuações em 5 estados: Minas Gerais, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Paraná. Ele existe com este nome desde 2013 e é um movimento “herdeiro” do Movimento dos Trabalhadores “Pela Base!” - RJ (MTD-Pela Base), que no ano de 2013 passou a se chamar Movimento de Organização de Base a partir de uma auto-análise, na qual avaliou que o trabalho feito estava mais amplo do que aquele que outrora se deu exclusivamente nos postos de trabalho. Organicamente, foi se tornando um trabalho comunitário e por isso, quanto a seu nome, readequou-se. (MOB, 2013).

Atualmente o MOB estabelece seus trabalhos a partir dos eixos básicos: a luta por direitos, ação direta, a valorização da cultura popular, da educação popular e da economia popular e solidária. Na Portelinha, o MOB-PR iniciou seus trabalhos em 2014 e atualmente está com três GT's ativos: a Ciranda, a Cooperativa Entre Laços e Linhas e o mais recente, a Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno<sup>9</sup>. No passado, contou com GT's de alfabetização de jovens e pessoas adultas e de auto-defesa, com atividades de boxe e *muay-thai*. Em 2019, o Movimento conseguiu

---

<sup>8</sup> Esta pesquisa analisou a dialeticidade do trabalho de base e da educação popular, por exemplo, quando focou em algumas relações construídas entre as atividades e crianças/adolescentes da Ciranda e ações de outros GT's do MOB-PR. Ou ainda, nas relações entre a Ciranda e outras mobilizações políticas na Comunidade Portelinha. Este enfoque está relatado principalmente nos capítulos 4 e 5 desta dissertação.

<sup>9</sup> O nome da horta foi escolhido em homenagem a Eduardo Felipe, mais conhecido como Zé, um morador que praticamente nasceu e literalmente morreu na Portelinha, aos 17 anos. Zé foi executado em uma ação da Polícia Militar do PR, fato abordado no capítulo 3 desta dissertação.

adquirir e reformar uma sede própria para seus trabalhos, através de um financiamento colaborativo<sup>10</sup>.

Mas para além dos GT's, o Movimento trabalha para contribuir com as mobilizações e demandas gerais e urgentes da Comunidade Portelinha, por exemplo perante à prefeitura e COHAB Curitiba (Companhia de Habitação Popular de Curitiba) quanto à regularização do terreno. Assim como perante à Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) e COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), para regularização e construção de encanamento de água e esgoto e de rede de energia elétrica, ambos ainda não regularizados.

O MOB-PR também pôde contribuir com reivindicações e denúncias feitas à SEED (Secretaria da Educação e do Esporte) e ao Ministério Público quando do encerramento de aulas do ensino para jovens e pessoas adultas em uma escola próxima à Comunidade, após esta adotar o modelo de ensino cívico-militar e encerrar as atividades noturnas. Também prestou apoio em protestos contra a violência policial na Comunidade, que se recrudescceu no ano de 2021. Além disso, o movimento também somou forças em mutirões feitos na Comunidade, na criação de fundos emergenciais e demandas diversas que surgem pelo caminho<sup>11</sup>.

Ingressei no MOB-PR através da Ciranda, que há anos realiza suas atividades semanais (exceto naqueles momentos em que houveram picos de contaminação de COVID-19) e que, no momento em que escrevo, acontecem aos sábados de tarde. As propostas de atividades do GT buscam tratar das questões políticas de ordem mais prática e imediata da vida de crianças e adolescentes dali, ao mesmo tempo em procuram manter latente metas de médio ou longo prazo levantadas pelo grupo, que vêm de seu projeto político.

Então, no decorrer das atividades são tratadas desde questões rotineiras (como o incentivo a relações baseadas em respeito mútuo) até questões que discutem sobre o papel político que as crianças e adolescentes desempenham ou possam desempenhar na peleja por uma Portelinha que ofereça uma vida melhor e mais digna.

---

<sup>10</sup> Para a campanha de financiamento coletivo para a reforma da sede do movimento, fiz um vídeo que oferece um bom apanhado da atuação do MOB-PR na Portelinha. Está disponível no link: <https://youtu.be/LiBCtCuGEO>.

<sup>11</sup> O objetivo aqui não é construir um texto panfletário do movimento referido, mas sim fazer registro daquilo que parece ser uma contribuição relevante e indispensável que movimentos sociais, de modo geral e não específico, têm e devem continuar tendo junto a contextos e mobilizações populares.

As atividades da Ciranda sempre têm (ou pelo menos buscam ter) base em questões éticas com um apelo estético. Na prática, isto se reflete em propostas de trabalhar, por exemplo, o apoio mútuo através da reflexão e do pensamento crítico e empático enquanto buscam também instigar o corpo e os sentidos das crianças e adolescentes. Ou seja, muitas atividades se dão em forma de brincadeiras, gincanas, jogos cooperativos (em vez dos competitivos), exercícios teatrais,<sup>12</sup> conversas, contações, desenhos, colagens etc.

Figura 2 - Jogos teatrais na Ciranda



Fonte: Arquivo pessoal (2021)

A Ciranda e o MOB-PR, espaços políticos nos quais somo minhas contribuições até hoje, junto da vivência que tive na Portelinha reforçaram algumas convicções que já me habitavam, ao mesmo tempo em que despertaram novos valores, ideais e muitas inquietações. Estas últimas são o maior motor para a realização desta pesquisa, de modo que entendo que de certa maneira esta dissertação tomava forma antes de existir.

Das indagações que suscitaram este trabalho estão: como acontece ou como pode acontecer a habitação e/ou a territorialização dentro da lógica da

<sup>12</sup> Por volta de três anos atrás, a Ciranda teve contato com um livro de Augusto Boal chamado “200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro”. É uma produção antiga, editada em 1979 e publicada pela Civilização Brasileira (BOAL, 1979). Este livro serviu como guia para o desenvolvimento de algumas atividades, assim como contribuiu para aproximar o GT de algumas reflexões do Teatro do Oprimido, no caso, algumas de suas possíveis aplicações ao trabalho educativo popular.

ocupação? Em relação a isso, como e em quais situações pode ser percebida a atuação de movimentos populares - como associações de bairros e movimentos sociais? Como esta atuação se demonstra mais efetiva? Por fim, quais são as possíveis contribuições que os trabalhos de base e de educação popular podem somar a esses movimentos populares?

Essas questões acompanharam a pesquisa e guiaram seus caminhos. São perguntas que busquei compartilhar de diferentes modos com as pessoas com quem dialoguei ao longo da jornada, as crianças e adolescentes da Ciranda e as companheiras do MOB-PR.

O objetivo em levantar estas questões é fazer registro de parte do processo histórico político da Comunidade Portelinha, assim como suscitar análises de certos percursos políticos<sup>13</sup> ali feitos, principalmente (mas não exclusivamente) a partir de registros e reflexões sobre trabalhos surgidos do MOB-PR e da Associação de Moradores local. Busco analisar alguns aspectos desses trajetos, as dificuldades neles enfrentadas, os fracassos, as referências que guiam ou recusam certos caminhos e algumas das pontes construídas por/para eles.

Nesse rumo, a pesquisa foi também uma espécie de tarefa demandada pela percepção de certo problema: a dificuldade encontrada pelo MOB-PR e também pela Ciranda em viabilizar mais momentos de reflexão teórica e metodológica, contratempo que acontece principalmente porque as demandas rotineiras consomem parcela razoável de tempo e energia.

Então entre ruas da Portelinha, livros, artigos e muitas conversas, as veredas da pesquisa foram trilhadas na busca por chegar em uma análise das relações construídas na Comunidade Portelinha que dizem respeito a sua habitabilidade e politicidade. Assim como analisei a relação entre o contexto geral da Comunidade e a atuação do MOB-PR, a fim de poder refletir sobre as possibilidades concretas de execução de projetos de educação popular e trabalho de base não só no contexto referido, mas para além dele.

---

<sup>13</sup> Neste caso utilizo o termo “percurso político” em vez de “posição política” porque parece mais apropriado, justamente por evidenciar a *dinâmica* dessas posições que estão em análise. Posicionamentos que ao longo dos anos pude perceber melhor, variam e se deslocam constantemente. Acredito que não é por acaso que o trabalho de base também demanda essa qualidade processual, de compromisso e movimento constante - o que leva, sobretudo, à necessidade de criatividade.



A pesquisa foi trilhada durante anos marcados por tristes e indubitáveis demonstrações de que o mundo segue um curso que está, para dizer o mínimo, rumo a uma zona tenebrosa. No Brasil, acompanhamos em certos períodos entre os anos de 2020 e 2021 subirem os números de vidas que se esvaíram dentro das UTIs. Rotineiramente também temos visto vidas prematuramente findadas, seja a caminho de casa, da escola, do trabalho (dos quiosques aos engenhos), nos sinaleiros, ruelas das cidades ou nos territórios rurais. Vidas que se vão sob a suposta guarda do Estado e de uma sociedade democrática de direito. Por vezes, fins colocados com o respaldo do Estado ou através de alguns de seus braços armados.

Neste sentido, essa jornada de pesquisa desejou carregar o propósito de incentivar a ocorrência de alguns movimentos: internos (a esta pesquisadora e aos trabalhos do MOB-PR) e externos, a quem, porventura, procure construir trabalhos desde a perspectiva de luta pela base. Esta é uma pequeníssima contribuição que diante de um cenário potencialmente paralisante, mesmo que ciente de sua pequenez, não pôde deixar de tentar gerar algum fluxo que seja.

Ao longo do percurso necessário para chegar às análises sobre o contexto da pesquisa, foi possível avistar novos cruzamentos (e novas perguntas) que vinham com novas direções e sentidos. Alguns destes cruzamentos foram explorados (em maior ou menor medida) e outros simplesmente passaram rapidamente pela vista, formando as lacunas e limitações que esta dissertação certamente apresenta.

Ao longo da jornada, ficou evidente o fato de que educação popular e trabalho de base devem ser tomados sempre em uma relação próxima e direta, ou mesmo como duas expressões de uma mesma proposta. Também se tornou notório que as respostas às perguntas da pesquisa, sobretudo quanto à efetividade da atuação política de movimentos, só serão boas se formuladas dentro e pelo grupo, através de um trabalho coletivo, ombro a ombro, e de um processo dialético nos termos já citados através de Peloso (2009) e Boff ([s.d]), entre ação e reflexão, teoria e prática.

No processo de lida dos trabalhos comunitários feitos na Portelinha junto a percursos feitos sob demanda desta jornada de pesquisa apareceram alguns indicativos de possíveis caminhos a se seguir na construção de análises. Alguns atalhos também, pequenos lembretes, como aquele que demonstrou que para a

colheita de qualquer fruto do trabalho de base/educação popular é primordial uma atuação política de presença religiosamente constante. A presença aqui referida não é aquela só de corpo, carece ser presença de alma, aquele que tem olhos, ouvidos e coração atentos. Pois a lida é também sobre encontrar e se juntar ao ritmo de outros corações.

A esta presença constante ainda é necessário que se acresça um certo tipo de conhecimento, aquele que chamei de algo como uma ciência do “fogo”<sup>14</sup>. Porque este sim, estará constantemente presente no contexto do trabalho. Em caso de combustão e incêndios, é preciso saber domá-lo. Já em outros momentos é preciso saber gerá-lo e mantê-lo, para seguir com os trabalhos e corpos aquecidos.

Este saber chamuscado possibilita o que concluí ser algumas das maiores contribuições que tanto a educação popular quanto o trabalho de base podem oferecer atualmente. Primeiro, a construção de “momentos outros” - espaços para projetar criativamente novas possibilidades de ser e existir no mundo ou, em última instância, de construir novos mundos<sup>15</sup>. Segundo, contribuem com a frente de uma educação para a autogestão da vida. Terceiro, levam a cabo a prática de uma educação para a memória política coletiva<sup>16</sup>.

Enfim, creio que este “saber lidar com o fogo” de atuação frequente e permanente é um elemento central, presente em todos os caminhos percorridos a partir das perguntas desta pesquisa. Assim como o é para os trabalhos políticos aqui abordados. Sempre que reflito sobre isso, vem-me à cabeça a voz de Caetano Veloso dizendo *It's a long long long way*<sup>17</sup>.

Os caminhos trilhados para esta pesquisa foram planejados a partir de uma revisão de literatura e de um trabalho de campo que buscou ter como referência alguns debates da Antropologia e da etnografia em uma expressão participante de pesquisa<sup>18</sup>. Na Portelinha, a pesquisa se deu principalmente a partir de observação

---

<sup>14</sup> Este fogo pode se apresentar de maneira branda - como nos momentos de apoio mútuo - ou de forma bruta - como em momentos de dor e violência, que chegam através do que Mbembe (2016) chama de “tecnologias de destruição”.

<sup>15</sup> Esta criação também pode ser vista como a consolidação do que chamei neste trabalho de “tecnologias de (sobre)vivências”.

<sup>16</sup> Aqui vai um agradecimento especial ao professor e colega Alysson Aquino, que tanto me ajudou a enxergar de modo mais objetivo e sistematizado essas contribuições citadas. Em um primeiro momento, estas estavam colocadas ainda de maneira dispersa e não deliberada em meu trabalho.

<sup>17</sup> “It's a Long Way”, quarta música do álbum “Transa”, de 1972.

<sup>18</sup> De acordo com Maria Luisa Sandoval Schmidt (2006, p. 13), “A pesquisa participante abriga um sem-número de discursos e práticas de pesquisa qualitativa em ciências humanas: matrizes e

participante e de diálogos registrados, que muitas vezes aconteceram junto de outras dinâmicas da militância - reuniões, mutirões ou atividades da Ciranda. Foram dois anos nos quais fiz e guardei registros variados: diário de campo, fotografias, entrevistas, vídeos, áudios, bilhetes e desenhos infantis - as crianças estavam sempre presentes.

A construção analítica feita deste material seguiu referências diversas, dentre elas a do conceito de bricolagem intelectual (LÉVI-STRAUSS, 1989), um modo de criação interpretativa que assume um acervo heteróclito de fontes, o que torna a composição formada por elementos que podem aparentar ser díspares entre si. Procurei agir como geralmente fazem as pessoas periféricas, ou, “*bricoleurs* do fim do mundo” (PORTO, 2018): construí com os meios possíveis que surgiram também de contingências e, em consequência disso, tiveram fontes variadas.

Disso resultou que ao longo das páginas estão reflexões teóricas do meio acadêmico e do meio popular, as teorias do chão de terra. Além de trechos de músicas, fotos, algumas ilustrações, conceitos abstratos e simbologias. A análise construída certamente carrega sentimentos pessoais, angústias, sonhos, ideais e intuições sobre modos de seguir caminhos. De tal modo que seria impossível declinar ou tentar camuflar a presença de boas doses de subjetividade nesta dissertação. Assumi deliberadamente esta carga subjetiva, ainda que ela seja colocada em constante análise crítica. Não o fiz para destacar uma posição individual, mas para que possíveis enquadramentos feitos em nome da boa imagem do método científico ou de minhas próprias posições estejam reconhecíveis e passíveis de confronto. Foram expostos, então, certos valores pessoais que fornecem elementos contextuais importantes para a leitura deste trabalho, que certamente está enviesado pelos princípios citados. Afinal, como nos deixou Gil (2008), a carga subjetiva está contida inevitavelmente sob qualquer construção de pesquisa, então não sugiro haver aqui qualquer tipo de neutralidade.

---

modelos de pesquisa reivindicam o termo que, historicamente, foi se desdobrando em tendências ou linhas teórico-metodológicas que, embora aparentadas, apresentam singularidades que as distinguem.”. Apesar das distinções, Schmidt atribui a todas as tendências da pesquisa participante uma raiz etnográfica e esquematisa que, de maneira geral, relacionam-se com essa raiz etnográfica de duas maneiras: algumas linhas teóricas se colocam em “oposição à tradição etnográfica, supondo-se a si mesmas como descontinuidades críticas e inovadoras” e outras que “que retomam os problemas postos pelas práticas inaugurais no e do interior de pesquisas etnográficas” (SCHMIDT, 2006, p. 14). Para este trabalho, buscamos referências desse segundo grupo, que compreende por exemplo a Antropologia Interpretativa e o experimentalismo etnográfico.

A dissertação está estruturada assim: após o término desta introdução, o trabalho está dividido em duas partes. A **parte I** é uma espécie de reconhecimento do terreno, ela abordou alguns conceitos importantes para que a interpretação construída na segunda parte se torne mais inteligível. Estão ali algumas informações sobre o contexto e seus aspectos - de dados geográficos/demográficos aos políticos.

Nesta primeira parte estão os três primeiros capítulos. No **capítulo 1** estão algumas descrições metodológicas do caminho feito, da seleção teórica à prática da pesquisa em campo. São pequenas considerações de alguns dos passos dados durante a jornada.

O **capítulo 2** abordou as perspectivas epistemológicas presentes na pesquisa, aquelas surgidas a partir das lutas sociais dentro do que aqui chamo de tradição popular de luta<sup>19</sup>, assim como aquelas que têm bases acadêmicas e que buscam dialogar com as primeiras, rumo a uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009). Em resumo, algumas premissas adotadas sobre práticas de conhecimento a partir do arcabouço do trabalho de base, da educação popular, das ciências sociais, sobretudo do campo interdisciplinar dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

O **capítulo 3** trouxe alguns debates sobre os significados possíveis dos termos “território” e “periferia” e levantou algumas reflexões sobre estes em relação à cidade corporativa (SANTOS, 2011). Este modelo de cidade é entendido como um corpo social, portanto representado como corpo dividido e fragmentário.

Na **parte II** do trabalho estão as elaborações feitas principalmente a partir do que foi sistematizado em campo - diálogos planejados e estruturados para a pesquisa, registros de trabalhos comunitários e relações percebidas na Portelinha. O **capítulo 4** iniciou com uma caminhada feita na Portelinha, por meio da qual registrei aquilo que me foi narrado: histórias e lembranças que surgiram deste terreno e das construções nele feitas. Em princípio, seria um capítulo com foco principalmente na materialidade desses espaços, como a descrição do processo construtivo de moradias ou de suas reformas. Mas, obviamente, tangente a isto

---

<sup>19</sup> Por tradição popular, me refiro aos movimentos sociais formados na América Latina principalmente a partir de 1960, que, ainda que apresentem diferentes matrizes ideológicas, demonstraram ter uma certa postura política como denominador comum - a prática do trabalho feito pela base da estrutura social e voltado à sua própria emancipação. É uma concepção de trabalho-luta que busca o poder popular, a superação de sistemas opressores, o fim do autoritarismo e do personalismo político e que, para isso, exige trabalho contínuo, feito ombro a ombro, horizontal e democraticamente.

estão diversos aspectos não materiais que por fim não pude deixar de destacar. Em resumo, é um capítulo com função de “ponte” que liga o reconhecimento do terreno às análises sobre suas subjetividades.

O **capítulo 5** foi onde busquei explorar aspectos presentes em fenômenos sociais presentes na Portelinha. Fiz isso a partir da já citada imagem do “fogo”, que apareceu junto e/ou a partir de pessoas que conheci na Portelinha e que parecem traduzir muito bem essas formas de calor - de alusão tão necessária para entender melhor o contexto, creio eu.

Por fim, depois disso tudo estão algumas **considerações** sobre a jornada e sobre as perguntas de pesquisa, além de algumas notas sobre estes fenômenos-fogo sempre presentes na Portelinha e, de modo geral, nas periferias. Adianto aqui que a constância destes fenômenos demonstrou aos trabalhos políticos que aqui estão em análise, a imprescindibilidade de se buscar construir tecnologias que possibilitem o melhor trato com sua força, seja para tirar proveito dela ou para não se deixar dominar por ela.

Pois bem, vamos ao trajeto de fato.

## PARTE I. NOTAS SOBRE O PERCURSO

Como já foi dito, muitas das reflexões e valores que sustentam essa dissertação estão baseadas em um trabalho de base e de educação popular levados a cabo na Comunidade Portelinha (Curitiba/PR), pelo Movimento de Organização de Base-PR (MOB-PR) e por um de seus grupos de trabalho, a Ciranda. As experiências que tive na Portelinha a partir destes trabalhos foram cruciais para a semeadura e amadurecimento de muitas considerações e diálogos presentes nesta dissertação.

As reflexões proporcionadas pelas leituras teóricas, participação em seminários, aulas e grupos de estudo que vieram através das vias acadêmicas serviram como um impulso ao aprofundamento ou refinamento dessas considerações e diálogos e, assim, também são basilares na pesquisa.

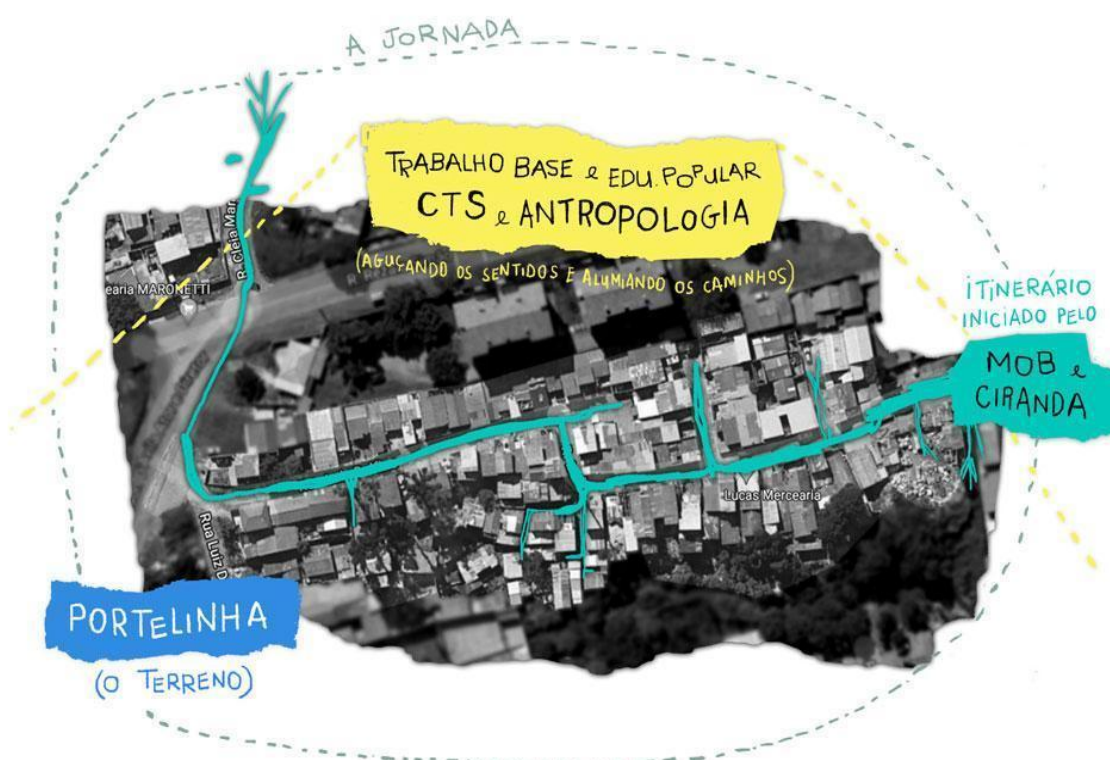
Nesta primeira parte da dissertação, estão apresentados alguns conceitos, definições e informações importantes para melhor entender essas bases do trabalho, que estão ilustradas a partir de algumas analogias que vêm do universo “viajante”. Nesta metáfora, a pesquisa é uma *jornada*: uma viagem caminhada por terra, que compreende e se constitui a partir de alguns elementos. Um destes elementos é o *terreno* por onde se caminha, que neste caso, representa a Portelinha. O *itinerário* da jornada é formado por um ponto de partida seguido de uma trilha que tem suas paradas, mirantes e cruzamentos. O itinerário já havia sido previamente iniciado pelos trabalhos do MOB-PR (o ponto de partida), que deste modo facilitaram os novos caminhos que a pesquisa demandou.

Outro elemento que compõem esta jornada diz respeito aos saberes que guiaram os caminhos e aguçaram os sentidos durante a viagem, saberes que aqui passo a chamar, metaforicamente, de *luz*. A luz desta jornada, ao mesmo tempo, despertou sentimentos e guiou a caminhada. Ela representa os saberes que vêm de origens epistemológicas distintas: aquela da “tradição popular”, termo que passarei a usar para nomear os movimentos sociais que deram início e mantêm em prática fundamentos do trabalho de base e da educação popular. Outra gênese epistemológica é a do saber científico e acadêmico, mas daquele de um nicho que propõe uma reflexão crítica sobre si mesmo: é o campo de estudos em Ciência,

Tecnologia e Sociedade (CTS) e das Ciências Sociais, principalmente da Antropologia.

Essas analogias certamente têm suas limitações e não pretendem representar idéias em absoluto, mas podem ajudar a organizar os pensamentos que estão nas páginas por vir.

Figura 3 - As partes da jornada de pesquisa



Fonte: autora (2021)

Obviamente, existem muitos debates subjacentes aos temas que se apresentam no horizonte desta viagem. Alguns deles estão relatados nas próximas páginas, porém outros, infelizmente, ficaram de fora por limitações recorrentes na elaboração de uma dissertação - falta de tempo e de certas habilidades em pesquisa, que permitiriam maior aprofundamento e agilidade. Torço para que estas limitações sejam reduzidas em novas jornadas por vir.

As notas e observações relacionadas ao terreno da viagem, a Portelinha, estão elaboradas a partir da perspectiva da periferia enquanto termo qualitativo (D'ANDREA, 2020), aqui colocada pela interlocução com o sociólogo Tiaraju

D'Andrea. A partir de desdobramentos do conceito de periferia e da análise sobre sua dimensão comunitária, foi possível explorar algumas contribuições do geógrafo e militante anarquista Piotr Kropotkin. Além disso, a partir do conceito de periferia também foram abordadas questões relacionadas à pobreza e desigualdade urbana, dialogando principalmente com outros dois geógrafos: o brasileiro Milton Santos, que viveu e estudou contextos do século XX e o francês Elisée Reclus, militante anarquista que experienciou e teorizou sobre contextos do século XIX.

Ao falar de territórios periféricos, é difícil fugir de ao menos apontar alguns dos marcadores sociais que certamente convivem no terreno. É por este motivo que surgem, ao longo da leitura da dissertação, algumas categorias e conceitos que por falta de tempo, mas não de relevância, não serão devidamente analisados, explorados ou elaborados. Por exemplo, a questão racial, sexual, de gênero, a questão da criança, da pessoa idosa, com deficiência, etc. São os marcadores sociais da diferença que se fazem presentes e se somam, uns aos outros, culminando em uma nefasta precarização da vida.

Pesquisar, refletir e atuar politicamente sobre um território periférico conduz, necessariamente, a refletir sobre as divisões sociais. Infelizmente, algumas reflexões sobre essas divisões que aqui foram feitas estão colocadas de maneira superficial, considerando tamanha a profundidade e complexidade que apresentam.

As elaborações feitas a respeito do itinerário iniciado pelo MOB-PR trazem alguns registros e reflexões, feitas ao longo desses trabalhos sob a ótica, ou melhor, sob a *luz* da tradição popular do trabalho de base e da educação popular, traduzida principalmente a partir da interlocução com produções de movimentos sociais da América Latina, especialmente aqueles que emergiram no Brasil dos anos sessenta em diante. São reflexões colocadas, principalmente, por Leonardo Boff, Ranulfo Peloso, Paulo Freire, representantes dos Caracóis Zapatistas<sup>20</sup> e pela Teia dos Povos<sup>21</sup>. Há também contribuições para dar significados ao trabalho de base e à

---

<sup>20</sup> O movimento zapatista é um movimento mexicano anti-capitalista e anti-globalista, construído por grupos indígenas de diferentes etnias. Um dos principais marcos históricos do movimento é o levante do dia primeiro de Janeiro de 1994, dia em que o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) ocupou militarmente espaços oficiais do governo. Desde então, após muitas mobilizações e também confrontos armados, o movimento proclama-se independente do governo mexicano, constituindo 12 zonas autônomas, os "Caracóis", distribuídos ao longo do estado de Chiapas, ao sul do México (MOREL, 2018a). Sobre o movimento zapatista, saúdo e indico a pesquisa da professora e antropóloga Ana Paula Massadar Morel (MOREL, 2018b).

<sup>21</sup> A Teia dos Povos é uma rede surgida no estado da Bahia que põe em diálogo e solidariedade organizações e movimentos sociais com objetivos em comum, sobretudo o anseio de soberania para



educação popular vindas de outro contexto, a partir do diálogo com as palavras deixadas pelos já citados Piotr Kropotkin e Elisée Reclus, além de Errico Malatesta, três nomes que representam parte dos movimentos anarquistas do século XIX.

Por fim, nesta primeira parte da dissertação, além de considerações sobre a jornada em si, constam alguns relatos e registros feitos em campo, para concretizar alguns dos conceitos abordados. No **capítulo 1**, estão algumas informações de cunho mais prático e metodológico, com relatos sobre alguns procedimentos de pesquisa que contribuíram com as trilhas feitas.

---

os povos historicamente oprimidos (pelo capitalismo, patriarcado, racismo, etc.) e para seus territórios (FERREIRA E FELÍCIO, 2021).

## 2 ASSIM SEGUIMOS - ITINERÁRIO E CAMINHOS METODOLÓGICO

Este capítulo trata de algumas etapas que construíram o itinerário desta jornada de pesquisa. Mais especificamente, concentra-se na descrição de algumas trilhas percorridas da etapa de planejamento à prática da pesquisa de campo. Essas caminhadas procederam daquelas que já haviam sido iniciadas pelos trabalhos do MOB-PR, na Comunidade Portelinha. Justamente pelo fato de que os trabalhos do MOB-PR são como pontos de partida, junto da descrição de algumas etapas da jornada constam também algumas reflexões e análises suscitadas em momentos anteriores ao início da jornada.

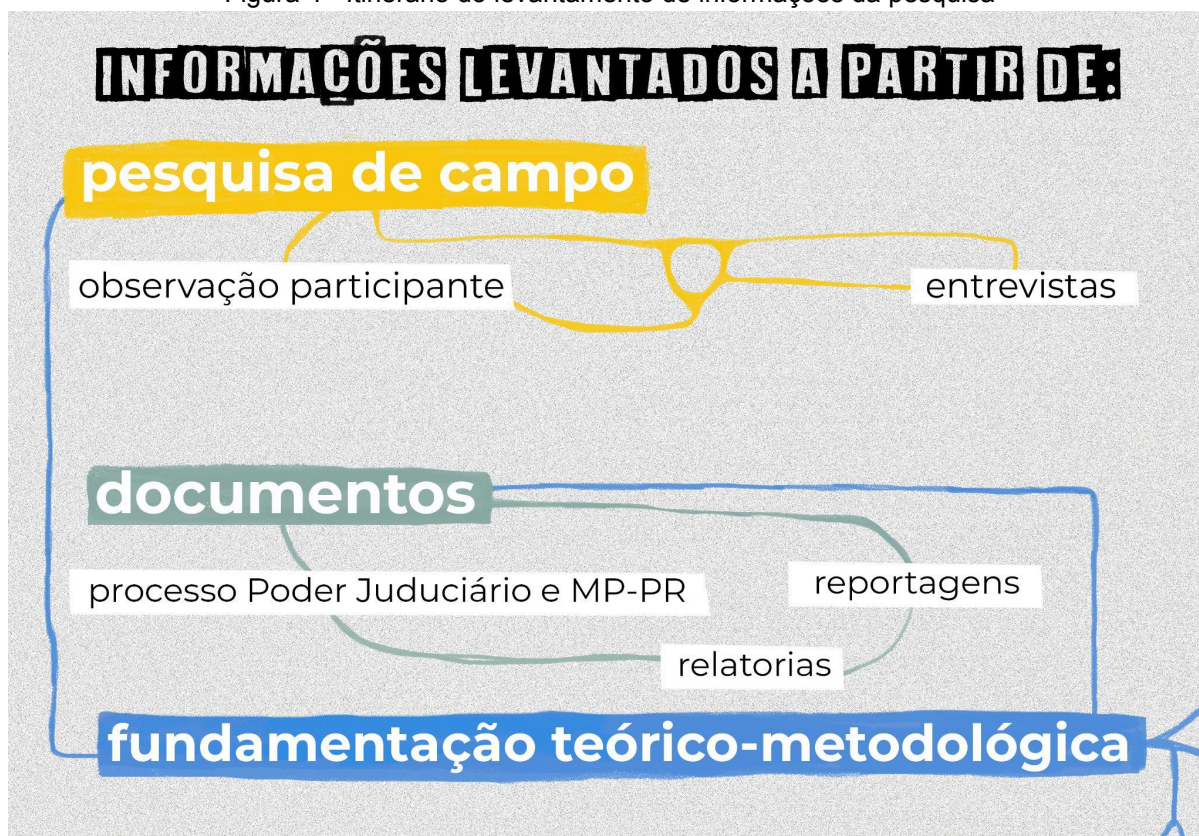
Desde o início desta pesquisa, em Fevereiro de 2020, minha presença no campo variou entre, aproximadamente, de uma a três vezes por semana. Houveram alguns hiatos (por volta de seis semanas), em que não pude ir até a Portelinha por motivos relacionados à pandemia de covid-19. Nestes dois anos, a cada ida à campo, fiz e guardei registros diversos: fotografias, relatos no diário de campo, gravações em áudio (de diálogos do campo ou observações pessoais), rabiscos, anotações e desenhos feitos por crianças.

Registrei, por áudio e anotações, os diálogos que fiz com 12 crianças e adolescentes participantes da Ciranda, alguns feitos de maneira individual e outros em coletivo, todos feitos na sede do MOB-PR. Além destes, gravei áudios de diálogos individuais que tive com 2 mulheres militantes do MOB-PR - a Margarete, ou Marga, que mora há mais de 10 anos na Comunidade; e dona Maria, que morou durante 9 anos na Portelinha, até 2021, quando se mudou para um apartamento da COHAB.

Tanto Marga como dona Maria têm netas e netos que há anos participam da Ciranda e, por conta disso, minha relação com seus respectivos núcleos familiares se dá, além das relações construídas por meio das reuniões, mutirões etc., também a partir da posição de “tia da Ciranda”, que aos fins de semana aparece no portão para levar as crianças para a sede do MOB-PR. Ao contrário dos diálogos com as crianças e adolescentes, os diálogos com as duas militantes foram feitos em suas respectivas casas e, por isso, em algumas partes houve também a intervenção das crianças da família.

Além destes diálogos registrados, consultei relatorias de reuniões antigas do MOB-PR e da Ciranda; um processo judicial do Tribunal de Justiça que aborda a questão da posse de parte do terreno da Portelinha e os Procedimentos Administrativos, que correm pelo Ministério Público do Paraná; além de reportagens ou artigos veiculados pela mídia.

Figura 4 - Itinerário do levantamento de informações da pesquisa



Fonte: autora (2021)

Acredito que a descrição metodológica é sempre de muita importância para a estrutura do trabalho mas, no contexto da pandemia que atingiu o país em 2020, parece-me que teve sua relevância acentuada. Dada a trágica situação, as informações que Da Matta (1978) chama de "anedotárias" - aquelas das situações menos formais como as conversas feitas no corredor, entre uma aula e outra, ou durante o cafézinho dos intervalos, mal existiram.

Já foi dito aqui que o trajeto desta dissertação estava esboçado antes da pesquisa ser um plano concreto, por ensaios feitos durante os trabalhos feitos a

partir do MOB-PR. Hoje, fica evidente a ventura que foi para essa pesquisa, ter esse início em tempos não pandêmicos.

As aulas do mestrado em modo remoto, a impossibilidade dos encontros pessoais, das conversas coletivas, da partilha de informações, dúvidas e lamentações sobre questões de pesquisa impossibilitaram também um tipo importante de aprendizado, aquele assimilado empaticamente, a partir das trocas informais. Neste sentido, em alguns momentos a construção da pesquisa se tornou um pouco solitária.

Ciente da dificuldade que pode significar a procura pela união coerente da fundamentação com a prática ou da teoria com a metodologia, de maneira bem simples procuro aqui contribuir um pouco com outras pessoas que façam pesquisa e que venham a enfrentar dificuldades parecidas.

A seguir, estão elencados alguns dos temas e tópicos do trabalho e como foi que, a partir deles, os caminhos foram feitos. O capítulo está dividido entre duas fases da pesquisa: a revisão de literatura (**seção 2.1**) e a pesquisa de campo (**seção 2.2**).

## **2.1 Teorias para sensibilizar o olhar: a revisão de literatura**

O primeiro passo para a revisão de literatura foi um levantamento bibliográfico cujo critério foi delimitado pelos temas da pesquisa e que, importante dizer, emergiram e também se modificaram de acordo com o contexto em estudo.

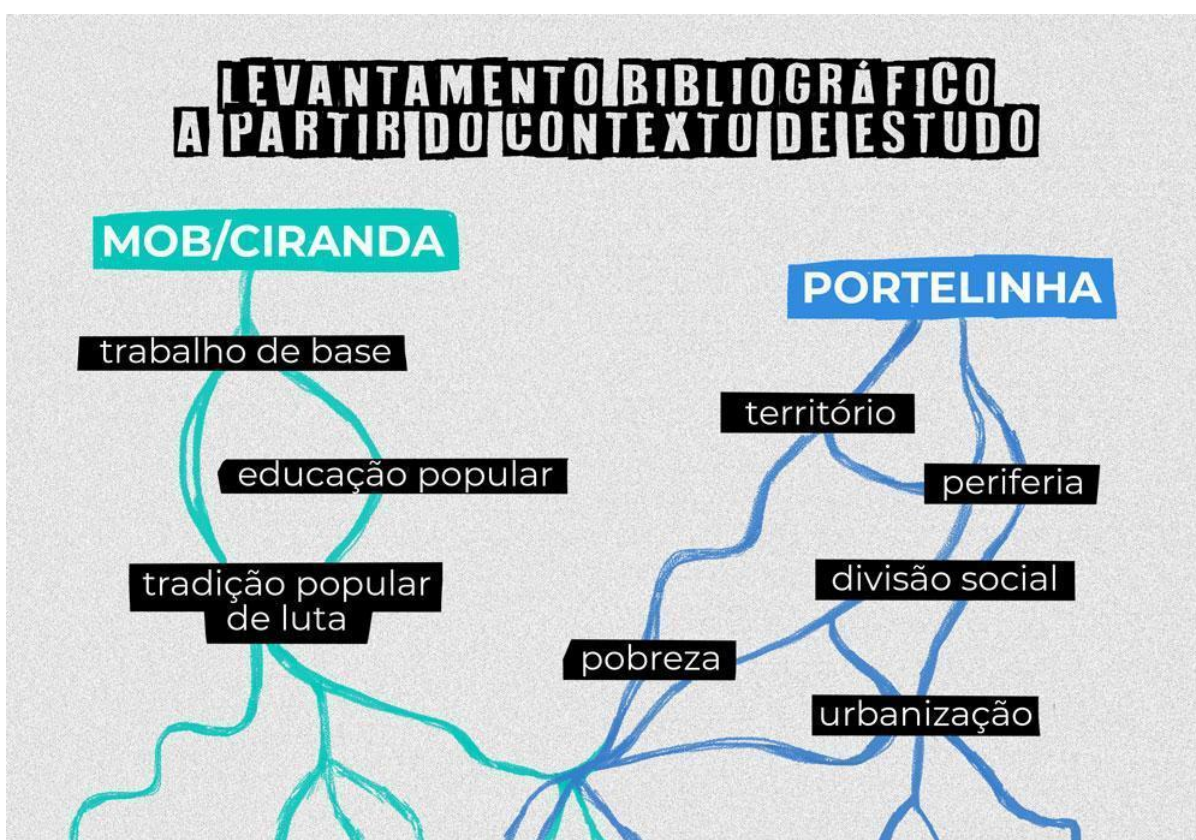
As perguntas da pesquisa também foram diretrizes para a seleção bibliográfica e como estão em direta relação aos temas e recortes da pesquisa, também sofreram mudanças a cada passo dado no terreno. No início da jornada, as questões estavam voltadas mais à discutir as possibilidades de projetos específicos de educação popular, o que foi mudando ao passo que, a partir de observações empíricas aguçadas pelas leituras, se tornou evidente o fato de que não há educação popular sem trabalho de base, assim como não há trabalho de base sem educação popular.

Então, o foco das questões se expandiu um pouco, voltou-se mais às relações entre o terreno em estudo, a Portelinha, e o que venho chamando de tradição popular de luta. Se antes a questão era discutir sobre quais as reais

possibilidades de prática de um projeto de educação popular, passou então a ser sobre as possibilidades de prática dos trabalhos de base, que necessariamente devem compreender um projeto de educação popular.

Como o terreno de estudo é uma ocupação urbana e periférica e como isso se evidencia enquanto marcadores políticos significativos às pessoas da Portelinha, busquei algumas discussões sobre definições de território e periferia, além de debates sobre pobreza e divisões sociais expressas na urbanização e em questões de moradia.

Figura 5 - Caminhos do levantamento bibliográfico



Fonte: autora (2021)

O levantamento bibliográfico feito para suscitar reflexões sobre *periferia* e sobre *território* buscou responder a perguntas como: I. As produções sobre periferia e territorialidade abordam o assunto, antes de tudo, através de críticas aos sistemas de opressão e dominação que originam as tantas dificuldades lançadas à base da sociedade? II. É possível perceber semelhanças entre o contexto abordado pelas produções e o contexto da pesquisa, no caso, a Portelinha? III. O contexto é

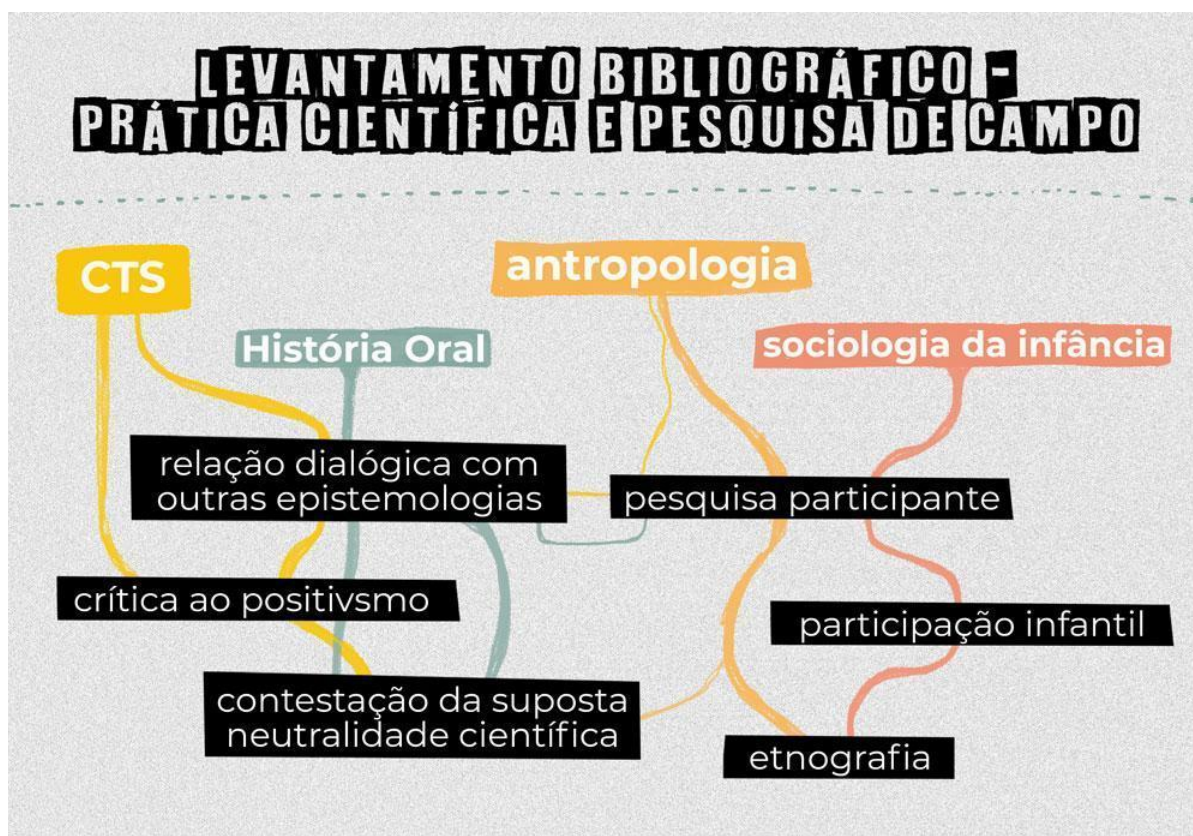
estudado como um espaço de relações complexas e atravessadas por diversos determinantes sociais como raça, gênero, sexualidade, faixa etária etc.?

Para o levantamento feito para discutir sobre o *trabalho de base e educação popular*, algumas perguntas que delimitaram os critérios para seleção da bibliografia foram: I. As produções seguem princípios de autonomia, horizontalidade e emancipação em suas perspectivas epistemológicas e em sua prática política? II. Refutam noções personalistas e/ou de vanguarda para priorizar o protagonismo popular coletivo? III. Consideram também os determinantes e marcadores sociais? III. Apresentam confluências e contribuições aos trabalhos feitos na Portelinha, pelo MOB-PR/Ciranda?

Outro momento do levantamento da literatura foi aquele feito para basear as elaborações e questões relacionadas à própria prática científica, em um sentido mais geral, mas também especificamente no que tange à pesquisa de campo.

Para o levantamento bibliográfico sobre perspectivas epistemológicas, práticas científicas e pesquisa de campo, as produções foram selecionadas considerando alguns critérios, por exemplo: I. Produções que não se baseiam em premissas de neutralidade científica/tecnológica e que, pelo contrário, trabalham com a assunção de sua intencionalidade política; II. Produções que demonstrem alinhamento e coerência com os pressupostos políticos defendidos pela tradição popular na qual se inscreve este trabalho; e, III. Produções que abordam reflexões e contribuições para o planejamento e prática de intervenções com *crianças e adolescentes*.

Figura 6 - Levantamento bibliográfico



Fonte: autora (2021)

Serviram como fonte para o levantamento bibliográfico alguns canais e repositórios virtuais como plataforma Scielo, repositórios universitários (UTFPR, UFPR, UFPE, Unicamp, USP, PUC-SP, UFBA e UNIRIO); sites/banco de informações "Google Acadêmico", "Academia.edu", "The Anarchist Library"; a Biblioteca Terra Livre<sup>22</sup>, alguns pdf's disponibilizados no site da editora Expressão Popular; livros e textos (acadêmicos ou não) sugeridos em espaços de formação política; ementas do currículo acadêmico do Programa na qual esta pesquisa se inscreve (PPGTE/UTFPR); e, por fim mas não menos importante, as referências vindas daqueles momentos "anedotários", as sugestões de círculo de amizades, familiares, companheiros de militância, colegas de estudo etc.

<sup>22</sup> A Biblioteca Terra Livre é um canal de difusão de conteúdos libertários. Surgiu do coletivo Terra Livre e hoje conta com um acervo importante para discussões e estudos em educação libertária, entre outros temas relacionados ao campo. Durante uma campanha para a construção de um acervo para a Biblioteca da Ciranda, o coletivo enviou alguns livros infanto-juvenis como contribuição. É possível conferir seu catálogo e outras produções, algumas disponibilizadas gratuitamente no site <https://bibliotecaterralivre.noblogs.org>.

Para o gerenciamento da bibliografia, o aplicativo Mendeley Desktop foi de grande ajuda, já que possibilitou, ao mesmo tempo, uma organização dos títulos selecionados, a leitura de documentos com recursos de grifos/anotações e a formatação das referências, de acordo com a norma exigida.

É assim, de maneira sucinta, que encerro a descrição dos trajetos bibliográficos do itinerário desta jornada. Na próxima seção, constam algumas informações sobre os passos dados para a elaboração do planejamento da pesquisa de campo.

## **2.2 Olhar atento e escuta ativa: a pesquisa de campo**

A pesquisa de campo deste trabalho foi planejada com a ajuda do referencial teórico e a partir da bagagem política adquirida ao longo da práxis em educação popular e do trabalho de base, levada a cabo na Portelinha.

Todas as propostas de atividades de pesquisa (incluindo aquelas que não se efetivaram) foram planejadas com objetivo de elaborar algumas respostas às perguntas de pesquisa e foram formuladas de acordo com o perfil das pessoas participantes, ao menos tal como percebidos por esta pesquisadora.

Ainda que houvesse um planejamento delimitado das atividades de campo, uma relação e número estabelecido de pessoas convidadas, etc., buscou-se o que Magnani (2018) expressa como “deixar-se levar pelo campo”, que é também uma expressão da perspectiva mais participativa de pesquisa, que confia em um conhecimento mais legítimo ao buscar, no decurso da pesquisa, falas e interferências de todas as partes envolvidas, evitando assim cair na sobreposição do “objetivo de pesquisa” sobre as práticas em campo. Como refletiu Brandão (2021) sobre a pesquisa participante, é sobre confiar mais no outro diante de mim.

O planejamento inicial sofreu alterações significativas, principalmente devido à pandemia. Isso refletiu em mudanças de cronograma, de quantidade de diálogos e, principalmente nos períodos críticos quanto ao número de casos de contágio e/ou morte, na quantidade de idas à campo, que aconteceram de forma extremamente reduzida em relação àquela planejada. Além disso, houve mudança nas maneiras em que se buscou a interlocução com as pessoas participantes da pesquisa, entre vários outros reflexos que tornaram o trabalho em campo mais trabalhoso.



O dia em que foi feita a apresentação da pesquisa e o convite à participação para algumas das crianças da Ciranda, dia 18 de Junho de 2021, contou com algumas dessas dificuldades. Primeiro porque o plano inicial era passar de casa em casa para fazer a apresentação e o convite à pesquisa, individualmente ou pelo menos a partir dos núcleos familiares. Logo ao chegar na Comunidade, percebi que este plano seria o primeiro a ser alterado, porque algumas crianças foram me acompanhando desde o parquinho que fica logo no início da Portelinha (de onde chego) e, quando dei conta, já estavam esperando em frente ao portão da sede do MOB-PR (imaginando que era “dia de Ciranda”).

Percebi que elas acabariam me acompanhando nas visitas às casas e que, já estando juntas, seria melhor eu fazer a apresentação na área externa da sede. Então:

Contei a elas que faria um convite, que era também um pedido de ajuda. Ficaram curiosíssimas.

Na área externa lá da sede eu sofri bastante pra seguir o script e conseguir apresentar a pesquisa. A comunicação tava difícil, eram muitas, umas 15, fazia quase um mês que eu não as via, elas estavam alvoroçadas e eu tinha duas máscaras que serviam de bloqueio acústico pra minha fala. Tentei uma vez, duas, três, não sei quantas. Blefei - sim, fiz aquilo que prometi outras tantas vezes não fazer mais. Disse que as levaria para suas casas e voltaria outro dia, pra fazer o convite individualmente. Mas eu sabia o que isso implicaria pra mim e pra pesquisa: o risco de atraso porque sabe-se lá quando entramos de novo numa bandeira vermelha, ou pior, quando teremos casos muito próximos.

Então segui e mais uma vez as crianças mais velhas ajudaram essa pobre educadora de cabeça avoada, sugeriram dividirmos as crianças, deixar as crianças mais novas de um lado, aos cuidados de uma das crianças mais velhas que não estava tão interessadas na pesquisa. Isso porque, na análise delas, as crianças mais novas estavam mais barulhentas e menos "ouvintes". Realmente, as crianças menores me pediam pra abrir a porta da parte interna, por bonecas, papéis, me mostravam um bicho na poça, a nuvem no céu que parecia algo que não lembro, perguntavam isso, aquilo e mais aquilo.

Tentamos então como o sugerido pelas crianças mais velhas. Antônio realmente se aborrecia com a situação. Talvez por algum motivo pessoal, mas talvez também porque ele estava curioso pra saber sobre o tal convite. O convite então se fez em pequenas doses, pois a cada sentença que eu conseguia concluir com sucesso eu tinha que fazer uma pausa pra intervir em alguma situação que interrompia o raciocínio. (Relato de campo, 18/06/21)

Durante o período pandêmico e, portanto durante o período em que foi elaborada esta pesquisa, o número de educadoras presentes nas atividades da Ciranda respondeu a algumas variáveis. Mas, na maior parte do tempo, entre 2020 a

2022, o número estava entre uma ou duas educadoras presenciais, sendo que em nenhum momento deste espaço de tempo o número passou de três educadoras presentes. No dia 18 de Junho, sem poder contar com ajuda das companheiras da Ciranda<sup>23</sup>, a tarefa de lidar com muitas crianças foi difícil.

Ter de insistir para conseguir que as crianças permanecessem com as máscaras, a necessidade de falar alto para ser ouvida diante das barreiras de tecido que estavam em meu rosto e a dificuldade em respirar junto a tudo isso - essas foram, talvez, as dificuldades mais imediatas desse “pesquisar em campo” durante uma pandemia.

O fato de uma presença menos assídua da Ciranda, que neste momento relatado estava recém saída de um hiato forçado pela pandemia, levou a algumas questões: a euforia por parte das crianças, que subitamente se viram confinadas na Comunidade, de maneira mais ou menos restrita e sem ir à escola. Muitas, ao chegarem no espaço da sede do MOB-PR (local onde acontecem as atividades da Ciranda) depois de algumas semanas ausentes estavam excitadas com as possibilidades que o espaço oferece (brinquedos, livros, sociabilidade etc), tudo aquilo que durante a quarentena, para algumas crianças havia se reduzido drasticamente. Isso tudo trouxe novas dificuldades ao planejamento das atividades, por exemplo, mais brigas e menor consideração às minhas tentativas de mediação dos conflitos.

Há ainda outras tantas questões que podem ser atribuídas como consequências da pandemia que foram sentidas pelo GT Ciranda. Fatos que afetaram as relações e os comportamentos das crianças, de tal modo que durante alguns meses de 2020, para evitar maiores desgastes e frustrações, as atividades da Ciranda se resumiram a espaços de recreação (com desenhos e conversas, principalmente) sem contar, portanto, com planejamento de atividades mais elaboradas.

Neste espaço de tempo, o objetivo principal da Ciranda era manter um vínculo frequente com as crianças, pois em muitas reuniões e avaliações do GT, ficou constatado que este vínculo é uma das principais bases para alcançar algumas

---

<sup>23</sup> Naquele momento outras educadoras não estavam indo à Portelinha, por necessidades de isolamento motivado pela pandemia, principalmente pela proximidade com pessoas de grupos de risco.

das metas colocadas. Foram durante alguns destes espaços de recreação, leves e descontraídos, que registrei no diário de campo boa parte do que tenho da pesquisa, um material que compreende a vida, as relações e algumas expressões infantis ou infanto-juvenis da Comunidade. São conversas, brincadeiras, desenhos, brigas, cantorias etc.

Desde o início da pesquisa, além de fotografias e gravações de áudio, mantive alguns registros em diário de campo mais sistematizados e detalhados, enquanto outros, expressos em pequenas notas, onde não consegui abordar questões para além de reflexões muito pessoais.

O arquivo desses registros foi, em um primeiro momento, organizado a partir das datas. Até que no segundo ano de pesquisa, ficaram definidas algumas categorias para classificar as informações levantadas e, a partir delas, busquei constantemente visitar o material construído em campo, em um trabalho de codificação, seleção e recortes.

Ao fim da pesquisa de campo, debruicei as análises principalmente sobre 17 relatos que foram destacados do diário de campo, junto das sínteses que fiz das entrevistas. Este conjunto foi classificado dentre 4 categorias, que tinham suas divisões internas mas que a grosso modo abordavam questões quanto: a) sociabilidade; b) relações entre MOB-PR e Portelinha; c) trabalhos do Movimento e/ou da Associação de Moradores (organização de reuniões, do espaço da sede do MOB-PR e sobre projeções futuras, vindas do MOB-PR e da Associação) e; por fim, d) percepções demonstradas sobre o contexto.

Foi a partir dos materiais levantados em campo e de antigas relatorias do MOB-PR que se demonstrou necessário buscar fontes externas, como o processo que corre no Poder Judiciário do Estado do Paraná, os Procedimentos Administrativos do MP-PR e reportagens. Tudo em busca de complementar análises e preencher algumas lacunas.

Figura 7 - Caminhos para análise das informações levantadas



Fonte: autora (2021)

Enfim, as propostas planejadas para o trabalho de campo estão relacionadas a seguir.

**Observação participante:** a observação participante facilitou a visualização de aspectos importantes às outras atividades da pesquisa, por exemplo, a escolha de determinadas questões levantadas durante as interlocuções em campo. Foi de acordo com certos diálogos ou situações percebidas durante a observação participante que construí algumas diretrizes da pesquisa de campo, desde seus registros até sua interpretação.

De acordo com Soares, Sarmiento e Tomás (2005), a apresentação das notas de observações para as pessoas participantes da pesquisa pode gerar confrontos e construir novos conhecimentos, mais participativos. Considerando isso, busquei ao longo das conversas e atividades da Ciranda, expor algumas considerações registradas nos cadernos de campo, classificadas por mim enquanto categorias que as contemplavam, principalmente aquelas relacionadas às questões da convivência

durante as atividades - as brigas, as brincadeiras, o apoio entre elas e a mim, enquanto educadora - e da relação do GT com a sede do Movimento.

Compartilhei algumas reflexões da pesquisa também durante reuniões do MOB-PR e através de duas audio-cartas enviadas a dona Maria e Marga. Espera-se que as atividades de devolução das discussões da jornada sejam continuadas, mesmo após o fim do Mestrado, por meio dos encontros na Portelinha, dos mutirões, espaços de formação e de confraternização.

Com relação às especificidades de um campo que envolve relações com crianças e adolescentes, a partir do sociólogo Willian Corsaro foi possível refletir sobre como contornar algumas posições de poder pré-dispostas na relação criança-pessoa adulta. Em uma pesquisa de campo na Itália, o pesquisador conclui que por não ter fluência na língua, as crianças o viam como “um adulto atípico” (CORSARO, 2005, p. 452), pois geralmente o ensinavam ou o corrigiam quanto à língua falada.

Corsaro (2005) acredita que o fato das crianças enxergarem como alguém no processo de aprendizagem, assim como elas próprias, facilitou sua aceitação no grupo e isso foi levado em consideração durante seu trabalho, no sentido de tornar transparente que o campo se tratava também da busca pelo conhecimento construído pelas crianças participantes da pesquisa.

Ao ler este artigo de Corsaro (2005), não pude deixar de me lembrar do fato de que, a partir de reuniões avaliativas, o GT da Ciranda já havia percebido uma excitação nas crianças quando estas assumem papéis de responsabilidade, de ensino e de cuidados<sup>24</sup>. De tal maneira que essa característica é elemento fundamental em diversas atividades propostas, principalmente para incentivar o envolvimento das crianças maiores com o trabalho do GT, visto que um dos objetivos, a longo prazo, é justamente que crianças educandas se tornem um dia as pessoas educadoras do GT.

---

<sup>24</sup> Sobre a relação das crianças com certos papéis de responsabilidade, ao longo de algumas interlocuções feitas com algumas adolescentes da Ciranda foi percebido que, de alguma forma, a percepção do GT estava enviesada por desejos e projeções das educadoras do grupo. Fatos pontuais foram lidos de maneira generalizada, sendo que na verdade, ao longo da pesquisa ficou evidente que essa “vontade por responsabilidades” se dá de maneiras bem particulares em cada criança e que, ao não distinguir essas particularidades, o GT acabou sugerindo algumas tarefas, principalmente às crianças mais velhas, que nem sempre as receberam com “excitação” de fato.

Essa responsabilidade atribuída às crianças e adolescentes também serve como suporte nos momentos em que a quantidade de crianças é muito maior que a quantidade de educadoras, como foi no momento da apresentação desta pesquisa. Esse afã por se responsabilizar por algo foi sendo percebido ao observar brincadeiras de "escolinha", a preocupação das crianças mais velhas para com as mais novas, o entusiasmo em ajudar na entrega de materiais, do lanche, na limpeza da sede etc.

Outro trecho do diário de campo, feito também do dia 18 de Junho de 2021, pode ilustrar um pouco mais o suporte que algumas crianças prestam à prática das atividades da Ciranda e, neste caso, especificamente à prática de pesquisa desta jornada. Além disso, também aborda algumas maneiras de contornar a predisposição de poder que geralmente está presente na relação entre pessoa adulta e a criança ou adolescente:

Expliquei primeiro aos mais velhos. Contei um pouco sobre o que estou estudando, que estava fazendo uma pesquisa e tentei fazer um diagnóstico do que entendiam por pesquisa. Por sorte, na pergunta diagnóstica "alguém sabe o que é uma pesquisa?" as próprias crianças me salvaram. Foi Lúcia quem respondeu e com toda certeza, de uma maneira muito mais simples e inteligível do que eu faria. Conversamos um pouco sobre alguns exemplos de pesquisas. Depois passei ao momento de falar de um jeito mais concreto sobre o que eu pesquisava, sobre educação popular, "uma educação tipo a Ciranda". Buscamos algumas diferenças entre Ciranda e escola: "por exemplo, o fato de ser feita na Portelinha, pensando na vida das pessoas que moram aqui", etc.

Ouvi algumas reclamações recorrentes sobre a escola, frisei que são coisas diferentes mas que a escola é importante ("infelizmente", pensei comigo mesma). Falei que um objetivo da pesquisa era entender melhor o que significa a Ciranda pras crianças e pra Comunidade, se está indo bem ou mal, o que poderia mudar, se seria possível fazer em outros lugares também e o que seria preciso pra isso... Nesse momento o Manuel me pergunta "Tia, cê vai fazer Ciranda no Parolin também?". Fofa. Eu falei que por enquanto não, que além da pandemia não tínhamos gente suficiente pra sustentar os trabalhos por lá etc etc e terminei com um "mas seria legal, né? É isso que eu quero saber também, será que daria pra ter a Ciranda em outros lugares daqui?". O Antônio então propôs de fazer a Ciranda numa segunda e terça aqui no Parolin e no sábado e domingo na Portelinha. Só o fato deles projetarem isso me deixou contente. Obviamente, algo ainda impraticável, fiquei imaginando a loucura e o cansaço que seria.

Então eu expliquei que o convite que faria a elas era bem importante, assim como a participação delas, porque se o tema era educação popular e Ciranda, "quem melhor do que elas pra falar sobre, né?!"

Contei como seriam as atividades da pesquisa pras crianças mais velhas, as entrevistas e a troca de cadernos. As crianças mais novas continuavam de certa forma à parte, se entretendo do outro lado da área e com a supervisão revezada (que era do Pedro, Antônio e Rosa). Em alguns momentos as mais novas escapavam de seus limites e de suas

supervisoras e me perguntavam se também poderiam participar e pediam os termos de assentimento em HQ. Em resposta eu falava que logo logo chegaria a hora de eu entregar e conversar com elas.

Quando falei da entrevista as crianças se animaram, todas. Algumas sorriram um tanto quanto acanhadas, outras de maneira mais entusiasmada e muitas fizeram brincadeiras relacionando a entrevista com uma entrevista televisiva. Tive então que explicar que não se tratava disso, que era uma entrevista-conversa somente pra esse trabalho acadêmico. Aliviada eu percebi que a animação permaneceu, todas as crianças ali presentes toparam participar. (Relato de campo, 18/06/2021)

A demonstração expressa sobre a importância da participação das crianças na pesquisa, acredito, foi relevante para os diálogos que aconteceram para a pesquisa. Assim entendo na medida em que a maior parte das crianças e adolescentes demonstraram ansiedade e animação para as entrevistas, do dia da apresentação ao dia da conversa.

As reflexões de Soares, Sarmiento e Tomás (2005) e de Corsaro (2005), junto daquilo registrado ao longo da observação participante e de concepções e percepções prévias à pesquisa foram todas articuladas e consideradas durante a construção do plano de atividades em campo.

**Sobre as entrevistas:** partindo de nossos pressupostos, considera-se que a entrevista é um momento crucial ao encontro etnográfico, já que buscamos por uma análise que tenha várias vozes. Elas foram feitas a partir de roteiro semi-estruturado e, de acordo com a classificação de Gil (2008), tratou-se de uma entrevista informal que "só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados". Houve, então, uma espécie de roteiro com alguns pontos-chave, mas ele foi encarado de maneira bem flexível, para que o momento estivesse mais próximo a uma prosa, cujo interesse estava principalmente nas histórias e sentimentos das pessoas participantes.<sup>25</sup>

As entrevistas não foram planejadas para levantar informações objetivas sobre os temas em estudo, mas para demonstrar alguns dos significados e sentidos que circulam entre as pessoas e os temas que a jornada empreende análise. Em outras palavras e como exemplo, antes de buscar dados e datas sobre a Comunidade Portelinha, busquei ouvir das pessoas participantes algumas de suas

---

<sup>25</sup> Os roteiros estão ao fim deste trabalho, na seção Apêndices.

trajetórias pessoais no local em relação a lembranças das experiências comunitárias, assim como sobre os sentimentos que resultaram destas experiências.

Esses diálogos foram planejados a partir de perspectiva semelhante à que defendem Meihy e Holanda (2015) para a entrevista em um projeto de História Oral:

Sendo a memória sempre dinâmica, e que muda e evolui de época para época, é prudente que seu uso seja relativizado, posto que o objeto de análise, no caso, não é a narrativa objetivamente falando nem sua relação contextual, e, sim, a interpretação do que ficou (ou não) registrado nas cabeças das pessoas e foi passado para a escrita. (MEIHY e HOLANDA, 2015, p. 58)

As perguntas feitas buscaram levantar questões sobre as percepções acerca da Comunidade Portelinha e de suas trajetórias, dos trabalhos do MOB-PR e, em alguns momentos, especificamente sobre os trabalhos da Ciranda. Busquei analisar as relações construídas por estes trabalhos com a Comunidade e com a vida das pessoas que nela vivem.

Para o planejamento das entrevistas estruturei dois grupos, cada qual com seus critérios e roteiro de encaminhamento. O grupo 1 foi o grupo composto por 12 crianças e pré-adolescentes que participam ativamente das atividades da Ciranda. Ao trazer para a pesquisa algumas de suas falas, para referenciá-las usei codinomes, em maior parte nomes escolhidos pelas próprias. O grupo 2 foi composto por Marga e dona Maria, moradora e ex-moradora da Comunidade Portelinha e militantes do MOB-PR.

As entrevistas, feitas ao longo de 6 dias, geraram em torno de 10 horas de gravações, 14 transcrições parciais e 2 transcrições literais, sobre as quais destaquei trechos que considerei relacionados às categorias de análise elencadas para o campo (expostas parágrafos acima e na figura 7).

Todas entrevistas foram devidamente autorizadas, seguindo os protocolos estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). No caso das intervenções com menores de 18 anos, todas as participações foram autorizadas pelas pessoas responsáveis e contaram com Termos de Assentimento em forma ilustrada, para apresentação da pesquisa e para convite à participação.



Figura 8 - TALE em formato HQ

## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA

ASSINAR UM DOCUMENTO DE ASSENTIMENTO SIGNIFICA DEMONSTRAR QUE ESTÁ DE ACORDO COM O QUE ESTÁ ESCRITO NO DOCUMENTO, POR ISSO É PRECISO ENTENDER BEM, E SE NÃO ENTENDER, É SÓ PERGUNTAR, TÁ?

OLÁ! VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADA (O)  
A PARTICIPAR DE UMA CONVERSA-ENTREVISTA!



(SE VOCÊ TÁ SE PERGUNTANDO...)



VAMOS LÁ!



SERÁ?



Fonte: autora (2021)

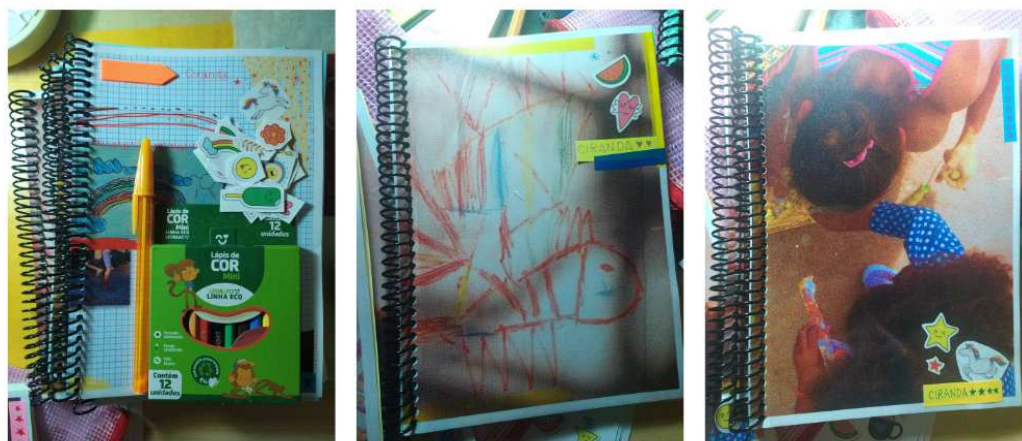
Outra proposta de atividade para pesquisa foi uma **troca de cadernos**, que teve como objetivo principal, estabelecer uma via de comunicação mais permanente com as crianças e adolescentes da Ciranda, ainda que de maneira remota. A proposição feita foi de um revezamento dos cadernos, criados para registros pessoais de quem participasse, de natureza variada: escrita ou desenho, sobre algum ocorrido do dia, algum pensamento, lembrança, etc. Eu estava inclusa neste revezamento, então o caderno passou alguns dias comigo, depois com as crianças e, assim foi, sucessivamente.

Foi criada uma lista das crianças que desejaram participar da atividade e a partir dela foi feito um esquema de revezamento. Para esta atividade, o critério foi a idade, definida para acima de 6 anos pois julguei que as menores não teriam condições de se comprometer a cuidar e evitar danos ou perdas do caderno.

Foi principalmente a partir da bagagem enquanto educadora que surgiu a proposta de troca de cadernos, uma tentativa de melhorar o fluxo de comunicação entre mim e as crianças. A ideia surgiu a partir do entusiasmo que as crianças demonstram ter por artefatos de papelaria (cadernos, diários, canetas coloridas, etc).

A comunicação entre educadoras e crianças da Ciranda acontecia, antes da pandemia do Covid-19, no geral durante os dias de atividade, ou seja, semanalmente. Ocasionalmente, algumas crianças fazem contato com algumas das educadoras através de aplicativos de trocas de mensagens, mas este canal é sempre muito comprometido pelo fato de que dificilmente as crianças têm acesso ao celular ou à internet. Então, além de fonte de informações para esta pesquisa, a proposta de mensagens trocadas através dos cadernos foi sugerida também como uma tentativa de mitigar a barreira colocada durante a pandemia, entre educadoras e crianças/adolescentes da Ciranda. Foi também uma investida de aproximação remota, alternativa ao processo virtualizado que implica questões materiais condicionadas por marcadores sociais.

Figura 9 - Cadernos produzidos para atividade de revezamento



Fonte: autora (2021)

Acontece que, nem essa comunicação mais analógica (para algumas pessoas, arcaica) escapa das determinações de classes de uma sociedade desigual. Para exemplificar, mais um trecho do diário de campo, escritos do dia 18 de Junho de 2021:

depois passei a explicar sobre a troca de cadernos. Ao passo que fui explicando sobre a atividade, uma delas, não me lembro qual mas possivelmente o Antônio, fez a relação que eu apontaria algumas palavras à frente: seria “mais ou menos como foi com o tablet, né tia?”<sup>26</sup>. Confirmei e continuamos conversando sobre os cadernos. Algumas crianças passaram por momentos de decepção (“ahhh”), porque acharam que não poderiam participar, por não saberem escrever. Expliquei que poderiam participar com desenhos, colagens, qualquer coisa e assim a animação voltou. Mas a adesão não foi, nem de perto, tão boa quanto a da entrevista. Percebo que muitas crianças são extremamente inseguras com relação à comunicação escrita ou “desenhada”. Ainda que eu saiba quão importante é que entendessem bem que a participação delas não era obrigatória, perguntei mais de uma vez para algumas crianças que recusaram essa atividade. Fiz assim porque sei do histórico de não acharem seus desenhos bons o suficiente, sua letra feia ou por vergonha de não lerem/escreverem. Isso é muito triste, não é? Já se sentem podadas ou podam-se a si mesmas por conta de insegurança, por conta de tanta comparação e competição... Quantas vezes eu vou ter que falar que tenho desenho pendurado na parede, na geladeira, na porta e em vários lugares aqui de casa pra que elas entendam que só fazem desenhos lindos?! Ou pior, quão inúteis são minhas palavras perto de todo o resto que as fazem sentir essa insegurança?

No fim, algumas crianças toparam a atividade, mas sem fazer parte do revezamento geral. Ou seja, trocariam caderno só comigo ou com um grupo específico, com outras crianças próximas. (Relato de campo, 18/06/2021)

Algumas crianças da Ciranda enfrentam grandes dificuldades na rotina escolar. Umas, por carregar certos estigmas. Outras, por questões familiares, por falta de identificação com a instituição ou por outras inúmeras questões relatadas por elas durante as atividades da Ciranda. O fato é que muitas ainda não dominam a escrita ou estão no processo de alfabetização (e àquelas que se depararam com a ruptura desse processo por conta da pandemia, os danos são imensuráveis)<sup>27</sup> e

<sup>26</sup> Logo após o início da pandemia, como muitas das educadoras da Ciranda tiveram de se afastar ou diminuir a frequência das idas à Comunidade, o GT buscou por doações para viabilizar um tablet para as crianças. Os objetivos principais eram de fornecer uma possível fonte de pesquisas escolares, que se tornou necessária com o ensino remoto. Mas também foi sobre tentar manter as crianças mais em casa e menos aglomeradas na rua, além de oferecer alguns jogos pedagógicos. O GT conseguiu um tablet através de doações e passou por um processo de criar os “combinados” para que esse tablet pudesse ser revezado entre todas as crianças que gostariam de usá-lo. Apesar do tablet ter, como informaram as crianças, “sumido”, o GT avaliou que o fato do revezamento ter durado durante alguns 4 meses sem muitas brigas foi um sucesso e, certamente, contribuiu de alguma maneira (mesmo que mínima) na interação e organização entre as crianças. Muitas delas espontaneamente perceberam que poderiam usar o tablet ao mesmo tempo, inclusive com jogos em grupos. A lista que havia sido criada para o rodízio foi tomando novas formas por iniciativa das próprias crianças, seja para inclusão de novos nomes na lista, como também para a organização do rodízio.

<sup>27</sup> No começo da pandemia, o GT Ciranda avaliou como manter algumas atividades sem criar novos riscos de contaminação. Foi considerado que o prioritário era tentar trabalhar junto das crianças que estavam com muitas dificuldades com o ensino remoto e, para isso, os trabalhos foram divididos em duas frentes: uma para o apoio pedagógico com as crianças que estavam na etapa de alfabetização, entre 6 e 11 anos. A outra frente ficou responsável por fornecer apoio às crianças que tinham dificuldades em disciplinas como ciências, matemática, geografia, etc. Nesta situação ficou muito evidente como o processo de aprendizado escolar e, sobretudo a alfabetização, ficou severamente comprometida com o ensino remoto.

acredito que isso influenciou na menor participação dessa atividade, se comparada às entrevistas.

A verdade é que essa proposta de troca de cadernos não vingou, ao menos não quanto às suas expectativas para a pesquisa. Creio que ela cumpriu um papel de materializar alguns vínculos. De alguma maneira, também serviu para animá-las e incentivá-las a desenhar e/ou escrever, mas não foi para além disso. Avaliei que pela falta de recursos e tempo para uma melhor interpretação de alguns desenhos que ficaram nos cadernos, suas páginas não forneceram muitas informações relevantes para a construção interpretativa desta jornada de pesquisa. Ainda assim, renderam alguns caprichos criativos e coloridos.

Figura 10 - Revezamento de cadernos<sup>28</sup>



Fonte: autora (2021)

As atividades de desenho são práticas constantemente incentivadas na Ciranda, por diversos motivos. Por questões de recursos e de estrutura, talvez sejam as mais regulares, de tal modo que muitas das crianças, logo que chegam na sede do MOB-PR já começam a discutir sobre os temas do desenho, pedir por papéis, lápis ou pelo livro que lhes serve como inspiração.

Por fim, para encerrar a exposição das questões metodológicas da pesquisa de campo, é importante reiterar que todas as intervenções aqui citadas foram submetidas à aprovação do Conselho de Ética da UTFPR, conforme o Parecer Consubstanciado número 4.696.389. A participação das crianças foi devidamente

<sup>28</sup> Desenhos feitos após alguns dias da entrega dos cadernos, por Emília (13 anos) e seu irmão Paulinho (9 anos).

autorizada pelas pessoas responsáveis por elas e todos os convites feitos contaram com a apresentação de Termos de Consentimento e/ou Assentimento que foram devidamente assinados e registrados.

No próximo capítulo, elaboro sobre a *luz* epistemológica que serviu como guia aos caminhos trilhados na pesquisa. Faço isso a partir da problematização da distância percebida entre saberes, que distingue os conhecimentos entre “práticos” e “teóricos”, seguida de um pequeno levantamento de algumas definições para o que venho chamando de tradição popular e das contribuições que os estudos acadêmicos aliados às epistemologias da luta popular oferecem.

### 3 A LUZ QUE ILUMINA A JORNADA - PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA

#### 3.1 Entre o saber-fazer e o saber-teorizar: anos-luz a percorrer

No início da pesquisa, acreditava que algumas posições políticas adquiridas ou reforçadas durante a prática dos trabalhos do MOB-PR e da Ciranda estavam já bem consolidadas, em diversos aspectos. Isto porque sentia que certos princípios dos trabalhos feitos na Comunidade já estavam bem estabelecidos: a indignação com estruturas sociais desiguais; a proposta do trabalho ombro a ombro; o modo de fazer, refazer e fazer novamente em processos coletivos, etc. Sabia que outros princípios importantes também estavam assimilados, mesmo que ainda mais no plano teórico do que no da prática.

Neste sentido, adaptar de forma coesa o modo de fazer trabalho de base e educativo (como feito na Ciranda e no MOB-PR) ao modo de fazer uma pesquisa acadêmica parecia algo simples de ser feito. Ainda assim, foi necessário tempo, muitos diálogos e mediações para que viesse à tona a percepção de que esses trabalhos comunitários já em curso de maneira “natural” e rotineira na Portelinha, eram não somente a motivação da pesquisa, mas também a *diretriz teórica e metodológica* para uma discussão agora feita em termos acadêmicos. Então, aquilo que agora parece óbvio não estava assim tão evidente no início desta caminhada.

Esse curioso ocorrido de não enxergar o óbvio evidencia o fato de que, na trajetória desta que escreve mas poderia dizer que em muitas trajetórias que compartilham de contextos semelhantes, os diferentes tipos de saber se conformam de maneira fragmentada e distanciados entre si. Isto demonstra que, por vezes, diferentes conhecimentos se relacionam de maneira hierárquica e não fluida, assim como que havia algo em mim que acreditava que para construir a dissertação, era necessário estabelecer toda uma nova postura, um novo tipo de se relacionar com os temas da pesquisa, uma nova política de estudo que buscou novas e distantes fontes ou referências.

Em resumo, em vez de investigar a fundo nas fontes já introduzidas pela prática dos trabalhos feitos na Comunidade Portelinha, em educação popular e no trabalho de base, no início da jornada eu procurei construir argumentos sobre os temas da pesquisa a partir de teorias vindas de “terras distantes” e acadêmicas, ou

pelo menos, próximas da academia. Em vez de aprofundar o conhecimento que foi gerado pelas lutas sociais deste continente ou país, busquei primeiro fontes que não se relacionam de maneira muito próxima e direta com o contexto o qual me proponho a estudar. Busquei fazer a leitura usando lentes não exatamente apropriadas ao contexto estudado.

Foi então que ficou evidente: se o meu “saber-fazer” na Ciranda e no MOB estava de alguma maneira consolidado e seguro, meu “saber-teorizar-academicamente” sobre educação popular e trabalho de base já não estava assim tão certo de si. Justamente pela distância colocada entre os diferentes saberes. A rígida separação desses diferentes conhecimentos sobre os mesmos temas formou entre eles mais um trajeto a ser percorrido na pesquisa, para que só então fosse possível alcançar um ponto coerente em comum. O saber do trabalho de base praticado pelejou para encontrar uma forma acadêmica de tratar de seus próprios debates.

A distância entre esses dois saberes e a dificuldade em encontrar o ponto comum, acredito, esteve principalmente em dois fatos. Primeiro, minha segurança adquirida através da prática do trabalho de base e da educação popular foi superestimada e isso pode ter ofuscado o surgimento de certas dúvidas e inquietações, tão necessárias à investigação e pesquisa.<sup>29</sup> Se essas dúvidas estivessem mais presentes, poderiam ter suscitado o desejo de maior aprofundamento de algumas questões do campo, mesmo sendo um campo já “conhecido”.

O segundo fato é que, ao me inscrever na teorização dentro de códigos acadêmicos, acabei por eclipsar parte da teoria e metodologia apreendida através da tradição popular, aquela do trabalho de base. Isso porque, em alguma medida, entendia que seus conhecimentos necessitavam de traduções “mais legítimas”. Por sorte, essa pesquisa não foi feita sozinha e ao menos essa contradição foi contornada (assim espero).

Se no início da jornada, busquei pesquisar teorias “distantes” para fundamentar e/ou legitimar os caminhos escolhidos, ao ser lembrada da riqueza do diálogo horizontal entre diferentes tipos de conhecimentos, percebi que não era

---

<sup>29</sup> “A dúvida deve ser a posição mental de quem aspira aproximar-se cada vez mais da verdade ou, pelo menos, dessa porção de verdade que é possível alcançar” (MALATESTA, 2007, p.40).

necessário caminhar muito para buscar novos fundamentos da pesquisa, eles já estavam por perto. Menor ainda era a necessidade de amparar a pesquisa em produções que se firmam em noções abstratas. Enfim, essa “luz” de saberes, dialógica e diversa, mostrou que a jornada da pesquisa partia do concreto, dos trabalhos do MOB-PR e da Ciranda e que estes mesmos impulsionam e indicam as bases para a relação com tantas outras teorias legítimas.

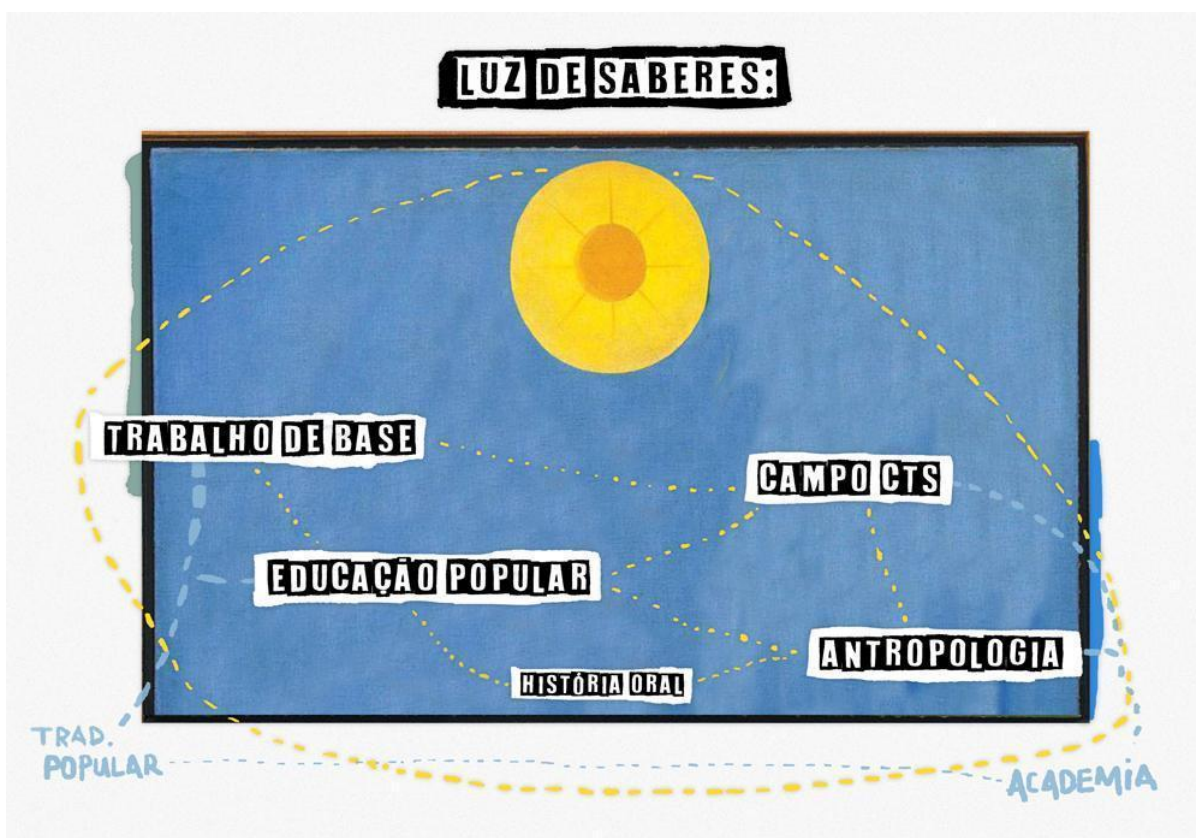
É neste sentido que a luz metafórica, colocada alguns parágrafos acima, é composta também pelo campo interdisciplinar de estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e pelas Ciências Sociais. Estes campos contribuíram para que caíssem muretas que escondiam uma luz que apontava às tradições do trabalho de base e da educação popular enquanto diretrizes teórico-metodológicas, que também deveriam iluminar o andar da pesquisa.

Afinal, toda experiência social produz e reproduz conhecimento e pressupõe epistemologias (MENESES E SANTOS, 2009). Por isso, a luz que ilumina e facilita a trilha vem, por assim dizer, de diferentes raízes epistemológicas. Aliás, não é a luz que nos possibilita enxergar tudo o que vemos, tão diversa que carrega todas as cores do espectro, juntas, em uma só?

Então, parte da luz que clareia a jornada vem de uma epistemologia popular, um saber que sistematiza e reproduz o conhecimento do trabalho de base e da educação popular, que nasceu dos movimentos sociais e da cultura popular. Outra parte luminosa vem de uma epistemologia de base científica, são os conhecimentos construídos a partir do campo interdisciplinar CTS, em relação com produções das Ciências Sociais, sobretudo da Antropologia. São produções que propõem a auto-reflexão e autocrítica à ciência e sua prática, para então sistematizar-se de maneira mais honesta quanto a seus limites, e, portanto, mais horizontal e dialógica.



Figura 11 - Luz de saberes da jornada



Fonte: Autoria própria (2021)

Não é por acaso e nem de maneira aleatória que essas epistemologias criam, unidas, a luz para essa jornada se concretizar da maneira como que ocorreu. Estes saberes demonstram ter, potencialmente, diálogos profícuos entre si. Muitas vezes, podem ser compreendidos de maneira complementar, como procuro demonstrar nas seções a seguir.

### 3.2 A tradição popular de luta: pela base e pela educação

A epistemologia popular referida, do trabalho de base e da educação popular, é aquele conhecimento que surge do que chamarei de “trabalho-luta” e que se inicia a partir da convicção da necessidade de mudança social, dispondo-se a superar a cultura personalista e autoritária e que por isso procura contribuir para que se alcance um protagonismo político popular, ou seja, da base social (PELOSO, 2009).

De acordo com Peloso (2009), o termo “base”, bem como o próprio trabalho de base, foi historicamente adquirindo alguns sentidos no mundo dos movimentos sociais, dos quais ele destaca alguns. Existe a herança terminológica de “base” enquanto base da pirâmide social, onde a base é equivalente ao termo de “classe trabalhadora”, os grupos que estão na parte de baixo da figura geométrica. Também existe, de acordo com Peloso (2009), relação do termo com as “comunidades de base”, que tiveram como grande expressão as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). O termo “base”, no contexto das lutas populares, diz Peloso (2009), também conota uma determinada categoria profissional ou uma opção política, de tomada de consciência da opressão e conseqüente engajamento.

Os saberes surgidos destes trabalhos de base são fruto da concreta ação contra as imposições e opressões vindas dos grupos de “cima”, e, conformam o que aqui está colocado como a “tradição popular” da luz epistemológica. São, então, os acúmulos que ficam das vitórias e das derrotas de diferentes frentes e movimentos que tiveram e têm como objetivo comum, a participação massiva das pessoas interessadas em soluções para desafios individuais e coletivos. São as lições tomadas da peleja pela democratização do poder, segundo Peloso (2009), guiadas pelo horizonte socialista de um mundo sem opressões, de convivência solidária, do despertar à dignidade, com união da rebeldia popular para a transformação da realidade (PELOSO, 2009). Então, os conhecimentos destes trabalhos-luta surgem de seus sonhos e projeções, mas também de sua própria prática.

A prática deste trabalho-luta demanda o que Freire (19-- ) anunciou como ser um “viver pacientemente impaciente” (FREIRE, 19--, p.10). Compreendo que a impaciência está em não render-se à resignação social, manter constantemente a noção de urgência por mudança. Ao mesmo tempo em que, reconhecendo o montante de dificuldades do trabalho por vir, buscar paciência para melhor aceitar o ritmo de luta que o contexto possibilita e, assim, não cair em frustração inoperante. A paciência é uma virtude importante ao processo educativo e a pessoa que encara o papel educador exercita uma paciência que pode se estender a outros processos da vida.

Há um trecho do diário de campo dessa jornada, escrito no dia 20 de Junho de 2021, que expõe parte de um processo de ponderar sobre a paciência e impaciência. Foi um domingo de reunião do MOB-PR e, por conta da pandemia de

COVID-19, as reuniões ainda eram feitas de modo online. Neste dia, estava na sede do MOB-PR, junto das crianças, e em certo momento tive que me deslocar até outro ponto da Comunidade, para fazer a chamada de vídeo com Seu Miguel ao meu lado, um companheiro do Movimento que não possuía celular.

Ao sair da sede para ir ao encontro de Seu Miguel, deixei o espaço sob os cuidados e promessas das crianças e adolescentes que lá estavam (após muita insistência da outra parte), sem uma “fiscalização” adulta. As promessas eram de que quando eu voltasse, encontraria tudo “em ordem”. Mas o que aconteceu foi que:

chegando lá, esperando que o combinado dessa vez tenha sido cumprido e levado a sério, encontro pontos positivos e negativos. Dentro da sede, deu pra perceber que elas haviam varrido e passado pano na mesa, coisas desnecessárias mas ainda assim feitas porque elas simplesmente amam fazer isso, sabe-se lá porquê. Fora, logo na entrada da porta, muitos papéis dobrados, recortes, alguns materiais no chão etc etc etc. Provavelmente o lixo que estava dentro da sede elas varreram para fora e não recolheram. Dessa vez tirei fotos, colhi as provas. “Num vô sofrer calada não”, pensei. Enquanto recolho o lixo e organizo mais algumas coisas, me sinto cansada e brava. Mas aí me lembro que são crianças, que têm seus limites de maturidade para a organização e atenção, limites que talvez eu queira entender de maneira diferente, talvez porque as percebo por vezes tão maduras. Pensei que entender e perceber esses limites é também um aprendizado, além de um exercício de paciência, que pode se estender ao trabalho no MOB como um todo. Aprender ao sentir, de maneira concreta, as diferenças entre o que está em meu ideal e o que de fato acontece é aprender a avaliar melhor as possibilidades do caminho e as diferenças de modos de caminhada entre nós. (Registro em diário de campo, dia 20/06/2021)

A reflexão feita neste dia, além de tocar na questão da paciência necessária aos trabalhos, remete à necessidade do que Peloso (2009) chama de conhecer o terreno onde se trabalha, no sentido de ter noção de seus problemas (as cercas), potências (os atalhos e pontes), de sua cultura, produção artística, econômica etc. Também é importante conhecer alguns dos sonhos que habitam o local, pois são principalmente eles que movem as pessoas à ação transformadora. É importante tomar nota das histórias de resistência do terreno e principalmente, fortalecer com a construção e/ou manutenção de uma memória que narre essas histórias. (PELOSO, 2009)

É a partir desta apropriação de características do contexto que as proposições feitas estarão alinhadas com as possibilidades e com os limites do processo, evitando desgastes que, além de desnecessários, são nocivos aos

trabalhos. Como disse Freire, “educação libertadora ou é aventura *permanente* ou não é criadora” (FREIRE, 19-- , p.8) e se o trabalho-luta tem como busca a permanência, pouco ele tem a ganhar com a impaciência.

Malatesta (2021) também instigou uma paciência impaciente ao trabalho político, por exemplo, quando escreveu que a luta por anarquia<sup>30</sup> deveria se instaurar pouco a pouco em compasso ao ritmo da evolução coletiva. Para Malatesta (2021), o modelo de sociedade desejado deve acontecer não mediante um milagre ou uma insurreição, mas na medida em que a *causa* e princípios pelos quais se luta sejam suficientemente propagados. A mudança social acontecerá na medida em que a *força* da proposta seja suficientemente sentida não somente por pequenos grupos, mas de maneira massiva, assim, “não se trata, portanto, de chegar à anarquia hoje ou amanhã, ou em dez séculos, mas caminhar rumo à anarquia hoje, amanhã e sempre.” (MALATESTA, 2021, p. 25).

É neste sentido que se evidencia uma das confluências das perspectivas dos movimentos anarquistas (mesmo aqueles de diferentes e longínquos contextos europeus) com a tradição popular da América Latina a partir da década de 60. Na verdade, assim fica nítido a base em comum: o socialismo como fim e a perspectiva do trabalho de massas como meio. Com Malatesta (2021), Peloso (2009) e Freire (1981), é possível concluir que participação massiva da sociedade em um processo de retomada do poder, da autonomia, da soberania e da vida digna certamente não virá logo nem certamente, mas é certo que é junto à base que a luta deve estar e, é a partir dos limites da base (impostos pelos de cima), que o trabalho deve ser feito, nem aquém e nem além.

De modo que não parece haver, nesta perspectiva de luta, muito espaço para o imediatismo. Se o ritmo do passo faz lembrar o trabalho da formiga, é preciso lembrar da força de um formigueiro e, principalmente, dos trajetos iniciados décadas atrás, trilhados por pessoas que sonharam, trabalharam, viveram e morreram enquanto construía a tradição que ainda hoje guia sonhos semelhantes<sup>31</sup>. Seguir

---

<sup>30</sup> “[...] queremos a Anarquia, isto é, uma sociedade fundada sobre o livre e voluntário acordo, na qual ninguém possa impor sua vontade a outrem, onde todos possam fazer como bem entendem e concorrer voluntariamente para o bem-estar geral. Seu triunfo só será definitivo, universal, quando todos os homens não mais quiserem ser comandados nem comandar outras pessoas, e tiverem compreendido as vantagens da solidariedade para saber organizar um sistema social no qual não haverá mais marca de violência e de coação.” (MALATESTA, 2021, p. 25).

<sup>31</sup> Como canta Don L: “[...] descendemos desses sonhos e nunca morreremos / Nos mantivemos em cada assembleia, cada célula, cada rincão, viela, em cada pregação, cada cela” (DON L, 2021).

pacientemente impaciente é honrar essas lutas passadas e assumir responsabilidades em não “deixar a peteca cair”.

A complexidade dos trajetos necessários para alcançar as metas criadas por qualquer trabalho de base pode ser assustadora. Mas os trabalhos feitos pelas lutas passadas que desfrutaram do gosto da liberdade - do doce de sua conquista e do amargo das perdas pelo caminho - oferecem suas histórias como inspiração e lição. Como a que se mostra através das palavras de Abraham, do Município Autônomo Rebelde Zapatista (MAREZ) San Juan de la Libertad - Caracol II, que diz respeito à dificuldade que seu município enfrentou ao criar um novo e autônomo projeto de educação, obstáculos que os ensinou que:

tenemos que empezar algo chiquito y ese algo chiquito tiene que ir creciendo poco a poco. Pero no importa, empecemos algo chiquito para ver si algún día va creciendo poco a poco, tal vez va a llevar años (...). Así no dominó el miedo de iniciar algo porque íbamos a empezar com algo chiquito, aunque seja algo insignificante pero se tiene que pensar. Si equivocado, empezamos pues a ver si vamos corrigiendo en el camino - así decíamos - de por sí algo hay que empezar. (ABRAHAM, 2013, p. 18)

Essa tradição de luta ensina que, para se alcançar os objetivos dos trabalhos encarados, alguns trajetos são essenciais, mesmo que feitos pouco a pouco, mesmo começando “chiquito”. Se os trajetos podem ser tão incertos e variáveis, algumas indicações colocadas pela tradição popular são certas, não para serem seguidas via de regra, mas para pautarem reflexões feitas de acordo com o contexto.

Uma das indicações deixadas por esta tradição e seus trabalhos-luta de outrora é que, para a manutenção e fortalecimento dos conhecimentos suscitados por estes trabalhos, é indispensável e inerente ao trabalho a elaboração de um projeto de educação popular. Se há a premissa de que tanto educar é um ato político, quanto um ato político é também educativo (FREIRE, 19--), a intencionalidade política neste paradigma de educação não é camuflada e, pelo contrário, coloca-se politicamente em favor da base popular (PELOSO, 2009) e é em função desta base e de seus interesses concretos que formula seu método e seus objetivos.

Assim como o trabalho de base, a educação popular no Brasil tem em sua consolidação diferentes correntes e movimentos. Com Boff ([s.d]), Freire (1981) e

Peloso (2009) é possível tomar nota das raízes e referências vindas da teologia da libertação, das CEBs, das associações de bairros, sindicatos e de movimentos do operariado. Com Gallo (1996)<sup>32</sup>; Tragtenberg (1990)<sup>33</sup> e Moraes (2013)<sup>34</sup>, é possível explorar as origens e ramificações de projetos de educação popular relacionados ao operariado, aos sindicatos e aos movimentos anarquistas. As raízes e referências que deram corpo à educação popular referida nesta pesquisa têm horizonte socialista e todas têm em comum um projeto de educação autodeterminado, de acordo com os fins próprios da base.

É possível perceber que os acúmulos e conceitos oriundos da educação popular circulam também dentro dos muros da escola, da educação tradicional. Entendo que essa circulação pode ser feita de maneira mais ou menos coerente com os princípios de educação popular construídos ao longo da história dos movimentos populares. Marca presença na escola, por exemplo, através de pessoas que participam do processo educativo nos papéis de educadoras inspiradas pelo paradigma popular, ou no papel de educandas que reivindicam maior horizontalidade e reconhecimento, pela escola, de “outros” saberes que não aqueles oficiais<sup>35</sup>.

Porém a educação popular também está presente na escola a partir de uma cooptação que esvazia alguns de seus princípios básicos. Perde-se, com estes movimentos de incorporação parcial ou esvaziada, um dos elementos, a meu ver,

---

<sup>32</sup> Gallo (1996) aborda questões políticas e filosóficas da educação anarquista a partir do conceito da educação integral, princípio básico para a concepção de educação popular, ainda que se manifeste por diferentes estratégias e pedagogias.

<sup>33</sup> Tragtenberg (1990) destacou a pedagogia libertária sobretudo a partir da experiência da escola racionalista dirigida por Francisco Ferrer, na Espanha. Tragtenberg (1990) também levantou debates sobre o papel burocrático e domesticador da escola, em contraposição à proposta libertadora da educação popular. Por fim, Tragtenberg (1990) também problematizou tentativas de cooptação das CEBs, por parte do Mobral e seu Programa Diversificado de Ação Comunitária (Prodac) com objetivos de “detectar focos focos cruciais de conflitos para que o Estado possa “administrá-los” ou, “preventivamente”, adotar medidas acauteladoras nos centros urbanos e zonas rurais com grande tensão social”.

<sup>34</sup> Moraes (2013) tem vasta pesquisa histórica que se debruça sobre os trabalhos do educador anarquista, João Pentead, que dirigiu escolas direcionadas principalmente às filhas e filhos do operariado, entre as décadas de 10 e 60.

<sup>35</sup> A constatação da presença de alguns princípios da educação popular na educação tradicional surgiu de algumas de minhas experiências vividas em escolas, por meio de estágios de docência e também por debates compartilhados em círculos de formação de educação popular, que sempre tiveram presença do professorado da rede básica de ensino. Para aprofundar as análises e problematizações entre os limites entre essa intersecção, sugiro dois artigos: “Educação popular: desafio à democratização da escola pública”, de Maria Teresa Esteban (ESTEBAN, 2007) e “Estado e Educação Popular: Desafios de uma Política Nacional”, de Moacir Gadotti (GADOTTI, 2016).

dos mais importantes: o trabalho de conscientização crítica ao fato de que a sociedade se divide em classes, que seguem em constante luta.

Quando se discute educação, é necessário tomar cuidado para não se deixar tomar por um tom romântico, aquele que promete fertilidade certa do terreno a partir de algumas premissas da educação popular (como amor e maior horizontalidade no processo), mas com muitas outras deixadas de lado. A tradição de educação popular para a qual esse trabalho foca a análise compreende que a educação que interessa à base social, sobretudo à periferia, é aquela que se percebe dentro de um espaço social de disputa, de jogos de forças políticas, econômicas e culturais. Porque se a educação é sempre um fato político (FREIRE, 19--), certamente há em seu entorno embates, a despeito do romantismo aparente.

Esta concepção popular de educação não reduz a educação à batalha e também defende boas doses de amor, mas ainda assim, projeta a educação a partir de uma perspectiva política inscrita na luta de classes e com um horizonte bem definido, de luta pelo fim das opressões. Portanto, um horizonte anticapitalista, antirracista, anti opressões de gênero, de sexualidade, e de quaisquer outros grupos sociais que sejam marginalizados. É, como diz Peloso (2009), sobre uma “fé na vida, amor pelo povo e sonho de liberdade” (PELOSO, 2009, p. 41).

Práticas de grupos zapatistas dão força a este paradigma popular de educação. Chamam-na de *Otra Educación*, um projeto contraposto à educação tradicional, desenvolvidora de planos e programas em favor da cultura e ideologia dominantes, com métodos autoritários e monótonos. A “Outra Educação” é um ensino do “processo de pensar criticamente”, de reflexão sobre a realidade concreta e não mais sobre alheias abstrações, com ênfase nos “porquês” e “como”, por meio de relações pedagógicas de companheirismo e aprendizagem mútua e compartilhada (ROJAS, 2019).

É, enfim, um modelo de educação que busca

ensinar uma história verdadeira de nossos povos, país, mundo, a nossos meninos e meninas. Também queremos uma educação que fortaleça nossa cultura, nossa língua materna, nossa própria forma de educação em cada família. Queremos uma educação também que nos ensine o coletivismo, a unidade, a disciplina, o companheirismo. Queremos uma educação que saiba responder às necessidades de nossos povos de acordo com a região onde vive. Queremos uma educação que nos ensine alguma técnica de trabalho, que nossas comunidades, de todos os trabalhos que estamos

realizando em nossas comunidades. Queremos uma educação onde se respeite nossa cultura e não zombemos dela. Queremos uma educação que nos ensine o justo, para praticar a justiça. Queremos uma educação onde se respeite a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a defendê-los com dignidade. Queremos uma educação onde se respeita a sabedoria e se dá valor a nossa dignidade. E queremos uma educação também em que se ame o trabalho, onde se ame a vida, onde se ame também a vida de nossa mãe natureza. (DOS SANTOS, 2008 p.76)

Entendo que é a partir dos princípios que relacionam as noções de coletivismo, de mutualismo e de respeito à diversidade cultural que acontece de contexto a contexto, de etnia a etnia, entre trabalho humano e trabalho da natureza, que está grande parte da riqueza epistemológica da educação popular e do trabalho de base.

A título de exemplo coloco que, durante alguns momentos de confinamento impostos pela pandemia de Covid-19, na solidão de leituras e fichamentos, tive dificuldade em transformar em palavras algumas das experiências vividas enquanto educadora na Portelinha. Essas dificuldades só foram superadas com idas à campo, longas conversas e orientações. Em outras palavras, a superação da dificuldade emergiu das relações, do trabalho coletivo e participativo<sup>36</sup>. Assim, de maneira empírica, foi possível assimilar concretamente alguns dos saberes da tradição popular, que preconizam que o conhecimento prático e libertador realmente só pode ser construído de maneira coletiva, participativa e horizontal. Como o ditado sugere, duas cabeças pensam melhor do que uma. Muitas cabeças hão de pensar melhor ainda.

Ainda sobre uma noção de conhecimento constituído em termos coletivos e participativos, a próxima seção aborda algumas possibilidades para a tessitura de redes formadas a partir das epistemologias de luta unidas aos conhecimentos acadêmicos.

### **3.3 Conhecimento acadêmico para um trabalho-luta: em busca de uma ecologia de saberes**

Se, neste contexto de pesquisa, foram experiências das tradições e epistemologias da luta popular que construíram o alicerce para um saber-fazer

---

<sup>36</sup> Afinal, “ninguém está só” (FREIRE, 19--) e todos estamos com o mundo.



político, foi a partir de reflexões relacionadas ao campo CTS que pude desconstruir algumas noções cientificistas adquiridas ao longo da vida e por vezes praticadas, sem perceber, também dentro dos trabalhos políticos. A partir do campo CTS é possível posicionar outras epistemologias em pé de igualdade com a ciência na qual tanto confiamos e, assim, enxergar com mais clareza a riqueza dos cruzamentos entre os conhecimentos vindos da luta popular e aqueles vindos das teorias acadêmicas também desejantes de mudança social.

Paradoxalmente, foi a partir dos estudos científicos e acadêmicos em CTS que foi possível verificar e refletir sobre a separação feita, involuntariamente, entre as teorias e reflexões que chegam através do saber popular e aquelas que chegam através das vias hegemônicas e oficiais do conhecimento (Escola e Universidade). Só então, foi possível aproximá-las e percebê-las, juntas, enquanto a luz da jornada.

Em termos colocados pelo pesquisador Boaventura de Sousa Santos, o que se busca com essa “luz” da pesquisa formada por diferentes fontes e culturas é uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2009)<sup>37</sup>. De acordo com Santos (2009), a ecologia de saberes é uma contra-proposta que surge a partir da crítica à dominação colonial e sua construção de uma epistemologia dominante. Ao contrário da epistemologia dominante, a ecologia de saberes confronta a monocultura da ciência moderna e reconhece a heterogeneidade de saberes, bem como a riqueza das interações entre esses diferentes conhecimentos, que se relacionam sem comprometer suas respectivas autonomias (SANTOS, 2009).

Santos (2009) defende que, para a ecologia de saberes, conhecimento é *interconhecimento* e é, então, “aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios” (SANTOS, 2009, p. 47) e entender que todo conhecimento tem seus limites, internos e externos. Neste sentido, propõe a *ciência* como parte de uma ecologia de conhecimentos, não assumindo um suposto monopólio sobre o que é de fato saber legítimo, ou seja, utilizá-la, mas não da maneira hegemônica como tem sido difundida (SANTOS, 2009).

---

<sup>37</sup> Em Abril de 2023 denúncias feitas por mulheres de diferentes países apontaram o sociólogo Boaventura de Sousa Santos como ator de variados assédios sexuais, sobretudo feitos a partir de sua posição de prestígio e poder no meio acadêmico. Não tenho notícias sobre o andamento das investigações. A esta altura do trabalho, pouco consegui fazer além de demonstrar repúdio às pessoas que aproveitam de dinâmicas de poder para produzir relações violentas e desiguais, das quais nem o meio acadêmico nem o campo político da esquerda estão livres. Por fim, acredito que uma real ecologia de saberes jamais se fará em contextos onde determinados corpos se sentem à vontade para objetificar e invadir outros corpos.

Na proposta da ecologia de saberes, de acordo com Santos (2009), o conhecimento é a intervenção do real (não somente a narração da realidade) e é a partir da avaliação dessa intervenção que a credibilidade do conhecimento é medida. Os parâmetros de avaliação da credibilidade são aspectos cognitivos e ético-políticos da intervenção, o que evidencia que o conhecimento não é concebido como algo abstrato, mas sim como uma “prática de conhecimento” que atua na realidade (SANTOS, 2009).

A dimensão prática do conhecimento, colocada por Santos (2009) como elemento legitimador de si mesmo, apresenta-se como premissa fundamental aos saberes produzidos e reproduzidos pela tradição popular de luta, que entende que “não é o discurso que diz se a prática é válida; é a prática que diz se o discurso é válido ou não” (PELOSO, 2009, p. 19). Assim como entende que “a ciência só é verdadeira quando serve à vida e à liberdade.” (PELOSO, 2009, p. 55).

Desejando-se enquanto uma ecologia de saberes, a luz epistemológica desta jornada clareia e aponta caminhos de maneira mais ampla, alcançando aspectos de natureza diversa. Permite enxergar de modo mais aprofundado e completo alguns pontos do itinerário, enquanto este por sua vez, dá à luz algo concreto e dinâmico para iluminar.

Como dito, a proposta de interação entre os diferentes saberes também está na base da tradição popular, visto que sua práxis é pautada justamente na diversidade que compreende o saber e o viver popular. Ampara-se na mística, na religião, na ciência e dialoga com teorias socialistas, construídas e sistematizadas dentro e/ou fora do universo acadêmico (PELOSO, 2009). A “transformação social se faz com ciência, com consciência, bom senso, humildade, criatividade e coragem.” (FREIRE, 2021).

Se a ciência moderna ocidental buscou sugerir uma unidade, nos termos de uma universalidade e de monocultura (SANTOS, 2009), essa tradição popular estudada propõe outro tipo de unidade, a unidade dialética e complementar (PELOSO, 2009). Por exemplo, entre o saber erudito e o saber popular, entre o saber teórico e o saber prático, tudo para chegar ao objetivo de alcançar a um “saber mudar”.

Eis que, seguindo os rumos das discussões do saber enquanto interconhecimento, as discussões teórico-metodológicas desta jornada perpassam

algumas produções elaboradas no campo da História Oral, a fim de qualificar as discussões sobre o conhecimento elaborado de modo coletivo, através de várias mãos e vozes.

De acordo com Meihy (2005), a História Oral é um recurso usado para validar experiências não registradas em documentos escritos, ou que, quando estão, é a partir de uma dimensão que não aborda questões subjetivas. É, portanto, uma narrativa que tem um fundamento de registro que permite reflexões pouco encontradas das documentações escritas (MEIHY, 2005).

Dessa forma, a concepção de História Oral se opõe a noção cientificista, porque se propõe a analisar também as subjetividades que transparecem nas memórias coletivas, e porque propõe lidar com a complexidade da memória, por exemplo, as omissões e vieses que se relacionam aos locais políticos de onde surgem as subjetividades e as lembranças.

A elaboração de conhecimento a partir da História Oral, parte principalmente de entrevistas gravadas e, necessariamente, se relaciona às questões da memória e identidade, que neste contexto são entendidas como práticas de análise social e que, discursadas e registradas, tornam-se documentos (MEIHY, 2005). A isso, relaciona-se o importante fato de que a História Oral, como colocam Meihy e Holanda (2015),

[...] privilegia grupos sociais deslocados — migrantes e imigrantes —, parcelas minoritárias excluídas, marginalizadas, e se vale de suas narrativas para propor uma “outra história”, ou história “vista de baixo”, de ângulo incomum, sobre determinada realidade em contraposição ao silenciamento ou à visão “majoritária” e institucionalizada, assumida como aquela que devemos reconhecer como “versão oficial”. Por lógico, a visão dos grupos de poder interessa, mas como contraponto para o diálogo com os desvalidos. (MEIHY e HOLANDA, 2015, p. 52)

Assim, articulando os conceitos colocados, resulta o entendimento de que para esta jornada, a História Oral é uma fonte de referências teóricas e metodológicas importante, ao que busca legitimar, registrar e enaltecer a memória individual e coletiva<sup>38</sup> das lembranças da vida e da luta da base social, ou como chamam Meihy e Holanda (2015), dos grupos deslocados, minoritários, excluídos e marginalizados.

---

<sup>38</sup> Segundo Bosi (1987) a memória é mais do que um resgate de lembranças, é um trabalho constante de construção feito a partir da articulação entre passado e presente.

Contudo, isto não significa que esta pesquisa se coloca enquanto uma expressão da tradição oralista. A História Oral é entendida por Meihy e Holanda (2015) como uma disciplina, um campo de saber que se forma a partir de um projeto complexo que segue seus próprios protocolos. É por isso que, de acordo com Meihy e Holanda (2015), existem alguns diferentes níveis de apropriação da disciplina e de seu campo de conteúdos, que é vasto. Neste caso, a contribuição da disciplina não foi enquanto diretriz a procedimentos metodológicos, o que me demandaria maior domínio teórico sobre ela. A História Oral esteve como uma referência, sobretudo para refletir sobre alguns eventos da pesquisa de campo que tangenciam três elementos que parecem sempre “conversar” entre si: as lembranças, a construção de memória e a identidade.

Ainda sobre modos de pensar o conhecimento da tradição popular - enquanto fruto de trabalhos coletivos, a partir de relações, diálogos e encontros dados de maneira horizontal -, lanço mão de uma citação que sintetiza e expressa muito bem essa concepção. São palavras do geógrafo anarquista Élisée Reclus, que ao escrever sobre anarquia e sobre a espontaneidade da ajuda mútua entre nós, seres sociais, narrou, ao meu ver, uma bela recordação:

O reacionário do grupo era espremido por seus interlocutores, todos mais ou menos socialistas. Voltou-se repentinamente para o capitão, o chefe, o senhor, esperando nele encontrar um defensor nato dos bons princípios: “Vós comandais aqui! Vosso poder não é sagrado? O que aconteceria com o navio se ele não fosse dirigido por vossa vontade constante?” - “Sois um homem ingênuo”, respondeu o capitão. “Entre nós, posso dizer-vos que de hábito não sirvo absolutamente em nada. O homem no timão mantém o navio em sua linha reta, e em alguns minutos um outro piloto o substituirá, depois, outros mais, e seguiremos regularmente, sem minha intervenção, a rota costumeira. Embaixo, os foguistas e os maquinistas trabalham sem minha ajuda, sem minha opinião, e melhor do que se eu me intrometesse dando-lhes conselhos. E todos esses gajeiros, esses marujos também sabem qual trabalho devem fazer, e, eventualmente, só tenho de conciliar minha pequena parte de trabalho com a deles, mais penosa e mais mal remunerada que a minha. Sem dúvida, minha função em tese é guiar o navio. Mas não pensai que esta é uma simples ficção? Os mapas estão lá e não fui eu quem os elaborou. A bússola nos dirige e não fui eu quem a inventou. Escavaram para nós o canal do porto de onde saímos e aquele do porto no qual estaremos. E o navio extraordinário, apenas gemendo em seu cavername sob a pressão das ondas, balançando com majestade na ondulação, singrando poderosamente sob a bruma, não fui eu quem construiu. O que sou diante dos grandes mortos, dos inventores e dos estudiosos, nossos predecessores, que nos ensinaram a atravessar os mares? Somos todos seus parceiros, nós, meus camaradas marujos e também vós passageiros, pois é por vós que cavalgamos as ondas, e, em caso de perigo, contamos convosco para nos ajudar fraternalmente. Nossa

obra é comum, e somos solidários uns aos outros!” (RECLUS, 2016, p. 37-38)

Se hoje me é possível dedicar tempo a estudar e sistematizar os conteúdos necessários a esta pesquisa, é porque antes de mim, muitos outros trabalhos foram feitos. Primeiro, se está sendo possível o estudo sobre a Portelinha, é graças a todas as pessoas que, treze anos atrás, lutaram e organizaram uma comunidade “proibida” sob os olhos de quem “gerencia” a cidade. Segundo, se proponho fazer análise sobre o MOB e a Ciranda, isso só é possível graças às pessoas que trabalharam em criar e consolidar o movimento na comunidade, há 7 anos. Por fim, se hoje é possível fazer pesquisa com recursos e subsídios (como é o caso desta jornada), assim o é graças às pessoas que pelejaram e reivindicaram o direito à universidade pública e gratuita, graças às pessoas que consolidaram os programas de pós-graduação e que possibilitaram, por exigências, a formulação de políticas públicas que tornam muitas pesquisas possíveis. Essa peleja, certamente, não foi fácil.

Poderia ainda seguir por muitas linhas para apontar essas longas trajetórias que possibilitam os diferentes conhecimentos tal como estão atualmente. Desde as pessoas que trabalharam e trabalham de maneira próxima com o cuidado de grandes nomes aqui citados - as mães e pais, avós e avôs, tias ou tios. Assim as pessoas da base social, “de baixo”, que trabalham incessantemente em funções indispensáveis para que a sociedade se mantenha “em pé”, mesmo que suas responsabilidades sejam constantemente e sistematicamente invisibilizadas. São, por exemplo, as domésticas, cuidadoras, cozinheiras, agricultoras etc., pessoas que também tornaram possível o surgimento de vários dos importantes conceitos usados durante a jornada, que talvez elas mesmas poderiam ter formulado, caso tivessem oportunidades.

### **2.3.1 O início da monocultura**

Se, como foi possível perceber, o modo dominante de lidar com os conhecimentos invisibiliza muitas das etapas e pessoas que o constituem, Santos (2009) aponta à raiz do fato: o saber científico e a epistemologia ocidental

hegemônica têm, visivelmente, sua base na busca por dominação, aquela que vem da ambição colonial e da acumulação de capital. Neste sentido, é possível concluir que a ação de subjugar, deslegitimar ou mesmo exterminar outros modos de pensar o conhecimento é mais um sistema de dominação e aprisionamento, mais uma via de opressão, construída para interesses restritos a certos grupos sociais, para o topo da pirâmide.

A partir de leituras de produções do campo CTS é possível contatar formas de refletir criticamente sobre esse véu que é colocado sobre valores e interesses políticos e ideológicos, que estão presentes na produção científica e tecnológica dominante, mesmo quando camuflados por diferentes mecanismos. São críticas que estão em pleno acordo com discursos e práticas da tradição popular, porém feitas de outras maneiras e a partir de diferentes perspectivas.

Os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade que alumiam a jornada desta pesquisa partem de uma problematização, como já foi dito, quanto à noção de neutralidade e objetividade como características legitimadoras da prática da ciência e pesquisa - noção que perdura em grande parte da comunidade científica até os dias atuais, em diferentes medidas. Esta noção problemática remonta ao positivismo científico, que de acordo com Gil (2008) tem quatro principais características: 1. O conhecimento científico é objetivo; 2. O conhecimento científico repousa na experimentação; 3. O conhecimento científico é quantitativo e 4. É um conhecimento que supõe a existência de leis que determinam a ocorrência de fatos.

Essas noções positivistas emergiram da proposta concebida por Auguste Comte, que segundo Júnior (1994), atribuiu ao conhecimento humano três estados que se posicionam *hierarquicamente* em: a) o estado teológico-fictício; b) metafísico-abstrato e c) positivo-científico. A lógica comtiana para a classificação das etapas do conhecimento é hierárquica, linear e progressiva: o avanço acontece necessariamente de "a" à "c". Ao alcançar o terceiro estado, o saber constitui-se então como ciência e, supostamente, é neste estado "positivo-científico" que o espírito humano descansa e encontra a ciência e é onde as sociedades e indivíduos evoluem (JÚNIOR, 1994). Considerando o fato de que o positivismo se tornou hegemônico e dominante enquanto referência de investigação e gestão do conhecimento, eis aqui um motivo para o enraizamento da classificação hierárquica dos diferentes conhecimentos, da qual não escapou esta pesquisa.

Bazzo, Linsingen e Pereira (2003) destacam que as produções positivistas também consolidaram todo um discurso triunfalista sobre a ciência, no qual reforça-se que a evolução da sociedade através dos feitos da ciência, para que possa, enfim, descansar. Aparentemente, é nessa lógica linear que ainda muitas de nossas projeções de sociedade estão baseadas, por exemplo, nos discursos desenvolvimentistas, que ao priorizar o “progresso” deixam tantas outras questões sociais preteridas.

Parece-me que é também com a influência dessa lógica linear que estão consolidadas certas noções relacionadas aos estudos feitos dentro dos muros escolares ou universitários, como a direta relação entre a escola e um futuro melhor, a partir de uma vida profissional por vir. Algumas falas neste sentido são, recorrentemente, ouvidas durante as atividades da Ciranda e uma delas ficou registrada durante uma das conversas feitas para a pesquisa.

No dia 20 de Junho de 2021, na sede do MOB, a pequena Fernanda, de 7 anos me contou:

Fernanda: Um dia eu alembro que ela (uma senhora da Comunidade) falou assim pra mim: “é assim, ces tem que estudar memo”.  
Anita: Ah é?! Que mais que ela falou?  
Fernanda: Ela falou bem assim “é ces tem que estudar bastante que daí ces vão ser alguma coisa, daí vão trabalhar de alguma coisa daí vai aprender a trabalhar de alguma coisa. (Fernanda, em conversa no dia 20/06/21)

Este trecho permite visualizar que, diferentemente da lógica do trabalho de base e da educação popular, a lógica cientificista é difundida como um progresso retilíneo, ou como foi dito à Fernanda, que a escola leva ao estudo, que leva ao “ser alguém na vida”, que é trabalhar com algo que possa trazer uma vida melhor, provavelmente se referindo a melhores condições materiais. Enquanto que a lógica da tradição popular está, possivelmente, mais para um eterno “zigue-e-zague”, para subidas e descidas, idas e retornos, cair e levantar.

O foco dado aos motivos dos problemas sociais também difere bastante entre as lógicas da epistemologia popular e cientificista. Estudar é, sim, muito importante para concretizar a ação para a mudança, mas partindo de algumas constatações empíricas sobre algumas posições tomadas por escolas e sua relação com estudantes, é fácil perceber que criar uma associação direta de uma vida melhor com a instituição pode ser extremamente problemático.

Antes de tudo, é preciso observar que essa lógica acaba fomentando a noção de que estudo é uma prática exclusiva da escola. Segundo, a partir da convivência com as crianças nota-se que é justamente na escola, a partir das pessoas que a representam (diretoria, coordenação pedagógica, professorado, patrulha escolar, etc), que muitas crianças e adolescentes da Comunidade têm suas primeiras experiências de serem hostilizadas e/ou marginalizadas, por questões de classe econômica, território, raça, sexualidade etc.

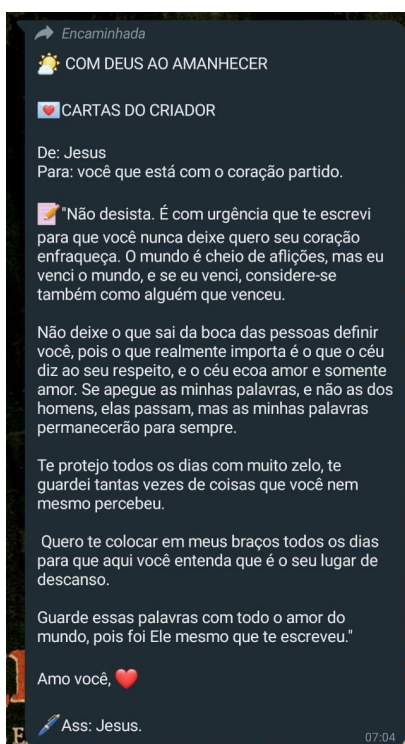
Por fim, “a vida melhor”, que geralmente é entendida em termos de uma ascensão pessoal, não é um fruto garantido do estudo escolar. A partir dessas noções, os discursos meritocráticos vão tomando força, ainda que seja verificável o fato de que a conclusão dos estudos escolares nem sempre é garantida, e ainda, que sua conclusão traga necessariamente condições de vida digna. Discursos como este desconsideram certos elementos relevantes, como os fatores que dificultam a conclusão dos estudos para determinados grupos, por exemplo por conta da marginalização recorrente, ou o fato de que outros marcadores sociais podem, nesta busca por uma vida melhor, se sobrepor ao ensino escolar concluído.

Outra divergência entre a noção difundida à epistemologia científica e a popular está no que Bazzo, Linsingen e Pereira (2003) apontam como sendo um discurso triunfalista. É fato que o trabalho de base nem sempre está isento de adotar esplendorosos discursos, mas essa não é sua premissa e, ao menos no MOB-PR, os discursos não prometem grandes triunfos. Na verdade, muitas vezes são discursos que não superam sonhos de simples dias e condições melhores, enfim, somente sonhos de uma vida digna.

No trabalho de base também não há, no geral, o subjugo de elementos teológicos ou metafísicos, como acontece na monocultura cientificista. Porque estes conhecimentos são constitutivos da cultura da base, de maneira profunda. No MOB-PR, essas noções teológicas e metafísicas sempre marcam presença ao longo dos trabalhos. De “Cartas do Criador” que chegam por mensagens virtuais aos trabalhos que hão de vingar, “se Deus quiser”, dos quais já receberam até a benção por meio de orações de um pastor da Comunidade.



Figura 12 - “Cartas do Criador”



Fonte: Arquivo pessoal - captura de tela (2021)

Ainda que, como colocam Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, a epistemologia dominante (de natureza positivista-cientificista) buscou eliminar a reflexão epistemológica e a análise cultural e politicamente contextualizada (MENESES E SANTOS, 2009), é nítido que existem distinções epistemológicas, causadas por serem de diferentes contextos. São diferenças que a tradição popular, por princípio, procura sempre respeitar e acolher.

Alguns discursos, aproveitando-se da posição dominante do conhecimento científico, colocam as diferenças epistemológicas em uma posição onde é forjada uma antítese hierárquica: se o progresso é fruto do conhecimento científico, aquilo que venha em algum momento contestar as práticas e/ou consequências do saber científico, torna-se por extensão, anti-progresso e causa de “atraso” etc.

Quando o saber científico se volta a projetos de “progresso” formulados por processos que desconsideram as culturas e epistemologias do contexto afetado, muitas vezes pautados em uma política racista e classista, não à toa, o conhecimento construído nas lutas sociais populares, através dos grupos afetados, se opõem à noção científicista e positivista, colocando em xeque a própria noção de

progresso. Como disse Galeano (2021), o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes.

Ao analisar algumas das mobilizações surgidas a partir de conflitos impulsionados por projetos científicos e tecnológicos de “desenvolvimento”, é possível perceber que a crítica do campo CTS que aqui está brevemente demonstrada, é, antes de tudo, mais do que conceitos abstratos. Porque são críticas que surgiram de vivências, demandas e mobilizações concretas. Muitas mobilizações sociais levantaram-se criticamente frente ao “progresso”, independentemente dos estudos CTS estarem ou não consolidados enquanto campo acadêmico no Brasil.

É o caso, por exemplo e para citar somente alguns, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e de muitas mobilizações indígenas<sup>39</sup>, movimentos populares que se colocaram e ainda se colocam contrários às imposições da “ordem e do progresso”, concretizada em projetos de construções de barragens e usinas hidrelétricas, pela implantação de indústrias mineradoras e pelo agronegócio - tudo isto que é “oferecido” (quando na verdade é imposto) sob o revestimento de melhoria de vida e avanço para o país.

A isto que foi chamado de “revestimento” ou “véu”, pelo fato de que escondem parte das consequências negativas de certas práticas científicas e de seus interesses restritos a pequenos grupos, o filósofo Hilton Japiassu nomeou de “máscaras e mitos da ciência” (JAPIASSU, 1977). Segundo a professora Sonia Kramer, Hilton Japiassu contribuiu com a ciência ao propô-la refletir sobre si mesma, sob uma perspectiva de responsabilidade social (KRAMER, 2021). Acredito que é isto que torna o pesquisador e suas produções boas representações dos estudos em CTS aqui no Brasil.

Japiassu (1977) refletiu sobre o papel social e responsabilidade da ciência, por exemplo, quando discorreu certos falseamentos terminológicos, usados para tornar o discurso sobre os “projetos de progresso” mais palatável àquelas pessoas afetadas por eles. Para Japiassu (1977), há uma máscara da ciência neutra e

---

<sup>39</sup> Difícil não se lembrar da emblemática fotografia, tirada em 1989 na cidade de Altamira, em que Tuíra Kayapó repousa seu facão sobre o rosto do diretor da então Eletronorte, empresa que, por fim, implantou a Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre o rio Xingu (mas não sem resistência dos povos que ali viviam).

objetiva, que "dispensaria os cientistas, em nome de sua atividade racionalista, de tomar parte nos conflitos e nas incertezas da cidade política". Mas há também outra, aquela que, segundo o filósofo, é a máscara do "magistério ético dos cientistas", que fornece o direito de dizer o que é bom, porque conhecem o que é verdadeiro.

Japiassu (1977) aponta que essas máscaras contribuem com a formação do caráter mitológico da ciência, cujo primeiro mito elencado seria aquele que preconiza que a ciência dirige, necessariamente, ao progresso, o que até o momento esta seção buscou questionar, presente na concepção linear. Segundo Japiassu (1977), este mito serve principalmente àqueles que procuram o apoio do Estado ou da sociedade em geral, para pôr em prática alguns de seus grandes projetos de ciência e tecnologia.

O segundo mito, para Japiassu (1977), se contradiz ao primeiro porque se isenta de uma avaliação de seus resultados, perante a sociedade. É o mito da "ciência pura e imaculada", para o qual a máscara da neutralidade contribui e, coletivamente, máscara e mito sustentam a narrativa na qual a ciência serve somente à seu próprio fim, sem valores políticos e ideológicos e portanto, sem necessidade de ter de lidar com suas implicações éticas e sociais.

É neste segundo mito que está sustentado o "apolitismo" da ciência que ficou em plena evidência, por exemplo, na pandemia de Coronavírus - COVID-19 com algumas questões levantadas durante as discussões sobre o uso e/ou defesa de determinados medicamentos, ou sobre a produção e aplicação de vacinas. Neste contexto, muito se falou, em tom acusatório, que grupos e bases partidárias estavam usando a ciência de maneira política, "politizando-a", como se o fato fosse algo nocivo a sua essência. Partindo do ponto de que a política está em toda relação social, creio que essa discussão seria melhor feita em termos de refletir sobre questões éticas da ciência, elaborando distinções entre o que seriam interesses ideológicos, econômicos, ou, enfim, a grupos específicos.

Esses aspectos presentes nas polêmicas que despontaram ao longo da pandemia, apontados enquanto questões de se "tornar" ou não uma questão política, parece-me que fomentou confusões terminológicas, que ainda reforçam significados, reduzidos e negativos, sobre o que é "política". Isto dificulta o debate que poderia ser feito acerca dos interesses envolvidos, pautados em vantagens

individuais ou de grupos restritos, que diante dos debates citados, some em uma espécie de neblina.

Por fim, é novamente no tocante à politicidade da ciência, do conhecimento e da informação que esta seção se encerra, dando a início à próxima, que seguirá tratando da política, mas em sentido amplo, de inerência à vida social. As elaborações que seguem buscam expor algumas das contribuições teórico-metodológicas que esta jornada teve, dos estudos e debates da Antropologia.

### **3.4 Pensar o pensamento, na batida de um blues antropológico**

A assunção política é uma das convergências significativas entre os saberes e práticas da tradição popular e do campo CTS. De maneira semelhante, algumas produções da Antropologia também acrescentam nuances importantes às análises e propostas que esses campos sugerem, por exemplo, com relação às concepções de cultura, de relações sociais e de conhecimento. O antropólogo tukano João Paulo Lima Barreto diz que, ao ler produções do campo da Antropologia, sente um “estímulo para “pensar o pensamento”” (BARRETO, 2021, p.11). Isto é algo que compartilho e que, junto ao fato de que algumas reflexões antropológicas caem como uma luva aos princípios do trabalho de base, justifica o uso de leituras do campo da Antropologia como base para a luz de saberes da jornada.

Os cruzamentos entre vias que partem da tradição popular e vias que vêm da antropologia, um campo acadêmico, são outro exemplo de como a perspectiva epistemológica desta pesquisa tenta alcançar algo semelhante a uma “ecologia de saberes” (SANTOS, 2009), que busca se formular para contribuir com uma metodologia acadêmica que tenha coerência com trajetos de pesquisa feitos por um movimento social popular, em um terreno periférico.

O encontro e o experimentalismo etnográfico, como concebido pela tradição da pesquisa participante, de acordo com a pesquisadora Maria Luisa Sandoval Schmidt, contribui com a construção de discursos *contra hegemônicos*, ao se basear na polissemia e polifonia das representações, o que inclui a valorização das histórias e contos da vida (SCHMIDT, 2006). Ora, não é justamente esse um dos principais horizontes das propostas colocadas até então, vindos do campo CTS, da busca por

uma ecologia de saberes e das mobilizações populares? Sim, horizontes que vislumbram não somente uma, mas várias possibilidades de entender ou alcançar progresso, desenvolvimento e saber. Possibilidades que interajam entre si, de maneira respeitosa e não hegemônica.

O conceito de *encontro etnográfico*, de acordo com Schmidt (2006), está baseado sobretudo na *relação entre* as pessoas participantes da pesquisa, portanto, baseia-se em diferentes vozes e estabelece que a ética do encontro está ao entendê-lo enquanto *diálogo, negociação e interlocução culturais*. Sobre os aspectos desse encontro, feito a partir de uma pesquisa participante, Schmidt (2006) continua dizendo que

nesta alternativa, a ética das relações entre pesquisador e pesquisado é erigida, por um lado, a partir do interesse do pesquisador pelos sentidos e significados atribuídos por seu interlocutor à vida social e, por outro lado, na focalização do próprio encontro como processo de conhecimento. (SCHMIDT, 2006, p. 27).

É neste sentido que as referências antropológicas e etnográficas se colocam aqui para qualificar o diálogo entre as pessoas participantes da pesquisa, considerando aspectos éticos e políticos e para suscitar análises destas relações e diálogos. Essas referências antropológicas surgem para contribuir, alinhadas à política do trabalho de base, com o alcance de objetivos como o de fomentar reflexões coletivas, que podem ser a base para novas ações em momentos ainda por vir, por exemplo através do MOB-PR.

Os debates antropológicos que foram buscados para instrumentalizar esta jornada não propõem intervenções diretas feitas nos contextos de pesquisa. Não porque fazem parte de uma disciplina que se exime da ação política, mas porque no sentido do que o antropólogo Malungo (2021) atribui à etnografia, sobretudo àquela em favor das lutas sociais, o arcabouço antropológico sustenta momentos de pausa, de passos atrás, que por sua vez fornecem reflexões que “de perto e de longe”, contribuem para melhor entender elementos internos e externos do contexto estudado. E assim, melhor reagir a eles.

Quanto ao conceito de pesquisa participante, Schmidt (2006) coloca que essa tradição compreende práticas e discursos de pesquisas qualitativas que vêm de matrizes diferentes e que, historicamente, foram se desdobrando em linhas

teórico-metodológicas singulares, ainda que ela atribua a todas as tendências uma raiz etnográfica. Para Santos (1999), a pesquisa participante é uma das respostas básicas às crises das ciências e suas instituições, ao passo que supre a necessidade de uma dupla ruptura: com o paradigma positivista e com a hegemonia do saber científico.

Sobre as diferentes linhas das então chamadas “pesquisa participante”, Schmidt (2006) ainda aponta que de maneira geral se relacionam com a raiz etnográfica de duas maneiras: linhas teóricas que se colocam em “oposição à tradição etnográfica, supondo-se a si mesmas como descontinuidades críticas e inovadoras”, enquanto outras “retomam os problemas postos pelas práticas inaugurais no e do interior de pesquisas etnográficas” (SCHMIDT, 2006, p. 14).

Como nesta pesquisa as referências antropológicas estão latentes - presentes ainda que nem sempre visíveis - principalmente por conta da relação que este trabalho procura construir com a tradição popular de luta por direitos, entendo que a caminhada está amparada na segunda linha esquematizada por Schmidt (2006). Ou seja, na linha que retoma as contribuições etnográficas acrescentando a elas, além das críticas já colocadas sobre a noção epistemológica mono-cultural hegemônica, também a crítica à cisão que atribui à alguém e/ou a algo, funções de quem faz a pesquisa e de quem é alvo da pesquisa (sujeito/objeto).

O encontro etnográfico proposto por uma pesquisa participante é a problematização da natureza das relações entre as partes envolvidas na pesquisa e é um movimento de rompimento com hierarquias, explícitas ou veladas, presentes no processo da pesquisa social e de construção de conhecimento. (SCHMIDT, 2006).

Este modelo do encontro etnográfico se aproxima das relações incentivadas e construídas ao longo dos trabalhos comunitários estudados e demonstra que há, entre os dois campos, um entrelaçamento de premissas políticas. Seria possível afirmar que muitas dessas premissas entraram nos contextos acadêmicos justamente pelo contato da pesquisa acadêmica com a tradição popular e dos estudos relacionados aos movimentos sociais? Isto incita minha curiosidade mas não poderia me arriscar em supor algo. O que é possível dizer é que esta relação certamente rendeu frutos e que, se há na tradição popular um vasto histórico de experiências, há também um acúmulo teórico, político e metodológico muito rico.

Como colocou Gilberto Velho (1978), no ofício da antropologia há a confrontação das considerações científicas com os conhecimentos já em trânsito (senso comum, conhecimento popular, religioso, entre outros), o que gera uma possibilidade de enriquecer o conhecimento sobre o fenômeno em questão. Velho (1978) exemplificou o raciocínio citando o trabalho da antropologia urbana, na qual a interpretação do contexto é nada mais do que *mais uma* versão sobre o tema. A pesquisa antropológica está suscetível ao confronto com outras perspectivas do mesmo tema. Esse confronto, segundo Velho (1978), favorece possibilidades de rever e "adornar" a interpretação, que não é nem exclusiva nem somente valiosa quando vinda da academia.

A antropologia contribuiu para o aprofundamento de algumas noções epistemológicas colocadas até o momento. A exemplo, para a professora Carmen Lúcia Guimarães de Mattos, fazer etnografia implica, necessariamente, a concepção de participação ativa e dinâmica de todos os grupos, com potência de modificação das estruturas sociais (DE MATTOS, 2011). Ou seja, parte do princípio da polissemia. Para Magnani (2002), a etnografia urbana pode contribuir para uma análise não mecânica da cidade, que pode desfazer alguns sentidos-comum, por exemplo, de que a cidade é o que é somente por conta das grandes forças econômicas, políticas e da especulação imobiliária. Dessa maneira, facilita a superação de noções que projetam uma cidade dissociada da influência de grupos "menores", ou sobre termos aqui recorrentes, de grupos da base social.

Essa percepção não mecanizada e não hegemônica sobre a cidade, tal como a pleiteada por pesquisas da antropologia urbana, pode se estender a uma dimensão política mais ampla. Uma análise ampliada de agentes sociais da cidade, na medida em que expande o foco de atenção percebe também outras dinâmicas no corpo social: dinâmicas que podem ter sido (e geralmente são) deixadas de fora no discurso hegemônico. Nesta nova ótica fica evidente que os papéis são diversos e que, por mais que certos grupos tenham de enfrentar os mais variados tipos de opressões e pré-determinações, atuam, têm agência, modificam as estruturas sociais e demonstram força política. Mesmo quando essa força é sistematicamente sabotada, fragmentada e desmobilizada e mesmo que estes grupos estejam, constantemente, relacionados à qualidade de passividade, de submissão e inoperância diante outros elementos sociais "maiores".

As etnografias urbanas podem captar, abordar e evidenciar fatos ocultados de certos discursos, por exemplo aquele sobre a cidade de Curitiba enquanto “cidade sorriso”. O discurso de cidade “limpa”, organizada, arborizada, com ótimo sistema de circulação, lazer e transporte etc. que foi mantido por diferentes gestões de governo. É sabido que essa imagem construída pelos “de cima” esconde a vida difícil da base, “dos de baixo” - grupos periféricos, pessoas em situação de vulnerabilidade (desde aquelas em situação de rua até as que lutam por um pedaço de terra para seu barraco). Pessoas que, no geral, não vivem em uma Curitiba que corresponda à imagem feliz que foi criada e que justamente por isso, criam suas próprias “imagens” da cidade.

Muitas imagens são de resistência às mazelas que alguns grupos fingem não existir, criadas com ações simbólicas e ações e reivindicações concretas, que salientam a incoerência do retrato parcializado de Curitiba, reproduzido muitas vezes como geral<sup>40</sup>. São ações, por exemplo, como a ocupação de certos espaços da cidade, à revelia dos governos e da propriedade privada.

Ao tratar a “cidade como campo” (MAGNANI, 2002) e com o estudo em contextos mais próximos do que aqueles de uma clássica antropologia feita em lugares longínquos (do ponto de vista de antropólogos, no geral, europeus), a distância e delimitação de momentos de pesquisa conceituados como “trabalho de campo” (pesquisa empírica) e trabalho de “gabinete” (sistematização teórica) já não é tão cristalina. De modo que o “trabalho do gabinete” foi sendo incorporado também pelo momento do campo, o que considerando o dito de Frei Betto (2006) faz todo sentido, já que “a cabeça pensa onde os pés pisam”.

É neste sentido que as contribuições de Magnani (2002), Mattos (2011), Schmidt (2006) e Velho (1978) somam-se à tradição popular, para engrossar o coro que alega: a análise legítima da realidade não se dá somente pelas vias acadêmicas e, muito menos, se fará somente entre seus muros. Essa análise também se faz ao mirar as diferentes construções e interpretações jacentes na cultura popular e como salientou Velho (1978), é possível acessar muita riqueza científica ao observar a

---

<sup>40</sup> Como diz um trecho da música “Cidade sorriso” do projeto Punho Firme: “Cidade modelo para quem? A realidade é dura e crua, as pessoas morrem de frio na rua. Padrão gringo com a melhor qualidade, só pra elite branca da sociedade”.



prática artística popular, mesmo quando esta não tenha qualquer compromisso com a objetividade.

Velho (1978) também compartilha da crítica à suposta neutralidade e objetividade, sobre a qual parte o campo CTS. A partir de um ponto de vista antropológico, assume que a realidade sob relato é uma realidade filtrada e ilustrada sob a ótica de quem a narra:

Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Este movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranóias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros. (VELHO, 1978, p. 43)

Assim, relembro a postura de assumir minha reflexividade nesta dissertação, que é o relato de uma jornada mergulhada em relações e sentimentos pessoais, que impossibilitam forjar uma “objetividade científica”. Além disso, como já foi exposto, os conceitos de educação popular e de trabalho de base sobre os quais parte este trabalho preconizam a necessidade de se evidenciar os locais e desejos políticos do processo.

Quando Velho (1989) atribuiu a “modéstia” a nossa construção de conhecimento, quando da relativização da objetividade, acredito que estava se referindo a um processo sem vaidades e ciente de seus limites, dos quais, um deles é a possibilidade parcial e não total de apreensão e portanto de *narração* da realidade. A modéstia tratada também pode estar no fato de que o conhecimento, se construído a partir de diferentes parcialidades, compreende uma construção mais coletiva e horizontal. Aliás, essa compreensão de saber mais honesta e consciente de seus limites pode nos livrar do peso da busca do que é, na verdade, inalcançável.

Quando superada a necessidade de enquadramento em uma suposta neutralidade ou objetividade, a interlocução entre as partes da pesquisa acontece de maneira menos controlada e mais livre. Para o educador popular e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, a diferença entre uma pesquisa de moldes “neutros” e uma pesquisa qualitativa é que, da primeira para a segunda, há uma transferência da “confiança no método e nos instrumentos de pesquisa (de quem eu mesmo me

torno um outro “instrumento”) à confiança em mim-mesmo como instrumento humanizado da minha pesquisa” (BRANDÃO, 2021, p. 8).

Brandão (2021) é um interlocutor do cruzamento entre a tradição da educação popular e o campo da antropologia da pesquisa participante. As reflexões feitas por ele representam uma ótima síntese daquilo que, acredito, estão na intersecção desses campos. Se para Brandão (2021) há um grande salto entre a pesquisa quantitativa e qualitativa, este o é ainda maior ao considerar o que é feito da pesquisa qualitativa para a prática da pesquisa participante:

Agora, eu que antes confiava em mim diante do outro, confio no outro diante de mim. E não mais como um fiel e confiável doador de si-mesmo para mim, entre dados, discursos, histórias e memórias, mas como um co-participante da criação solidária de saberes. (BRANDÃO, 2021, p. 8)

A partir de termos semelhantes, convergem diferentes fontes: a busca pela unidade dialética não universalizante ou mono-cultural da tradição popular, a polifonia da pesquisa participante e do encontro etnográfico, a busca pela polissemia do conhecimento na ecologia de saberes e a crítica ao saber usado para interesses de poucos e privilegiados grupos do campo CTS. Foi desta convergência que nasceu a tal luz que cria a perspectiva epistemológica da pesquisa.

Essa luz iluminou não só os espaços e momentos “oficiais” desta jornada, mas inspirou também aquilo que o antropólogo Roberto Da Matta chama de “aspectos anedotários” da pesquisa. São os espaços menos formais da prática antropológica, nas conversas, nos mal entendidos do processo de pesquisa (por exemplo na incoerência do fato de eclipsar a tradição sobre a qual estão baseados boa parte dos temas estudados), nos contratempos das idas à campo etc.

Para Da Matta (1978), essas anedotas, apesar de por vezes serem deixadas de lado nos relatos oficiais, são possivelmente a parte mais importante da pesquisa:

Se é possível e permitido uma interpretação, não há dúvida de que todo o anedotário referente às pesquisas de campo é um modo muito pouco imaginativo de depositar num lado obscuro do ofício os seus pontos talvez mais importantes e mais significativos. É uma maneira e — quem sabe? — um modo muito envergonhado de não assumir o lado humano e fenomenológico da disciplina, com um temor infantil de revelar o quanto vai de subjetivo nas pesquisas de campo, temor esse que é tanto maior quanto mais voltado está o etnólogo para uma idealização do rigor nas disciplinas sociais. Numa palavra, é um modo de não assumir o ofício de etnólogo integralmente, é o medo de sentir o que a Dra. Jean Carter Lave denominou, com rara felicidade, numa carta do campo, o *anthropological blues*. (DA MATTA, 1978, p. 4)

O fato de deixar à margem certos aspectos oriundos dos percalços, diálogos e conflitos da vida concreta, para Da Matta (1978) isso pode significar ausência de coragem em revelar determinado aspecto da nossa constituição enquanto seres humanos. E por que seria necessário coragem para demonstrar algo que, necessariamente, nos torna o que somos? Possivelmente porque a concepção de ciência que "venceu" as outras, a visão hegemônica, é justamente aquela da racionalidade instrumental, que se pressupõe neutra e objetiva.

O *anthropological blues*, para Da Matta, estaria na transformação do exótico em familiar e do familiar em exótico, porque assim como o gênero musical, essa transformação é um processo que ganha força a cada repetição feita e, porque, assim como o trabalho de campo, o blues carrega consigo uma carga de nostalgia, tristeza e saudade. Mas, quais seriam as causas da nostalgia no blues antropológico?

Acredito, refletindo a partir dos argumentos trazidos, que nesse processo de transformação são necessárias algumas mudanças nas percepções sobre os sistemas sociais, principalmente em termos subjetivos. Para alcançar tais reformulações é possível que seja necessário deixar de lado sentimentos caros, portanto de difícil desapego e, possivelmente daí, venha a tristeza pelo que ficou para trás.

Para procurar o exótico naquilo que já nos é familiar, já naturalizado, é necessário colocar em dúvida algumas de nossas bases e certezas. Nem sempre isso é tarefa fácil, ainda que necessária. Como nos disse o anarquista italiano Errico Malatesta (2007), a dúvida é essencial, pelo menos a quem aspira aproximar-se cada vez mais da porção de verdade que é possível alcançar.

Já para a transformação inversa - familiarizar o exótico, é preciso deixar de lado a distância segura, o preconceito e, quem sabe, justamente aquilo que nos mantém confortáveis sobre nossos próprios lugares. Mariza Peirano classifica a familiarização do exótico como o processo de desconstrução das categorias abstratas da nossa sociedade, o que o torna um movimento de muita potência política, que pôde levar a concluir por exemplo que

no inventário das possibilidades humanas, o processo histórico do chamado mundo ocidental no qual vivemos talvez tenha sido, este sim, o mais exótico, porque aquele historicamente mais singular, único, recente e possivelmente o mais contraditório. (PEIRANO, 1995, p. 139)

É possível que haja um estranhamento em grupos acostumados em nomear e classificar os "outros", ao notar-se ele mesmo como estranho, "exótico" e contraditório. Talvez, também por isso a análise de si mesmo (a etnografia do familiar, do urbano e entre nós) adquira maior força somente tempos depois daquelas feitas bem distantes de si.

Mas as causas dessas cargas emocionais que fazem a batida do blues antropológico podem vir também da tristeza em perceber como o modelo civilizatório hegemônico oprime determinados grupos, e de diferentes maneiras<sup>41</sup>. Da Matta (1978) certamente pôde ter detalhes das opressões sofridas por povos indígenas, seja por interferências autoritárias, negligências ou por apagamento histórico<sup>42</sup>. Nessa pesquisa, inevitavelmente, estão relatadas algumas das opressões que grupos periféricos sofrem, o que, ao menos para aquelas pessoas que buscam o exercício da alteridade, pode trazer sofrimento também.

A luz epistemológica da pesquisa sugere que a alteridade deve ser uma busca contínua, que deve refletir uma postura ética e empática, além de uma análise compreensiva e sem julgamentos *a priori* daquilo que pode escapar à compreensão

---

<sup>41</sup> De acordo com Reclus (1985a), o modelo de civilização oriundo da Europa mas que foi "arrastado a outras partes do mundo é aquele "de se preparar para o lucro, tencionando comandar os outros homens através do dinheiro todo-poderoso. Seu poder aumenta na proporção exata de seu haver." (RECLUS, 1985a, p. 75)

<sup>42</sup> Enquanto este trecho da pesquisa foi escrito, indígenas de diversas etnias ocuparam Brasília em mobilizações contrárias à tese do Marco Temporal, nítido exemplo de tentativa de apagamento histórico de indígenas do país. A tese propõe que os povos indígenas só podem reivindicar a posse de terras em que estiveram ocupando antes da promulgação da Constituição Federal, em Outubro de 1988. Uma nota assinada pela APIB pode ser conferida no seguinte link: <https://apiboficial.org/2021/08/28/primavera-indigena-mobilizacao-permanente-pela-vida-e-democracia>.

de quem analisa o fenômeno. Assim sendo, a busca pela alteridade é um elemento fundamental para o alcance de uma análise que traga mais nuances e profundidade.

Mas retomando aos aspectos anedotários de Da Matta (1978), há outra qualidade importante nestes, ainda que possa ser a origem de desconfortos: a qualidade das contingências. Da Matta (1978) expressa esse caráter contingente quando afirma que o trabalho em campo se constrói a partir de diversas variáveis, que é um trabalho "artesanal e paciente, dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os outros ingredientes das pessoas e do contato humano.". Quem diria, uma dessas variáveis seria uma pandemia, que ao demandar novos modos de socializar, requisitou ajustes abruptos nos modos de participação e diálogo nesta pesquisa.

São com esses fatores contingentes, condicionados por todas as circunstâncias expostas, que encerro a exposição sobre o que está sendo chamada de luz da jornada, composta por saberes e tradições que nortearam o planejamento e a postura da pesquisa.

Como já dito, parte desses saberes já estavam em convivência durante os trabalhos da Ciranda e do MOB-PR, mas ganharam novas camadas de reflexão, a partir da pesquisa acadêmica. Disto resultou a busca por condutas teórico-metodológicas que guiassem à assunção da reflexividade acompanhada da constante dúvida e análise crítica. Também aconselhou o preparo às contingências e surpresas da jornada; ao olhar empático e atento; à noção de que o conhecimento necessário será construído de maneira compartilhada; às análises sobre o "não familiar" sem reducionismos ou rigidez; e, por fim, para, quem sabe, junto a tudo isso, sentir a companhia do tal blues antropológico durante a caminhada.

No próximo capítulo, trato de demonstrar algumas definições compreendidas na pesquisa, quanto ao território e quanto à periferia em relação à cidade e às dinâmicas e normas sociais.

## **4 DAQUI PARTIMOS: CHÃO DE TERRA E CASTELO DE MADEIRA<sup>43</sup> - SOBRE O TERRENO PERIFÉRICO**

Nesta seção, procuro contextualizar o local geo-político ocupado pela Portelinha, assim como faço um levantamento de parte dos significados atribuídos ao que venho chamando de periferia, relacionando-os a alguns relatos registrados durante o trabalho de campo, que por sua vez cumprem a função de reforçar e evidenciar a concretude dos significados periféricos levantados.

Mas antes de tecer sobre conceitos que constroem um entendimento de periferia, é interessante delinear algumas noções e também alguns anseios, presentes nesta pesquisa e nos trabalhos do MOB-PR, quanto aos possíveis significados de territorialidade.

### **4.1 O território versus a cidade corporativa**

O ideal de território, como confabulado nesta jornada, não é entendido como uma área delimitada por cercas, lotes, aluguéis ou outros tipos de acordos formais. Está mais alinhado ao território como defendido por Mestre Joelson e as pessoas que constroem a Teia dos Povos<sup>44</sup>: uma terra com uma comunidade, cercada de cuidados e respeito, repleta de símbolos de pertencimento e fundamentada na abundância de vida - vida de gente, de águas, da mata, de alimento e animais (FERREIRA E FELÍCIO, 2021).

Para a Teia dos Povos, o território é o princípio, o meio e também o fim. Por isso, a Teia preconiza a urgência da democratização das terras, para que seja possível então construir territórios livres, inclusive do entendimento de que são mercadorias (FERREIRA E FELÍCIO, 2021).

A visão mercadológica e a prática especulativa sobre a terra foi traduzida pelo geógrafo Milton Santos a partir do que ele chamou de “um espaço sem

---

<sup>43</sup> “Mas não importa se chão de terra tem poeira / Aqui, é meu castelo de madeira / Sou príncipe do gueto, só quem é desce e sobe a ladeira / Sou príncipe do gueto e meu castelo é de madeira”, trecho da música “Castelo de Madeira”, do grupo A família.

<sup>44</sup> “A Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, territórios, povos e organizações políticas, rurais e urbanas. Extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas, periféricos, sem terra, sem teto e pequenos agricultores se juntam, enquanto núcleos de base e elos, nessa composição com o objetivo de formular os caminhos da emancipação coletiva. Ou seja, construir solidariamente uma Aliança Preta, Indígena e Popular.” (TEIA DOS POVOS, 2022)

cidadãos” (SANTOS, 2011). Esse espaço, que pode ser um bairro ou uma cidade inteira, são áreas em que a cidade acontece, antes de tudo, para o jogo de mercado. São planejamentos de “cidades para servir à economia e não à sociedade” (SANTOS, 2011, p. 120), espaços que, segundo ele, são entendidos ou funcionam como se não houvesse vidas reais circulando por eles, e, conclui que o que resta disso, são desigualdades e injustiças.

Neste jogo, onde alguns interesses e movimentos são feitos principalmente para atender objetivos econômicos, resta aos grupos da base social a eterna busca pelas frestas possíveis: por um lugar para conseguir viver, por acesso aos aparelhos de assistência social, de ensino, saúde, transporte etc. Dinâmicas de vida onde, frisou Santos (2011), o direito de morar é correlato ao direito da propriedade privada e é, então, que a visão imobiliária da cidade é consagrada com êxito.

Ainda que as regras deste jogo citadino sejam assim impostas, hei de lembrar dos escritos de Magnani (2002), para buscar romper com a irrupção mecânica das análises sobre os processos urbanos. Este mecanicismo pode acometer muitas reflexões, mesmo as mais bem intencionadas, principalmente por conta dos discursos de gestões públicas ou de grandes nomes da iniciativa privada que empurram, à base da sociedade, uma sensação de absoluta imobilidade e impotência sobre a cidade. Acontece que, pelas frestas, a cidade foge da mecânica dominante e, além de Magnani (2002), quem demonstra isso é o próprio terreno em discussão nesta pesquisa, a Portelinha.

Se Magnani (2002) afirma que, ao contrário da sugerida inoperância, as pessoas “de baixo” das cidades constroem incontáveis redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, rearranjos etc., as pessoas moradoras da Portelinha mostram cotidianamente que, mesmo à revelia dos interesses e exigências de empresas privadas, do sistema judiciário, de órgãos públicos e/ou híbridos, elas seguem não só morando em uma área “irregular” como também seguem a construir seu território e sua comunidade neste terreno. Seguem festejando, trabalhando, cultuando, estudando, enfim, vivendo e criando vida sobre o terreno.

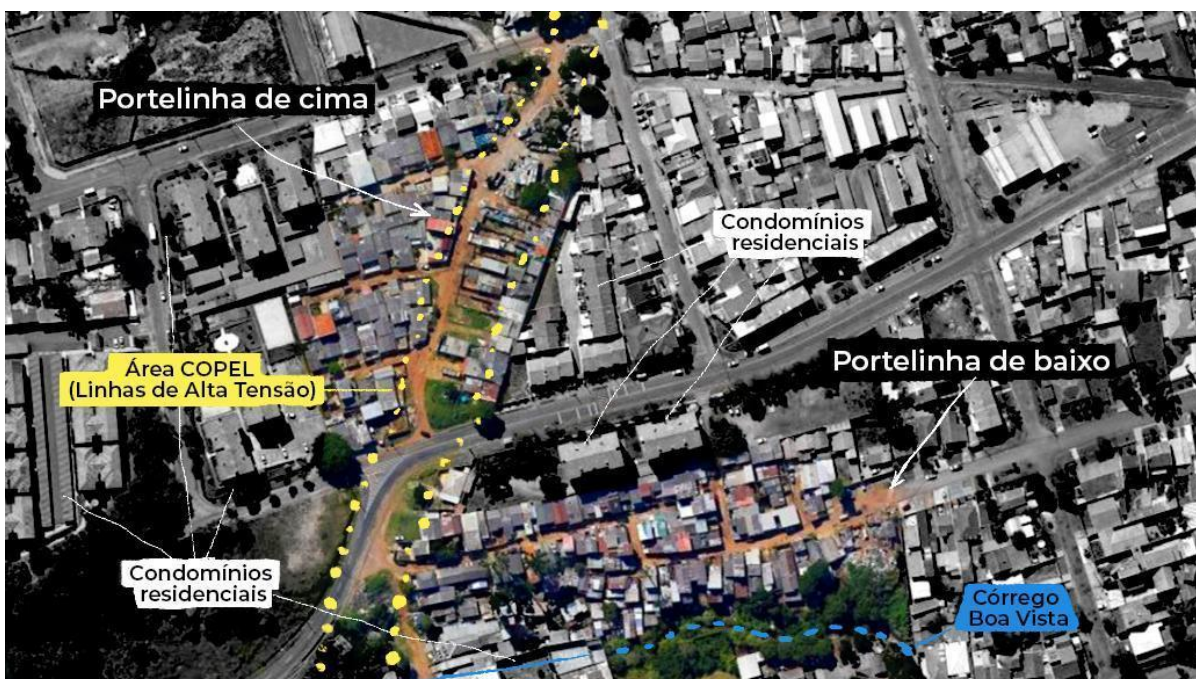
Na próxima seção, revisito alguns acontecimentos importantes para entender um pouco melhor sobre as circunstâncias que condicionaram o atual

contexto da Comunidade Portelinha, de seu surgimento “irregular” à sua permanência insistente e reivindicativa.

#### 4.1.1 O “ataque ao instituto de posse”

Considerando suas quase 300 famílias, a área que delimita a Comunidade Portelinha é relativamente pequena: de acordo com o TETO (2017), são aproximadamente 29.600 m<sup>2</sup> de área total. A Portelinha se divide geograficamente em duas: a parte de cima e a parte de baixo. São duas áreas de chão de terra, cercadas por asfalto, vias de trânsito e muitos condomínios residenciais.

Figura 13 - Comunidade Portelinha vista de topo



Fonte: Google Maps, adaptada pela autora (2021)

Como consta no processo do Poder Judiciário do Estado do Paraná de número 0012467-46.2007.8.16.0001 e, também de acordo com relatos das pessoas que moram na Comunidade, foi no carnaval do ano de 2007 que a área onde hoje é a Portelinha começou a ser ocupada. As famílias foram espontaneamente construindo suas casas, na parte de cima e na parte de baixo daquele terreno que percebiam estar, há anos, vazio.



Em alguns pontos da Portelinha de cima, algumas casas foram levantadas sob postes de alta tensão da COPEL, configurando assim “áreas não edificáveis”. Mas o pedido de reintegração de posse e a situação de irregularidade do terreno se deu, primeiramente, pela transgressão e confronto com o estabelecido pela propriedade privada.

Desde seu início, no carnaval de 2007, corre na Justiça o pedido de reintegração de posse de parte da terra da Portelinha de cima. A ação de reintegração foi iniciada pela empresa Plano Leve S/A, uma incorporadora de imóveis que, no processo judicial mencionado, alega ser proprietária da terra ocupada, assim como dos condomínios que fazem fronteira com casas da ocupação (PARANÁ, 2007).

A mesma empresa é proprietária da maior parte do terreno que hoje constitui a Portelinha de baixo. Mas, por conta de algumas especificidades - baixo relevo, proximidade ao Córrego Boa Vista e algumas Araucárias que não podem ser cortadas - não foi ajuizada pela Plano Leve S/A nenhuma ação de reintegração de posse com relação a essa área, local que, como consta em um repasse registrado em uma relatoria de reunião do MOB-PR, de 2016, é chamada por representantes da empresa de “abacaxi podre”, termo aparentemente usado para referenciar uma área sem serventia ao mercado imobiliário.

Na petição inicial do processo judicial mencionado, para fundamentar o pedido liminar de reintegração de posse, a empresa alega que o “ato praticado pelos invasores de construir moradas em terreno que não lhes pertence, não encontra bom porto em nosso direito” e que, por isso, como prescrito pela legislação civil, manifesta-se para exigir que se coíba os atos “insanos e ilegais” que desestabilizam a posse, em um “manifesto ataque ao seu instituto” com “sério intuito de causar prejuízo” à empresa (PARANÁ, 2007, p. 21).

A liminar de reintegração de posse foi primeiramente aprovada por uma juíza da 5ª Vara Cível do Foro Central de Curitiba, no dia 8 de Março de 2007, determinando assim que um oficial de justiça fizesse a identificação das pessoas “invasoras” e, caso necessária, usando de reforço policial para retirada dessas pessoas do local (PARANÁ, 2007)<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Neste momento do processo judicial, fica evidente um modo de leitura da cidade e de suas funções, que, semelhante ao que elaborou Santos (2011), eclipsa o fato de que o terreno é um espaço que

Desde o dia 8 de março de 2007 até o presente momento, a reintegração de posse não foi efetivada. Ou seja, famílias seguem ocupando o local, ainda que o Poder Judiciário já tenha determinado que a empresa tem direito à posse do terreno (PARANÁ, 2007). Conforme consta nos autos do processo, desde o dia 14 de março de 2007, diferentes Oficiais de Justiça, em diversos momentos, compareceram à Portelinha para efetivar a reintegração de posse, mas sem de fato procedê-la (PARANÁ, 2007). Sobre justificativas a este fato, não posso oferecer nada além de algumas especulações, que serão colocadas mais à frente.

Em 09 de Abril de 2007, os argumentos trazidos inicialmente pela empresa Plano Leve S/A foram confrontados pela defesa das pessoas ocupantes da área que, sob representação de alguns advogados, contestaram a própria posse das terras por parte da Plano Leve S/A e destacaram que ocorreu o abandono e o descumprimento da função social do local, que agora servia de terreno a suas casas:

Não se pode negar o estado de abandono do imóvel em questão, note-se que há muitos anos seu abandono é causa de problemas na região tanto que tramitou pela Câmara de Vereadores de Curitiba diversos pedidos para que a Prefeitura procedesse a limpeza do lote, já que os proprietários não o faziam.

Mais, se tornou pública a situação dos impostos dos imóveis onde a imprensa e o representante do Município de Curitiba informou que a proprietária do imóvel não recolhe seus impostos de propriedade há muitos anos, evidenciando o desinteresse nos imóveis. (PARANÁ, 2007, p. 273)

No entanto, após anos de duração do processo judicial, o Poder Judiciário compreendeu, de maneira definitiva, que a empresa Plano Leve S/A tinha pleno direito à posse do terreno. Em resumo, tem-se mais os seguintes eventos processuais: 1) em 18 de abril de 2007, o cumprimento da liminar foi suspenso, até que fosse julgado o recurso feito pela defesa das pessoas ocupantes (PARANÁ, 2007, p. 535-541); 2) em 7 de novembro 2007, o Tribunal de Justiça do Paraná manteve a liminar, determinando assim que deveria ser cumprida a reintegração de posse (PARANÁ, 2007, p. 865-877); 3) em 13 de fevereiro de 2009, o juiz de

---

abriga vidas reais, e não somente uma simples mercadoria, sobre a qual está sendo reivindicado o direito da posse. Na decisão interlocutória onde foi expedido o mandado de reintegração, assinada pela juíza da 5ª Vara Cível do Foro Central de Curitiba, é, de antemão, exposto o deferimento de, caso necessário, o uso de reforço policial na ação (para “arrombamento e remoção dos bens” das famílias). Mas, nada é colocado no sentido de acionar órgãos responsáveis a auxiliar as famílias que estariam desalojadas, caso o mandado tivesse resultado na reintegração de fato.

primeiro grau aprovou o pedido de reintegração, reforçando a liminar anteriormente concedida (PARANÁ, 2007, p. 1.103-1.117); 4) e, em 16 de setembro de 2009, o Tribunal de Justiça do Paraná recusou o recurso de apelação das pessoas ocupantes e, de maneira definitiva, decidiu que a Plano Leve S/A tem direito à posse do terreno (PARANÁ, 2007, p. 1.209-1227).

Agora, eis o momento de algumas especulações sobre o fato de a reintegração não ter sido efetivada. Ao analisar os documentos dos Procedimentos Administrativos nº MPPR 0046.13.003851-9 e nº MPPR 0046.14.000744-7, junto do processo judicial já mencionado, parece-me que se a reintegração de parte da Portelinha de cima não saiu do papel, foi por motivos de naturezas distintas. Ao refletir sobre muitas das movimentações feitas, por exemplo, as inúmeras vezes em que oficiais de justiça foram ao local e alegaram que seria necessária a disponibilização de efetivo policial para a desocupação, o que em nenhum momento foi concedido<sup>46</sup>, é possível calcular que a reintegração de posse não foi efetivada também por questões políticas.

De um lado, pesam as reivindicações da Comunidade ao longo de anos e de outro, uma empresa que provavelmente não tem capital político e financeiro forte o suficiente para a retirada das famílias. Durante as várias mobilizações organizadas pela Portelinha, foram denunciados de maneira política os mesmos argumentos que constam ao processo judicial, sendo principalmente questões relacionadas ao direito à moradia que é negado às famílias que ocupam (e por isso ocupam) e ao cumprimento da função social da área que antes estava abandonada, por uma empresa que, inclusive, possui dívidas com a Prefeitura.

---

<sup>46</sup> Dos autos que constam no processo, de 2007 à 2019, é possível perceber os distintos encaminhamentos quanto ao modo de efetivação da reintegração de posse. Como já foi colocado, em 2007, ficou de antemão deferido o pedido de uso da força policial. Ainda neste ano, foram protocoladas solicitações neste sentido, direcionadas à instituição da Polícia Militar do Paraná, que protocolou outra solicitação à Secretaria de Segurança do Estado. Antes desses processos burocráticos se concluírem, houveram novos eventos referentes ao processo judicial, o que por fim, rompeu com as solicitações já iniciadas. Neste sentido, é interessante colocar que, em 04 de Dezembro de 2008, duas advogadas fizeram requerimento de apreciação ao juiz de direito responsável solicitando que a o despejo fosse suspenso e que fosse a COHAB-CT fosse incluída no processo, relacionando a solicitação ao fato de que houve, em Outubro de 2008, grave confronto entre Polícia Militar e ocupantes de uma área no bairro Fazendinha, onde restaram pessoas feridas, inclusive crianças. Junto do requerimento, foram anexados trechos de reportagens sobre o ocorrido, sugerindo que houve grande repercussão do fato, dada a violência demonstrada no momento da desocupação/despejo.

Frente aos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, do Ministério Público do Paraná e da Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT), a Comunidade reivindicou a regularização do terreno e condições dignas de moradia, com a urgente demanda das famílias que viviam (algumas ainda vivem) sob o risco de enchentes ou desabamentos, além da regularização de serviços como água e luz (MOB-PR, 2019).

As reivindicações feitas renderam algumas promessas de candidatos políticos, da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) e da COHAB-CT, promessas que, publicizadas e em algum sentido oficializadas, parecem ter dado certa segurança à Comunidade, especialmente à parte de baixo, que até o momento não enfrenta nenhum pedido de reintegração de posse.

Essas promessas surgiram de reuniões e outros tipos de mobilizações, das quais participei de algumas enquanto militante do MOB-PR. Alguns encaminhamentos feitos durante esses encontros preconizavam que a área da Portelinha poderia ser regularizada, ainda que até hoje, Prefeitura e COHAB-CT nunca apresentaram um plano estruturado e detalhado para tal.

Fotografia 1 - Reunião com representantes da PMC e COHAB-CT



Fonte: arquivos do MOB-PR (2019)

De tudo o que foi discutido e reivindicado nesses anos todos, o que há de mais concreto em andamento, em termos de regularização, é um plano de realocação das pessoas que vivem em uma área de risco na Portelinha de baixo, perto do córrego Boa Vista e, portanto, vulneráveis a alagamentos e desabamentos. Sobre essas realocações, é importante frisar que, a partir de relatos de pessoas que emigraram da Portelinha, é possível perceber que muitas das propostas feitas significam novos desafios às famílias que migram, por exemplo, financeiros.

Uma das pessoas que me conta dessas dificuldades enfrentadas, após uma mudança aos conjuntos populares da COHAB-CT, é dona Maria, militante do MOB-PR, trabalhadora terceirizada em serviços gerais, artesã na Cooperativa Entre Laços e Linhas e antiga moradora da Comunidade. Dona Maria é mãe e “mãevó” “solo” - atualmente tem sob seus cuidados a neta Lara (10 anos) e o neto João (9 anos), que há aproximadamente 5 anos participam da Ciranda.

Em 2021, dona Maria se realocou para um conjunto popular do bairro do Sítio Cercado. Sua antiga casa na Portelinha hoje abriga a família de sua filha, que antes morava a alguns metros de distância, beco abaixo, quase na beira do córrego, casa que foi destruída assim que ela e sua família passaram a viver na antiga casa de dona Maria.

Antes de se mudar, para chegar ao trabalho, dona Maria precisava de um trajeto simples, somente um “amarelinho”. Depois dela, o caminho percorrido ficou mais complicado, necessitando de baldeação. Agora, dona Maria tem que acordar às 5h da manhã para chegar em tempo.

Quando perguntei a dona Maria sobre as novas taxas que ela teve de assumir, enquanto beneficiária da COHAB, ela me disse:

Então Anita, eu pago R\$315 de condomínio, mas isso aí diz que é do condomínio, e daí R\$85 pra Cohab, que esse aí todo mês tem que pagar, até você sair de lá, você vai você vai pagando isso daí... (dona Maria, em conversa do dia 31/10/21)

Além disso, após sair da Portelinha, teve de arcar com mais um novo custo: uma babá para a neta e neto. Antes, as crianças ficavam com vizinhas, familiares e amigas. Quando indagada, disse que no novo conjunto não existe mais essa possibilidade. “As pessoas mal se olham”, comentou.

No geral, as ofertas são para apartamentos em conjuntos populares mais distantes do centro da cidade, então o acréscimo no valor gasto em locomoção, somado ao valor do condomínio do apartamento, somada a taxa paga à COHAB torna impossível para certas famílias o aceite da proposta de se realocar. Isso leva a uma negociação interna, rearranjos feitos entre as pessoas da Comunidade, como foi feito entre dona Maria e sua filha.

Então, a proposta de realocação é feita a famílias que tenham manifestado que podem arcar com esses novos custos, mesmo que não estejam nas áreas de risco e que, ao aceitar a proposta, desocupam a casa que será então habitada pela família que antes estava morando sob risco de alagamento e/ou desabamento. Segundo este acordo, a casa que fora desocupada, localizada em área de risco, deve ser demolida.

Dida, presidente da Associação de Moradores da Portelinha, diz que desde o início deste processo de realocação (iniciado em 2014), 5 famílias se mudaram da Portelinha. Dessas famílias, quando perguntei a dona Maria como havia sido a adaptação à mudança, ela me disse que tem ciência de duas famílias que não conseguiram permanecer nos condomínios da COHAB:

Então, Anita, uma delas foi a J., que era daqui [da Portelinha] e não ficou [no apartamento] porque não tinha condições de pagar e porque não tinha ninguém pra cuidar das crianças dela pra ela trabalhar. E a outra foi aquela que morava, ce deve alembrar dela... Onde era o bar do Luciano, onde mora agora a “Loira”. Ela foi pro apartamento e também não ficou, ela tá morando numa invasão lá no Umbará, também não teve condições de pagar por causa que ela achava que era uma coisa e foi outra, daí o condomínio é muito caro, mais era o condomínio mesmo, não a [taxa] da COHAB, então ela não tinha condições de pagar o condomínio daí ela desistiu e foi morar na invasão lá no Umbará (dona Maria em conversa do dia 31/10/2021)

Então, o que se vê é que o processo de realocação das pessoas que vivem em áreas de risco se dá a passos lentos e envoltos em burocracias e acordos que nem sempre são compreensíveis a todas as pessoas, isto causa que algumas pessoas “achem que é uma coisa e no fim foi outra”, além de muitas dúvidas e incertezas que podem ser percebidas nos diálogos com as pessoas da Portelinha. Este processo pode, por fim, iniciar um novo processo migratório de famílias que não conseguiram se adaptar aos conjuntos habitacionais para o qual foram enviadas.

Como escreveu Milton Santos, a construção de conjuntos habitacionais populares como esses em questão, contribui com o fortalecimento da cidade corporativa, uma cidade que vive em função do lucro e se organiza pautada na especulação imobiliária (SANTOS, 2011). Esses conjuntos acabam adquirindo algumas funções na manutenção da cidade que vive pela lógica de mercado, a primeira delas é de sugerir que as pessoas têm necessidades essenciais (moradia e acesso a aparelhos públicos), de acordo com as classes às quais pertencem. A segunda é que os conjuntos populares acabam criando extensores urbanos, aumentando a densidade populacional da cidade, o que favorece e encoraja a especulação imobiliária, que, por sua vez, estimula mais projetos habitacionais como esses e, assim, o ciclo continua (SANTOS, 2011).

Por fim disso tudo, “os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa, à lei do lucro.” (SANTOS, 2011, p. 123). Essas migrações forçadas, ou no mínimo indesejadas, têm sérios reflexos na vida política da família que migra e na vida política das famílias que permanecem, pois no momento de retirada, não são só os bens materiais da família que migram. Ausentam-se do local, nesta migração, algumas das partes que constroem a memória coletiva e a politicidade do terreno.

Como escreveu Ecléia Bosi,

O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças. (BOSI, 1987, p. 362)

Assim, é possível concluir que a cidade corporativa é grande agente espoliadora das lembranças, contendora da memória coletiva, ao menos para a base da sociedade. A memória coletiva, que pode ser como fermento às ações políticas coletivas, por colocar os sofrimentos e vitórias do passado em relação às recentes reivindicações (que buscam um melhor futuro), é cerceada pelos muros dos latifúndios, rurais ou urbanos, e da especulação imobiliária.

De acordo com uma rápida conta, conclui que desde que ingressei ao GT Ciranda, em 2016, foram no mínimo 9 crianças/adolescentes que deixaram de fazer parte das atividades, porque se mudaram para outras frestas periféricas. O número não é exato e pode ser maior, mas o fato é que, nitidamente, as migrações geram impacto também aos trabalhos do MOB-PR, muitas vezes deixando saudades e a sensação de ciclos interrompidos.

Se as ofertas feitas pela COHAB Curitiba não refletem as condições concretas de famílias periféricas, ou se não parece refletir sobre as consequências sociais dos processos migratórios, que não se encerram com suas realocações, é porque, segundo a Frente Mobiliza Curitiba (2015), ela é uma empresa de economia mista que trabalha sob os termos de uma empresa privada. A grosso modo, seus trabalhos se dividem entre as demandas de construção de habitações populares e demandas de regularização fundiária, esta última, sendo menos rentável economicamente para a Companhia é, de acordo com a Frente, de certa forma preterida.

Bruno Meirinho, Líbina Rocha e Mariana Auler, ao discutir sobre como a cidade de Curitiba lida com a regularização de assentamentos autoconstruídos (como a Portelinha), colocam que:

Em raras ocasiões, a Cohab-CT fala em regularização fundiária. Mas, nesses casos, sua atuação se limita a propor a compra e venda dos terrenos ocupados entre os moradores e os proprietários, geralmente com avaliações imobiliárias que supervalorizam os terrenos, inviabilizando a negociação, o que prejudica os moradores.

Em decorrência disso, nas poucas situações em que há proposta de regularização fundiária em Curitiba, o resultado é a cobrança de valores dos moradores, o que inviabiliza a própria permanência das famílias no local em que residem há anos e ajudaram a construir. (MEIRINHO, ROCHA e AULER, 2015, p. 103)

Durante reuniões em que estive presente, ouvi de representantes da COHAB-CT que um dos obstáculos para os trabalhos da Companhia é a hipervalorização do solo urbano, gerado principalmente pela especulação imobiliária. Este fenômeno do aumento do preço das áreas urbanas poderia ser mais controlado pela Prefeitura de Curitiba, por meio de regulamentações feitas a partir de um projeto amplo de habitação (COELHO, 2015).



Exatamente como é apontado por Meirinho, Rocha e Auler (2015), a COHAB-CT, na Portelinha, gerencia o processo de realocação das pessoas que vivem em área de risco e faz a mediação do processo de diálogo com a empresa proprietária de parte do terreno hoje ocupado, para possíveis acordos. A possibilidade de acordos entre a empresa Plano Leve S/A, a PMC e COHAB-CT se colocou pelo fato de que a Plano Leve S/A possui, como já dito, dívidas com a Prefeitura, por conta de impostos não pagos, relacionados a outros terrenos que possui na cidade de Curitiba (PARANÁ, 2007).

Essa dívida seria ou será dissolvida como parte do acordo fundiário (que tem envolvido PMC, COHAB-CT, MP-PR e empresa), para a regularização do terreno e de parte das moradias construídas na Portelinha. Acontece que a dívida da empresa com a PMC não alcança o valor especulado (pelo mercado imobiliário) para o terreno, e esta diferença, caso o acordo prossiga, muito provavelmente será cobrada das pessoas da Comunidade.

Pela lógica que a Frente Mobiliza Curitiba alega que ambas, COHAB-CT e PMC, seguem para lidar com a questão da habitação (lógica do mercado), a possibilidade de acordos oferecidos pelas duas supõe um projeto de regularização que se pautará na realocação de parte da comunidade para conjuntos populares construídos pela COHAB em áreas periféricas da cidade, aliada a um acordo de venda ou locação da área para as famílias que ali vivem, obviamente, às que puderem pagar. Disso tudo resulta que, ao fim deste processo de regularização, muitas pessoas terão de deixar a Comunidade por não conseguir arcar com as despesas que virão com ele, e terão de migrar para outras áreas da cidade, no geral, para periferias mais distantes geograficamente do centro da cidade.

Cabe apontar que, considerando todos as questões que tangenciam a questão da irregularidade da área, o fato de não haver um plano de regularização detalhado, onde constem as informações enquanto um projeto oficializado, acaba distanciando a Comunidade, enquanto coletivo, de boas possibilidades de qualificar as discussões sobre o tema e assim compreender melhor todas as questões envolvidas em um processo tão burocrático como este.

Os órgãos responsáveis falham em não conseguir atenuar a complexidade da apropriação dos processos tratados, ao passo que perpetuam os códigos

exageradamente específicos, usados no meio do judiciário, na urbanização e na gestão pública.

Percebo que, resulta dessa distância e falta de apropriação, alguns sentidos e comportamentos que pairam sobre a Portelinha, ares de muitas dúvidas e incertezas quanto à situação do terreno. Algumas vidas da Comunidade seguem assim, sem saber se conseguirão firmar raízes nos terrenos em que vivem, se serão despejadas ou, quem sabe, realocadas. Infelizmente, tantas inseguranças parecem distanciar também a participação política massiva, ou ao menos a coletiva. Ou seja, um dos pontos de chegada tão sonhado pela tradição popular de luta, se reduz no horizonte, na medida em que tantas incertezas, somadas ao cansaço da vida dura, levam ao fato de que o conhecimento sobre a questão fundiária da Portelinha, e conseqüentemente, algumas possíveis atuações sobre o tema, permanecem discutidas entre grupos específicos e não de maneira generalizada.

Este é um bom momento para lembrar das propostas de luta por terra e território preconizadas pela Teia dos Povos. Como dizem Ferreira e Felício (2021), a luta pela terra melhor acontece quando a terra é entendida não enquanto uma mercadoria e valorada a partir das especulações de um ou outro setor poderoso da sociedade.

A partir disso, é possível sonhar com a democratização da terra que pode se concretizar quando esta não for mais dividida de acordo com classes (econômicas, raciais, étnicas), mas sim quando sobre a terra estiverem vidas que, mesmo distintas entre si, estejam unidas através dos símbolos relacionados àquele local (FERREIRA E FELÍCIO, 2021). Nesta perspectiva, a democratização da terra estaria firmada no momento em que as pessoas que nela vivem, passam a criar relações entre si, através do trabalho social feito no local, que, pautado em respeito e cooperação, gera uma relação entre as pessoas e a terra, configurando assim, de fato, um território (FERREIRA E FELÍCIO, 2021).

A noção de que o território compreende a troca entre o trabalho da natureza da terra e o trabalho das pessoas que nela vivem tem um sentido cíclico e dialógico das partes que constituem o contexto. Isto remete às palavras escritas por Raduan Nassar, no livro *Lavoura Arcaica*: “A terra, o trigo, o pão, a mesa, a família (a terra); existe neste ciclo, dizia o pai nos seus sermões, amor, trabalho, tempo.” (NASSAR, 1999, p. 186).

Percebo que na Portelinha circulam sonhos de obter uma completude neste ciclo da vida, onde trabalho, amor e tempo farão da Comunidade não só um local de moradia, mas um espaço de abundância, que ofereça possibilidades que estão para, além de abrigar o teto sobre suas cabeças, ser um espaço para construir relações, festas, aprendizados e muitas expressões de vida. Ao ver, em algumas moradoras da Portelinha, um brilho que pulsa com o desejo de conseguir fazer vingar uma horta comunitária na Comunidade, demonstra que esses sonhos estão por ali, latentes. Entretanto, disputam espaço (de tempo e energia) com os trabalhos para o básico da vida digna, tão características às áreas periféricas, conforme está elaborado na próxima seção.

#### **4.2 “Periferia é periferia” em qualquer lugar<sup>47</sup>**

A natureza contestadora, tal como a que a Portelinha apresenta, seja pelo fato de ser uma ocupação ou seja pelas tantas vezes que usou de mecanismos reivindicatórios, é uma das qualidades que segundo o sociólogo D’Andrea (2020), dá significado ao termo periferia. D’Andrea (2020) faz uma recapitulação das definições atribuídas ao termo periferia, alegando que a partir de um processo histórico de apropriações ele é, atualmente, o melhor aceito pelas pessoas que nela vivem.

De acordo com D’Andrea, o termo periferia é derivado de debates econômicos das décadas de 50 e 60, que na época buscavam analisar os desdobramentos do sistema capitalista nas cidades da América Latina. Neste contexto, a periferia caracterizava a distância geográfica em relação ao centro do sistema, e assim, foi incorporando também os significados de pobreza e precariedade.<sup>48</sup>

Nos anos 70, o termo se consolidou através das lutas que então eram chamadas de lutas populares (que se relacionam com o que chamo de tradição

---

<sup>47</sup> Referência a uma música dos Racionais MC’s, lançada no álbum “Sobrevivendo no Inferno”, de 1997. As letras das músicas deste álbum foram editadas enquanto um livro da editora Companhia das Letras, em 2018. Algumas atividades da Ciranda partiram da leitura deste livro/álbum. Segundo Sérgio Vaz, “Foi com Sobrevivendo no inferno que a juventude negra e periférica se formou. Por causa deste disco muita gente se graduou em autoestima e não entrou para a faculdade do crime.” (VAZ, 2018).

<sup>48</sup> Acredito que D’Andrea referiu, neste momento do artigo, às discussões que culminaram na chamada Teoria da Dependência, uma abordagem que elaborou criticamente algumas análises sobre o sistema capitalista em seu funcionalmente global, apontando papéis e funções de dominação (para o centro do sistema) e exploração (para a periferia do sistema).

popular), das quais D'Andrea (2020) salienta o trabalho das Pastorais Periféricas. Nos anos 80, D'Andrea (2020) aponta à contribuição das pesquisas antropológicas ao uso apropriado e à desestigmatização do termo. Mas, segundo o pesquisador, é nos anos 90 que o termo se livrou de muitos estigmas, ao mesmo tempo em que foi apropriado, de fato, pelas vidas desses espaços periféricos. Isto se deu principalmente a partir das manifestações culturais, das quais foi ressaltado pelo pesquisador, o rap nacional e o trabalho dos Racionais MC's (D'ANDREA, 2020).

A Ciranda, enquanto um grupo de trabalho de educação popular, considera a riqueza educativa e pedagógica de movimentos culturais em suas propostas, de modo semelhante ao que o sociólogo aponta, ou seja, aposta na importância destes movimentos na elaboração da consciência periférica, ou consciência de classe.

Através das atividades da Ciranda é fácil perceber que, dos gêneros musicais, o funk e o rap são dos mais ouvidos na Portelinha. Ao menos são os que mais ecoam de dentro das casas ou dos carros e chegam até o espaço da sede, por vezes incentivando cantorias que saem em coro. Quando as músicas que vêm de fora não dominam o ambiente da sede e dão possibilidade ao trabalho de uma pequena caixinha de som, durante a Ciranda, são sempre músicas de funk ou rap que acompanham as atividades.

O GT procura integrar ou basear as atividades propostas em músicas que, ao agrado das crianças/adolescentes, reflitam sobre realidades periféricas. Essas expressões artísticas alcançam e levantam algumas reflexões que nós, educadoras de fora da Comunidade, não conseguiríamos.

Figura 14 - Leitura das músicas dos Racionais MC's



Fonte: arquivos da Ciranda (2019)

Acredito que, em um processo similar ao que D'Andrea (2020) descreve sobre o uso do termo periferia, o termo favela vai superando conotações necessariamente negativas e assumindo novos significados, em um processo no qual também é evidente a influência dos movimentos culturais. Durante as atividades da Ciranda, por exemplo, as ressignificações podem ser percebidas pelas escolhas e referências artísticas que crianças e adolescentes trazem.

No dia 16 de Outubro de 2021, em uma atividade da Ciranda, tivemos uma proposta de desenho para um futuro muralismo. Foi um daqueles dias em que tudo correu tranquilamente, o número reduzido de pessoas com certeza facilitou bastante o processo todo - estávamos em duas educadoras e somente sete crianças/adolescentes. Nós, educadoras, havíamos levado algumas referências da expressão política que a arte pode (ou deve?) sustentar e, durante a apresentação da proposta, entre os questionamentos que levantamos em busca de incitar a leitura contextualizada das referências, frisamos também a característica processual daqueles trabalhos mostrados<sup>49</sup>.

<sup>49</sup> Assim fizemos porque, como já foi relatado, algumas crianças demonstram bastante insegurança sobre suas produções artísticas e por isso, avaliamos que discorrer sobre o processo de construção da obra, apontando à sua demanda de tempo e à existência de seus pontos altos e baixos (frustrações), podia ser válido, como tentativa de trabalhar um pouco essa insegurança. Durante a

Uma das referências levadas por nós educadoras foi a foto de um grafite de Thiago Taif e Diego Azeredo, no qual destacava-se a frase “favela vive”. Não sei se sugestionado, momentos depois da apresentação quando estávamos com a “mão na massa”, um dos educandos, o Gabi (12 anos), menino muito doce, inteligente e desenhista, pediu para colocar para tocar uma música homônima.

Figura 15 - Cenas da Ciranda



Fonte: arquivos da Ciranda (2021)

A *cypher*<sup>50</sup> “Favela Vive” é uma belíssima fonte para análises sobre vários temas abordados nesta jornada. Além de representar a polifonia que é tão cara à perspectiva epistemológica da pesquisa (o projeto é uma série, são ao todo 4 partes/músicas, somando a participação de 15 artistas de diferentes locais), “Favela Vive” toca em um dos assuntos, infelizmente, necessários ao tratar de contextos periféricos: a juventude que morre através da violência fardada.

O pedido do Gabi e este dia da Ciranda demonstram parte das reapropriações terminológicas que estão sendo feitas no universo periférico, no caso, sobre a positivação do uso do termo favela. Além disso, apontam a algumas

---

proposta falamos um pouco sobre o “tentar - errar - tentar novamente” da criação artística e sobre dias em que, na verdade, é preciso desistir da obra para recomeçar em outro momento.

<sup>50</sup> No rap, *cypher* é como é chamada uma música com participação de um grupo de artistas/mc's que se juntam pontualmente para aquela produção.

das possibilidades nas relações entre a cultura artística e a periferia, por exemplo, o seu potencial em abordar aquilo que nem sempre é explicitamente verbalizado (sobre isso, discorro a seguir).

A potência daquele momento e da escolha do Gabi estava, principalmente, no fato de que, semanas antes, presenciei aquelas mesmas crianças que me cercavam com pinturas, rimas cantadas e brincadeiras, então rodeadas de choros, viaturas e um rabeção do IML, que retirava o corpo de um jovem da Comunidade, após um suposto conflito com agentes da Polícia Militar - versão enfaticamente refutada por toda a Comunidade.

A música pedida por Gabi, que já é extremamente potente, naquele dia nos alcançou com novos níveis de profundidade. Segue um pequeno trecho:

Favela vive no coração de cada morador, na lembrança de cada vida que a guerra levou [...] Dizem que somos bandidos, mas quem mata usa farda e exala despreparo e truculência. Cada beco da cidade guarda um pouco da guerra, com projéteis que acertam, com projéteis que erram [...] PM aplica pena de morte com aval do Estado. Quem tá certo? Quem tá errado? Só sei que o alvejado é sempre o favelado. Quantos irmãos tombaram cedo demais... Favela vive sangrando, implorando por paz. (FUNKERO, 2016)

Quando escrevi sobre o que representações artísticas conseguem abordar sobre aquilo que propostas de diálogos verbais nem sempre conseguem, me referia ao fato de que nos primeiros momentos após os dois casos mais recentes de execução de jovens da Comunidade (por agentes da segurança pública), senti, da parte das crianças, uma recusa em falar sobre o ocorrido.

Sabia que muitas estavam intensamente afetadas, principalmente pelo vínculo que elas ou suas famílias tinham com os jovens. Ainda assim, em tentativas de criar espaços para dialogar sobre como estavam se sentindo, o primeiro reflexo delas era justamente não querer falar sobre o assunto. Por fim, acabavam demonstrando medo ou tristeza relacionada às tragédias em pequenos detalhes e nos momentos em que, digamos, o assunto da morte dos meninos não era de fato “pauta” no momento.

Com isso, imaginei que não estavam preparadas para enfrentar diálogos sobre a dor e procurei respeitar este tempo, acompanhando o processo. Justamente por isso, quando surgiam as frestas, os pequenos momentos em que as crianças elaboravam algo sobre a perda, injustiças ou violência, me sentia de alguma forma

aliviada. Foi assim durante a atividade relatada, inesperadamente acompanhada da música que é também um desabafo-denúncia, e que foi cantada palavra por palavra por Gabi e sua irmã Flavia.

Mas, retomando as reflexões de D'Andrea (2020), a questão colocada é que as pessoas da periferia, apesar de não terem como característica a homogeneidade (longe disso), compartilham do que o sociólogo chama de consciência periférica, que nasce a partir da percepção de que elas têm determinada posição social e política em comum, ou seja, modos de vida, costumes e determinações condicionadas pelo território ou pelo local de sua moradia<sup>51</sup>. É esta consciência periférica que pode conectar, por exemplo, o Gabi a outras crianças de outras periferias.

A percepção e reprodução da consciência periférica acontecem através de construções dadas ao longo da história e do tempo e, portanto, é dinâmica. Das funções da cultura e da arte que se propõem a refletir politicamente, estão as denúncias das desigualdades, principalmente aquela que se apresenta na distribuição da riqueza entre nos espaços urbanos, característica do sistema econômico vigente, o neoliberalismo (D'ANDREA, 2020)

Por fim, concluo que as pessoas da Portelinha constantemente fazem a denúncia de injustiças, violências e desigualdades que recaem sobre a Comunidade. Ora a fazem de maneira mais explícita e deliberada, ora de maneira mais codificada e, aparentemente, mais sutil. Infelizmente, o que pode ser observado no mundo é que além do silêncio, há também uma “cegueira muito parecida com a estupidez”, o que impede que muitas das denúncias feitas sejam notadas.<sup>52</sup> Mas elas não cessam, mesmo nos momentos de lazer e festa.

Na próxima seção, constam algumas reflexões sobre a relação entre periferia e território, a partir dos conceitos sobre os quais estes foram aqui sustentados.

---

<sup>51</sup> Durante a jornada desta pesquisa, estiveram em evidência as divisões que estão presentes também na base social e seus locais de moradia, seja pela questão da sexualidade, de gênero, faixa etária etc. Estes marcadores se relacionam de variadas maneiras e por isso foi dito que, refletir sobre um contexto periférico perpassa, necessariamente, em reflexões sobre marcadores sociais que se fazem nele, que estão para além das questões econômicas. Neste sentido, é um erro declinar das tantas divisões sociais presentes no contexto periférico, assim como é um erro declinar da consciência periférica enquanto uma posição política em comum.

<sup>52</sup> “Temos guardado um silêncio bastante parecido com a estupidez...” (Proclamação Insurrecional da Junta Tuitiva na cidade de La Paz, em 16 de junho de 1809. In: GALEANO, Eduardo. *Veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, L&PM, 2021.)



#### 4.2.1 Pela periferia territorializada

Se a Portelinha, nos termos colocados no início da seção pela interlocução com a Teia dos Povos, através de Ferreira e Felício (2021), pode ser entendida como território e se, suas vidas estão de fato territorializadas naquele local, não ousou dizer. Até porque não cabe a mim. Acredito que, neste momento, a prioridade não esteja na discussão sobre a relação da Comunidade a categorias e/ou conceitos específicos, considerando que, por enquanto, a Comunidade e o MOB-PR não fizeram o debate sobre esta noção de território em profundidade.

Por mais que a luta pela regularização da terra aconteça há anos e por mais que o MOB-PR tenha se colocado junto a essa reivindicação, percebem-se grandes diferenças entre lutar para viver sobre uma terra regularizada (considerando as implicações já exploradas) e lutar para viver em um território. É uma questão de entender o termo em acepção mais qualitativa do que geográfica e legal.

Mas, antes de mergulhar nesses debates importantes, existem ainda outros caminhos a serem feitos, pela Portelinha e pelo MOB-PR, com percursos que demandam aquela “paciência impaciente” (FREIRE, 19--). É por isso que, para aludir à Comunidade Portelinha, uso o termo “guarda-chuva”, amplo e menos específico: periferia (D`ANDREA, 2020).

Contudo, a relevância em se debruçar neste conceito de território, como defendido pela Teia dos Povos, está na lembrança do que é possível projetar para a terra em que se vive. Algumas dessas projeções já estão presentes no Movimento e despontam de diferentes modos, ainda que não sejam elaborados e coletivizados de maneira expressa ou detalhada, mas habitam em sonhos de uma vida na qual a periferia é um território livre, cheio de vida e que funciona a partir de valores ético-políticos, não mercadológicos.

No próximo capítulo, estão alguns relatos de experiências vividas durante a pesquisa em campo e algumas memórias que a antecederam e que expressam alguns destes sonhos, às vezes promessas, na Comunidade Portelinha.

## PARTE II. É CAMINHANDO QUE SE CONSTRÓI

Depois de colocadas certas premissas básicas da pesquisa, algumas questões teóricas e um punhado de divagações, eis que chega o momento de tratar sobre o cerne do trabalho. Nesta parte da dissertação procurei reunir, ordenar e interpretar algumas das informações e sentidos que surgiram durante o trabalho em campo.

Antes de tudo, é importante explicar como foram elaboradas as análises interpretativas da pesquisa, feitas sobre aquilo que foi registrado ou rememorado do contexto em estudo. Existe um certo conceito de construção teórica e de interpretação, também fruto de uma crítica à ciência como preconizada de maneira hegemônica (positivista e cientificista) por sociedades modernas, é o conceito de bricolagem. Esse modo de análise e criação oferece pontos interessantes no que diz respeito a uma forma de construção de conhecimento e de um “fazer pesquisa” coerentes com a perspectiva epistemológica deste trabalho.

Busquei então, para a composição destes relatos de campo, uma prática interpretativa com referência à bricolagem (LÉVI-STRAUSS, 1989). A bricolagem aqui referida não se inscreve necessariamente em nenhuma corrente teórica e está como uma inspiração teórica e metodológica, não como um método fechado que dá conta de delinear o trabalho em sua totalidade.

Tive contato com essa noção de bricolagem a partir do livro “O pensamento selvagem”, de Claude Lévi-Strauss. No primeiro capítulo, “A ciência do concreto”, Lévi-Strauss (1989) confrontou algumas concepções epistemológicas da corrente funcionalista da Antropologia, através de argumentos e relatos de etnólogos que apontavam o fato de que o conhecimento complexo e sistematizado vem de muito antes da ciência moderna.

Ele argumentou, ainda, que este conhecimento não tinha somente motivações de utilidade, como preconizava a corrente funcionalista, mas pela curiosidade, pelo interesse e prazer em conhecer (LÉVI-STRAUSS, 1989). Para Lévi-Strauss (1989), há uma exigência de ordem e classificação na base de todo pensamento humano e a utilidade é dada a partir do que se conhece, e não o contrário. Ou seja, respondemos antes a essa necessidade intelectual - a vontade de saber - e depois às necessidades de ordem prática (LÉVI-STRAUSS, 1989).

Em “O pensamento Selvagem”, é possível encontrar elaborações epistemológicas, por exemplo, da ordem do porquê ou de como se chega ao saber. Mas em “Ciência do concreto”, o foco está principalmente nas classificações de pensamentos feitas por diferentes grupos sociais, entre as “coisas” e seres vivos. A Lévi-Strauss (1989) interessava mais elaborar sobre os agrupamentos feitos, sobre a taxonomia, do que indagar se o saber produzido “funcionava” ou não.

Esses agrupamentos, ordenações ou classificações eram, para ele, o desejo primordial de todo pensamento humano e introduzem, por si só, um princípio de ordem ao universo. Justamente porque qualquer classificação que seja teria vantagem sobre a não classificação. Além de analisar relatos etnológicos sobre classificações feitas por certos povos, da fauna e flora presentes em seus contextos, o antropólogo francês refletiu sobre alguns rituais e suas ordenações, por vezes tão minuciosas. Considerou que essa ordem ritualística é, possivelmente, uma tradução da apreensão inconsciente daquilo que chamou de “verdade do determinismo” (LÉVI-STRAUSS, 1989).

Em dado momento, Lévi-Strauss (1989) apresenta um paralelo entre dois sistemas de conhecimento - da magia<sup>53</sup> e o da ciência - que, importante frisar, não se trata de um paralelo opositivo, progressivo ou hierárquico. Salientou que ambos sistemas supõem séculos de observação ativa e metódica, alegando que o que chamou de magia é um conhecimento tão científico quanto aquele do sistema da ciência<sup>54</sup>. Foi então que chamou a magia de “ciência primeira”, apontando seu papel de substrato da civilização. Também a cunhou de “ciência do concreto”, termo adotado a partir daqui para referir a este sistema de conhecimento.

Com este paralelo exposto, Lévi-Strauss (1989) faz uma analogia: para ele, a atividade técnica da bricolagem é comparável à ciência do concreto, enquanto forma de construção de conhecimento. A bricolagem, significa, a grosso modo, trabalhar com meios indiretos, sem ferramentas específicas ou projetadas, mas lidar

---

<sup>53</sup> A magia é a ciência relatada pelas pesquisas em Etnologia levantadas no livro em questão, conhecimento que, segundo Lévi-Strauss (1989), não foi domesticada pela ciência moderna.

<sup>54</sup> No ano de publicação do livro em questão, 1962, ao propor e elaborar sobre este paralelo onde a ciência das chamadas sociedades modernas e a ciência das sociedades não modernizadas não eram postas a partir de noções evolutivas (onde a primeira é a progressão da segunda), mas sim de maneira proporcional e nivelada, Lévi-Strauss (1989) problematizou e refutou o etnocentrismo presente em grande parte das produções em ciências sociais da época.

com instrumentos fragmentários e adaptados de outras fontes (LÉVI-STRAUSS, 1989).

Em suma, Lévi-Strauss (1989) argumentou que, de modo semelhante ao conhecimento que surge da ciência do concreto, na técnica da bricolagem os instrumentos à disposição do trabalho estão na medida do contexto local, ou seja, ao alcance das mãos. Neste sentido, salientou que, mesmo quando este conjunto constitui-se por elementos limitados, a interpretação e a criação da composição se fazem a partir dos diferentes arranjos possíveis entre estes elementos limitados, sendo que a ordem dada a eles acontece de acordo com princípios variados - intuição, sensibilidade, tradições, etc. - e, portanto, resulta em composições também variadas.

É por este ângulo que referenciar a bricolagem na construção das análises da pesquisa soou interessante, porque propõe assimilar também as interpretações baseadas em elementos que extrapolam o campo da ciência hegemônica, que geralmente compreende um método (ordenação) pré-estabelecido. Disto, é possível ainda seguir uma linha de raciocínio que desemboca no entendimento de que há, nesta noção, a valorização das dinâmicas que ocorrem no processo. Isso torna o percurso mais criativo, principalmente na medida em que constrói também a partir dos sentidos.

Assim como Lévi-Strauss (1989) frisou o papel do contexto para o instrumental usado na bricolagem enquanto técnica, é notável a importância que o contexto tem nos processos de construção e manutenção de conhecimento para o trabalho-luta feito sob a perspectiva do trabalho de base. Como diz TünyCwe Wazahi Tremembé (Rosa Tremembé), “o conhecimento está intrinsecamente associado ao território em que é vivido, o espaço efetivamente apropriado” (TREMOMBÉ, 2021, p. 18).

Esta jornada se vale da aposta em uma ordenação construída também sob a direção do saber e das classificações que se dão através da experiência pelo sensível. Justamente porque essa “apreensão inconsciente da verdade” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 26) que os sentidos oferecem, certamente escapa daquela do paradigma hegemônico de conhecimento científico, que é monolítico e racionalista. Atrelar a esta jornada um modelo de construção com referência à bricolagem agrega à perspectiva epistemológica da pesquisa uma concepção que,

quanto à origem do conhecimento, pode, em alguns momentos, considerar primeiro a questão estética, a cognoscência dos sentidos (que se dão a partir do contexto) e depois, a questão da razão útil.

Isto não é sobre recorrer ao místico e declinar da racionalidade, mas sim reconhecer que se a razão útil hegemônica é uma razão moldada por referenciais determinados e condicionados por aspectos do sistema social hegemônico, resulta então uma razão arraigada em sistemas de opressão e dominação (capitalismo, racismo, sexismo etc). Neste caso, como exercício de recusa a lógicas advindas destes sistemas e condicionantes, parece interessante considerar também o sistema da ciência do concreto, do “pensamento mágico” e o saber do sensível. É uma interpretação que “compromete-se com a racionalidade, opondo-se à racionalização da experiência” (BOOKCHIN, 2010, p. 112).

Na verdade, a noção de bricolagem esteve presente na jornada da pesquisa antes da leitura do livro do antropólogo francês, ainda que tenha sido em “O Pensamento Selvagem” que constatei sua conceituação e teorização aplicadas às ciências sociais. Ao ler sobre os significados de *bricolage* e *bricoleur* (pessoa que pratica a bricolagem) elaborados pelo antropólogo, foi inevitável não os relacionar a algumas experiências vividas na Portelinha e nos trabalhos do MOB-PR.

A Ciranda já teve muitas propostas de atividades de expressão artística a partir da técnica da colagem, sempre feitas com materiais vindos de doações, adquiridos dos descartes das escolas em que algumas das educadoras do GT trabalham ou, em menor proporção, materiais comprados com dinheiro (sempre contado) vindo do autofinanciamento. São por esses meios que os recursos chegam também ao restante do MOB-PR e às pessoas que vivem na Comunidade.

Enquanto lia as palavras de Lévi-Strauss (1989), revivi alguns dos momentos em que as crianças construíram suas ilustrações, muitas vezes interpretações de discussões anteriores, a partir daqueles recursos adaptados e infelizmente, limitados. Assim, fui concebendo, concretamente, a bricolagem como um modo de criação que ergue estruturas a partir daquilo que está ao alcance da realidade, de maneira experienciada e não somente racionalizada, e que, em seu ecletismo, torna-se passível de fornecer elementos variados para discussões de muitos atravessamentos.

Figura 16 - Bricolagem na Ciranda<sup>55</sup>

Fonte: arquivos da Ciranda (2020)

Isto pareceu interessante, na medida em que, passo a passo, percebia esta jornada como parte de um trânsito de muitas vias. Dada a complexidade do contexto, foi pertinente lançar mão de variadas perspectivas dos fenômenos estudados - aquelas do conhecimento e da tradição popular, da arte, da intuição e do saber sensível, aquele que chega pelo corpo inteiro. Na prática, isto se traduziu em referências vindas do campo das Artes (visuais, literatura, música) e em uma escrita que nem sempre está dentro do modelo teórico acadêmico.

A noção da bricolagem também se expressiu ao longo de conversas ou atividades junto às crianças, nas quais procurei não me limitar ou mesmo me esgotar durante a busca por enquadrar suas ações e falas em determinadas teorias de desenvolvimento.<sup>56</sup> Durante as entrevistas ou caminhadas pela Portelinha, busquei também seguir em modo deriva, que é o “deixar-se ir” ou “ser levada”, em vez de sempre *calcular* ir ali ou lá.<sup>57</sup>

Obviamente que a pesquisa não foi feita somente de momentos intuitivos, sensitivos ou “mágicos”. Mas houveram experimentos de outros modos de investigar

<sup>55</sup> A proposta da Ciranda neste dia era a criação de estandartes para o grupo, com materiais diversos e sugestão de técnicas mistas.

<sup>56</sup> Prática quase involuntária a muitas pessoas que, como eu, passaram por processos educativos sobre pedagogia, didática e afins, pautando-se nas teorias consagradas de desenvolvimento infantil.

<sup>57</sup> A relação da prática etnográfica com o que chamamos de modo deriva é explorada de maneira diversa em produções do campo da Antropologia e áreas afins. No artigo de Espósito e Justo (2017) é possível refletir sobre algumas perspectivas teóricas que podem estar presentes nesta relação entre Etnografia e Deriva.

e de fazer pesquisa, até como busca àquela ecologia de saberes (SANTOS, 2009) mencionada na primeira parte desta dissertação.

O mito, para Lévi-Strauss (1989), é uma das bases da ciência do concreto, pois é o modo narrativo em que reproduz seus conhecimentos. Para o antropólogo, o mito era sempre “uma busca pelo tempo perdido” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 220) e, neste sentido, a interpretação através da bricolagem é a busca por aquilo que esteve mais aguçado no passado, por exemplo, o corpo e os sentidos enquanto construtores de conhecimento. Também trata de buscar aquilo que ainda resta de “selvagem” em nós.

Quanto ao termo selvagem, tantas vezes utilizado pela antropologia que acontecia e ainda acontece dentro da perspectiva colonialista, para distanciá-lo de seu uso racista e exotificado, trago as palavras do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro:

O pensamento selvagem não versa sobre mitos indígenas, mas sobre certas disposições universais do pensamento humano: ameríndio, europeu, asiático ou qualquer outro. O “pensamento selvagem” não é o pensamento dos “selvagens” ou dos “primitivos” (em oposição ao “pensamento ocidental”), mas o pensamento em estado selvagem, isto é, o pensamento humano em seu livre exercício, um exercício ainda não-domesticado em vista da obtenção de um rendimento. O pensamento selvagem não se opõe ao pensamento científico como duas formas ou duas lógicas mutuamente exclusivas. Sua relação é, antes, uma relação entre gênero (o pensamento selvagem) e espécie (o pensamento científico). Ambas as formas de pensamento se utilizam dos mesmos recursos cognitivos; o que as distingue é, diz Lévi-Strauss, o nível do real ao qual eles se aplicam: o nível das propriedades sensíveis (caso do pensamento selvagem), e o nível das propriedades abstratas (caso do pensamento científico). Mas a tendência, diz o autor, é que o pensamento científico, à medida em que avança, vá-se aproximando do pensamento selvagem, ao se mostrar capaz de incorporar as dimensões sensíveis da experiência humana em uma abordagem unificada, onde física e semântica não estão mais separadas por um abismo ontológico. Ou seja, o futuro da ciência não é se distanciar do pensamento selvagem, mas convergir com ele. (VIVEIROS DE CASTRO, 2010)

Enfim, propor uma bricolagem intelectual e retomar outros modos de criar é também sobre buscar a satisfação do saber pela curiosidade e pela experiência, deixando o "saber para utilizar" em um segundo plano. É sobre apostar que o saber

ainda não “domesticado”<sup>58</sup> por certos predicados da ciência moderna também oferece caminhos profícuos.

Ao assumir a intuição e o conhecimento sensível como ferramenta, o inventário analítico da pesquisa pode se tornar um tanto heteróclito, talvez composto mais de fragmentos do que de grandes teorias. Por isto, não há exatamente um quadro de referência metodológico, no sentido de que não há um sistema bem delimitado que aponte sob qual grande teoria e método as análises serão feitas. As teorias e aportes usados ao longo do trabalho partiram de escolas e correntes teórico-metodológicas por vezes diferentes. Mas o que têm em comum são algumas premissas políticas, coerentes com as premissas daquilo que originou e motivou esta pesquisa: a tradição popular de luta, que neste caso e contexto, se expressa a partir das mobilizações analisadas na Portelinha e através do MOB-PR.

O que criou a interpretação da pesquisa foram então elementos destacados por diferentes razões, sobre os quais foram feitas novas associações e elaborações - nem de maneira aleatória, nem de maneira absoluta ou fixa<sup>59</sup>. Neste sentido, usar da bricolagem na construção da pesquisa é também sobre valorizar o caminho e as escolhas feitas durante a jornada. Se em uma análise com um método bem delimitado, existe uma diretriz sólida e predisposta dos caminhos a se seguir, na bricolagem essa análise tem “fórmula” indefinida e pode se dar de maneiras diversas.

A atenção aos caminhos traçados esteve também presente nos diálogos que construíram a pesquisa, e que tornaram possível o estudo concreto dos temas elencados, nas histórias de vida das companheiras, companheiros, companheirinhas e companheirinhos da Portelinha, que são *bricoleurs* em absoluto, porque fazem tudo aquilo que a vida requer com poucas e precárias ferramentas, adquiridas por extremo esforço e contingências - estas, muitas vezes sob a categoria de “resíduos” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 32), a exemplo de doações que às vezes “caem do céu”, mas que nem sempre caem e, portanto, são imprevisíveis. Esse modo de fazer a

---

<sup>58</sup> “(...) esse pensamento selvagem que não é, para nós, o pensamento dos selvagens nem o de uma humanidade primitiva e arcaica mas o pensamento em estado selvagem, diferente do pensamento cultivado ou domesticado com vistas a obter um rendimento.” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 245)

<sup>59</sup> Análises absolutas não são adequadas na medida em que os fenômenos em questão são o que são, principalmente, por conta de construções ao longo do tempo e da história, de trânsitos (e outras jornadas), relações feitas ou desfeitas, tudo em relação ao contexto.



construção interpretativa, baseando-se na bricolagem, é inspirado por estas pessoas e por suas ações cotidianas.

Por fim, o conceito de bricolagem ainda oferece uma convergência quanto a uma das posturas levantadas nesta jornada, de não camuflar minha reflexividade na pesquisa, enquanto conduta ética. Essa é também uma das características de quem a pratica, como disse o “bruxo”<sup>60</sup>:

Há mais, porém: a poesia do *bricolage* lhe advém, também e sobretudo, do fato de que não se limita a cumprir ou executar, ele não “fala” apenas com as coisas, como já demonstramos, mas também através das coisas: narrando através das escolhas que faz entre possíveis limitados, o caráter e a vida de seu autor. Sem jamais completar seu projeto, o *bricoleur* sempre coloca nele alguma coisa de si. (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 36-37)<sup>61</sup>

Procurei elencar conceitos chave para interpretar os relatos que virão a seguir. Essas interpretações, além de um tanto fragmentárias, se deram também de forma não linear pois respondem a outras ordens que não a cronológica. Ainda assim, busquei uma construção interpretativa que tenha uma leitura compreensível e sem muitos embaraços. Para os momentos em que certamente falhei, aceito esta difusão (ou confusão) como uma das limitações da pesquisa e, ao mesmo tempo, lanço mão de uma licença (mito) poética da bricolagem, para justificar a “ordem desordenada”.

No capítulo que segue, busquei descrever e discorrer sobre os modos em que foram erguidos ou reerguidos alguns espaços físicos que fazem parte da jornada.

Enfim, vamos às reflexões sobre o concreto.

---

<sup>60</sup> Termo emprestado, em um ato de petulância, da fala do professor Márcio Ferreira da Silva, docente do departamento de Antropologia da USP, em entrevista à revista Piauí. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-antropologo-contra-o-estado>.

<sup>61</sup> Ao ver refletir na citação de Lévi-Strauss algo de aspecto autoral da construção do *bricolage* e a necessidade de assumir a reflexividade da pesquisadora, veio à memória algumas linhas de Viveiros de Castro: “Se Édipo é visto como protagonista da psicanálise, eu costumo provocar meus colegas de profissão dizendo que o nosso é Narciso. Nossa profissão parece obcecada em saber o que distingue “nós” dos outros (...) Existe, na Antropologia, essa espécie de narcisismo implícito, que, ao mesmo tempo, é uma disciplina que luta contra isso e que está sempre precisamente colocando em questão o significado desse pronome tão cômodo que é o “nós”, atrás do qual se escondem tantos outros” (VIVEIROS DE CASTRO, 2010, p. 15).

## 5 SOBRE A TERRA: LONAS, TÁBUAS E MUITA VIDA

No bairro Santa Quitéria, em divisa com o bairro Portão, na rua Irati, ao acabar o asfalto - é ali, do meu ponto de vista, que começa a Portelinha de baixo. Nesta mesma perspectiva (a minha), a Portelinha de cima também começa quando acaba o asfalto, mas no cruzamento da rua Rezala Simão com a rua Cleia Margarida Salvador<sup>62</sup>. Juntas, as partes de cima e de baixo formam, desde 2007, a Comunidade Portelinha.

Minhas chegadas à Comunidade são geralmente pela rua Irati, porque no momento em que escrevo, a sede do MOB-PR está na parte de baixo da Portelinha. Quando vou de ônibus, desço na Rezala Simão, viro à esquerda e ando algumas poucas quadras. Quando chego por algum carro de aplicativo, desço ainda no asfalto. Mas é sempre quando piso no chão de terra que sinto que cheguei e é geralmente por ali que começo a ouvir vozes conhecidas.

Em meu caminho rumo à sede, passo primeiro por uma portinhola, feita de tábuas de madeira, que dão entrada ao caminho que leva à Horta Comunitária. Depois, passo pela lixeira da Comunidade - uns nove metros quadrados delimitados por alguns compensados de madeira. Então, atravesso a entrada do barracão de reciclagem da Marga, dali geralmente avisto alguém chegando ou saindo do trabalho de seleção e limpeza de materiais, às vezes algumas crianças tentando pular a grade para ver o que tem de bom por lá, com sorte, algo que possa virar um brinquedo.

---

<sup>62</sup> Cleia, popularmente conhecida como “tia Cleia”, era uma mulher de muita garra e carisma. Moradora da Portelinha de cima, referência para toda a Comunidade. Era a quem muitas pessoas recorriam em situação de necessidades. Sempre esteve à frente das mobilizações, mutirões e reivindicações para a melhoria da vida do povo da Comunidade. Foi uma das primeiras pessoas a ter relação mais próxima com o MOB-PR e foi quem puxou e animou as atividades da Cooperativa do MOB, a “Entre Laços e Linhas”. Além disso, sempre se colocou à disposição ao trabalho da Ciranda, seja com sugestões de atividades, arranjando ótimos lanches com o pessoal de sua igreja ou mesmo só aparecendo durante as reuniões semanais de avaliação, com suas piadas e abraços estimulantes, trajando sempre seu famoso roupão e fumando seu cigarro. Infelizmente, tia Cleia enfrentou vários problemas de saúde e como tantas outras senhoras da Comunidade, tinha muita dificuldade em acessar os recursos para tratamento. Faleceu em 9 de Fevereiro de 2018, aos 58 anos, por conta de um ataque cardíaco.

Figura 17 - Trecho da Portelinha de baixo, vista de topo



Fonte: adaptada do Google Maps (2020)

Em frente ao barracão está o parquinho da vila, que já teve diferentes composições e hoje compreende uma dupla de balanços, dos quais somente um funciona (o que, podem imaginar, gera certa disputa) e uma estrutura de madeira: quatro pilares que dão sustentação a um espaço de uns dois metros quadrados, uma espécie de sala nas alturas, conectada ao chão por uma escada com degraus em azul e vermelho. É do topo dessa estrutura de madeira que desce um escorregador e algumas das várias crianças da Comunidade.

Ainda em direção à sede, depois de passar pelo portão do barracão e pelo parquinho, está a Associação de Moradores da Portelinha: uma construção de 2014, feita de tábuas que no momento refletem a cor laranja, além de caibros, forro de pvc e telhas tipo Eternit. A Associação é usada como local para reuniões ou como um espaço coletivo de uso geral: já foi base de velórios, de armazenamento de doações, de encontros e ações de ONGs que atuam na Comunidade<sup>63</sup>, de algumas atividades da Ciranda e também para cultos religiosos - essa talvez seja a função mais ativa durante o momento pandêmico.

<sup>63</sup> Atualmente na Portelinha, tenho ciência da presença regular da fundação sem fins lucrativos TETO e da organização não governamental “Toque Destinos”.

É a partir dessa imagem da Associação que passo a apresentar parte da interlocução com uma das moradoras da Comunidade, a dona Margarete, ou simplesmente Marga. Uma mulher de 59 anos, estatura média, cabelos pretos e lisos, pele escura e traços fenotípicos de indígena. Matriarca, chefe da família, referência para a Comunidade toda e militante do MOB-PR, atualmente atuando principalmente no GT da Horta Comunitária.

É em diálogo com Marga que a próxima seção se inicia, porque através dele é possível que fique mais evidente o porquê da referência feita à bricolagem intelectual, alusão suscitada a partir de uma identificação percebida entre o conceito e as dinâmicas e construções feitas na Portelinha e, em especial, às pessoas que nela vivem, essa gente que faz de um tudo, ou, “bricoleurs do fim do mundo” (PORTO, 2018).

Como escreveu Renan Porto e como contam as histórias de vida das pessoas que vivem na Portelinha, para fazer frente a um cenário de precarização da vida e de sentimentos de “esgotamento das expectativas de transformação desta condição, a bricolagem se apresenta em diversas discussões recentes enquanto uma prática de criação de novas possibilidades a partir de situações limites.” (PORTO, 2018, p. 243).

Na próxima seção, trato de representar os meios e arranjos feitos para erguer os espaços físicos e os projetos abrigados na Portelinha, procurando dar ênfase aos esforços necessários e às mediações compreendidas nestes processos.

### **5.1 “Bricoleurs do fim do mundo”**

Marga me recebeu para uma conversa em sua sala, depois de uma soneca pós-almoço, num domingo à tarde de um dos dias mais frios de Curitiba (dia 18 de Julho de 2021). Aliás, a baixa temperatura levou a fatos dificilmente vistos e que até me causaram estranhamento: a porta fechada e a casa vazia. Além do frio, a soneca foi motivada principalmente pela sonolência causada pelos remédios para as dores da artrite, que insistem em atingi-la. Logo que entro, sinto um cheiro “verde” muito gostoso, procuro de onde vem e percebo um belo ramalhete de louro, pendurado na parede da cozinha. Esse, Marga tinha achado “num mato qualquer”, mas antes disso

eu havia levado outros ramos do meu antigo quintal, para ela, para Zizi e dona Maria, todas estavam buscando o mesmo fim: um pouco de calma para os nervos.

Para a conversa, sentamos cada qual com uma coberta sobre as pernas, ambas no sofá, que naquele dia parecia ainda mais confortável. Ainda que durante nossa conversa a porta da casa estivesse fechada, Marga recebeu algumas visitas. Contei ao menos sete pessoas diferentes que entraram e saíram livremente, em diferentes momentos e por diferentes razões. A nora de Marga, Liliane, junto de seu bebê, foram duas dessas visitas. Liliane, que também é moradora da Comunidade e vizinha de Marga, acabou participando da conversa em alguns tópicos. Era a quem Marga recorria quando não se lembrava de determinados nomes ou datas. É, realmente, muita coisa para lembrar sozinha.

Uma das histórias rememoradas foi justamente sobre a construção da Associação de Moradores, que foi feita a partir de uma grande doação de materiais, em 2014. Naquela época, a Comunidade com seus então 7 anos de existência enfrentava algumas questões importantes e que demandavam várias reuniões, muitas das quais se davam em circunstâncias um tanto precárias, na rua. Com a palavra, Marga:

### 5.1.1 A Associação de Moradores da Portelinha

eram umas 12 pessoas [que faziam parte da Associação de Moradores]. E eu me lembro que a gente se reunia assim, no meio da rua. Às vezes era ali na frente de casa, às vezes ali na frente, perto da dona Fátima, que aí o Dida foi morar ali. Então ou era aqui na frente de casa ou era ali na frente da casa dele, que nois se reunia na rua. Daí a rua enchia de gente, eu me lembro que quando tinha carro pra passar, daí tinha que todo mundo se afastar pro carro passar. (...) Era de 15 em 15 dias. No comecinho comecinho, uma vez por semana, daí depois foi de 15 em 15 dias. Porque daí assim, às vezes não dava, tava muito frio. Frio não, tava assim, um tempinho meio de chuva, aí o Dida não fazia. (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

A fase em que as reuniões entre moradoras e moradores da Portelinha tinham de ser feitas na rua, à mercê do nada generoso clima curitibano, e a urgente necessidade de construção de uma sede para Associação foram as primeiras referências que me ocorreram enquanto lia sobre o conceito de *bricolage* e de *bricoleurs*, como colocado por Lévi-Strauss:

o bricoleur está apto a executar um sem número de tarefas diversificadas porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado e a regra de seu jogo é sempre *arranjar-se com os "meios-limites"*, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular mas é o *resultado contingente* de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores. (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 32-33).

Arranjar-se com os “meios-limites” é, de fato, uma prática característica das pessoas que vivem em situação de pobreza, bem conhecida pelo povo brasileiro, antes mesmo de constar nas teorizações francesas. *Bricoleurs* da própria existência ao viver com empregos subalternos, às vezes concomitantes a outros “bicos” para complementar a renda. *Bricoleurs* para conseguir se alimentar e se vestir apropriadamente. *Bricoleurs* ao conseguir os materiais escolares de acordo com doações contingentes, pois podem ou não acontecer, a depender do padre, da chefe, “de Deus” ou de tantos outros fatores. *Bricoleurs* em uma vida que não oferece segurança sobre o básico e na qual, lidar constantemente com essa insegurança é tarefa fixa, dentre tantas outras tarefas.

De acordo com o TETO (2017), a renda per capita da Portelinha era, no ano da pesquisa, de R\$395. Esta renda significava um valor três vezes menor do que a média brasileira e quatro vezes menor do que a média paranaense. Também na mesma pesquisa foi levantado que, nos 30 dias anteriores a ela, 13,6% das pessoas entrevistadas haviam deixado de fazer alguma refeição no dia, por falta de dinheiro. Das casas da Comunidade, a maior parte (32%) havia sido construída a partir de retalhos de madeira, doações e/ou descartes de tipos variados. As outras parcelas de casas da Portelinha são de blocos ou alvenaria (30%), madeira própria para construção (20%) e modelo misto (18%), com partes em madeira e partes em tijolos (TETO, 2017).

Pois bem, o problema das reuniões a céu aberto entre as pessoas da Associação foi resolvido a partir de doações mediadas por instituições com as quais algumas pessoas mantinham relação. Marga contou sobre o momento em que conversou com Ana, assistente social em uma grande igreja católica da cidade<sup>64</sup>. O

---

<sup>64</sup> Marga conheceu Ana quando precisou de ajuda para reconstruir sua casa, em uma fase difícil de sua vida, que será contada mais adiante.

material que hoje sustenta a Associação da Comunidade foi um arranjo de doações mediadas por Ana, conforme contou Marga:

daí a Ana perguntou pra mim se nois tinha uma Associação, porque quando eles fizeram a primeira festa do dia das crianças aqui, eles perguntaram: “Margarete, vocês não tem uma associação?” Eu falei que não, “Nois não tem uma Associação”. “Mas como vocês fazem pra resolver os negócios da Comunidade?”. “Ah, nois nos reunimos na rua”. Aí ela falou bem assim: “Nossa. Quando cês fizerem uma reunião dessa, no dia que cês forem fazer, me chama. Eu quero vim. Quero ver”. Daí eu falei, “Tá bom!” Daí eu cheguei e falei pro Dida, né: “Ó Dida, a Ana do Guadalupe que me deu a minha casa, ela falou que quando nois for fazer uma reunião é pra nois chamar ela que ela quer ver né, como que nois faz a reunião, tudo”. Daí ele falou: “Tá bom!” Ele falou que pode dizer pra ela que sexta-feira vai ter uma reunião, que nois tava com o problema da água. (...) Às vezes acontece as coisas por Deus, Deus permite. Nois tava assim, um calorzão, tava muito calor. Nois tava na reunião, Dida apresentou ela, tudo... Aí na metade da reunião começou a cair uns pingo de chuva, aí nois num tinha pra onde correr, aí o Dida dispensou o povo, né, e daí nois entramos pra casa do Dida. Foi daí que ela falou assim “É, cês precisam ter um lugar, né? Uma Associação, uma casa assim pra ser a associação”. Daí ela perguntou pro Dida: “Vocês têm esse terreno?” O dida falou: “Tem sim!” (...) E daí ela veio, tirou foto do lugar ali tudo... Daí ela foi e falou “Eu não prometo, mas eu vou conversar com o padre e minha chefe e vamo ver o que nois pode fazer, uma Associação ali, um barraco ou um barracão”. Daí quando foi dois dias ela ligou pra mim, daí eu dei o número do Dida, daí depois logo em seguida, de tarde, o Dida veio: “Nossa, margarete, cê num sabe o que aconteceu”. Eu falei “Que aconteceu, dida?”, mas eu já sabia que ela tinha conseguido as madeiras... “Ó, a mulher do Guadalupe vai dar a associação pra nois!”. Daí eu falei “Nossa, que beleza, Dida”. Daí ela veio e trouxe tudo, os dois banheiros (...) Mas ela foi a que montou. Foi assim, Graças a Deus. (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

O material que foi doado para a construção da Associação com certeza facilitou a vida dessas pessoas e contribuiu com a organização das famílias da Portelinha. Mas o termo *bricoleur* lhes cai bem justamente porque, para discutir questões muito básicas para uma vida digna (como água encanada), se reuniram mesmo sem um abrigo. Para conseguir fazer isso de maneira mais suportável, negociaram as demandas urgentes com o bem estar momentâneo - se antes se reuniam semanalmente no escuro e no frio, muitas pessoas inclusive depois de longos expedientes de trabalho, para evitar desgaste excessivo, passaram então a se reunir de 15 em 15 dias. Estabeleceram, ainda, que era aceitável a baixa temperatura, a escuridão e interrupções da rua, mas não a chuva. Ou seja, faziam o que podiam, até onde podiam e com o que tinham.

Segundo Marga, a construção da sede em si foi muito rápida, “bem corridinho”. De acordo com ela, a rapidez da obra assim se deu principalmente para

que houvesse tempo hábil para oferecer, na nova sede da Associação, uma festa de natal para as crianças, organizada pela igreja. Tudo durou por volta de dois meses.

Quando perguntei a ela sobre as mudanças sentidas após a construção da Associação, ela me disse que com a construção havia melhorado bastante, que estavam fazendo reuniões semanais. Enquanto Marga respondia, o bebê de Liliane explorava sua nova ferramenta, exatamente na pele da avó. Marga de repente grita um “Ai!” e eu me assusto. Depois, ela começa a rir. “Mordeu vovó, safado?”. O neném recebe algumas atenções e neste momento, perdemos um pouco o fio da meada da conversa. Enfim, quando voltei a perguntar sobre as reuniões da Associação, o semblante de Marga estava um pouco mudado, com certo desânimo.

Disse que depois de um tempo, as reuniões passaram a ser quinzenais para depois se tornarem mensais. “Hoje em dia, né, tá parada nossa Associação...” Eu já sabia, através do MOB-PR e dos grupos de whatsapp da Comunidade, que as reuniões nos últimos anos foram mais esparsas. Perguntei a ela se era porque as demandas haviam diminuído, ela disse que não, que “isso sempre tem, né?!”. Questionei novamente, me disse que

ah, um pouco foi o povo que não soube colaborar, né. Porque se o povo aqui fosse mais unido, eu acho que nossa Associação tava forte, fortíssima... Fortíssima! Porque ela não é fraca. E nossa Comunidade tava bem, bem melhor. (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

A busca por incentivar essa união a qual Marga se refere (enquanto ausente), é, há anos, uma das pautas mais constantes nas reuniões do MOB-PR. Por diversas vezes foi discutido sobre modos de incentivar que alguns assuntos e mobilizações de interesses coletivos tenham mais aderência e maior participação das pessoas da Portelinha. Em alguns momentos, o Movimento avaliou que havia encontrado algum caminho que sugerisse ser um bom trajeto rumo a esta busca, ou seja, sentiu que estava no caminho “certo”. Já em outros, sentiu ainda muita distância do objetivo posto. Certamente, essa pauta estará nas discussões internas do MOB-PR por mais alguns anos e, não há como apontar aqui, neste momento, qualquer resposta ou indicação ao problema notado, além da convicção de que o trabalho deve se manter em constante relação com a vida cotidiana da Comunidade,



assegurando momentos de discussão e avaliação interna onde a pauta permaneça presente.

Alguns assuntos discutidos pela Comunidade, naquela época em que a Associação foi construída, são constantemente retomados nas discussões da Comunidade. Infelizmente, a questão da água encanada ainda é uma das prioridades. Hoje, ao menos, podem discutir isso e outros assuntos sob um teto e entre paredes.

Fotografia 2 - Associação de Moradores da Comunidade Portelinha<sup>65</sup>



Fonte: arquivos do MOB-PR (2020)

Entre as pessoas, grupos e movimentos que fazem parte desta jornada de pesquisa, afirmo com tranquilidade que a maior parte daquilo que cerca suas

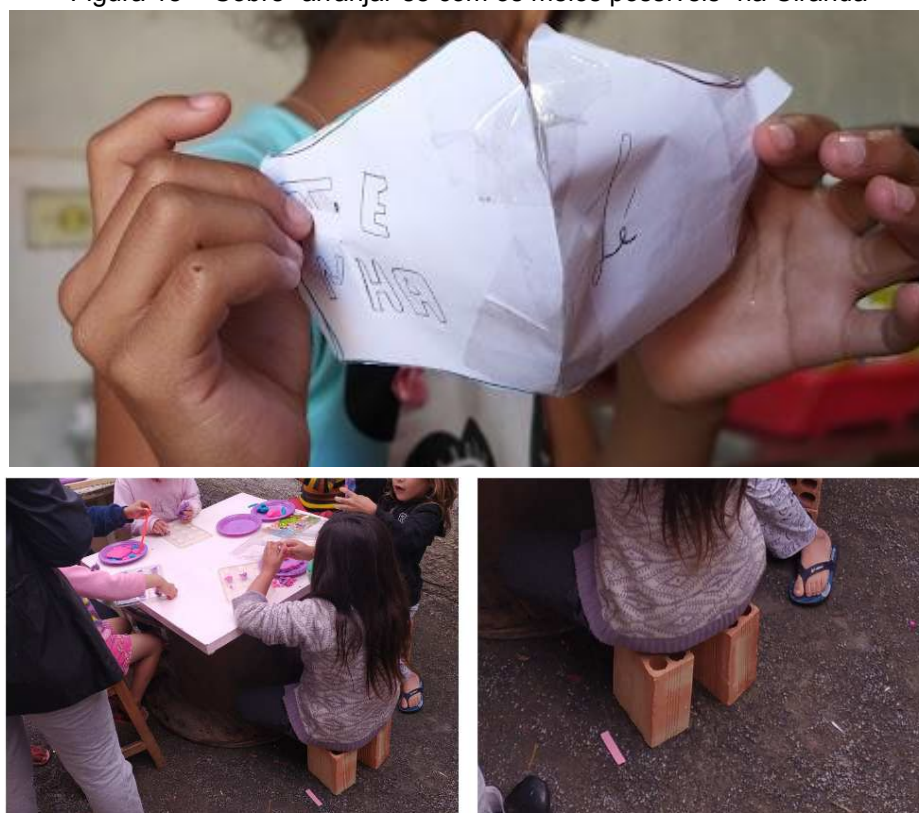
<sup>65</sup> Foto tirada no dia 4 de Julho de 2020, dia em que um grupo formado por militantes do MOB-PR e companheiras moradoras da Portelinha, passou pelas casas da Comunidade, uma a uma, conversando sobre o covid-19 - questionando sobre os impactos sofridos com a pandemia, entregando álcool 70 (doação do Departamento de Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná) e um material gráfico com algumas recomendações de cuidados relacionados à pandemia, produzido pela secretaria de Comunicação do MOB-PR, que está na seção de Apêndices.

respectivas vidas e projetos foi feita ou obtida com muita semelhança à técnica da bricolagem: conquistas aqui e ali, alcançadas a duras penas e dentro de possibilidades limitadas, pelas também limitadas oportunidades que tiveram.

Das doações e mutirões que ergueram algumas casas, passando pela mesma situação quanto à construção da Associação; da formação da brinquedoteca e biblioteca da Ciranda (formadas a partir de doações ou autofinanciamento); da janela da sede que se fecha através de um remendo feito de lona; do financiamento coletivo para reforma da sede do MOB-PR; entre tantos outros exemplos que poderiam ser elencados: tudo feito com ferramentas não exatamente escolhidas a partir de um plano, mas com o que se tinha em mãos, geralmente em muitas mãos que pouco podem oferecer em condições materiais mas que, ao mesmo tempo, podem ser tudo que o trabalho precisa.

Durante as atividades da Ciranda, é possível perceber essa qualidade de arranjar-se com os meios possíveis presente já nas crianças da Portelinha.

Figura 18 - Sobre “arranjar-se com os meios possíveis” na Ciranda



Fonte: autora (2021)

Mas retornando ao caminho que estava sendo feito rumo à sede do MOB na Portelinha: ainda em frente à Associação, encostado nas tábuas laranjas está parte do que um dia foi um “Gira Gira” e que, ainda que estragado, não perdeu sua função de brinquedo, ou pelo menos de entretenimento para as crianças. Não foram poucas vezes que nos momentos de chegada ou saída, enquanto conversava com algumas delas, elas insistiam em tentar se encaixar na estrutura de ferro.

Quando estou de chegada na Comunidade, é no geral até este ponto da rua Irati, ali em frente à Associação, que encontro boa parte das crianças que acabam seguindo junto comigo até a sede do MOB-PR. Vamos em frente, eu e as crianças, passamos pelo bar do seu Geraldo, o *point* do bingo, depois por uma rua sem saída que cruza a Irati, depois por algumas casas, muitas feitas de tábuas e algumas de alvenaria<sup>66</sup>. Então, perto de uma vendinha, a Mercearia do Lucas, na esquina da rua Irati com uma rua sem nome e sem saída - é ali que está a sede do MOB-PR.

Fotografia 3 - Sede do MOB-PR (antes de sua reforma)



Fonte: autora (2019).

---

<sup>66</sup> Entendo que o tijolo dessas casas representa a segurança que a Comunidade sente, de que dali não será “tirada”, mesmo sendo uma área “ocupada irregularmente”.

Foi nessa mesma esquina que em 2009, Marga parou sua kombi Gertrudes para conhecer a Comunidade e buscar nela um lugar para viver. A partir de sua interlocução é possível ter uma pequena dimensão de como foi que a Comunidade foi tomando sua forma atual de 300 famílias (estimativa que corre pela Comunidade) e como foi se modificando com o passar do tempo. Novamente, é através da fala de Marga que a próxima seção começa.

### 5.1.2 Um terreno para Marga

Eu soube da ocupação quando meu filho foi lá na minha casa, porque eu já conhecia aqui, era um terreno vazio, não tinha nada. Daí o meu menino foi lá na minha casa. [O Lucas?] Não, o Gelson, o que faleceu já, o mais velho. Daí ele falou bem assim: “Mãe, nois invadimo um terreno ali na Santa Quitéria e já vai fazer 4 ou 5 meses que eu to lá, porque a mãe não vai?”. Daí eu falei bem assim, “Ah, será meu filho?”. Aí ele falou bem assim, “Vai!” (...) Daí, [rindo] é até engraçado... Porque eu tinha uma kombi né, a gente chamava ela de Gertrudes, a minha kombi... Daí nós pegamos, e viemos pra cá num domingo. Não, um sábado. Daí quando nós chegamos, que entramos aqui na Portelinha, eu já vim procurando aqui um terreno pra mim comprar, pra mim ficar né. Daí teve um tiroteio. [Eita. Logo no dia que cê chegou?] É, no primeiro dia. Paramo aqui, bem aqui perto, onde é o MOB, a associação do MOB. Ali. Paramo ali porque não tinha como continuar porque tinha um que atirava de um lado, outro do outro. Daí eu passei pra trás, pro banco de trás e o Marco dizia assim: Desça, desça! E eu dizia: “Não, não vou descer, cê é louco”. Sem noção, né, porque o tiro podia pegar mim lá dentro da kombi. Daí, é... Mataram uma moça aqui, sabe? Não que mataram, era entre dois rapaz e o tiro pegou na moça. Daí eu falei: “Meu Deus, eu não vou vim pra cá”. Deus o livre. Daí eu fiquei no meu menino com medo de sair, porque lá onde eu morava não tinha isso né. Daí ele disse: “Não, mãe, é briga entre eles, coisa e tal, era família”. Imagina! Se entre família brigam desse jeito, imagina quem não é família então. Mas aí, parou ali. Daí ele disse assim “Vamo, mãe, vamo ver um terreno pra mãe”... (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Se doze anos atrás, Marga lembra que não havia “nada” no terreno, a Portelinha de hoje quase não tem área vazia. Na verdade, em algum sentido, a Comunidade passa por um pequeno processo de desocupação, como mencionado na seção 4.1.1.

Naquele sábado de 2009, dia em que Marga buscou para si um lugar para morar em uma Portelinha ainda em construção, apesar do azar e da péssima impressão causada pelo “desentendimento familiar” (tiroteio), encontrou na mesma

tarde uma casa para alugar, onde viveria ela e parte de sua família - então marido, uma neta, um de seus filhos e um rapaz que havia acolhido<sup>67</sup>.

A casa que Marga alugou era de um rapaz que na época estava preso e, por isso, os acordos foram feitos por intermédio de seu tio. Tudo foi selado como geralmente é feito na periferia: verbalmente. Até que...

Daí eu fui morar ali. Daí [novamente, rindo] quando foi o dia... Tô tomando café... Todo mundo falava “Nossa, o cara é bandido” e eu dizia “Meu Deus, eu tô morando na casa do cara e se ele chega aqui, né”. Um dia tô tomando café de manhã, tamo sentado, tomando na mesa. Apareceu aquele menino polaquinho e empurrou a porta. Daí eu falei bem assim... [Era ele?] Era ele, né! Mas eu não sabia! Porque eles diziam “Nossa...”, eu imaginava um cara alto, bravo... Era um piá de tudo! Daí ele chegou pra mim e disse bem assim: “Você que é a Margarete?” Eu falei: Sou! Ele disse bem assim: “Pois é, eu sou dono dessa casa”. Daí eu falei “Ó, a única coisa que eu posso te dizer é que eu to pagando aluguel aqui, mas assim que parecer um terreno pra eu comprar eu compro e desocupo tua casa”. Daí ainda falei “Cê quer entrar? Quer tomar um café?”. Daí ele falou “Posso?” Eu falei lógico que pode, a casa é tua né [disse rindo]. “Pode entrar!”. Daí ele entrou, sentou, tomou café. Daí ficamo conversando... Daí eu fui ver que ele não era tudo aquilo que falavam, né. Sim, ele era terrível, mas sabendo conversar, né? Daí ele foi, saiu, andou. Daqui a pouco quando foi de tarde ele voltou. Daí eu falei, “Ah, meu Deus do céu...”. Porque a cada passo eu perguntava: “O menino tá aí? O menino tá aí?”. “Ah, tá ali bebendo, tá ali né...”. E eu falei, “Ai, Jesus”. Daí ele voltou meio chumbadão. Daí eu falei pra ele meio assim: “Quer entrar?”. Nós tava começando a jantar... “Quer jantar?” Daí ele falou bem assim: “Não, Margarete, quero falar com você”. Falei “Tá bom, pode falar”. “Então, vamo conversar de negócios. Porque meu tio não tá passando o dinheiro do aluguel”. Eu falei “Meu Deus, agora eu to ferrada, né”. “Então agora você vai pagar pra mim, não paga mais pra ele”. Eu falei: “Então tá bom!” Daí ele disse: “Ah, eu acho melhor o seguinte: você junta um dinheirinho, uns R\$500 e me dá, daí eu te parcelo mais 3 parcelas de R\$100. E a casa é tua. O terreno é teu”. Daí eu falei: “R\$800?” Daí ele falou: “É”. Eu falei “Tá bom”. Daí, né... Arrumei. E daí foi onde eu morei. Daí, nossa, dali eu fui pra outra casa do lado, comprei mais um terreno... Sei que lá embaixo eu tinha uns 5 ou 6 terrenos. (...) Mas daí lá era muito frio, muito frio... Minha bronquite e minha asma, atacou demais... Daí eu já tinha comprado esse terreno aqui também. (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Parece ironia do destino que, após o episódio do tiroteio, Marga tenha ido morar justamente na casa de alguém que carregava vários estigmas de quem estava em “conflito com a lei”. Os percalços que Marga enfrentou em sua vida, antes e depois da Portelinha, não foram poucos, mas ela os enfrentou e ainda os enfrenta

<sup>67</sup> Este rapaz estava em situação de extrema vulnerabilidade e havia pedido acolhimento à Marga quando ela ainda morava no bairro Campo Comprido. Na Portelinha, tenho conhecimento de ao menos 8 pessoas que receberam acolhimento semelhante na casa da Marga, são as filhas, filhos, netas e netos que ela decidiu ter, sem ser de sua família consanguínea.

com destreza, o famoso “jogo de cintura”. Uma boa tradução do que é ser *bricoleur* e fazer de um tudo com o que se tem em mãos.

Neste episódio específico, por “saber conversar”, Marga percebeu que não tratava de fazer negócios com um monstro, como alguns colocavam. Tratava era com um menino, um “piá de tudo”. Se a reação do “monstro-menino” foi mais branda do que poderia ter sido em razão da receptividade de Marga, não me arrisco a dizer. O fato é que ela não deu vazão ao medo, fez um convite para café e janta e, no fim, em vez de chegar a um acordo de desocupar a casa ou de acertar o aluguel, fecharam um acordo de compra, que naquele momento, Marga disse ser mais interessante para ela.

Chama a atenção o fato de que, ainda que a Portelinha seja uma ocupação, muitas das famílias que ali moram pagaram ou ainda pagam por seus terrenos ou casas, ou seja, há um comércio de moradias na comunidade. Esse foi um fato destacado na petição inicial do pedido liminar de reintegração de posse proposto pela proprietária de parte do terreno (Plano Leve S/A). Na próxima seção trato desse fenômeno do mercado informal e para isso, inicio-a com um trecho da petição inicial mencionada.

### 5.1.3 Entre a lógica do mercado e a lógica da necessidade

[...] Contam os vizinhos que diversas pessoas, até mesmo famílias inteiras, chegaram e acamparam no terreno, logo passando a construir as suas moradias, pouco importando-se com os avisos dos moradores vizinhos de que aquele terreno tinha dono.

Portanto Excelência, a invasão do terreno é pública e notória, e faz-se prova dela, através dos documentos já mencionados e também através das fotos tiradas do local.

Um verdadeiro absurdo!!!

Os dois terrenos contam com uma área total de mais de 16.000,00 m<sup>2</sup> e tem proprietário registrado na 6a Circunscrição dos Registros de Imóveis de Curitiba, aliado a isto, para esta área existe um projeto de construção dos outros 7 (sete) blocos de apartamentos faltantes.

Como podem aproveitadores chegarem, invadirem e ainda comercializarem lotes que não lhes pertence, em detrimento ao direito legítimo de outros. [...] (PARANÁ, 2007, p. 15)

De acordo com o TETO (2017), metade (50,8%) da Portelinha comprou o terreno em que vivia na data da pesquisa. 36,4% disseram viver em “terreno próprio ocupado”; 8,3% alegaram viver em terreno doado e 3,8% afirmaram viver em área alugada. Marga está nos 50,8%, mora em um terreno comprado, onde construiu sua

casa. Ela viveu em diferentes casas e barracos na Portelinha e, desde que chegou, teve de pagar por todas. Além do terreno em que vive hoje, pagou por vários outros que hoje já não possui. Sobre essa situação, contou que

Era puxado. Porque daí eu já tinha quatro terrenos pra mim pagar aqui. Tinha esse que eu moro agora, aquele um onde a Nice mora e mais três lá embaixo. Porque meu ex-marido era meio louco, ele comprava as coisas e não queria nem saber como é que ele ia pagar. Daí tinha que me ferrar, né, pra trabalhar. (...) Só que ele tinha problema de bebida, ele. Por isso que hoje em dia eu não tenho mais nenhum terreno né, só esse aqui que eu moro. (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Este mercado informal de moradias em área irregular não é um fenômeno único da Portelinha, pelo contrário, acontece de maneira generalizada nas grandes cidades de todo o país (ABRAMO, 2011). De acordo com o pesquisador Pedro Abramo, a configuração intraurbana é composta por 3 grandes lógicas, ou seja, o acesso às áreas (solo) da cidade seguem 3 grandes sistemas: a lógica do Estado (políticas públicas de urbanização e habitação), a lógica da necessidade e a lógica do mercado (ABRAMO, 2011).

Esta classificação não propõe categorias rígidas, até porque os três sistemas relacionam-se entre si e muitas vezes se interseccionam. Segundo Abramo (2011), é da lógica da necessidade que se originam as ocupações populares informais, que surgem enquanto ações individuais ou coletivas de acesso ao solo urbano. É uma lógica que ao mesmo tempo transgride as lógicas do mercado e do Estado (ABRAMO, 2011), mas que nem sempre escapa da monetarização da terra e portanto, também se inclui nos termos da terra em função “da cerca” (FERREIRA E FELÍCIO, 2021), estando aquém dela.

Figura 19 - Lógicas de acesso ao solo urbano



Fonte: Pedro Abramo (2009) - com adaptações pela autora

A lógica da necessidade, que transgrediu a lógica do mercado a partir da afronta à propriedade privada e da ocupação/reapropriação da função social das terras, passa também a transgredi-la uma segunda vez, quando a subverte em uma versão informal. Atualmente, de acordo com Abramo (2011), dentro das periferias das grandes cidades (frutos da lógica da necessidade), nas ocupações/favelas/comunidades opera principalmente a lógica do mercado informal, pela qual se dão os tratos de compra e venda de terrenos e casas da Comunidade Portelinha.

Se antes, como foi no início da Portelinha, o acesso à terra pelos mecanismos do mercado e do Estado já não era possível e assim direcionou certos grupos à lógica da necessidade e seus mecanismos mais recorrentes, a exemplo, o processo de ocupação e de autoconstrução das moradias (BALTRASIUS, 2002); após o crescimento das taxas de densidade demográfica nas cidades, especialmente na periferia, instaurou-se principalmente a ocupação pela compra ou aluguel informal.



Abramo (2011) aponta que há carência de informações e pesquisas sobre o mercado informal, o que gera e reforça compreensões baseadas no senso comum. Estas compreensões acabam, de acordo com o pesquisador, embasando políticas públicas urbanas direcionadas à questão da moradia, o que torna muito relevante a existência de trabalhos que discutam e desvelem o mercado informal.

Para Abramo (2011), é a partir da problematização conceitual e da verificação empírica das lógicas do Estado, da necessidade e do mercado, da análise de suas nuances e interrelações, que a configuração da cidade pode se tornar mais compreensível.

Como já foi citado no capítulo 3, a complexidade da correlação de fenômenos e forças presentes na questão fundiária da Portelinha, somado ao fato de que as instituições responsáveis se comunicam através de códigos muito específicos, dificulta o entendimento e a discussão da questão feita a nível coletivo. É o caso, por exemplo, das resoluções que vêm de vias jurídicas, repletas de termos técnicos e dinâmicas burocráticas que podem se arrastar por anos. Somam-se ainda, a outros códigos de economia e do mercado imobiliário, também restritos e distantes do entendimento geral.

Por mais que haja um lastro tecnicista e cientificista que perdure nas discussões do campo da urbanização, como bem escreveu o geógrafo Élisée Reclus sobre o fenômeno do crescimento das cidades em seu tempo (virada dos séculos XIX e XX), “Tudo bem considerado, qualquer problema municipal se confunde com a própria questão social” (RECLUS, 1985b, p. 163).

Nesse sentido, Reclus (1985) construiu uma metáfora onde a cidade e tudo que nela habita é o *corpo da sociedade*. Ouso complementar a metáfora lembrando que se nossa sociedade é desigual e construída por diferentes classes, temos então um corpo social repartido, e a partir disso, passo a representar a cidade capitalista como um “corpo-esfacelado”, despedaçado, enfim, um corpo feito de fragmentos. A partir daqui, passo a entender e representar a cidade enquanto um corpo dividido em segmentos, por exemplo entre as ruas de bairros elitizados, como o Batel, e aquelas que cruzam o canal da favela do Parolin. Um espaço onde “a divisão das classes mostra-se entre as ruelas sórdidas e as avenidas suntuosas” (RECLUS, s.d *apud* PELLETIER, 2015, p. 453).

Sobre esse corpo social que vive e sobrevive sob os modos do capitalismo, Murray Bookchin escreveu que em uma cidade burguesa as relações humanas são mediadas por mercadorias que as “unem” na lógica do dinheiro e da divisão do trabalho (lógica do mercado e da cidade corporativa), ao mesmo tempo que “separa a humanidade de seus instrumentos de produção, o trabalho da criatividade, o objetivo do sujeito, até que separa a própria humanidade”<sup>68</sup> (BOOKCHIN, 1973, p. 20). Ou seja, as elites e periferias estão “unidas” por uma perspectiva em que a morada, o chão sob nossos pés e o teto sobre nossas cabeças é também uma mercadoria. E, como tal, tem seu valor financeiro estabelecido pelo mercado.

Embora pareça contraditória e controversa a venda ou locação de um terreno irregular, de uma área que oficialmente não pertence a quem a negocia, as justificativas para tal são compreensíveis ao se analisar aquilo que determina o modo das relações sociais. Segundo Reclus (1985a), se “os homens estão repartidos diversamente sobre a face da terra” eis um motivo: ele, o “todo poderoso”, o “senhor dos senhores” - o dinheiro (RECLUS, 1985a, p. 75).

Se hoje o dinheiro é uma das necessidades mais básicas para a sobrevivência e se os mecanismos de acesso à terra pela lógica do Estado e do mercado não estão acessíveis a muitas pessoas, resta a elas criar seus próprios meios para consegui-lo. Ainda, se como apontou Santos (2011), as pessoas da periferia têm migrações forçadas pelo mercado ou pela inacessibilidade a bens e serviços essenciais, ao se verem impelidas a migrar pelas frestas da cidade teriam de abdicar da oportunidade de receber uma quantia em troca daquilo que já ergueram no terreno, para adequar-se a uma moral parcializada?

Se nos bairros nobres a moradia e a propriedade não são mais “uma extensão visível e palpável de terreno presa à rocha sólida” e se tornaram-se mais um “valor cambiável representado por papéis que passam de mão em mão” (RECLUS, 1985, p. 95), uma quantia financeira sem relações concretas que se desloca no movimento especulativo, é importante notar as singularidades presentes quanto ao valor da terra nas moradias e terrenos periféricos. Afinal, cada segmento

---

<sup>68</sup> “In bourgeois society, the commodity, which mediates all human relations, not only “unites” society in a cash nexus and minute division of labor, but at the same time separates man from the instruments of production, labor from creativity, object from subject, and eventually man from man.” (BOOKCHIN, 1976, p. 20).

desse corpo cidadão traz consigo seus códigos e suas condutas de como lidar com suas próprias divisões.

Na Portelinha, por exemplo, o valor da propriedade demonstra ter sim seus aspectos materiais destacados, visíveis e palpáveis. A começar, porque grande parte das casas foram construídas pelas pessoas que nela moram. Também porque são, no geral, o único abrigo da família ou a fonte de seu sustento<sup>69</sup>. Por fim, a conquista de uma propriedade na periferia é acompanhada do suor de um trabalho que quase sempre, sendo físico e braçal, apresenta tanta materialidade quanto a rocha que outrora indicava os limites do terreno.

Apesar da concretude do trabalho necessário para a conquista dessa propriedade, muitas vezes os acordos de compra ou locação de terrenos na Portelinha são feitos e firmados, como já adiantado, somente através de palavras ditas, como foi o caso de Marga. Diferentemente das avenidas suntuosas, na periferia os acordos que envolvem a compra e venda de propriedades não têm o respaldo e a segurança do papel timbrado.

Com insegurança quanto à regularidade do terreno e quanto ao acordo de compra da casa em que viveu, anos atrás, Marga ainda teve de se esforçar ao extremo para conseguir pagar os terrenos que o então marido adquiriu (e depois vendeu) durante momentos de embriaguez. Ela contou que sentia o peso de sustentar a família recaindo em seus ombros. Família que, aliás, nunca foi pequena e não se reduz a laços sanguíneos.

É sobre esse peso sentido, por Marga e outras pessoas, que a próxima seção trata.

---

<sup>69</sup> Ao passo que muitas pessoas trabalham em setores informais, não há uma distinção bem delimitada do que seria ou não o ambiente de trabalho. Neste sentido, a moradia se torna também um local para se prover a renda, para pessoas que trabalham com artesanato, com serviços culinários, reciclagem (a casa é onde se guarda o carrinho, ou mesmo alguns materiais) etc.

#### 5.1.4 “Que mundo errado que nos separou de nós”<sup>70</sup> - Sobre o corpo social dividido

O que ocorre é que as divisões desse corpo esfacelado que é a cidade, as divisões estão presentes também *entre* as casas e vidas das ruelas sórdidas e dos conjuntos habitacionais milimetricamente projetados às classes populares. Dentro de suas relações familiares, em movimentos políticos como o MOB, entre marcadores que atravessam questões de raça, gênero, sexualidade, classe econômica, condições físicas etc.

Para continuar sob a metáfora sugerida por Reclus (1988a), adaptada para a imagem do corpo fragmentário, uma nova divisão se sobrepõe àquela divisão geográfica feita na cidade, apontada nas seções anteriores. Uma partição que muitas vezes pode ser facilmente percebida nas cozinhas, a divisão a partir do gênero.

Se certos grupos de mulheres tiveram e ainda têm de lutar para que não estejam pré-determinadas ao trabalho doméstico, para outros grupos o trabalho doméstico simplesmente está determinado a se somar ao trabalho de “fora”. Como escreveu a antropóloga Lélia Gonzalez,

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente (GONZALEZ, 2020, p. 132)

Enquanto mulher, mãe e esposa, uma função socialmente determinada à Marga era a responsabilidade do trabalho de casa. Enquanto uma mulher não branca, pobre e periférica, sua sobrevivência e o bem-estar de sua família não admitiam que seu trabalho se limitasse ao trabalho doméstico, sobretudo quando tinha ao seu lado um companheiro que enfrentava o alcoolismo. Assim, já há muitos anos que Marga trabalha com a coleta, seleção e limpeza de materiais recicláveis.

---

<sup>70</sup> “Que mundo errado que nos separou de nós / Eu nunca soube reparar as estações / Nessa de cê não poder parar / Sem sentir ficar pra trás / Uma temporada ou mais / De desilusões [...]”. Primavera, Don L (2021)

Naquela época (2009), em casa, Marga cuidava da família. Fora de casa, trabalhava em dois lugares para pagar as contas, em um barracão na Portelinha e outro, o Kaminski. “Lá eu trabalhava à noite, das cinco até às dez. E aqui de dia.”

Ao pagar as contas e tomar a chefia da família, Marga evidenciou ser uma mulher independente, fugindo assim de certas determinações de gênero. Ao ver-se impelida a fazer tudo isso para conseguir prover o básico à família, esteve presa em suas responsabilidades pré-condicionadas pela moral da sociedade dividida em classes. As contradições possíveis entre reivindicações e práticas de certos grupos, de acordo com gênero, raça e classe podem ser, adaptando algumas palavras de Gonzalez (2020), o que torna o racismo, classismo e sexismo (entre outros sistemas de opressão) tão “sofisticados” no Brasil.

Novamente se apresentam contradições motivadas pelo dinheiro “todo poderoso” (RECLUS, 1985), assim como no aluguel e venda de terreno irregular, o capital cruza com questões morais, por exemplo determinações de gênero, criando inflexões. Isto faz parte da “sofisticação” destes sistemas de opressão, a capacidade de se alterar, de acordo com marcadores sociais, e ainda assim serem entendidos como norma lógica e quase natural.

Sofia (11 anos), participante da pesquisa e educanda da Ciranda trouxe algumas informações que abordam as contradições de questões de gênero em relação ao capital e de negociações das áreas ocupadas da Portelinha mais inteligíveis, porque toca no cerne da lógica seguida.

Quando conversávamos sobre a chegada dela e de sua amiga Helena na Comunidade, Sofia disse:

Se você visse os barracão de antigamente... Nossa, ce não teria acreditado. É muito... muito ruim de ver assim, porque é tudo destruído... (...) Porque todo mundo foi pegando os terreno. Inclusive meu pai. Só que, só que daí [...] E ele morreu. Daí eu tinha nove meses, nove meses. É... Eu tinha onze meses, eu ia completar um ano, só que daí dia 17 ele morreu e dia 22 eu fiz [um ano], do mesmo mês. Daí, deixa eu ver... Daí minha mãe, como... Porque só ele que dava o sustento em casa e eu e meus irmãos era em bastante, minha mãe tinha que vender os terreno, pra conseguir o sustento, daí ela vendeu os terrenos dela... (Sofia, em conversa no dia 08/07/2021)

Diferente de Marga, naquele tempo entre 2009 e 2010, a mãe de Sofia cuidava dos trabalhos domésticos enquanto o marido cuidava dos trabalhos casa afora e da renda da família. De repente, a mãe de Sofia se viu como responsável por

ambas as partes. Para manter os cuidados com a família e a comida na mesa, teve de vender os terrenos que o marido havia tomado posse e demarcado com a lona. O aluguel ou valor cobrado pela venda das áreas “loneadas” seguiu a lógica da necessidade, incidida sobre a lógica do mercado.

Tanto Marga como a mãe de Sofia, ambas mulheres não brancas, passaram pelas determinações do que Gonzalez (2020) chamou de sociedade capitalista, patriarcal, racista e dependente. Determinações de um mesmo sistema que as atingiu de maneiras diferentes e particulares, o que evidencia a complexidade dos fatos e a demanda por análises não reducionistas ou homogêneas das vidas da periferia.

Entretanto, buscar construir análises que atentem às particularidades presentes dentro do meio periférico não impede de enxergar algumas das condicionantes que afetam esse meio de uma maneira generalizada. Como já foi discutido em seções e capítulos anteriores, essas condicionantes em comum na periferia atuam na geração da consciência periférica (D’ANDREA, 2020), que suscita a identificação enquanto periferia.

Uma dessas condicionantes certamente é a violência, sobre a qual D’Andrea (2020) alega que a periferia reage, seja na busca por superá-la em suas dinâmicas internas, seja por denunciar suas expressões externas, ou seja, na violência que chega de fora, sobre a qual a próxima seção trata.

### **5.1.5 O perigo está lá fora**

Naquela tarde fria de nossa conversa, Marga me disse que atualmente, agora com seu terreno pago e “sem o marido”, ama morar ali e que não se vê morando em qualquer outro lugar. Disse que um dos motivos para isso é o fato de que, apesar dos episódios violentos narrados ao contar sobre sua chegada, sente-se muito segura na Comunidade. Complementou dizendo que a Portelinha felizmente já não contava mais histórias como essa e que hoje havia “mais o respeito uns pelos outros”.

Infelizmente, alguns meses após nossa conversa, a partir de Setembro de 2021, a segurança que Marga alegou sentir foi confrontada por alguns episódios trágicos, principalmente pela morte de dois jovens da Portelinha (em dois momentos

diferentes), ocasionadas por agentes da Polícia Militar. Um dos rapazes era seu afilhado, o Zé. No capítulo 5 conto um pouco mais sobre o ocorrido e algumas de suas repercussões, na Portelinha e no MOB-PR, mas por ora cabe dizer que, após a morte dos rapazes, durante minhas idas à Portelinha, ao longo de reuniões, visitas e conversas, registrei que a segurança referida por Marga, logicamente, se alterou.

Não a ponto de ela desejar sair da Comunidade, ainda que algumas pessoas de seu núcleo familiar mais próximo assim tenham feito, por conta do luto e do medo. Parece-me que as raízes de Marga estão fundas demais para deixar a Portelinha e isso, obviamente, soma-se ao fato de que quando se têm poucos recursos, mudar nem sempre é viável.

O que pude perceber é que o sentimento de alerta após a morte dos rapazes reflete, no núcleo familiar de Marga, em alguns cuidados e discursos antes não tão necessários ou recorrentes, como alertas à juventude para que cuidem com as saídas noturnas e não excedam determinado horário (diria, a partir das 22h) e o lembrete de que “se os cara chegar, não corre”<sup>71</sup>.

Para além do núcleo da Marga, sinto que após esses episódios houve sim a presença do medo e certo resguardo, que gera mais uma forma de imobilidade imposta à periferia. Mas há, ao mesmo tempo, vidas que seguem ofuscando o medo, talvez como consequência da naturalização da violência do Estado por experiências vividas ou memórias contadas por familiares e pessoas próximas.

Ainda assim, o sentimento de segurança na Portelinha persiste. Creio que muito dessa segurança vem de comparações com outras áreas periféricas da cidade, no geral aquelas que são muito maiores em extensão e população, por exemplo em paralelos com a favela do Parolin, ocupações no bairro CIC ou favela do Capanema.

A segurança sentida na Portelinha foi registrada em uma fala de Helena, menina de 10 anos e de longos cabelos encaracolados. É educanda da Ciranda, mas não das mais ativas. Quando se sente confortável, expressa-se com

---

<sup>71</sup> Nos dias que seguiram após as mortes, frases como “não corre da Polícia, fio” foi algo muito ouvido. Parece-me que na periferia a indicação é recorrente, especialmente dita pelas pessoas mais velhas. Momentos após uma das tragédias, os lamentos sobre o suposto erro de um dos rapazes, por ter corrido dos policiais foi frequente. Ainda assim, outro dito recorrente é o “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come” e considerando tantos casos semelhantes, é possível imaginar que correndo ou não, a Polícia arranjará outros meios de justificar os tiros.

eloquência, chamada de tagarela. Em uma de nossas conversas, quando perguntada se gostava de morar na Portelinha, ela me disse bem empolgada:

Eu gosto, é um lugar bem bacana porque eu conheço todo mundo e todo mundo é gente boa comigo então é bem bom morar aqui. Porque eu conheço todo mundo, então... [Cê acha que vai morar aqui por bastante tempo?] É, acho que eu vou morar aqui por... Bastante tempo. Porque eu tenho medo de sair daqui a acontecer outros negócios... [Tipo o que?] Ah, sei lá... Aqui não tem, acho que não tem perigo de alguém entrar em casa e roubar... Nos outros lugares tem. E pode entrar, né... Porque é uma rua mais quieta e aqui não, acho que não tem perigo. [Aqui não tem, né?] Não. Só às vezes que algum “nóia” que vem de lá mas nos outros lugares pode vim bastante gente, tipo assim, cara que quer roubar e entra dentro de casa e mata todo mundo e pega as coisas. Aqui acho que não vai ter nunca isso daí. [Entendi...] Ou se algum dia “tirarem a Portelinha daqui”, aí sim eu posso morar em algum outro lugar. [Cê acha que um dia eles vão tirar a Portelinha daqui?] Eu... Eu... Tomara, tomara que não né? (Helena, em conversa no dia 08/07/2021)

Helena é uma das crianças que praticamente nasceu na Comunidade. Para ela, o perigo vem e está do lado de fora: em outras comunidades, no “nóia que vem de lá” ou nas pessoas que podem “tirar a Portelinha dali”. Mais recentemente, após a conversa desse dia, a julgar pelos momentos em que a vi nas mobilizações após a morte do Zé, acredito que Helena pode ter adicionado neste rol de inseguranças também as viaturas policiais e suas rondas noturnas.

Helena se sente segura na Portelinha justamente porque conhece todo mundo, porque todo mundo é “gente boa” com ela. Essa é uma perspectiva infantil que foge de algumas análises padronizadas e que contribui com o fim de certos estereótipos sobre a periferia.

Por mais que a Portelinha não consiga fugir de algumas tristes estatísticas e, longe de buscar uma romantização de determinações sociais opressoras, devo dizer que a Portelinha é uma Comunidade que abriga muitas crianças em plena liberdade para ir e vir (e ir e vir novamente). São livres para ir ao parquinho ou ficar na Ciranda, mesmo depois do anoitecer. Para brincar, cantar e dançar na rua, especialmente na festa de dia das crianças - a festa que nunca falta no ano, por mais duro que este tenha sido.

São crianças que, no geral, têm inúmeras possibilidades de se relacionar e interagir com outras pessoas que vivem na Portelinha. Muitas das relações entre as crianças dali acontecem, literalmente, desde o berço e permanecem próximas,



convivendo umas nas casas das outras, frequentando as mesmas escolas, os mesmos cultos, as atividades da Ciranda e vários outros eventos.

No dia 20 de Fevereiro de 2021, registrei no diário de campo uma reflexão que está relacionada a esse vínculo existente entre as crianças:

Manuel novamente me chamou de "vó" e então começaram a fazer relações da minha pessoa com seus vínculos familiares. Em uma dessas relações, falaram que gostariam que eu fosse a avó deles. Todos riram. Nesse momento, o espaço de tempo em que elas desenhavam, riam, não brigavam ou se xingavam, eu me deleito, plena...

Percebi naquele momento, provavelmente sugestionada pelo assunto em pauta, a lembrança de um momento que se assemelhava, talvez, com aqueles que foram os melhores momentos da minha infância, de estar próxima às irmãs ou primas e primos, curtindo os momentos que não eram corriqueiros e tinham certo brilho. Isso me fez pensar na proximidade que essas crianças têm, a convivência constante. Elas vivem muito próximas umas das outras, brincam por horas e por dias seguidos, conhecem suas famílias, suas casas, as preferências musicais, as brincadeiras preferidas, as vulnerabilidades etc. Algumas têm vínculos a nível familiar, de sangue mesmo ou daqueles construídos durante a vida de suas responsáveis. Esse vínculo, em alguns casos, já é profundo e gosto de acreditar que muitos ainda podem se aprofundar. (Relato de campo, 20/02/2021)

O fato de a Portelinha ser uma área relativamente pequena possivelmente contribui com esse vínculo próximo entre as crianças, assim como contribui para o sentimento de segurança, relatado por Marga e por Helena.

Aliás, avalio que é também o tamanho reduzido da Comunidade que facilitou a entrada, a permanência e o aprofundamento das relações entre militantes do MOB-PR que não moram na Comunidade Portelinha e as pessoas que nela vivem. Na próxima seção, contextualizo o início dos trabalhos do Movimento na Comunidade Portelinha e discorro sobre sua nova sede e algumas das dinâmicas presentes nela.

## **5.2 O Movimento de Organização de Base - Paraná**

Foi em 2014 que essas relações entre MOB-PR e Portelinha começaram, justamente com os trabalhos da Ciranda. Na época, uma então militante do movimento estudantil Quebrando Muros<sup>72</sup> morava perto da Comunidade, na rua

---

<sup>72</sup> O Coletivo Quebrando Muros foi uma organização estudantil, de esquerda e libertária, que buscou se organizar de maneira autogestionária, com democracia direta, solidariedade e independência de classe (QUEBRANDO MUROS, 2021).

Rezala Simão, e participou de algumas reuniões da Associação de Moradores da Portelinha, que naquela época ainda eram feitas separadamente, entre Portelinha de cima e de baixo.

A partir dessas reuniões da Associação ela pôde perceber a urgência de uma demanda da Comunidade e julgou por bem repassá-la ao movimento estudantil, visto que ele tinha como proposta construir relações com movimentos comunitários. A demanda em questão vinha do fato de que algumas crianças não haviam conseguido vagas em creches/escolas e, portanto, passavam muito tempo sozinhas em casa, já que para trabalhar suas mães tinham de se ausentar por horas.

Foi em busca de se solidarizar com as mães que demonstravam preocupação em deixar suas crianças em casa que, naquele ano de 2014, a Ciranda iniciou seus trabalhos, primeiro como um GT do Quebrando Muros e depois como um GT do MOB-PR, que foi tomando corpo ao longo das atividades da Ciranda e das relações com a Comunidade.

Naquela época, as atividades da Ciranda tinham formato e propostas diferentes das de atualmente. Eram quase que diárias, aconteciam a partir de um revezamento entre algumas pessoas do coletivo e variavam de acordo com uma escala semanal e o repertório de cada pessoa no papel de educadora escalada. Havia dias de oficinas de culinária, dias de cinema e dias em que a proposta era realmente a recreação, brincadeiras, desenhos, etc.

Por sugestão de moradoras da parte de cima da Portelinha, essas atividades aconteciam no “Clube de Mães Don Orione”, um espaço construído com fundos da Paróquia de Santa Quitéria, pertencente a órgãos da Igreja Católica. Na próxima seção descrevo sobre o espaço do Clube de Mães e sua relação com o MOB-PR.

### **5.2.1 O Clube de Mães**

O Clube de Mães Santa Quitéria foi construído em 2011, na parte de cima da Portelinha. Na época da inauguração do espaço, a Paróquia fez a divulgação:

Desde a chegada dos primeiros padres italianos até hoje, muita coisa mudou no bairro de Santa Quitéria que, naqueles idos tempos, era chamado de “inferninho”, dada a situação extrema de pobreza na qual vivia o povo que lá estava se assentando. Quando os padres orionitas se ofereceram a algum trabalho na cidade, fizeram questão de pedir ao arcebispo o *bairro mais pobre da cidade*. “Mais pobre que Santa Quitéria não existe em Curitiba, por isso é lá que preciso de vocês!” afirmou sem titubear o arcebispo. E eis que a missão foi aceita.

Hoje, é claro, a situação mudou bastante. O bairro se desenvolveu e hoje é um dos mais aprazíveis da cidade. Muitas famílias de classe média criam em Santa Quitéria seus filhos num ar quase que ainda interiorano. Todavia, ainda há na *periferia* do bairro algumas comunidades em situação de pobreza e *invasões* aparecem aqui e ali. E mais uma vez, lá estão os orionitas. A comunidade religiosa local (...) e religiosos estudantes de Filosofia, têm trabalhado incessantemente tendo em vista uma pastoral *evangelizadora* que não despreza os pobres mas, ao contrário, os privilegia. Nesse sentido, diversas atividades têm sido realizadas para aproximar a Igreja daqueles que mais precisam. Seja através do trabalho com as *crianças*, na creche Menino Jesus, no Centro de Inclusão digital São Luís Orião, na pastoral da criança, no grupo de escoteiros ou coroinhas, sempre há algo sendo feito por estas que são o futuro de nossa sociedade. Há ainda um trabalho com as famílias. Nesse sentido, houve no mês de agosto a missa das famílias em todos os setores da paróquia, além da inauguração do clube de mães Santa Quitéria, instalado numa área de invasão. (ORIONITAS, 2011, grifo meu)

É difícil descrever esse espaço e o que ele representou ao MOB-PR, porque os sentimentos ao redor dele são ambíguos. Procurei, com esta primeira citação, grifar e apresentar alguns dos conceitos que estão presentes, de diferentes maneiras, tanto na tradição popular da qual o MOB-PR tem referência, quanto na tradição de trabalhos feitos pela Igreja Católica, que na verdade são tradições com intersecções.

Entretanto, esses conceitos presentes no MOB-PR e nas práticas da Igreja ora se relacionam de maneira mais alinhada, ora mais distante ou conflituosa. Os grifos se relacionam com questões de pobreza, de periferia, de ocupação/“invasão” urbana, de trabalho, trabalho com crianças e sobre noções de evangelização.

É principalmente com base nestes conceitos que, ao longo desta seção, aponto algumas das confluências e divergências entre o MOB-PR e representantes da Paróquia da Igreja.

Fotografia 4 - Clube de Mães Santa Quitéria, na Portelinha de cima



Fonte: autora (2020)

Frequentei o Clube de Mães principalmente enquanto educadora da Ciranda, de 2016 à 2019. Neste espaço de tempo, presenciei conflitos e desgastes da relação entre a Paróquia e o MOB-PR, mas também presenciei o espaço servir de base para os GT's Ciranda, Cooperativa Entre Laços e Linhas e Alfabetização, além de local para reuniões do Movimento e da Associação de Moradores. Nesse sentido, possibilitou mobilizações junto às pessoas da Comunidade, das crianças às pessoas adultas.

De acordo com dona Maria, artesã da Cooperativa Entre Laços e Linhas, no início do Clube de Mães haviam aulas de corte e costura organizadas por representantes da paróquia. Sua fala possibilita refletir sobre algumas diferenças entre a noção sobre trabalho, estabelecida pelo MOB-PR e pela direção do Clube de Mães:

“É, Anita, no começo era tudo muito bom né. Porque a gente ia lá, tinha... Tinha as aulas, tudo lá. Mas o único problema era esse, né, que depois, metade do que a gente fazia tinha que deixar pra eles pra ajudar na igreja. Daí isso aí também já não era bom. E outra... A gente tá sempre fazendo negócio só pra igreja, pra vender pro Cotoengo, que eles queriam... Daí

isso aí já não era bom né, porque uma que a gente tava... Era começo, né, tava começando. E depois que a gente conseguiu o espaço pra nós lá, foi bem melhor né, que a gente já viu uma grande diferença. E aquela mania de ficar cobrando chave, que a gente não podia ficar as chaves e aí depois virou aquela confusão com os irmãos..." (dona Maria, em conversa do dia 31/10/2021)

O espaço cedido pela igreja para o curso de costura demandava um retorno das pessoas da Comunidade, que o utilizavam. Este retorno, metade do produzido, fora estabelecido pela direção do Clube. Considerando que a discussão para o estabelecimento das condições foi feita de maneira lateral, pela própria direção e não pelas artesãs, e ainda, considerando que havia uma cobrança para que as mulheres participantes do curso também trabalhassem em eventos da igreja (festas e feiras), é possível deduzir que a noção de trabalho encampada pela direção do Clube de Mães era construída sobre algumas divisões pré-estabelecidas.

Essas divisões se apresentavam, por exemplo, nos momentos em que as artesãs que não possuíam espaço nem materiais próprios dedicavam suas forças do trabalho nas produções e posteriormente, também nas vendas sob a chancela da Paróquia. A direção do Clube oferecia o espaço e seus recursos, mas também determinava os termos da produção e vendas dos materiais produzidos.

Durante a organização das festas da Paróquia, feitas no Clube de Mães, as divisões pré-determinadas do trabalho também se apresentavam nos "convites" ao trabalho na cozinha, feitos às artesãs e ao MOB-PR, sempre direcionados às *mulheres* do Movimento, que trabalhavam na feitura dos alimentos (grandes panelões), enquanto os homens da direção do Clube, não moradores da Portelinha, ficavam nas tarefas de "anfitriões", recebendo as pessoas.

Cleia, antiga moradora da Portelinha, era como uma coordenadora local do Clube. Entretanto era uma coordenação heterônoma, já que as chaves que ficavam com ela às vezes eram "confiscadas" por um irmão responsável, externo à Portelinha. A direção do espaço e das atividades que poderiam acontecer nele tinham de passar pela autorização dos membros da Congregação, presentes de maneira sazonal na Portelinha, para reuniões e eventos pontuais, por exemplo as festas citadas, geralmente festas das crianças, natal e outras de apelo religioso.

Então, quanto à perspectiva de trabalho, eis algumas diferenças entre MOB-PR e direção do Clube de Mães. Certamente o Movimento não escapa de

todas as pré-condições que dividem os trabalhos de acordo com certos marcadores sociais. Mas toda e qualquer proposta feita dentro do Movimento é discutida de maneira horizontal e todas as decisões são sempre coletivas. Na Cooperativa Entre Laços e Linhas, por exemplo, todos os termos e acordos foram estabelecidos pelas artesãs participantes e o que há de lucro fica entre as artesãs e o caixa da Cooperativa, que é usado única e exclusivamente para compra de materiais e outros gastos necessários como transporte às feiras etc.

É irrefutável o papel importante que algumas instituições religiosas cumprem dentro da Portelinha e outras periferias semelhantes a ela. Como foi citado no início deste capítulo, se hoje a Portelinha conta com uma Associação é, em grande medida, por conta de uma doação vinda da Igreja Católica. Assim como por anos o MOB-PR pôde pôr em prática seus trabalhos sob um teto também viabilizado pela Igreja. Justamente pela presença ativa e importância de instituições religiosas na periferia, parece-me importante pontuar a crítica de que alguns desses trabalhos têm um projeto que busca mais a evangelização do que a emancipação e, nesta busca, por vezes fazem coro a sistemas opressivos.

Durante várias atividades da Ciranda as crianças e adolescentes encontravam materiais didáticos que tratavam de assuntos como família e sexualidade a partir da tradicional chave heterossexual e patriarcal, repletos de discursos que reforçam a noção, por exemplo, de que a “boa mulher” era aquela que cuidava, submissa, de sua família e de sua casa. Nestes materiais haviam muitas imagens construídas a partir de um inventário de signos das normativas hegemônicas. Da mesma série, educadoras do GT encontraram no espaço do Clube vários materiais que tratavam da fé espiritual sustentada primeiramente pelo medo e temor.

De modo geral, havia diferenças políticas. Era evidente a presença de conflitos quanto às noções de trabalho e deste em relação às crianças, divergências de premissas educativas, nos modos de organização, planejamento e de tomada de decisões a respeito do espaço do Clube. Tudo culminou em pequenos conflitos entre MOB-PR e a direção do Clube, nos quais o que se criticava, dentro do Movimento, era o modo verticalizado e hierárquico com que certas pessoas da Congregação tratavam o acesso ao espaço.

Presenciei dezenas de vezes algumas pessoas da Comunidade demonstrarem indignação pelo mau uso do espaço que era “propriedade” de pessoas que ali não viviam, quiçá visitavam e ainda assim o regulavam, como apontou dona Maria com relação às chaves. Recordo-me de uma vez em que, após uma das últimas reuniões que tivemos com representantes da Igreja, ouvi rumores de que se essa postura não mudasse, a construção seria ocupada para abrigar alguma família. Não sei se de fato existiu essa possibilidade ou se foi algo dito durante nervos aflorados.

Após a morte de Cleia, em Fevereiro de 2019, as possibilidades de contatos harmoniosos que o MOB-PR tinha com o irmão responsável pelo Clube diminuíram consideravelmente. Meses depois, todas as pessoas do Movimento tiveram maiores restrições quanto ao uso do espaço, as cópias das chaves tiveram de ser devolvidas e em dias de Ciranda, por exemplo, tínhamos de esperar o responsável abrir o local e não foram poucas as vezes em que isso gerou atrasos.

O modo como os imprevistos e mudanças de cronograma afetaram as propostas da Ciranda provocou descontentamentos, principalmente porque o GT já havia avaliado que manter dia e horário fixos para as atividades era muito importante para a relação entre o GT e as crianças e que, por isso, dedicava-se em manter com regularidade os dias da semana e horário das atividades.

As discussões dentro do MOB-PR, surgidas do uso compartilhado do Clube de Mães entre o Movimento e representantes da igreja, levantaram críticas às normas e dinâmicas colocadas no Clube de Mães, mas as críticas não foram estendidas à fé ou à crença religiosa. Até porque é notório que parte das pessoas que formam o MOB-PR carregam no peito uma fé significativa para suas vidas.

A partir das reflexões sobre as relações entre as pessoas que viviam na Portelinha e os “donos” do espaço, que o visitavam de quando em quando, tornou-se perceptível a diferenciação feita entre o que era doutrina religiosa e o que era uma política de uso do Clube de Mães que, personificada por alguns homens da Igreja, não representava a fé e os desejos comunitários presentes na Portelinha e no MOB-PR.

Paulo Freire traduziu algo do que foi discutido nos momentos em que o MOB-PR procurou se distanciar do ar de redenção e caridade que pairava no

espaço do Clube de Mães. Para problematizar a caridosa, porém centralizadora gestão, Freire (1977) alertou:

Não pode jamais entender esta “generosidade” que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais estas mãos sejam de homens ou povos, se estendam menos, em gestos de súplica. (PAULO FREIRE, 1977, p. 31-32)

Por fim, os conflitos e dificuldades enfrentadas durante o uso do Clube prevaleceram e assim o MOB-PR iniciou a procura por uma sede própria, o que conseguiu em 2019. Antes de o Movimento conseguir sua sede, o GT da Ciranda decidiu que, para fluir melhor com as atividades, evitar atrasos recorrentes e maiores conflitos, os encontros passariam a acontecer na sede da Associação de Moradores, que fica na parte de baixo. Isto também implicou outros problemas ao GT, visto que a Associação tinha o uso coletivo bem mais frequente do que o Clube e, neste sentido, o cronograma do GT seguiu sofrendo algumas alterações, às vezes imprevistas.

Felizmente, não tardou muito e o MOB-PR ganhou uma doação financeira, a maior quantia já recebida pelo Movimento. O valor foi doado por um professor da Universidade Federal do Paraná que atua em pesquisas feitas no campo da Economia Popular e Solidária e que, por isto, tinha contato com um estudante de direito da Universidade que era também um dos militantes externos do MOB-PR e que atuava no GT da Cooperativa Entre Laços e Linhas.

Este professor, ciente dos trabalhos da Cooperativa e simpatizante da proposta, prometeu que parte do valor de uma ação trabalhista que travava há anos seria doada à Cooperativa. Em 2019, o professor fez a doação e naquele momento, a principal demanda da Cooperativa era um espaço próprio para seu funcionamento. Assim, o GT deliberou que a prioridade era gastar o valor doado com a compra de uma casa na Comunidade.

Foi assim que a Cooperativa conseguiu não só um lugar para produzir seus artesanatos e se reunir, mas também transformar em realidade um sonho do MOB-PR todo, de ter uma sede para todos seus trabalhos. É sobre a nova sede do



Movimento e o que esta sede implicou a ele, principalmente aos trabalhos da Ciranda, que a próxima seção trata.

### **5.2.2 Uma nova sede**

De acordo com atas de reuniões do MOB-PR, foi em Junho de 2019 que a casa onde hoje está a sede do Movimento foi comprada, no mesmo mês da doação feita pelo professor. A atual sede fica na parte de baixo da Portelinha, diferente do Clube de Mães que está na parte de cima.

A mudança da base do MOB-PR da Portelinha de cima para a Portelinha de baixo trouxe uma nova fase, especialmente para a Ciranda. Para elucidar sobre essa fase, preciso antes descrever um pouco da dinâmica de suas atividades que, via de regra, é assim: 1) As educadoras se encontram por volta de 40 minutos antes do horário previsto para o início das atividades e acertam detalhes finais. 2) Depois, se dividem, no geral, entre duas tarefas: buscar as crianças/adolescentes em suas casas ou ajeitar o espaço, prepará-lo para a atividade do dia. 3) Depois que as crianças/adolescentes são trazidas ao local da atividade, é feita uma apresentação da proposta, que em seguida se inicia. 4) Quando a atividade termina, iniciam-se os trabalhos para servir o lanche. 5) Depois de servido o lanche, chega a hora da organização do espaço (trabalho para as pessoas adultas e crianças/adolescentes). 6) Depois, parte do GT acompanha as crianças de volta a suas casas. 7) Por fim, o GT faz uma reunião de avaliação e planejamento da próxima atividade.

Com a mudança das atividades da Ciranda para a nova sede, muitas crianças da parte de baixo que antes não participavam das atividades passaram então a ir. Infelizmente, muitas crianças da parte de cima também deixaram de participar. Pela avaliação do GT, o afastamento das crianças da Portelinha de cima aconteceu porque a Portelinha de cima e de baixo não são integradas de fato, enquanto uma só comunidade. O que se observa é que a divisão geográfica entre ambas se soma a aspectos de outra ordem, de modo que socialmente ou culturalmente a parte de baixo e de cima nem sempre compartilham de um sentimento de coletivo único<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Por não ter investigado mais, em campo, sobre esta questão, não tenho condições de elaborar sobre esse fato.

Enfim, quando a Ciranda passou a ser na sede do MOB-PR, algumas crianças da parte de cima não tiveram permissão para participar das atividades, por serem na Portelinha de baixo. O GT continuou tentando, por algumas semanas, dialogar com as pessoas responsáveis pelas crianças. Mas, após algumas negativas e com a correria do tempo, sempre apertado (nesta época, o GT contava em média com três ou quatro educadoras e por volta de quinze a vinte crianças, por atividade), o grupo foi paulatinamente deixando de ir à Portelinha de cima para tentar trazer algumas crianças para as atividades.

Quando, após algumas reuniões de auto-avaliação o GT encaminhou como meta a retomada das idas à parte de cima para chamar algumas crianças, a pandemia do covid-19 veio, trazendo além do vírus uma redução drástica de educadoras ativas e presentes de maneira frequente na Portelinha. No início de 2020, as atividades contavam na maior parte das vezes com somente uma educadora ou, com sorte, duas. Então a tentativa de retomar o vínculo com crianças da parte de cima, algumas agora já adolescentes, está pausada.

No momento da mudança dos trabalhos para a nova sede, a casa comprada precisava de vários cuidados. Foram feitos mutirões para ajeitar o espaço, primeiro para a organização do mobiliário (inteiramente doado), depois mais alguns para limpeza e pintura interior.

Figura 20 - Processo de reforma da sede do MOB-PR



Fonte: arquivos do MOB-PR (2019)

Após reuniões de avaliação e discussão internas do MOB-PR sobre o novo espaço e como ele poderia servir de melhor base aos trabalhos do Movimento, foi feita uma campanha de financiamento coletivo para concretizar um projeto de reforma do local, projeto feito por uma estudante de arquitetura, apoio do MOB-PR<sup>74</sup> que, na época, estava atuando também como educadora da Ciranda. Foram dezenas de reuniões para discutir sobre as prioridades escolhidas pelo grupo, levando em consideração principalmente as demandas dos GT's ativos na época: a Ciranda e a Cooperativa Entre Laços e Linhas.

A profusão de elementos presentes no momento das discussões para acertar os pontos para a reforma tornou o processo todo um pouco mais demorado

<sup>74</sup> Lembrando que o MOB se organiza a partir de dois grupos, que unidos constituem o corpo do movimento: o grupo de "apoio", aquelas pessoas que por motivos variados podem se comprometer com os trabalhos e demandas de maneira mais pontual, em mutirões, algum GT (a depender de acordos, a Ciranda por exemplo sempre concordou que o GT necessitava de uma frequência mínima sendo quinzenal). E o grupo de "militantes", as pessoas que podem tomar mais responsabilidades e atuar nas demandas de maneira mais ativa e frequente, participando das reuniões, mutirões, GT's, entre outras tarefas.

do que o MOB-PR esperava. Como havia muito o que ser feito na casa, haviam muitas opiniões sobre o que elencar enquanto prioridades para a reforma, além disso, havia também limitações, a principal delas era o pouco dinheiro.

Algumas discussões demandaram ainda alguma base técnica sobre construção civil, algo que nem todas as pessoas do Movimento tinham. Foram dois meses de discussões para enfim encaminhar uma campanha de financiamento coletivo<sup>75</sup>, que tinha “quatro metas”. Eram quatro planos de reforma, um para cada valor a ser alcançado. A campanha funcionava através de recompensas dadas às pessoas que doaram, no geral eram materiais gráficos como pôsteres e adesivos e peças da Cooperativa Entre Laços e Linhas. Este financiamento durou de Agosto até Outubro de 2019 e foi arrecadado o valor aproximado de R \$6.500,00, que equivalia ao projeto de reforma/meta número um.

Durante o fim do ano de 2019, novas questões quanto à reforma surgiram, o que demandou uma retomada das discussões. Em resumo, a obra começou somente em fevereiro de 2020 e com alguns percalços (dentre eles uma pandemia), terminou em maio de 2020. Com o valor arrecadado foi possível fazer o muro com uma fundação melhor (para que no futuro seja possível elevar a casa com segurança), a terraplanagem de uma rampa na entrada, a troca do portão e o conserto de algumas telhas.

Novamente, o sentido de bricolagem surge à tona. A sede do MOB-PR hoje é fruto de elementos e partes variadas, vindas de diferentes fontes. A força de trabalho que construiu o espaço tal como é hoje, partiu de muitas mãos e cada uma contribuiu com o que pôde. Após a reforma, o espaço estava mais adequado para as atividades, principalmente para receber as crianças com mais segurança.

Atualmente a sede conta com uma área externa, onde ficam dois carretéis de obra que, até quanto mais aguentarem suas chapas de compensados, cumprirão a função de mesa para as crianças. Na parte interna o que primeiro se vê é a cozinha/sala, que é onde geralmente são feitas as reuniões e onde está um dos armários que guardam os materiais de desenho da Ciranda, assim como alguns materiais da Cooperativa Entre Laços e Linhas. É na cozinha que estão também um violão e um pandeiro, propositalmente colocados em lugares altos e de difícil acesso

---

<sup>75</sup> Para a campanha de financiamento coletivo para a reforma da sede do MOB-PR, fiz um vídeo que está disponível no link: [Reforma da sede do MOB-PR](#).

(pelo bem das educadoras). Os instrumentos foram doados com muito carinho pela Marga, que os encontrou enquanto “resíduos” durante seu trabalho de reciclagem. À direita da cozinha está a sala que abriga a biblioteca e brinquedotecas comunitárias, construídas por campanhas e auto financiamentos da Ciranda.

Figura 21 - Parte externa da sede do MOB-PR



Fonte: autora (2021)

Fotografia 5 - Biblioteca e Brinquedoteca



Fonte: autora (2021)

A sede segue em co-construção permanente, assim como parece permanecer latente alguns planos já construídos para o espaço (as “metas” restantes, ainda não alcançadas) e também novos desejos de adaptações do espaço. São anseios para o local, notados principalmente durante as atividades da Ciranda. Na próxima seção, busco descrever parte desses desejos e algumas das relações dadas no ambiente da sede, das quais presencio principalmente aquelas entre as crianças.

### 5.2.3 A Ciranda e a sede

Após o início da pandemia de covid-19, quando as artesãs da Cooperativa Entre Laços e Linhas deixaram de se reunir para produzir os artesanatos e também quando as reuniões do MOB-PR passaram a ser feitas principalmente por meios virtuais, a sede do Movimento passou a ser habitada predominantemente pelas

crianças e adolescentes da Ciranda. Entre Janeiro e Março de 2020, a Ciranda estava então com sete educadoras, eis que após a chegada da pandemia de covid19, o grupo segue o ano de 2020 com apenas cinco educadoras, sendo que destas, somente duas conseguem manter as atividades presenciais até o início de 2022.<sup>76</sup> É um pouco óbvio, mas destaco o fato de que as novas condições de vida que surgiram nestes tempos pandêmicos afetou de maneira pungente os trabalhos do MOB-PR.

Diante deste cenário, a relação que as crianças e adolescentes da Portelinha estabeleceram com a sede do MOB-PR é, para mim mas também para o GT de modo geral, algo que mantém boa parte da força que motiva o seguimento dos trabalhos.

Quando chego na Portelinha, dois pequenos gestos me servem como um calor-motor, ou como combustível para seguir o dia. Ao pisar no chão de terra, quase sempre na chegada pela rua Irati, avisto e ouço algumas das crianças ou adolescentes logo no parquinho ou um pouco mais adiante da rua. O primeiro gesto que elas me presenteiam é falar algo do tipo: “Tia Anita! Hoje tem Ciranda?” enquanto me acompanham até a sede.

O segundo gesto é quando pedem a chave para abrir, elas mesmas, o portão e a porta da sede. Não é com muito orgulho que digo que mesmo quando há entre as crianças uma disputa pelas chaves, o fato me cativa, ao mesmo tempo que me intriga. Em um relato de campo, escrito no dia 18 de Junho de 2021, escrevi:

fui à Portelinha com objetivo principal de apresentar a pesquisa e entregar alguns termos. Pelo planejamento, o programa seria fazer a apresentação e convite individualmente, de portão em portão, mas assim que cheguei, as crianças foram logo indo em direção à sede, perguntando se haveria a Ciranda, quando voltaríamos, etc. Como sempre (e portanto eu deveria ter previsto), no momento em que me dou conta elas já estão todas em frente ao portão da sede, e certamente alguma delas já estava me pedindo a chave e a permissão pra abrir o portão. Eu acho curioso esse interesse

---

<sup>76</sup> Esse fato reforça um problema já levantado diversas vezes pelo grupo da Ciranda: o fato de que todas as educadoras não moram na Comunidade. A meta de superar esta questão e contar com pessoas educadoras moradoras da Portelinha é, possivelmente, a mais antiga do grupo. Já estive mais ou menos distante de ser alcançada e se ainda não a foi, acredito ser por diferentes razões - por exemplo, falta de disponibilidade de tempo e/ou energia para espaços de formação ou mesmo falta de tempo e/ou energia para as atividades da Ciranda em si, que acontecem nos finais de semana. Somam-se nesta equação outros fatores de certa complexidade, de maneira que, sobre isso, uma avaliação coletiva julgou que uma meta mais realista aos trabalhos da Ciranda seria de projetar e trabalhar para que dentro de alguns anos, as crianças que hoje participam enquanto educandas possam se tornar as pessoas no papel de educadoras.

delas com chaves. É vontade de responsabilidade? Da responsabilidade de abrir a porteira da sede? (Registro de campo, 18/06/2021)

Não cheguei a nenhuma conclusão sobre o que pode representar esta insistência em abrir a sede. De fato, pode ser algo muito simples e não tão significativo quanto eu gostaria. O que é certo é que esses dois gestos são recorrentes e quando não se manifestam, geram em mim um misto de estranhamento e preocupação. Além de motor, os gestos servem como termômetro.

Há anos que a Ciranda avalia que a presença frequente é de suma importância para um bom seguimento das atividades, com boa aderência das crianças/adolescentes da Portelinha e é neste sentido que, nos dias em que não surgem crianças no portão pedindo as chaves, avalio isso em relação a algum hiato de presença das educadoras da Ciranda, por exemplo como aconteceu em algumas semanas de pico de contaminação e mortes por covid-19.

Por vezes, o retorno destes hiatos da Ciranda é recebido com euforia, o que representa maiores dificuldades em manter e mediar as atividades. Em outras, o retorno é recebido com uma certa distância por parte das crianças/adolescentes, que demandam novos empenhos para ser superada. Então, de um jeito ou de outro, a presença e frequência é extremamente necessária e deve ser levada a sério, tanto no GT Ciranda quanto em todos os trabalhos do MOB-PR, aliás, em qualquer proposta de trabalho de base.

Ao chegarem e entrarem na sede, as crianças/adolescentes se sentem bem à vontade. Algumas começam a brincar logo na área externa, outras ainda insistem para serem elas as que poderão abrir a porta da casa. Na área interna, algumas iniciam as escolhas pelos brinquedos, outras passam os olhos rapidamente pela biblioteca, pedem por papéis, lápis etc. Algumas ficam me acompanhando para lá e para cá, aparentando não ter algum objetivo determinado, não procuram por um brinquedo específico, como aquele de dinossauro ou a massinha de modelar (dois dos artigos mais disputados) e ficam, ao invés disso, conversando, perguntando toda sorte de questões ou respondendo às minhas, geralmente sobre novidades, feitos e brincadeiras da semana.

A apropriação da sede pelas crianças se demonstra, por um desejo de ali estar sempre e quando possível. Este fluxo diverso que se instala na sede durante os momentos de Ciranda é vista com satisfação e otimismo pelo MOB-PR,



sobretudo pelo que isso pode representar em algum futuro do Movimento na Portelinha.

Na tarde do dia 08 de Julho de 2021, passei horas conversando com algumas crianças participantes da Ciranda e nesses dias foram registradas algumas evidências do vínculo por elas construídos com a sede. Trago aqui primeiro um trecho do que falou Bel (7 anos), menininha muito doce apesar do mau-humor que apresentava naquele dia, gerado por uma briga que teve com sua amiga, também presente e participante da Ciranda. Entre algumas indiretas acompanhadas de olhadas de canto de olho para a amiga, Bel demonstrou um desejo seu em relação a sede, algo já expresso antes.

Estávamos conversando sobre a possibilidade de as crianças e adolescentes que hoje participam da Ciranda serem as educadoras do GT, o que segundo ela, toparia, “só que daí não pegaria gente chata, porque gente chata com gente boa, dá confusão”. Enquanto Paula (10 anos), o alvo das indiretas, absolutamente ignorava as investidas e olhares de Bel, seguimos conversando mais um tanto sobre as atividades que ela proporia enquanto educadora, como seriam, etc. Depois de tantas perguntas feitas a ela, Bel diz que era a hora dela me fazer as perguntas e assim passou a questionar, primeiro, o que eu fazia em casa quando não estava na Ciranda. Depois, continuou:

Bel: Ô tia, sabe que agora que a minha mãe tá trabalhando, sabe as coisas que eu tenho que fazer em casa?

Anita: Ahn?

Bel: Eu tenho que: ou arrumar o quarto, ou a sala ou a cozinha...E banheiro. Hoje eu arrumei o quarto.

Anita: Ah, é?!

Bel: É. Tipo... Sábado você vai vim?

Anita: Amanhã?

Bel: É.

Anita: Aham. Por quê?

Bel: Porque daí a gente... Podia, tipo... Você deixar alguém com uma chave pra daí quando você vim aqui, tipo, já tá tudo arrumadinho pra depois quando você for fazer a Ciranda, começar de volta tudo a Ciranda, você não precisar arrumar.

Anita: Uhm... Aí eu daria a chave pra alguém de vocês e vocês arrumariam aqui a sede, é isso?

Bel: É!

Fernanda, ouvindo e comentando de longe: Eu também!

Bel: Que daí como eu gosto de ficar limpando, daí eu limpava minha casa, comia, me arrumava daí eu vinha aqui e limpava. Daí você podia deixar a chave comigo.

Fernanda, novamente de longe: Eu também! Daí eu deixo lá com a minha vó, daí quando eu vim daí eu limpo aqui, eu ajudo ela.

Bel: É, daí eu posso vim todo dia, pra ver que tá limpinho, essas coisas... Porque todo dia eu tô saindo pra rua agora. Umás vezes eu não saio porque tá frio e chuva, daí eu não vou poder vim.

Fernanda: Você vai fazer cópia da chave, tia?

Bel: É, ela pode fazer cópia pra alguém vim, daí quando eu quiser brincar assim, que aqui é minha casinha, sem ninguém, eu posso pegar a cópia e vim. Daí eu sei que ninguém vai me incomodar aqui [enquanto olhava de canto de olho para Paula, com quem havia brigado momentos antes].

Anita: Olha, eu acho que quando te vissem entrar todo mundo ia querer entrar também, cê não acha?

Bel: Não, mas eles não iam ver eu entrar. [...] (Conversa com Bel e Fernanda, dia 08/07/2021)

Chamou-me atenção a maneira como ela demonstrava querer dedicar certo esmero com a sede, deixá-la “limpinha”. Creio que senti um pouco, através de lembranças, um conforto e satisfação que meu eu-criança também sentia ao ordenar e organizar os artefatos que faziam parte da minha vida, talvez em um movimento de identificação, reconhecimento, etc. Obviamente, não me passou despercebido que sua vontade de ficar com as chaves também era sobre ter livre acesso à sede, que seria tomada por Bel como uma grande “casinha”, na qual brincaria sobre seus próprios termos, sem que ninguém a incomodasse.

Algumas semanas antes, no dia 20 de Junho, foi a vez de outras meninas reivindicarem as chaves da sede. Era dia de reunião virtual do MOB-PR, episódio já relatado na seção 3.2, quando explorei um pouco da importância do reconhecimento do terreno em que se trabalha (PELOSO, 2009) e da paciência impaciente (FREIRE, 19--). Em resumo, enquanto eu ia de encontro com seu Miguel, na Portelinha de cima, Juliana, Sofia e Helena me encontraram pelo caminho à sede e passaram a me acompanhar, pedindo que fizéssemos algumas brincadeiras. Em resposta, eu

falei que não podia, que logo a reunião começaria e que eu iria procurar o seu Miguel pra ele poder participar também, pelo meu *whats*. Elas pediram pelas chaves, então. Rolaram alguns argumentos e defesas até que aceitei que elas ficassem na sede, apesar de que estava bem fresco em minha memória outras vezes em que as deixei sozinhas mediante alguns combinados que nem sempre foram cumpridos. (Registro de campo feito no dia 20/06/2021)

Como dito, o vínculo das crianças com a sede do MOB-PR não é um fato bem visto só pelo Movimento mas também algo que particularmente me motiva bastante. Foi por isso que acabei entregando as chaves, ainda que ciente que

às vezes elas me “dobram” muito fácil. Mas imaginei que poderia valer a pena essa confiança extra. Num momento de complacência revestida de otimismo, pensei: talvez por isso elas confiem tanto em mim também. Sei que muitas delas realmente cuidam com os combinados e às vezes tentam até compensar as crianças que não conseguem manter a proposta de organizar a bagunça. Uma hora vai. Se a gente manter nossa frequência, uma hora há de ir. (Registro de campo feito no dia 20/06/2021)

Se uma hora “há de ir”, não foi exatamente naquele dia 20 de Junho de 2021. Horas mais tarde, Juliana havia me encontrado na casa da Marga e devolvido as chaves. Como já foi relatado, chegando na sede pude perceber que nem todos os combinados feitos para que elas pudessem permanecer no local sem alguma educadora foram cumpridos. Passei a arrumar, brava, aquilo que era mais necessário, e durante a arrumação, fui concebendo algumas ponderações.

Neste momento, vou repetir um trecho de relato já feito apenas para situar como a reflexão feita naquele dia pode ser oportuna em diferentes ocasiões deste trabalho-luta, seja na Ciranda ou seja no MOB-PR de maneira geral:

Mas aí me lembro que são crianças, que têm seus limites de maturidade para a organização e atenção, limites que talvez eu queira entender de maneira diferente, talvez porque as percebo por vezes tão maduras. Refleti um pouco sobre como entender e perceber esses limites é também um aprendizado, além de um exercício de paciência, que pode se estender ao trabalho no MOB como um todo. Sentir de maneira concreta as diferenças entre o que está em meu ideal e o que de fato acontece é aprender a avaliar melhor as possibilidades do caminho e as diferenças de modos de caminhada entre nós. (Registro em diário de campo, dia 20/06/2021)

Para concluir esta seção, compartilhei novamente um pouco desta reflexão do dia 20 de Junho. Dia no qual percebi a importância de entender melhor onde estão e onde devem estar alguns limites e como esse entendimento é uma das grandes demandas dos trabalhos propostos pelo MOB-PR, talvez das mais práticas para que os trabalhos sigam sem muita frustração.

Neste caso específico, a dificuldade estava em estabelecer onde deveria estar meu limite de paciência ou permissividade, para que as crianças usem o espaço da sede com autonomia, mas também estabelecer onde estaria o limite da possibilidade de organização das crianças e/ou adolescentes da Ciranda. Por fim, também estabelecer quando e como o limite da possibilidade de organização delas sobre o espaço pode implicar em consequências negativas aos trabalhos do Movimento, seja por desgastes individuais ou da estrutura física da sede.

Ao refletir sobre os limites das crianças, por vezes sinto que ao vê-las desde pequenas com tantas responsabilidades, posso eu mesma estar projetando nelas alguns pesos das desigualdades, pois se as percebo com a capacidade de gerenciar e organizar espaços coletivos é porque as vejo, muitas vezes, tendo compromissos que crianças de outras classes sociais não necessitam ter.

Além disso, é nítido que em alguns núcleos familiares a educação para os cuidados, limpeza e organização dos espaços acontece de acordo com o gênero da criança. O GT Ciranda procura se manter atento e contrário a essas divisões, o que não o exime de que, em alguma medida, siga-as naturalizando.

Na próxima seção, discorro sobre as relações e dinâmicas da sede do MOB-PR, mas a partir principalmente desses aspectos em torno da organização do espaço comum e dos aprendizados que vêm com este uso coletivo.

### **5.2.3.1 Educar também para organizar**

O uso de um espaço em comum com proposta de basear trabalhos e reuniões pressupõe algumas responsabilidades e lidar com elas é parte do processo educativo que se instala nos trabalhos políticos. Isto pode significar alguns desafios às crianças assim como às pessoas adultas.

Após a pandemia de covid-19, com a diminuição de educadoras presentes nas atividades da Ciranda, a necessidade de colaboração para manter a organização e limpeza da sede passou a ser uma das pautas mais recorrentes nos diálogos com as crianças e adolescentes. No dia 20 de Fevereiro de 2021, havia ido sozinha até a Portelinha para passar um tempo com as crianças. No caminho para a sede eu encontrei Manoel, Alice e Cami (irmão e irmãs), Tamires, Renan e os irmãos Igor e Hector, que me acompanharam até o portão e então,

Ao chegarmos no portão, Juliana se junta à nós. Como quase todo dia de Ciranda, as crianças pedem e disputam a função de abrir a sede, que compreende a abertura do portão (cadeado) e porta. Dessa vez, pra evitar briga entre elas, decidi eu mesma abrir, já que havia mais mãos que cadeados e maçanetas.

Antes de ajeitar as mesas (carretéis que envelhecem a cada chuva) se repetiu o que foi feito na última, ou quem sabe, nas últimas atividades de Ciranda: pedi que as crianças ficassem em silêncio um pouco e prestassem atenção enquanto eu pedia, encarecidamente, que elas respeitassem os nossos últimos acordos, que basicamente são: respeito mútuo, sem xingamentos ou brigas e colaboração ao fim da atividade, no momento de

guardar os materiais - lápis de cor, tesoura, folhas, picotes etc., de recolher os brinquedos e livros que foram retirados do seu lugar original.

Frisei que em algumas idas minhas as crianças prometeram ajudar, mas acabaram saindo e eu tive que recolher lixo e brinquedos sozinha e que, ainda, muitas coisas estavam se perdendo e que eu não sabia se conseguiríamos repor. Nesse sentido, aproveitei até onde foi possível pra colocar a importância de cuidarmos coletivamente dos materiais, para que durem e possam continuar nos divertindo. Todas, como sempre, concordaram (o que, obviamente, não significa que todas cumpriram com o combinado). (Registro de campo, dia 20/02/2021)

Pedidos como este se repetiram inúmeras vezes. Às vezes eram melhor atendidos e em outras nem tanto, mas fazendo uma análise geral, a repetição progressiva surtiu efeitos<sup>77</sup>. Dia 9 de Julho de 2021 registrei eventos neste sentido. Neste dia eu havia ido à sede para conversar com as crianças e construir alguns registros para a pesquisa. Estávamos eu e algumas delas: Paulinho, Emília, Bento, Rosa, Fernanda, Lu, Paula, Rosa, Francisco e Bel. Em um primeiro momento, conversei individualmente com cada uma, enquanto as outras permaneciam na parte interna da sede (ou em movimentos contínuos entre sair e entrar).

Durante todo o tempo que passamos na sede, mesmo durante as conversas comigo, elas estavam se entretendo com os materiais disponíveis. Depois que eu havia julgado ter registros suficientes para aquele dia, passei a interagir livremente com elas. Depois de brincadeiras e conversas, avisei que chegara o momento da partida, aquele em que meus pedidos encarecidos têm de se apresentar para apertar o passo. Sobre este momento, registrei no diário de campo:

ainda assim, eu estava percebendo que desde ontem as crianças estavam, ainda que mantendo a insistência, me respeitando mais, colaborando mais. Por exemplo, hoje como eu já havia avisado da minha dor [de cabeça], ao mencionar isso e pedir mais colaboração na arrumação, senti que as crianças se empatizaram. Como é de praxe eu preciso fazer alguns avisos prévios da minha saída e ao final, quando estavam na sede além de mim, Rosa, Lu, Rosa, Francisco, Paula, Paulinho, Emília e Bel (se não esqueci mais alguém), o Paulinho foi quem mais me ajudou a conseguir zarpar o barco. “Olha o horário, gente, a tia tem que ir embora, tomar banho, fazer a janta, ver novela, vamos, vamos!”, era o que ele alertava, enfaticamente, repetidas vezes. Enquanto isso, as movimentações eram várias, era criança pra lá e pra cá, algumas varrendo, outras guardando os materiais, caçando os picotes no chão... (Registro de campo, dia 09/07/2021)

---

<sup>77</sup> Essa percepção se reafirma na medida em que algumas pessoas que eram/são “apoio” ou “militantes” do Movimento e que ficaram algum tempo sem ir até a sede (por conta de medidas de isolamento sanitário) expressaram ter percebido consideráveis mudanças em seus retornos. Por exemplo nos cuidados com relação à organização e limpeza do espaço que demonstra ser feito já de maneira mais orgânica, espontânea.

E foi neste dia que, mais do que me questionar quanto às possibilidades das crianças em assumir certas responsabilidades, questionei as minhas próprias:

Elas (Fernanda e Lu) estavam ajudando, mas o ritmo é outro, até porque elas não queriam deixar nem a brincadeira nem a sede. É um trabalho de insistência, “Vamo meu povo, vocês combinaram que me ajudariam depois”. “Vamo, colocando as coisas de volta no lugar, por favor!”. Paulinho, muito empático tava pra lá e pra cá me ajudando enquanto estimulava que as outras crianças fizessem o mesmo. Fernanda e Lu me pediram mais dois minutinhos pra finalizar o desenho. Rosa passava por mim com tanta rapidez que nem consigo dizer o que fazia.

Quando conseguimos encerrar, já estava escuro. Pedi que iluminassem com meu celular para que eu varresse o chão da parte externa. Fui dar a última conferida e quase que deixamos nada menos do que a fralda trocada do Bento, devidamente “mocada” em um buraco da estante (que sua irmã havia trocado e deixado ali).

Nessa hora eu pensei: “Jesus, que doideira...”

Foi tanta coisa ao mesmo tempo, pesquisa, gritaria, desenho, álcool em gel, criança pra lá e pra cá, escolinha, gravação, fralda suja... Minha versão ali tem que ser acelerada, ao mesmo tempo que paciente. Às vezes eu me sinto uma criança que nem elas, o que acho bom mas também me gera muita insegurança. E se eu deixasse aquela fralda ali? Que tipo de educadora eu sou? O tipo que vai deixar o espaço daquelas crianças ficar fedido e sujo? Será que eu tô fazendo tudo errado?

Mentalmente, eu tava rindo, de nervoso, mas tava rindo. Taquei fora a fralda, dei a última conferida, ainda nervosa com a possibilidade de ao voltarmos à sede nos depararmos com alguma triste surpresa. (Registro de campo, dia 09/07/2021)

O que aconteceu é que, naquela tarde, enquanto eu conversava individualmente ou em menores grupos com algumas crianças na parte de fora da sede, o restante permaneceu na parte interna, na maior parte do tempo brincando de “escolinha”. Foi neste momento que Emília teve que trocar a fralda do seu irmãozinho e acabou esquecendo-a em uma estante da sala. Como eu estava empenhada em mediar a conversa e fazer um bom registro dela, acabei deixando as dinâmicas ali da parte interna da sede em segundo plano de atenção, de modo que pouco me atentei a tudo que aconteceu por ali.

Depois de uns dias, quando fui ouvir os áudios onde estão gravadas as conversas daquela tarde, exatamente no momento em que me dediquei a tentar conversar diretamente e somente com a Bel (mas com a intervenção insistente de Fernanda e Lu), pude ouvir Rosa, ao fundo, alertando lá de dentro da sede: “ô, tia, ele tá cagado, ele tá cagado!”. Enquanto isso, após muitas interrupções, lá fora eu estava me esforçando para concentrar somente no diálogo com Bel e mal sabia o que acontecia na parte de dentro.

As tarefas de gestão e organização de um espaço de uso comum são desafiadoras, para crianças, adolescentes e pessoas adultas. Para as educadoras da Ciranda, a dificuldade está principalmente em mediar todo o fluxo que acontece com as crianças no espaço, em geral sempre ávidas por aproveitar tudo que o espaço oferece. Para as crianças e adolescentes, os desafios estão em entender e manter a prática de algumas condutas estabelecidas para o ambiente, o respeito mútuo, a organização etc. Por vezes, percebo que elas enfrentam melhor os desafios do que nós, adultas.

Mesmo com algumas limitações quanto à arrumação do espaço, as crianças e adolescentes demonstram muita animação com tarefas de limpeza e ordenação do lugar, sempre marcando presença nos mutirões e às vezes reivindicando-os. No dia 18 de Julho de 2021, por volta de uma semana após o último episódio narrado, estava chegando na sede para arrumar alguns materiais e me preparar para uma conversa que havia marcado com Marga.

Chegando na sede, as crianças me acompanham e novamente acabamos conversando sobre a limpeza da sede, como é possível perceber em um trecho do diário de campo:

[...] o forro da sede, além de muita umidade tem uma infinidade de cupins que trabalham dia e noite, de modo que os “farelinhos da madeira” estão em todo lugar, aos montes. Alguns dias sem varrer ou passar pano já servem pra formar um “montoado”. Mas além disso, é óbvio que [ao lembrar da importância da organização] eu me referia às coisas (brinquedos, lápis, papéis) que saíam do lugar e não retornavam. As crianças que ali estavam concordavam e reclamavam junto comigo, apesar de terem sido também elas as que fizeram a bagunça.

Juliana se põe a varrer, passar pano, insiste pra que a gente faça uma limpeza. Fala sobre a vez que eu prometi que faríamos pipoca quando conseguíssemos comprar o gás, o que foi feito meses atrás, mas eu disse que tudo está muito sujo, pia, louças, fogão, etc., e que depois do nosso mutirão de limpeza, faremos isso. Ela logo se anima, pergunta se não poderíamos fazer o mutirão hoje, eu digo que não, que temos que ter mais tempo e planejamento<sup>78</sup>, ela insiste por mais alguns instantes. [...]

Juliana vai limpando algumas coisas, enquanto suja outras. Mas no fim, quando fui ver, a danada me forneceu uma mesa limpinha, sem os vestígios de madeira pra que eu pudesse me sentar, apoiar meu caderno e dar uma última revisada nos pontos importantes pra tratar com Marga. (Registro de campo do dia 18/07/2021)

---

<sup>78</sup> O planejamento necessário não implicava somente em organizar datas possíveis para que mais pessoas do MOB-PR pudessem colaborar, mas também datas quando haveria água na sede, visto que a Portelinha passava por um período de “seca” muito recorrente, que não respondia somente ao rodízio estabelecido pela SANEPAR, mas também a outros condicionantes relacionados à estrutura dos canos que passam pela Comunidade.

Em Agosto de 2021, o GT Ciranda planejou alguns dias para a limpeza e organização da sede do MOB-PR. Nos dois, as crianças/adolescentes fizeram questão de ajudar e de fato, ajudaram muito.

No dia 8 de Agosto a proposta inicial era de que eu e outra educadora fariamos uma pré-seleção daquilo que manteríamos na sede e do que descartaríamos, além de uma limpeza leve, para facilitar os trabalhos posteriores. Neste sentido, deixamos alguns brinquedos e livros na parte externa da sede, para as crianças/adolescentes, enquanto as duas educadoras iniciavam os trabalhos na parte interna. Destacamos que a função dos trabalhos era nossa, das educadoras, e que as crianças poderiam ficar brincando ou lendo ali fora.

Esponaneamente, Rosa começou a nos ajudar a selecionar alguns dos brinquedos e livros que ficariam na parte de fora, para entretenimento das crianças que aparcessem na sede, e, após algumas insistências, pôde permanecer junto de Bianca na parte interna nos ajudando. Neste dia, separamos papéis de rascunho dos papéis sem uso e de desenhos feitos; descartamos materiais estragados (lápiz, canetas etc.) e organizamos parte dos materiais seguindo algumas categorias e ordenações estabelecidas pela própria Rosa, que demonstrou ser muito criteriosa na função.



Figura 22 - Lá fora, os brinquedos



Fonte: autora (2021)

Figura 23 - Lá dentro, seleção e categorização dos materiais



Fonte: autora (2021)

Com as duas meninas, fomos elencando o que precisaríamos trazer no próximo mutirão, como caixas e alguns materiais de limpeza, o que quer que estivesse faltando na sede.

Foi no dia 20 do mês de Agosto de 2021 que aconteceu um mutirão mais estruturado, organizado pela Ciranda, no qual dezenas de mãos (incluindo as pequeninas) fizeram uma boa limpeza do espaço da sede e dos materiais do GT. Deste dia, justamente pelo cansaço físico, tenho poucos registros escritos e por isso a narração sobre ele se dará de maneira mais visual:

Figura 24 - Limpeza dos acervos da Biblioteca e Brinquedoteca



Fonte: autora (2021)

Figura 25 - Limpeza interna



Fonte: autora (2021)

Depois desse mutirão de Agosto, no dia 15 de Setembro, uma das atividades da Ciranda foi uma tarde para refazer os combinados da Ciranda. Os combinados são alguns termos ou compromissos que devem ser respeitados para manter uma boa convivência no espaço da sede e da Ciranda. Desde que entrei para o GT, em 2016, a Ciranda trabalha com os combinados, ora de maneira mais vigorosa, por exemplo, elegendo-os ao início de toda atividade, ora de maneira mais sutil, recorrendo a eles nos momentos necessários. No geral, são compromissos de respeito, solidariedade e organização.

A proposta era de construir coletivamente esse rol de combinados, mediante uma aprovação também coletiva. Nós educadoras fizemos a mediação entre o que seria aprovado por todas as crianças e adolescentes presentes, além de sugerir também algumas indicações. Elas mesmas anotaram os combinados acordados em uma cartolina, que hoje se encontra na parede da sala da sede.

Neste dia, além de questões comportamentais e da relação entre crianças, adolescentes e educadoras, surgiram por parte das crianças também algumas indicações sobre o uso do espaço, por exemplo, “juntar os lixos”, “arrumar o que bagunçar” e “organizar os materiais”.



Atualmente, percebo que em algumas crianças e adolescentes da Ciranda a dinâmica de organizar seu próprio espaço, após algum tipo de uso, já está bem internalizada e, na verdade, algumas demonstram arcar com as responsabilidades do espaço de uso comum melhor do que algumas pessoas adultas, do Movimento ou não, que por alguma razão ou outra estiveram presentes na sede.

O que o GT Ciranda espera com tudo isso é que as crianças e adolescentes se integrem cada vez mais ao espaço da sede e também aos trabalhos da Ciranda. De maneira que tenham certeza de que constroem o GT tanto quanto qualquer outra pessoa. E que, assim sendo, tenham para ele e para a sede seus próprios sonhos e desejos.

Sonhos e planos como os de Sofia (11 anos), participante da Ciranda há mais tempo que eu, registrados no diário de campo, escrito no dia 20 de Fevereiro de 2021:

Sofia tinha pedido, na semana passada, que eu chegasse mais cedo e sem muito alarde, pra que as outras crianças não me vissem e nós duas organizássemos sozinhas a sede para recebê-las. Talvez ela estivesse propondo uma espécie de surpresa.

Ela me mandou algumas mensagens de zap e fez algumas ligações desde o sábado passado, a última foi numa sexta, às 22h, na véspera da minha ida. Parece que alguém está ansiosa... Acho admirável o movimento espontâneo que ela tem de tomar frente das atividades e cuidar das crianças. [...]

[Na sede] Conversamos sobre seu plano, pedi mais detalhes. Ela disse que queria colocar as coisas "específicas" pras crianças. Ajeitar tudo antes, colocar os papéis, lápis na mesa. Comentou sobre teatro de fantoches e então eu sugeri que fosse sobre nossos combinados. Através da conversa, nós duas chegamos a uma nova proposta: primeiro o fantoche com combinados e depois propomos das próprias crianças fazerem seus fantoches. Neste momento estavam também Juliana e Tamires na sede, Juliana interrompeu a conversa algumas vezes falando que Tamires precisava de um caderno para a volta às aulas. Em uma das interrupções, Sofia indicou mais um combinado para as atividades: respeitar o momento da fala da pessoa e não interromper. Por dentro eu ri, mas por fora mantive a seriedade para não alimentar a rusga já existente.

[...]

Quando Juliana e Tamires saíram, Sofia pôde continuar com mais calma. Deu continuidade aos seus planos, que pra mim são nítidos planos de uma educadora popular: argumentou mais um pouco sobre os fantoches mas aos poucos seus planos tiveram um salto de tempo, sugeriu o retorno do apoio pedagógico, atividade da Ciranda que teve início na pandemia, com as novas dificuldades educacionais motivadas pelo modelo de "ensino remoto". Comentou sobre cobrir a segunda parte da sede, para que as crianças pudessem ficar em um local mais arejado. Imaginou em dois turnos para o apoio, um para as crianças menores e outro para as crianças maiores. No primeiro, as crianças maiores poderiam contribuir. Ela parecia preocupada com o fato de que o modelo híbrido de ensino, o revezamento

entre ensino remoto e presencial, apresentaria algumas dificuldades em sua aprendizagem. Eu perguntei se ela poderia ajudar, comentei o fato de que algumas educadoras da Ciranda não estavam podendo ir, por conta do covid, e que o número atual não era suficiente pra dar conta de tal proposta. Ela reforçou que hoje não pôde chegar mais cedo, por um mal entendido, parecia um pouco envergonhada pelo fato de não ter ido. (Registro de campo do dia 20/02/2021)

Os planos que Sofia fez a respeito do teatro de fantoches não se concretizaram plenamente como ela gostaria, não ainda. São inúmeros os impeditivos, dos quais cito alguns: em uma de suas tentativas, as outras crianças não davam a devida atenção à Sofia, o que a irritava profundamente, fazendo-a desistir. Como na época eu estava indo até a sede principalmente sozinha, não pude dar a assistência que ela necessitava, seja fomentando a escuta das crianças à sua proposta, seja dialogando com ela sobre a necessária paciência (aquela que é também impaciente) ao trabalho educativo, preparando-a melhor para a atividade.

Aos poucos, Sofia foi perdendo o desejo de facilitar alguma atividade da Ciranda, embora permaneça ainda contribuindo bastante com o trato com algumas crianças menores e com tarefas que surgem ao longo das atividades. Interessante é que, muitos meses depois, em Novembro, Sofia protagonizou um teatro de fantoches na janela da sede. Foi um momento curto, que aconteceu de maneira muito espontânea em uma ocasião não exatamente propícia<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Neste dia, fazia exatamente uma semana da morte do Zé, um jovem morador que era próximo de grande parte das crianças/adolescentes da Ciranda, morto em operação policial na Portelinha.

Figura 27 - Teatro de fantoche na Ciranda



Fonte: autora (2021)

Assim seria possível dizer que, em fragmentos, a proposta de uma atividade de teatro de fantoches, aconteceu. Não da maneira como idealizamos, é certo. Mas o caminho é longo e o tempo está aí, dado. A ele temos que somar nosso amor e trabalho. Como o GT Ciranda já há tempos avalia, se mantivermos nossa presença e frequência, com aquela paciência impaciente (FREIRE, 2021), um dia nossos planos podem se realizar cada vez mais da maneira em que os sonhamos.

No próximo capítulo, seguem relatos e episódios importantes a esta pesquisa, desta vez com o foco de análise sobre certos aspectos das relações interpessoais e alguns fenômenos sociais que acontecem (ou atingem) o terreno da jornada.

## 6 ENTRE NÓS, O FOGO

*“Belezas são coisas acesas por dentro,  
Tristezas são belezas apagadas pelo sofrimento.”  
Jorge Mautner e Nelson Jacobina (1974)*

A começar neste capítulo, proponho representar algumas relações registradas na Comunidade Portelinha, dentro e fora do círculo do MOB-PR, a partir da imagem do fogo, aqui abordado em dois gêneros diferentes: a do *fogo brando* e a do *fogo bruto*.

O fogo brando é aquele que aquece de maneira confortável, como o fogão à lenha da dona Maria que, enquanto assa o pão, deixa a casa mais quentinha e perfumada. Pode ser também aquele calor no peito que se sente nas conversas carinhosas, em reuniões produtivas, nas festas e no riso das crianças.

Já o fogo bruto, esse queima de maneira ardida e doída. Está nos momentos de conflitos e de desavenças. Nas horas de raiva, nas perdas dolorosas, no luto. A princípio, um fogo une e o outro separa. O calor brando mantém laços e o ardor do fogo bruto geralmente os destrói.

O fogo brando é como o fogo de Prometeu, oferece um novo saber, cria e dá potência à vida. É o sonho sonhado em conjunto. O sentimento que fica ao fim de um mutirão produtivo. O calor com aroma de louro que sobe do feijão que a Marga faz nos dias de lida na horta.

O fogo bruto é como aquele que está ainda sob o domínio de alguns deuses. É matéria imprevisível e incontrolável, de tal maneira que impele a nós uma espécie de cegueira. É a dor repentina, a violência do Estado, a precariedade da vida, os conflitos que ardem (principalmente quando estão entre nós). Os dias em que dá vontade de desistir porque o que mais se sente é a raiva que ferve no peito.

A partir de algumas experiências que vivi na Portelinha, creio que lidar com o fogo em sua expressão branda ou bruta é tarefa constante nos trabalhos do MOB-PR. Mais do que isso, saber lidar com o fogo demonstra-se como missão necessária para seguir com os trabalhos, porque o fogo é matéria sempre presente nas lidas pelo caminho escolhido, de um jeito ou de outro.

Nas próximas seções, procuro relatar e explorar episódios sobre os quais é possível refletir sobre o fenômeno-fogo que surge pela jornada em diferentes expressões. Além disso, busco ilustrar a maneira como ambos podem se relacionar,



às vezes alimentando-se um ao outro e outras, cedendo lugar para que o outro impere.

## 6.1 Histórias para aprender a lidar com o fogo

### 6.1.1 Cleia e o calor como motor

Naquela tarde em que Marga e eu conversamos na sala de sua casa, ela me contou histórias da sua vida e da Comunidade, que remetem tanto ao fogo brando quanto ao bruto. Sorrindo, ela me disse o que a fez querer fazer parte do MOB:

Ah, foi assim... No começo foi, como é assim, né, aquela união. Antes era bem mais, né, por causa que agora num dá pra nois fazer por causa da pandemia, né. Mas era assim, aquela coisa assim que a gente se reunia sempre. (...) E o carinho e o cuidado que tem pela gente. Ah, sentir um calor humano assim, um calor humano, porque sabe... Daí tomei o MOB como minha família, como minha...

Nossa... Quando a gente não ia, que eu faltava [no curso de crochê da Cooperativa Entre Laços e Linhas], a tia Cleia passava as coisas pra mim, daí eu sentia assim [o carinho], nossa... (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

O calor humano a qual Marga se refere é o que entendemos como o fogo brando que circula entre nós, nos bons momentos. É um fogo que a Cleia parecia sempre carregar consigo, de modo notável. Também por isso ela faz tanta falta a muita gente da Portelinha e ao MOB-PR todo. Porque o fogo da Cleia era um combustível mantenedor, ele animava as reuniões, sacudia as festas e confraternizações<sup>80</sup>, idealizava e coordenava eventos<sup>81</sup>, enfim, ofertava bastante carinho e sempre sacava risadas.

No MOB-PR, Cleia cumpriu tarefas na organização dos trabalhos da Cooperativa Entre Laços e Linhas, nas atividades culturais e também na Ciranda.

---

<sup>80</sup> A Cleia performou por anos uma personagem em certos eventos, o “Juquinha”, de modo que já havia se configurado enquanto tradição e criava expectativas, principalmente para as crianças.

<sup>81</sup> Para citar somente dois, um sarau popular que foi realizado no Clube de Mães e uma “Noite das Piadas”, realizada na Associação, momento em que Cleia pôde contar suas piadas de baixíssimo calão (por esse motivo o evento era somente para maiores de 18 anos). As piadas vinham diretamente de seu caderno, onde estavam tantas outras e também alguns contos. Cleia dizia que um dia realizaria o sonho de transformar isso tudo em um livro.

Fotografia 6 - Cleia na Cooperativa Entre Laços e Linhas



Fonte: arquivos do MOB-PR (2019)

Cleia não conseguia participar ativamente das atividades da Ciranda, que naquela época eram feitas aos sábados ou domingos pela manhã. Ela era integrante do GT de uma maneira mais pontual, dentro dos moldes do que chamamos de “apoio”. Além das frequentes sugestões de atividades e de sempre aparecer mais ao fim dos trabalhos, algumas pessoas do GT, sempre que iam à Portelinha frequentavam sua casa, uma pequena construção que ficava ao fundo de um grande quintal, daqueles bem verdes, com uma árvore frondosa que fazia sombra a uma

mesa localizada a alguns passos da porta de entrada da casa, local onde passamos, eu e outras pessoas do GT, bons momentos junto a Cleia.

Fotografia 7 - A árvore do quintal da Cleia



Fonte: arquivo pessoal (2017)

Como Cleia era a responsável pelo espaço do Clube de Mães, tudo que lá acontecia estava de certa forma sob sua tutela. E a tutela de Cleia era “ouro” na Portelinha, de modo que era muito mais fácil para as crianças da Portelinha de baixo terem a autorização para ir à parte de cima quando as mães sabiam que eram atividades no Clube de Mães “da tia Cleia”.

“Depois que minha tia tava lá eu fui”. Foi assim que o educando Paulinho (9 anos) me respondeu quando perguntei se ele lembrava da época em que a Ciranda acontecia no Clube de Mães, na Portelinha de cima. Como eu sei que ele não tem nenhuma tia que mora ou morava na Comunidade, imaginei que estava falando

sobre a Cleia, o que foi confirmado. Na época ele devia ter por volta de 6 anos e deduzi que ele quis dizer que passou a poder ir para a Ciranda quando sua mãe soube que Cleia também fazia parte do GT. “Eu me lembro que ela brincava comigo e com o João!”, disse Paulinho.

Semanas após a morte da Cleia, a Ciranda teve uma atividade de colagem para que as crianças pudessem, ao mesmo tempo, construir uma memória dessa “tia” tão importante para a Comunidade e também elaborar um pouco sobre sua morte. O GT deu atenção especial ao luto das crianças, buscando que processassem a perda de uma maneira um pouco mais saudável, se é que existe algum nível de saudabilidade nisso. Mas a proposta da atividade também foi colocada pela necessidade que nós, educadoras e educadores do GT sentíamos de trabalhar a perda e contribuir com a memória de uma pessoa tão querida e importante à Comunidade.

O nível de proximidade das crianças da Ciranda com a Cleia era variado, algumas tinham contato diário por relações consideradas como familiares, até porque algumas passavam o dia todo em sua casa. Outras a conheciam por “saber quem era”, ouvir sobre ela nas conversas da família ou da vizinhança e por vê-la nos momentos de reunião, festa, etc.

Figura 28 - Atividade da Ciranda em memória de “tia Cleia”



Fonte: arquivos da Ciranda (2019).

Um antigo educador da Ciranda cumpriu um papel muito importante de suporte às condições de saúde da Cleia, principalmente no ano em que ela faleceu. Como ele tinha carro, acompanhou Cleia às consultas nos postinhos ou nas UPA's muitas e muitas vezes. Nestes processos, era perceptível as dificuldades que ela enfrentava, longas esperas e medicamentos caros (que nem sempre estavam em compatibilidade entre si ou com as comorbidades dela). Com tudo isso, esse companheiro foi extremamente afetado emocionalmente pela situação, antes e principalmente depois de sua morte.

Ele, trabalhador da área da saúde, suspeita que os remédios que haviam sido prescritos à Cleia contribuíram para o ataque cardíaco. Além disso, familiares e

vizinhança presumem que as condições do atendimento da urgência no dia que Cleia morreu teria de ter sido muito melhor para que houvesse chances dela ter sobrevivido. No dia em que faleceu, Cleia esteve na UPA duas vezes, em uma delas saiu ainda com vida para poucas horas depois, chegar já em leito de morte.

As suspeitas são somente conjecturas, baseadas em outros relatos e experiências que pessoas da Portelinha passaram nas filas dos postinhos de saúde e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Cleia e sua partida exemplificam um pouco do que é o fogo que une e o que separa. Em vida, era como um ponto de encontro, a senhora que estava sempre rodeada de gente. Já sua partida queimou em dor no peito de muitas pessoas. Alguns meses depois, o educador que acompanhou suas demandas em saúde, um companheiro extremamente solícito e esforçado, teve de se afastar da Ciranda e do MOB-PR por questões de saúde emocional.

Acredito que a saudade do calor da Cleia foi decisiva para esse afastamento. O fogo brando virou bruto e passou a doer no peito das pessoas que sentiam saudades e raiva por saber que muitas mulheres como Cleia partem mais cedo do que deviam, por conta do desgaste da vida injusta e desigual.

Figura 29 - Ilustração em homenagem à Cleia



Fonte: autora (2019)

Como já citado, concluo ser indispensável a qualquer trabalho de base saber lidar com o fogo. Acompanhá-lo ou segui-lo, ora para instigá-lo, ora para contê-lo. O fogo brando pode nem sempre ser visto ou percebido, talvez por isso seja muitas vezes esquecido e deixado de lado. Mas no decorrer de qualquer trabalho-luta, sempre que sentido é admirado, pois ajuda a manter o calor necessário à lida e assim contribui para fazê-la durar. Um dos grandes ensinamentos de Cleia ao MOB-PR pode ser traduzido pelas palavras do poeta Sérgio Vaz: “é necessário o coração em chamas para manter os sonhos aquecidos.” (VAZ, 2020).

Na próxima seção, ao contrário do calor que vinha de Cleia, está o relato do fogo que chegou como um raio ríspido e violento à Portelinha e que perdurou por tempos na vida da Marga. Quem sabe, perdue até hoje.

### **6.1.2 “Mãe, onde você tá, mãe? A tua casa pegou fogo!”**

Se o fogo brando pode se apresentar de maneira miúda e discreta, o fogo bruto no geral é mais perceptível. Marga sofreu as consequências do fogo violento em um feriado de 7 de Setembro, no ano de 2013. Era um sábado quente, ela e alguns familiares haviam saído bem cedo para trabalhar com a limpeza e seleção de materiais recicláveis, em um barracão perto da Portelinha.

Ela contou que, quando estava se preparando para retornar para casa:

Sei que de tarde, quando eu tava me arrumando pra vim embora eu peguei meu celular e falei “Meu Deus do céu!”. 32 chamadas e tinha mais umas 40 mensagens... Eu falei, “Meu Deus, aconteceu alguma coisa!”. Daí quando eu fui abrir as mensagens, daí esse patrão, seu Marcos, ele era Marcos também, ele chegou. Parou o carro. Aí eu falei pro Marcos [marido dela] ir falar com seu Marcos e perguntar se ele sabe de alguma coisa, porque ele veio lá da Quitéria agora. Daí ele [seu Marcos] veio e falou assim: “Ces já terminaram?” Falei “Já!”. Ele falou: “É, porque se não tivesse terminado eu vinha pegar vocês”. Falei: “Pra quê?”. Eu pensava assim... No meu filho, no Lucas que tinha ficado aqui, na Gabi. Daí ele falou assim “É, aconteceu uma coisa assim, meio triste”. Quando ele falou isso eu abri o áudio, quando eu abri o áudio, o Lucas gritava, nessa época ele já tava casado com a Liliane. Ele dizia assim “Mãe, onde você tá, mãe? A tua casa pegou fogo! Pegou mais 7 casa, pegou fogo. Mãe, venha, mãe! Venha, venha! Tua casa tá queimando tudo” (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Marga contou que, ao que tudo indica, o incêndio foi provocado por conta de um curto-circuito gerado pela instalação informal de energia, o “gato” que fornecia luz ao barracão. Segundo Marga, este foi o primeiro grande incêndio da Portelinha,

mas infelizmente não foi o único. A partir deste e de outros incêndios que aconteceram, a Portelinha teve como necessária a exigência pela instalação oficial dos serviços de luz e água, tanto para evitar incêndios como para ter melhor possibilidade de controlá-los.

Em uma Audiência Pública da Promotoria de Justiça das Comunidades que ocorreu no dia 27 de Abril de 2015, pessoas da Portelinha estiveram presentes, junto de representantes da COPEL, SANEPAR, COHAB e da Promotoria. Em ata, foi registrado que

o Sr. A. pede a palavra para dizer que ocorreu um incêndio na madrugada do último sábado; questionou se a Copel não tem um “plano B”, pede um transformador de luz específico para a comunidade, para não dar excesso de carga que provocam incêndios. (PARANÁ 2015)

Quando o técnico representando a COPEL é questionado sobre a possibilidade da instalação do transformador de luz, responde que não sabe sobre a viabilidade, mas que a COPEL responderá ao ofício encaminhado pela Promotoria de Habitação e Urbanismo, ofício que a advogada da COPEL alega não ter conhecimento.

Em seguida, outro morador da Portelinha se manifestou:

o morador O. pede novamente a palavra e questiona a Copel porque a mesma não tem conhecimento do ofício se eles precisam dar a resposta ao ofício da Promotoria de Habitação e Urbanismo; Lembrou o caso do falecimento da criança de 8 anos<sup>82</sup>, da comunidade, por falta de regularidade de energia; ressalta que o Ministério Público autorizou a entrada de energia e mesmo assim a Copel não faz nada; que a Copel não comparece para conhecer o local e que não fazem nada (PARANÁ, 2015)

No momento em que se escreve esta dissertação, pouquíssimas pessoas que moram na Portelinha têm acesso à energia elétrica de forma regular. De acordo com o TETO (2017), 96,2% das casas têm energia através dos “gatos”. Então, percebe-se que o fogo bruto está presente na Comunidade não só em sua forma

---

<sup>82</sup> O morador se refere ao menino Eduardo, que faleceu por conta de um incêndio em sua casa, na Portelinha de cima, em Novembro de 2014. De acordo com diversas pessoas da Comunidade, foi feito um mutirão para tentar apagar o fogo, mas, segundo relatos, “a água saía aos pingos”, o que dificultou o trabalho. Os Bombeiros chegaram aproximadamente 1 hora e meia depois, antes disso, um morador conseguiu retirar a criança da casa e levá-la ao hospital, onde algumas horas depois acabou sucumbindo aos ferimentos. Alguns relatos sobre o ocorrido estão no vídeo a seguir: [12 de novembro – Dia de Luto e Luta pela morte de Eduardo Domenique de Oliveira](#).



literal, mas também através dos crivos que comunidades como a Portelinha precisam superar. Na violência, ainda que revestida de negligência, que se materializa nas vidas periféricas, por exemplo com a falta de acesso a serviços básicos, como água e luz.

Depois de ver sua casa e seu barracão de reciclagem sumirem no fogo, Marga teve de ir à rua atrás de “nem que seja uma lona”. Segundo ela, foi “por Deus” que encontrou Ana, assistente social de uma grande unidade da igreja católica na cidade, que angariou doações para sua casa e para a Associação de Moradores da Portelinha. Antes dessa contingência chegar “diretamente dos céus”, Marga sofreu muito, como é possível perceber em sua fala:

Eu entrei em depressão, eu fiquei muito mal. Eu levantava lá da casa... Daí o bolacha, da casinha ali da esquina... Quando queimou aqui eu não tinha mais nada, porque o Marco [O ex-marido] já tinha feito o trabalho de vender tudo as casa que nois tinha. Daí ele [o “bolacha”] chegou e falou assim “Ô dona Margarete, a senhora não tem lugar pra ficar? Eu to abrindo a porta da minha casa, a senhora pode ficar ali”.

Daí o que que aconteceu... eu saía de lá da casinha que ele me arrumou e sentava aqui na frente e ficava olhando, assim, o terreno [queimado]. Sabe quando ce num tem... Ce perde o chão, ce não tem por onde... Sem reação, eu dizia: “meu Deus, aonde?” [...]

esse terreno ficou ainda uma semana, né, Liliane? [Pegando fogo]

[...] Daquela árvore surgia de vez em quando... Surgia um fogo assim. Mas era das raízes, o cara do bombeiro falou. Porque era uma árvore grandona e as raízes dela eram enorme, sabe? Então ela começou a pegar fogo nas raízes e pegava fogo assim, e voltava [pro chão]. E eu dizia, “meu Deus do Céu, será que eu não vou poder fazer casa aqui?”

E daí eu sentava ali e eu via que chegava doação pra todo mundo, que tinha perdido as casas... Todo mundo pegava. Nunca vinha pra mim. (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Marga morou um tempo de favor na casa deste morador, o “Bolacha”. Enquanto isso, ela esperou por muitas doações de materiais para construir sua nova casa, tábuas, caibros e telhas que não chegaram ou que, segundo ela, chegaram na Portelinha endereçadas a ela, mas que acabaram indo para outras pessoas.

Foi a hora que eu vi assim que às vezes a gente tem que prestar atenção nas pessoas, porque né... Porque eu sempre fui de confiar, eu achava que todo mundo era que nem eu, sabe? Que não gostava de passar a perna, essas coisas, né? (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Não é por menos que Marga às vezes apresenta um temperamento um pouco explosivo, fruto de certa desconfiança de que está sendo desfavorecida ou preterida. Sobre isso, naquele domingo anotei no diário de campo:

[...] Mas também foi assim porque a Marga carrega e conta essas histórias como quem sabe da força que elas representam, e falo sobre uma força não só no sentido de motivação ou de superação, mas da força que essas histórias e fases de sua vida tiveram sobre existência tal como ela é hoje. De como a conformaram. Pra Marga, nada veio fácil, tudo foi conquistado duramente. Seus amores e desamores, sua “xaropisse” (como ela mesma disse), sua fé e sua mágoa, seu orgulho e suas tristezas, tudo teve um fundamento, uma origem de outros tempos que se faz ainda presente, com mais ou menos força. Quando Marga perdeu por um incêndio, ao mesmo tempo sua casa e sua fonte de renda, contou ela que tinha uma árvore no terreno, que mesmo após dias do incêndio estar controlado, voltava a pegar fogo. Como suas raízes eram grandes, debaixo da terra elas mantinham o fogo aceso, que às vezes alcançava o sobre-solo. Havia então o medo, por conta do risco iminente do fogo.

Pensei nas raízes da Marga, também profundas, que trazem consigo o fogo da vida dura, que às vezes ressurgem na superfície. (Relato de campo escrito no dia 18/07/2021)

Nesse dia, compreendi melhor como perduram os reflexos dos fenômenos-fogo, como eles permanecem nos comportamentos pessoais e assim se impõem também às dinâmicas coletivas. Entendi melhor algumas questões da Marga e algumas de suas posições dentro do MOB-PR. Eu já tinha nota da história do incêndio, mas não com tantos detalhes e, pela nossa conversa, confrontei-me com aquela parcela de realidade que eu, em minhas condições sociais de certos privilégios, dificilmente passarei.

Foi possível apreender alguns aspectos daquela companheira, por empatia e ao lhe ouvir atentamente. Então percebi como fazem falta os momentos de confraternização, momentos como aquele que estávamos passando juntas. Senti falta não somente dos momentos que não tivemos por conta da pandemia de covid-19, mas os que poderíamos ter tido, nos tempos áureos em que o isolamento não era necessário.

Dito isto, é possível refletir sobre o fato de que o trabalho comunitário, por exemplo o do MOB-PR na Portelinha, se enraíza também a partir daquilo que nem sempre está colocado de maneira deliberada ou evidente no programa político, o calor humano, como disse a Marga. Afinal de contas, o sistema capitalista dita as relações sociais não somente através das determinações e divisões baseadas na economia, mas também “esmaga” alguns grupos quando usurpa deles o compartilhamento do tempo de qualidade, quando tira a possibilidade de atentar-nos a nós e à nossa saúde, física e emocional.

Não seria também uma questão de saúde saber que temos com quem contar em momentos difíceis, com quem compartilhar afeto, carinho e também sonhos de uma vida melhor? O fogo brando e o calor humano, ao contrário da competição determinada pelos sistemas dominantes, é uma via oposta à lógica individualista, egoísta e mercantil.

Não deve ser coincidência que algum tempo depois, quando pergunto à Marga o que ela acredita que podemos fazer para aproximar mais pessoas da Portelinha ao MOB-PR, ela respondeu que

Ah, eu acho que tinha que ser assim... A gente podia promover... Porque o povo aqui, eles gostam muito de festa, né?! O MOB podia promover assim, bingo, um jogo, alguma coisa assim que reunisse. Um final de semana, um sábado ou domingo, pro lazer da Comunidade. Daí a gente chama o povo... Além da gente fazer isso a gente pode arrecadar um dinheiro pra melhorar mais ainda, né. Com bolo, essas coisas... E dava pra... Juntar mais a família, né? (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Dando sequência à imagem do calor brando enquanto noção de coletividade, que como colocou Marga se assemelha a moldes familiares, na próxima seção retomo as elaborações sobre o fogo em sua brandura. Esses episódios foram colocados em relação a um conceito/comportamento que faz morada no terreno da Portelinha, assim como em tantas outras áreas periféricas: o apoio mútuo.

### **6.1.3 Apoio mútuo como calor e brandura**

A Marga, definitivamente, é uma pessoa de calor. Contou com um sorriso no rosto da época em que morava na parte de baixo da Comunidade, na beira do rio. É uma área vulnerável aos alagamentos do Córrego Boa Vista e justamente pela proximidade à água é uma área bem fria, o que pode afetar bastante a saúde de alguém que tem bronquite e dores reumáticas, como é seu caso. Ainda assim, as lembranças dessa época chegaram em tom saudoso.

Segundo Marga, justamente pelas condições do terreno era uma vizinhança pequena mas muito unida, onde as famílias cuidavam umas das outras:

Então nois era em poucos vizinhos lá embaixo porque ninguém queria morar lá embaixo. E era assim, um cuidava do outro, era assim uma

amizade bem... Fazia natal, nois se reunia, entre nois, cada um fazia uma coisa e daí nois fazia assim... Uma mesa grande no meu terreno, que era bem espaçoso. E ali nois fazia a ceia de natal, de ano novo. Era tão gostoso... (Marga, em conversa do dia 18/07/21)

O apoio mútuo e a comunhão, como essa que Marga se lembrou da vizinhança do beco, são aspectos dos que mais se destacam do que venho chamando de fogo brando. Muitas vezes, este apoio mútuo pode ser relacionado com o amor, mas, sem desconsiderar a importância do amor, o geógrafo Piotr Kropotkin, militante anarquista da virada dos séculos XIX e XX, reflete que essa ajuda mútua e o ato de criar algo em união extrapolam a lógica do sentimento individual. Trata-se, na verdade, de uma base social na qual há a

percepção – mesmo que apenas no estágio do instinto – da solidariedade humana. É o reconhecimento inconsciente da força que cada homem obtém da prática da ajuda mútua; da íntima dependência que a felicidade de cada um tem da felicidade de todos; e do senso de justiça ou de equidade que leva o indivíduo a considerar os direitos de todos os outros indivíduos iguais aos seus. (KROPOTKIN, 2009, p. 15)

É na Portelinha, através das histórias que ali ouço e presencio que encontro algo que materializa, em carne e osso, conceitos como o apoio mútuo de Kropotkin (2009). Foi na Portelinha que melhor entendi o que são as redes de apoio, em sentidos que remetem à noção um dia expressa pelo geógrafo russo.

Não consigo calcular quantas vezes atentei ao fato de Marga preferir doar materiais, brinquedos, instrumentos musicais e até aparelhos eletrônicos à Ciranda, em vez de presentear as tantas netas e netos que moram com ela. Ou como já me surpreendi com o fato de que, ao longo dos anos, Marga também já abrigou dezenas de pessoas em sua casa, oferecendo seus recursos que para si, já seriam limitados. Se houve, de minha parte, alguma surpresa ao constatar e presenciar experiências em que sentimentos de mutualidade prevalecem sobre noções individualistas, esta surpresa é também reflexo da dominância da perspectiva do indivíduo sobre a do coletivo.

Em boa parte da trajetória intelectual de Kropotkin (2009), o pesquisador esteve focado em estudar sobre esse fenômeno do apoio mútuo, de modo que o elucidou enquanto conceito elaborado e teorizado de maneira aprofundada, com base em longas pesquisas empíricas. Para Kropotkin (2009), ainda que o individualismo seja massivamente impelido a muitos grupos sociais pelas “regras do

jogo”, a comunhão e a ajuda mútua resistem e surgem principalmente da necessidade. Pois é justamente nesta ajuda mútua que está a raiz, “a origem evidente e indubitável de nossas concepções éticas” (KROPOTKIN, 2009, p. 234) e portanto, é nela que está a principal ferramenta para o “progresso ético” da humanidade.

Então se há algum espanto em deparar-se com atitudes baseadas na ajuda mútua em detrimento de confortos individuais, Kropotkin apontou que

assim que procuramos descobrir como vivem os milhões de seres humanos e começamos a estudar suas relações cotidianas, ficamos impressionados com o enorme papel que os princípios de ajuda e de apoio mútuos desempenham hoje em dia na vida humana. Embora a destruição das instituições de ajuda mútua já esteja ocorrendo há três ou quatro séculos, na prática e na teoria, ainda há centenas de milhões de homens vivendo sob suas formas, mantendo-as devotadamente e empenhando-se em reconstituí-las onde elas deixaram de existir. Em nossas relações mútuas, cada um de nós tem seus momentos de revolta contra o credo individualista em voga, e os atos nos quais os homens são guiados por suas inclinações de ajuda mútua são tantos em nossas relações diárias que, se elas fossem interrompidas, todo o progresso ético posterior seria imediatamente paralisado. (KROPOTKIN, 2009, p. 182-183)

Não posso deixar de expressar que, da perspectiva de educadora popular, percebo que a Ciranda desempenha papel de desenvolver princípios de apoio mútuo e evidenciar sua presença. Isso, aliado a outras premissas como respeito e horizontalidade, faz com que o GT também trabalhe como alimentador do calor brando nos trabalhos do MOB-PR.

Figura 30 - O calor-motor da Ciranda<sup>83</sup>.

Fonte: arquivos do MOB-PR (2019)

Como GT de educação popular, a Ciranda não pode deixar de se basear em um dos enunciados mais básicos do campo, aquele que compreende que as relações entre educadoras e as crianças e adolescentes educandas têm de se dar de maneira horizontal, livre de certas pré-determinações, sobretudo do autoritarismo.

Esse princípio político que guia os modos como se dão as relações durante as atividades, segundo Marga, não passa despercebido pelas crianças e pelo visto, nem pelas pessoas adultas. Durante a conversa com Marga, perguntei a ela se acreditava que futuramente as crianças da Portelinha poderiam se tornar as “tias da Ciranda”, educadoras. Por sua resposta, tive uma feliz confirmação daquilo que o GT já percebia ou, ao menos, suspeitava. Marga disse:

<sup>83</sup> No momento do registro fotográfico, a Ciranda estava em uma atividade inspirada em exercícios retirados do livro mencionado na introdução desta dissertação, de Augusto Boal, “200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro”. A foto da esquerda é de uma dinâmica de apresentação que conta com desafios sobre o poder de lembranças e costuma ter ótima aderência. A foto da direita foi de um momento de corrida em duplas, exercício de trabalho coletivo, atividade que sempre rende momentos de gargalhadas e é uma das brincadeiras preferidas de algumas crianças, por exemplo de Sofia.

eu vejo, eu consigo. Não todos, mas eu consigo ver criança assim, seguindo o MOB. Né? Seguindo as coisas. Por causa que eles ficam bem louco quando ces chega. Não tem a criança que não fica. A menininha da... Foi a menininha da Luciana? É, é!

Esses dias... A menininha disse assim "Sabe, tia, eu posso te falar uma coisa?". Falei "Pode, fia". "Eu queria tanto tá ali naquela casinha ali, sabe, brincar com aquelas crianças. Por causa que eu vejo assim, aquelas tias ali... Onde vão...Tem umas criança meio grandinha assim e elas pegam no colo, elas levam".

Quer dizer, é um troço assim, que as outras crianças vê o carinho que é transmitido pras outras crianças, né. Daí chama a atenção delas. Daí quando ela foi embora agora com a mãe dela ela falou "Sabe, tia, eu vou. Mas se um dia a minha mãe voltar, ce deixa eu entrar ali?" (Marga, em conversa do dia 18/07/2021)

Algumas experiências enquanto educadora me possibilitam deduzir que gestos simples, como uma escuta interessada<sup>84</sup> daquilo que a criança ou adolescente tem a dizer representa uma ferramenta potente quando o que se busca é a construção de práticas educativas pautadas na cooperação. Em relações horizontais, o calor de nossos peitos ficam mais próximos e se retroalimentam, trocando energia com mais facilidade e efetividade.

Durante minhas conversas com Pedro (9 anos), Sofia (11 anos), Helena (10 anos), Bel (7 anos) e Fernanda (7 anos), ouvi delas que uma das coisas que mais gostam da Ciranda são as conversas. Segundo Helena, o que mais gosta é de "de desenhar, de vocês ficar conversando com a gente, que tem que fazer as coisas certa...".

Com a pandemia de covid-19 e a diminuição de educadoras presentes nas atividades, muitos encontros da Ciranda se resumiram a atividades de desenho, com muita conversa e alguns brinquedos disponíveis. Ainda assim, mesmo sem a mesma estrutura de planejamento pedagógico que o GT antes tinha, o processo educativo seguiu em desenvolvimento e, com algumas "vitórias". Porque o diálogo também constrói (possibilidades de ação, relações, opiniões etc.), por mais sutil e pequena que possa parecer essa construção.

Então, mesmo quando não há possibilidades ou mãos suficientes para seguir com o projeto político pedagógico como idealizado pelo GT, é também assim, de conversa em conversa, de desenho em desenho e de brincadeira em brincadeira

---

<sup>84</sup> Essa escuta muito se assemelha à escuta ativa e sensível que algumas produções do campo da História Oral e da Antropologia defendem. E assim, a luz epistemológica e os trajetos metodológicos desta jornada seguem encontrando confluências com a prática da tradição popular de luta, no trabalho de base e na educação popular.

que a educação se dá durante a Ciranda. É neste sentido que avalio que, mesmo quando parte do trabalho educativo pareça como a luta que Drummond travou<sup>85</sup>, sem fruto, existe neste mesmo trabalho a força da política simbólica - com o diálogo, especialmente quando ela é feita através da práxis, prática ancorada na teoria reflexiva e analítica e não em simples verbalismo (FREIRE, 1967).

Algumas crianças como Paulinho, Rosa, Bel e Fernanda disseram que passaram a ter uma amizade através da Ciranda, da convivência que ela implicou. O GT avalia que os códigos estabelecidos para a convivência dentro da sede, os “combinados” baseados no apoio mútuo e diálogo respeitoso contribuem para que essas relações se construam ou se fortaleçam de uma maneira saudável e profícua, às crianças, à Comunidade Portelinha e ao MOB-PR.

Quando e enquanto a Ciranda for um GT forte e unido, servirá como alimento ao fogo brando que nutre o restante do Movimento, composto por pessoas que se preocupam com o bem-estar e com a educação das crianças e adolescentes da Portelinha.

Na seção que segue, exploro alguns episódios da Ciranda que demonstram a presença de princípios de apoio mútuo, mesmo quando em gestos corriqueiros que podem passar despercebidos. Ou mesmo quando surgem em posturas contraditórias.

#### **6.1.3.1 Ciranda em: “tentar sempre ajudar os próximo”**

Em atividade já relatada, o dia em que foram selados os novos “Combinados da Ciranda” (15/07/2021), uma das propostas feitas pelas crianças e que recebeu o aval de todas as outras foi a de “tentar sempre ajudar os próximo”. Essa proposição pode ser reflexo do modo como o GT atua e se relaciona com as pessoas da Portelinha, porque este está justamente sob a diretriz de construir por cooperação. Da elaboração do plano de atividades, suas adaptações, da escolha dos combinados, a feitura do lanche, os mutirões de limpeza e organização - tudo é feito com a participação das educadoras e obviamente, das crianças e adolescentes educandas.

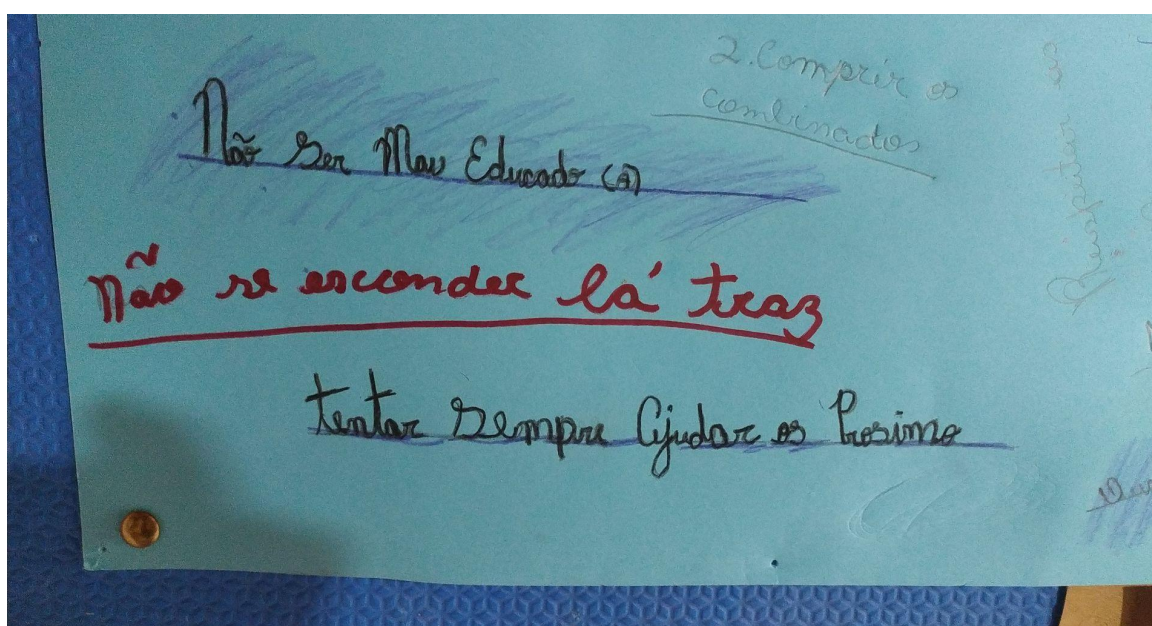
---

<sup>85</sup> “Lutar com palavras parece sem fruto. Não têm carne e sangue... Entretanto, luto.” (ANDRADE, 2012, p. 207)



Foi assim ao longo dos anos de existência do grupo de trabalho, de modo que a Ciranda tem esses “rituais” bem incorporados nas dinâmicas das atividades. O GT avalia que essa história compartilhada, a memória do que já foi feito coletivamente e os planos do que ainda será feito também coletivamente contribui para mantê-lo unido e ativo. Como elabora Meihy e Holanda (2015), a memória, a identidade e a noção de comunidade se articulam de maneira íntima, constroem-se uma à outra.

Fotografia 8 - Parte dos Combinados da Ciranda



Fonte: autora (2021)

A iniciativa que algumas crianças e adolescentes têm de cooperar com as atividades acaba sendo elemento indispensável ao seguimento das propostas, especialmente quando o número de educadoras é pequeno. A atuação e as responsabilidades delas nos processos educativos da Ciranda já foram demonstradas, por exemplo, na seção 2.2 e 5.2.3.1.<sup>86</sup>

O apoio mútuo também está entre elas, ainda que muitas vezes expresso de maneira excêntrica e peculiar. Por exemplo, dia 20 de Fevereiro de 2021, registrei parte da singularidade em que pode acontecer esse apoio:

<sup>86</sup> Na seção 2.2, relato o momento em que apresentei a pesquisa e com algumas dificuldades, pude contar com a ajuda de algumas crianças para concluir a apresentação de uma maneira mais inteligível. Na seção 5.2.3.1, demonstrei como muitas crianças e adolescentes têm não só o afã pela limpeza e organização da sede, como também têm muitas habilidades para tal.

[...] Manuel assumiu uma nova proposta de atividade: o tal do come-come. Me perguntou se eu sabia a dobradura, disse que não, mas que as outras crianças poderiam ajudá-lo e assim o foi. Não me lembro de uma vez em que alguém recusou meu pedido para ensinar ou ajudar outra criança, mesmo que aos resmungos. O curioso é que muitas vezes elas fazem de maneira um pouco bruta, impacientes ou reclamando, mas sempre ajudam. Por vezes meu incentivo tem de ser maior, mas em outras, nem se faria necessário. Até então, naquele momento, Juliana que não é famosa por sua paciência ajudou Renan a usar a régua e Tamires ajudou Manuel a fazer a dobradura do come come. (Registro de campo do dia 20/02/2021)

Com base nos escritos de Kropotkin (2009), avalio que os “resmungos” e a impaciência do primeiro momento em que há o pedido ou percepção da necessidade de ajuda é como uma primeira camada, socialmente construída e pautada principalmente no individualismo. Já a cooperação praticada é resultado do processo de maturação, um desenvolvimento interno feito de fora para dentro e que, enfim, alcança a base e a raiz de nossa ética.

Figura 31 - Apoio mútuo e solidariedade entre as crianças



Fonte: arquivo pessoal (2020)

Naquele mesmo dia, segundo meu registro de campo, uma tarde de sábado de muito sol, a educanda Stephanie (10 anos) também demonstrou entender que sua felicidade estava atrelada à felicidade da pequena Alice (4 anos), uma das mais novas educandas da Ciranda.

Alice é neta de uma militante do MOB-PR e demandou certo trabalho quando passou a frequentar a sede do Movimento, acompanhando sua avó nas

reuniões e mais tarde, durante as atividades da Ciranda. Ela tem, como muitos de sua família dizem, “gênio forte”. Naquele sábado, por pouco Alice não foi à sede, impedida pelo pai justamente por conta de alguns conflitos anteriores. Depois de alguns acordos entre mim, ela e seu pai, Alice pôde então me acompanhar, junto da irmã e do irmão. Eis que na sede:

Naquele dia Alice não cometeu nenhuma destruição de brinquedos, pela qual é famosa. Stephanie cuidou e ajudou Alice, forneceu materiais e deu algumas indicações e suporte, me ajudando muito, talvez sem nem saber. Parecia que Stephanie havia assumido o papel de educadora, as duas ficaram na mesa, conversando enquanto desenhavam e brincavam. Se Alice pedia algum material, lá ia Stephanie buscar e levar à pequena. Fiquei me perguntando se havia sido algo combinado entre algum responsável das duas, considerando que Alice primeiramente nem poderia ter ido, ou se foi algo totalmente espontâneo. Depois soube que a família de Stephanie não tem muita relação com a de Marga porque chegaram recentemente na Portelinha, o que me faz crer que acabaram de se conhecer. O fato é que claramente a Stephanie parecia gostar do papel que havia assumido e Alice estava espantosamente mais fácil de lidar. Depois de um bom tempo desenhando, ela pediu o brinquedo de encaixe que sempre a alegra e ali permaneceu tranquilamente, até o fim da atividade. (Relato de campo do dia 20/02/2021)

Figura 32 - Cenas da Ciranda



Fonte: arquivos da Ciranda (2021)

Para encerrar essas histórias de apoio mútuo entre as pequenas e as não tão pequenas assim, trago um último relato, uma cena que presenciei no mesmo domingo frio em que tive aquela longa conversa com Marga. Retornando de sua casa e chegando na sede, que estava sendo habitada por algumas crianças e

adolescentes (conforme já narrado na seção 5.2.3.1), me ponho a acertar alguns detalhes e encaminhamentos para ir para casa.

Enquanto isso, conversava com Carlos, um educando que na época estava próximo de seus 14 anos. Ele geralmente é tido como “briguento”, fama que penso ultrapassar sua própria personalidade e acaba se tornando uma espécie de marcador social, que é também uma das modalidades das inúmeras divisões sociais. Enfim, eu e ele conversávamos sobre seu aniversário que estava por vir, dentro de algumas semanas. Ele pedia conselhos para organizar a festa que pretendia fazer e durante a conversa, bateu os olhos no violão recém doado à Ciranda, logo o abraçou enquanto se sentava na mesa.

Carlos ia dedilhando o violão enquanto Miguelzinho, assim que ouviu as primeiras notas, ficou em sua frente, paralizado e namorando o som. Expressei a admiração com a melodia que saía da união de Carlos e o violão, comentei que ele poderia, quem sabe, um dia dar uma aula na Ciranda. Ele respondeu que estava “enferrujado” e que fazia muitos anos que não tocava. Comentou que o violão estava desafinado e com uma das cordas em estado possivelmente irreparável. Senti que Carlos não queria aquela responsabilidade, retornei à minha organização, encaminhando tudo para minha partida.

Instantes depois, ouvi de outra parte da sede Carlos conversando com o pequeno Miguel, dizendo em tom meio baixo, talvez tímido: “tá vendo, ó?! Esse som é diferente desse”.

Enquanto isso,

Miguel o observava com os olhos arregalados, admirado e balbuciando algo tipo “Hmmm, é memo?!”. Lembro de ter pensado em como queria que aquele momento durasse mais um pouquinho. Carlos, apesar da fama e do real ímpeto que às vezes demonstra ter de debochar de algumas crianças, entrega momentos de muita doçura e maturidade. (Registro de campo do dia 18/07/21)

Eu, que já tinha tudo pronto para ir embora, esperei o momento acabar para deixar a sede, o que aconteceu alguns minutos depois, quando Carlos parecia cansado de lidar com o instrumento e sua corda solta. Busquei refletir sobre a relação entre pré-adolescentes e adolescentes com as crianças mais novas, às vezes tão conflituosas. Tentei imaginar maneiras de arrefecer os conflitos.

Com base unicamente em minhas próprias experiências e em alguns sentidos-comuns, registrei no diário de campo:

Ele tem mais que o dobro da idade de Miguel e sua relação com crianças mais novas nem sempre é das melhores. Também, nem sempre as pequenas colaboram, reproduzem o que devem ouvir em casa ou na rua sobre ele. E assim o ciclo segue.

Se a adolescência chega com muitos enfrentamentos e muito descobrimento, mudanças que chegam com um forte desejo de afirmá-las, talvez com isso aumente a necessidade de estabelecer distância com aquela antiga fase da infância, e essa distância vai se colocando também na Ciranda, cada vez mais palpável.

Encontrar os meios possíveis pra valorizar o conhecimento dessa faixa etária, diagnosticar e viabilizar o anseio dela por compartilhar esse conhecimento, através dum processo educativo, é algo que a gente da Ciranda precisa ter pra seguir dialogando com o Carlos... (Registro de campo do dia 18/07/21)

Foi por uma certa distância que Carlos vem apresentando nas últimas Cirandas, em relação às atividades e às crianças menores que este momento de ensinamento e paciência ao som de um violão me chamou a atenção. Além deste existem outros episódios de ruptura de paradigmas individualistas ou de certa adolescência, momentos que não poderei representar à altura da beleza que significam.

Quanto aos meios possíveis de incentivar as crianças e adolescentes às funções de educadoras, há anos o GT discute modos de alcançá-los. Não é fácil e, por diversas razões, a fase adolescente tende a se distanciar um pouco das atividades do GT. Ao menos a Ciranda já criou algumas evidências de que estar no papel educador é processo educativo dos mais ricos e profícuos. Resta agora encontrar (ou construir) as melhores trilhas para este caminho ser também trilhado por adolescentes que fazem ou já fizeram parte da Ciranda. Novamente, é questão de tempo, amor e trabalho.

Algo a se considerar é que em todos os caminhos trilhados, para qualquer horizonte projetado por qualquer trabalho do MOB-PR, surgem os fenômenos de fogo bruto. Então os trajetos não são feitos somente por construções, mas por desvios e reconstruções daquilo que a brutalidade atinge. É por isso que para este trabalho-luta é preciso e tão importante saber lidar com o fogo.

É sobre o fogo bruto que afeta as trilhas e caminhos do MOB-PR e da Ciranda que a próxima seção trata.

#### 6.1.4 “Tia, mataram o Zé, tia”

Chegando na Portelinha, principalmente ao encontrar algumas das crianças chorando, parecia estar passando um reprise do que aconteceu há mais ou menos um mês atrás. Mas agora tava doendo mais. Rosa veio me abraçar enquanto choramingava e dizia “tia, mataram o Zé, tia” (Registro de campo do dia 07/11/2021)

O Zé a quem Rosa se referia na verdade se chamava Eduardo Felipe Santos de Oliveira, morto em uma operação policial que ocorreu na noite do dia 06 de Novembro de 2021, na Portelinha. Era um rapaz de 16 anos, muito querido por toda a Comunidade, principalmente por conta de suas constantes brincadeiras e do riso fácil. Morava na Comunidade desde muito pequeno, anos atrás com sua mãe, mas depois que ela faleceu prematuramente, Zé passou então a dormir no sofá de Marga, de quem era afilhado.

Antes de entrar e explorar essas memórias em chamadas, é importante observar que os registros orais que tenho de Marga, madrinha do Zé, foram feitos antes de sua partida. Considerando que o momento presente e as lembranças do passado são o marco temporal na história contada (MEIHY, 2005), ou seja, que foi a partir do então agora e de lembranças do já passado que Marga e eu elaboramos tudo que foi registrado, e, considerando que a morte do Zé certamente acarretaria novas reflexões de Marga, de uma perspectiva pragmática seria interessante buscar um novo momento para o registro de novos diálogos, com Marga e pessoas próximas próximas ao Zé.

Entretanto, não fiz novas propostas para a pesquisa de campo pautados nessa temática, em respeito à dor e à saúde emocional das pessoas envolvidas, pois mesmo que eu julgasse de extrema importância recolher novos registros sobre o caso, não poderia fazê-lo com o respaldo ético de fornecer algum tipo de suporte emocional e psíquico.

Por isto, o que construí em termos de interpretação e análise sobre a morte do Zé e, conseqüentemente, sobre a violência policial (e temas transversais), está baseada em registros de campo, feitos na noite em que Zé faleceu e seguiram até algumas mobilizações em dias seguintes. Além disso, baseei reflexões a partir de alguns relatos de familiares, que transcrevi de algumas reportagens feitas por veículos midiáticos. Os relatos de campo e as transcrições deram o norte para a

seleção das produções teóricas e acadêmicas que dialogam e complementam os primeiros.

Os registros de campo feitos por mim, por exemplo trechos do diário, assim como os relatos feitos por familiares têm a presença de memórias que se relacionam com opiniões sobre os temas que perpassam a morte do Zé - violência estatal, tecnologias de controle social, de destruição, racismo, classismo etc. São memórias que traduzem análises pessoais sobre a estrutura social e que, mesmo que em alguns contextos científicos sejam entendidas enquanto conjecturas parciais, têm a legitimidade da análise sobre aquilo que foi concretamente vivido. E neste sentido, merecem tanta atenção quanto qualquer teoria.

Enfim, sobre o Zé e sua partida (ou pena de morte), Marga contou que na noite do dia 6 de Novembro de 2021, depois de uma manhã de serviço no barracão de reciclagem da madrinha e de uma tarde inteira trabalhando como servente em uma obra, Zé se sentou em um ponto específico da rua Irati, alguns passos adiante da saída da sede do MOB-PR, lugar em que geralmente o via conversando, sempre rindo com os amigos enquanto ouvia som alto em volta da fumaça doce que saía de um narguile. Mas naquela noite de sábado, Zé estava tomando seu Corote sozinho, sem som alto, sem amigos ou narguile. A cachaça, imagino eu, devia ser uma espécie de prêmio ou agrado, algo para acompanhar o descanso merecido depois de um longo dia de trabalho duro.

As ruas da Portelinha estavam vazias por conta de tiros que se ouviram nas proximidades, poucas horas antes. Na manhã do dia 7, logo que encontrei com seu Geraldinho, morador da mesma rua, ele se lamentou dizendo que havia indicado ao Zé que fosse para casa porque o clima estava perigoso, “vai pra casa, menino!”. Mas Zé não foi, ele queria aproveitar a noite, mesmo sozinho. A madrinha e amigos contam que ele ficou ouvindo seu radinho e tomando sua cachaça, na rua em frente de casa. Até que foi surpreendido, da maneira intempestiva como geralmente é a chegada do fogo bruto.

Conforme consta na nota enviada pela assessoria da Polícia Militar do Paraná (PM-PR):

De acordo com as informações do Boletim de Ocorrência, a situação aconteceu, por volta das 23 horas de sábado (06/11) em uma região conhecida como Comunidade da Portelinha, no bairro Portão, em Curitiba.

Segundo o documento, a Polícia Militar, por meio do 12º Batalhão, recebeu duas denúncias de disparos de arma de fogo, uma às 22 horas e a segunda por volta das 23 horas.

Logo após o primeiro acionamento, segundo o boletim, uma equipe da ROTAM fez patrulhamento na região, mas ninguém foi localizado. Já após a segunda ligação, as equipes retornaram a fazer buscas e, na Rua Irati, avistaram um homem com um objeto nas mãos. Os policiais então tentaram fazer a abordagem, mas ele fugiu da equipe correndo pelas ruas da região. (PARANÁ, 2021)

A família do jovem e algumas pessoas da Comunidade supõem que o “objeto em mãos” relatado na nota da PM-PR era a cachaça que Zé tomava. Alegam que se Zé fugiu foi porque ele havia, muito recentemente, vivido episódios de violência policial e presenciado a morte de outro rapaz amigo seu<sup>87</sup>, em ruelas próximas daquela que semanas depois, ele mesmo tombou. De acordo com uma entrevista dada ao Primeiro Impacto PR, uma moradora diz que é esperado que as pessoas da Portelinha corram ao verem os carros da polícia<sup>88</sup>. “Vê polícia, sai correndo mesmo, todo mundo tem medo de morrer” (PRIMEIRO IMPACTO PR, 2021).

No restante da nota fornecida pela PM-PR sobre a “ocorrência” consta que:

Durante o acompanhamento, de acordo com o documento, os militares estaduais constataram que ele estava com uma arma de fogo e tentaram novamente fazer a abordagem, momento que o rapaz teria apontado a arma para a equipe e efetuado os disparos. Para revidar a injusta agressão, os policiais também efetuaram disparos, porém o homem fugiu.<sup>89</sup>

Ao tentar novamente uma abordagem, diz o boletim, o rapaz voltou a apontar a arma aos policiais, que revidaram e o homem acabou atingido.

---

<sup>87</sup> Na madrugada do dia 15 de Setembro de 2021 um jovem (22 anos) da Portelinha morreu em uma operação policial. No fim da operação, enquanto a Comunidade esperava a retirada do corpo, presenciei a revolta que se colocava em torno das viaturas e do rabeção, indignadas com a morte do rapaz e com o fato de que os policiais haviam rendido e violentado outros jovens, inclusive o Zé. Segundo relatos, momentos antes de eu chegar ao local, os agentes da segurança pública se recusavam a confirmar se havia mortos e quem eram os rapazes que estavam mantidos em uma casa do beco, “acompanhados” de outros policiais. Em resposta, diversas pessoas começaram a bater panelas e a gritar, em coro, que exigiam informações e a soltura dos rapazes.

<sup>88</sup> Em uma tarde de Janeiro de 2022, Lara (10 anos), Paulinho (9 anos), Emília (13 anos) e Bento (2 anos) passaram horas sob meus cuidados. Era um dia muito quente, a Portelinha estava sem água e para matar a sede, fomos os cinco comprar algo para beber no bar do seu Geraldinho e, no momento em que voltávamos para casa, passou uma viatura da PM-PR. Ao avistarem o carro, todas as crianças, a não ser Bento que ainda não consegue, saíram correndo em direção à casa. Quando as encontrei, no portão, disseram que corriam por medo da polícia. O fato contribui para demonstrar que correr de polícia, quando se é de periferia, nem sempre se relaciona a algum tipo de culpa de crime.

<sup>89</sup> No artigo escrito por Claudia Leal e Ana Flauzina fica demonstrado, a partir do caso da morte de Claudia Silva Ferreira, como o argumento de revide à “injusta agressão” apresenta-se de maneira recorrente nas narrativas construídas por agentes policiais, para justificar casos de mortes decorrentes de ações arbitrárias da polícia que alcançam, sobretudo os corpos negros (LEAL, FLAUZINA, 2021).



Imediatamente foi acionado o SIATE, que ao chegar no local constatou o óbito.

A Criminalística recolheu a arma de fogo usada pelo homem sendo, conforme boletim, um revólver, de calibre .38, com três munições intactas e duas deflagradas. Com ele está relatado que também havia 123 pinos de cocaína, que foram apreendidos e encaminhados à Central de Flagrantes.

Como é de praxe em situações de emprego de arma de fogo por policiais, um procedimento será instaurado para apuração das circunstâncias que envolvem o fato." (PARANÁ, 2021)

Em resposta à alegação da PM-PR, de que Zé estava portando uma arma de fogo, dezenas de pessoas que o conheciam desde muito menino alegavam aquilo que eu mesma já sabia do que se tratava: o “kit-flagrante”, ou P-4, sigla militar para “almoxarifado” (STABILE E SALVADORI, 2018). O Zé que eu conheci andava de bermuda rasgada, às vezes sem chinelo, trabalhava pesado e bebia cachaça barata justamente porque nunca tinha dinheiro sobrando, quem diria para comprar um revólver calibre .38, que de acordo com a Agência Brasil (2022) está em torno de R\$3.000,00.

Em um artigo publicado pelo portal Justificando,<sup>90</sup> o criminólogo e delegado Orlando Zaccone sintetiza parte da prática de agentes policiais, de forjar flagrantes. Cabe salientar que sua perspectiva pode ser considerada um local privilegiado, em termos de legitimidade de análise, visto que o delegado aponta críticas ao complexo de instituições sobre as quais se relaciona direta e internamente, através de seu trabalho. Segundo Zaccone, “Os flagrantes forjados são jurídicos, homologados pelo Judiciário, estão dentro do Estado de Direito.” (ZACCONI, 2021)

Ainda de acordo com o artigo do portal Justificando:

O kit flagrante é mais um caso que levanta a discussão acerca do nosso sistema de justiça, racismo estrutural e do poder da palavra do policial, em um momento em que a crise e perversidade do nosso sistema carcerário se escancara.

Nos tribunais e em fóruns espalhados pelo país, reina a máxima de que a palavra do policial tem credibilidade suficiente para, somente com seu depoimento, condenar uma pessoa. [...]

O Delegado de polícia civil do Rio de Janeiro, Orlando Zaccone, diz que é preciso pensar politicamente na construção do delinquente no Brasil. “A

---

<sup>90</sup> O artigo em questão está disponível através do link: <http://www.justificando.com/2017/02/03/kit-flagrante-de-pms-sao-legitimados-pelo-nosso-sistema-de-justica/>.

legitimidade na ação letal da polícia é baseada na identificação do morto como um jovem que mora na favela, às vezes, tem uma passagem na polícia e isso é suficiente para legitimar a sua própria morte. Isso serve também para legitimar a veracidade da narrativa policial”, afirma. (JUSTIFICANDO, 2021)

A narrativa construída pela PM-PR no caso da morte do Zé que foi reiterada por canais midiáticos é de que o rapaz era um suspeito, possivelmente envolvido com o tráfico e que, revidando à abordagem policial, tornou legítima a sua morte causada pelas dezenas de disparos. A narrativa se ratifica pela lógica de que, ao passo que Zé era um jovem de periferia, espaço socialmente lido como local de conflitos e violência, sua relação com o tráfico é válida. A validação dessa relação, por sua vez, torna o flagrante inquestionável perante a alguns olhos, e, infelizmente também àqueles que operam os sistemas oficiais de Justiça no país, que em sua maioria colocam-se como coniventes ao “tribunal da rua” - as ações policiais.

Em entrevista concedida a um programa de TV local, uma irmã do Zé diz:

ele tava bêbado no dia, porque nos exames de sangue, acho que consta que ele tava com bastante álcool. Eu sabia que ele tava bêbado, a madrinha dele sabia que ele tava bêbado. Porque ele tava dentro da casa dela hora antes... Entende? Agora você me diga, uma pessoa bêbada, ela ia ter uma arma na mão? Não sabia nem ler, ia saber atirar? Entende? Ele não... Ele não era assim. Então eu falo: Não foi um confronto. Não foi! Isso é eles que tão implantando, tanto a droga quanto a arma, eles que tão implantando, em cima do meu irmão. Pra eles saírem como inocente, sendo que eles que mataram um inocente. (Irmã de Zé, em entrevista concedida ao portal midiático Balanço Geral Curitiba, no dia 8/11/2021)

Infelizmente, é notório que para o sistema de Justiça, pouco adianta o coro vindo da Portelinha e familiares, que defendem a inocência, a imagem e a memória do Zé. Muitas vezes, este sistema sequer o ouve. Godoi, *et al.* (2020) apresentam alguns dados que demonstram que esta ferida social não se encerra no abuso e violência policial como padrão, porque se estende ao respaldo institucional que o primeiro recebe. Apontam que sobre isto

É preciso considerar que as políticas de extermínio se apoiam sobre uma longa tradição de tolerância social e institucional ante o uso desproporcional da força pelos agentes de segurança do Estado. Assim como, historicamente, as forças policiais brasileiras fazem uso desmedido da força letal, nossas autoridades públicas, nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário, respaldam esse padrão violento de atuação. (GODOI *et al.*, 2020)

Nos processos judiciais que se dão quanto às mortes em decorrência de ações policiais, quando existem, durante as investigações quanto a ser ou não “morte por confronto” ou “auto de resistência”, as versões vindas da corporação policial se sobrepõem às de familiares e pessoas conhecidas. Quando se ouvem familiares,

esses depoentes são indagados sobre os antecedentes de seu familiar, sobre seus “vícios” e hábitos. Emergem, então, relatos de desemprego prolongado e falta de ocupação, de passagens por prisões e unidades de internação, e de uso de álcool e drogas que parecem compor a figura de um “mau elemento”, cuja morte parece, de partida, plausível, senão de todo justificável.

[...] Observamos que a polícia, sobretudo a militar, mata principalmente jovens negros do sexo masculino, predominantemente em áreas periféricas da cidade e em situações de repressão aos crimes contra o patrimônio. Em 2012, essas mortes nem mesmo eram registradas como homicídios, embora fossem investigadas por uma delegacia especializada em homicídios, e as vítimas fatais sequer figuravam como vítimas nos BOs. As perícias técnicas realizadas e os depoimentos colhidos nos inquéritos demonstraram-se protocolares e irrelevantes para a formulação das peças conclusivas, que solicitavam o arquivamento dos casos com formulações padronizadas, a despeito da existência de elementos que pudessem confrontar a versão dos policiais. (GODOI *et al.*, 2020, p. 68-70)

De acordo com Godoi *et al.* (2020), nos casos de morte por supostos confrontos, devido a ausência de perícia e nenhuma ou poucas testemunhas, que muitas vezes se sentem intimidadas, prevalece a versão policial no registro das ocorrências, sem grande empenho por parte do Ministério Público ou Polícia Civil em apurar as circunstâncias da morte. Nos poucos casos em que o processo chega ao Tribunal do Júri, a construção e ordenação dos fatos se guiam por julgamentos morais, permeados de marcadores sociais da diferença e pré-determinações.

Nesta construção moral, percebe-se a presença da disputa narrativa entre partes que defendem imagens antagônicas, onde a *vítima* pode ser o “pobre trabalhador” enquanto que o *acusado* é um “traficante/bandido” (VIANNA, FACUNDO, 2015).

Em resumo, quando a partir do flagrante (por vezes forjado) e das determinantes sociais (raça e local de moradia, por exemplo), crê-se que havia por parte da vítima/acusado a intenção de violentar agentes policiais, estes vêm-se automaticamente assegurados pelos mecanismos que os absolvem, por exemplo o “excludente de ilicitude”.

O que se percebe então, é que o fogo bruto narrado nesta seção, a morte do Zé, chega a ruas como as da Portelinha sob termos e processos já bem consolidados. Há um *modus operandi*, que toma forma a partir de dispositivos que constituem uma tecnologia de antiga abordagem e ampla aderência, usada em função de sistemas de opressão<sup>91</sup>. Junto a ele, estão as “tecnologias de destruição”, trágicas técnicas de policiamento e disciplina que, de acordo com Mbembe (2016), na atualidade se tornaram mais táteis e materiais do que já foram.

Achille Mbembe aponta o fato de que desde o Estado moderno a vida e os corpos estão sob o poder do Estado, porque este necessita destas vidas para continuar seu curso e economia, mas, na contemporaneidade, não é somente a vida que está sob o gerenciamento do Estado, pois a morte também o está e de várias maneiras, ao passo que as tecnologias de destruição seguem sendo aprimoradas (MBEMBE, 2016).

Para manter as formas contemporâneas do sistema capitalista, de acordo com Mbembe (2016) a vida é regulada pela necropolítica, que se serve e estabelece a partir de noções de raça e outros sistemas de diferenciação e dominação, que ditam quais vidas e corpos seguem mais sujeitos à morte do que outros.

Como disse uma prima do Zé, “Não era um traficante, não era um bandido, não era um ladrão. Morreu por inconveniência da polícia, porque eles acham que é entrar, matar e que vai ficar por isso mesmo” (PRIMEIRO IMPACTO PR, 2021).

É notório que se acham que ficará “por isso mesmo” é porque, infelizmente, em grande parte dos casos realmente fica. De modo que a sociedade vai naturalizando, por exemplo, o progressivo aumento das taxas de morte do povo negro e periférico em ações policiais, como a que culminou na morte do Zé.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, no estado do Paraná no ano de 2019 o número absoluto de mortes decorrentes de intervenções policiais foi de 288. Em 2020, esse número passou a ser 373. Quanto à relação entre o total de mortos em intervenções policiais e o total de policiais

---

<sup>91</sup> Uma moradora destacou que além do kit flagrante, esse modo de operar compreende mecanismos que vão desde chegar sorrateiramente com luzes do carro apagadas e porta aberta (para não anunciar a chegada por meio visual ou auditivo), passando por uma coerção para que as pessoas mantenham-se em suas casas (impedindo assim testemunhas oculares) até os disparos coletivos, para coletivizar a responsabilidade em caso de mortes e para “arredondar” o relato de “revide a injusta agressão”.

assassinados, segundo o Anuário no Paraná a proporção foi de 1 policial morto para cada 288 civis, no ano de 2019 e de 1 policial morto para cada 186,5 civis, em 2020 (IPEA/FBSP, 2021).

De acordo com Bueno, Cerqueira e Lima (2013), estes números são subnotificados pelos órgãos responsáveis ou mesmo “contornados” por certos mecanismos dos policiais em função. Em um estudo quanto à qualidade na transparência de informações sobre mortes perpetradas por policiais, o Paraná consta como um estado de “baixa transparência”, com alto índice de incompatibilidade aos dados e números informados por outras vias, como sistemas de saúde onde registram-se as mortes (BUENO, CERQUEIRA E LIMA, 2013).

Ainda de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, das mortes registradas como decorrentes de intervenções policiais ocorridas em 2020 no Brasil, 78,9% foram pessoas negras, o que torna a taxa de letalidade policial<sup>92</sup> para os corpos negros (4,2) mais do que duas vezes maior do que aquela para corpos brancos (1,5) (IPEA/FBSP, 2021).

“Olha quem morre, então veja você quem mata”. Há quase vinte anos Edy Rock segue cantando e alertando que sobre a vida do corpo negro pesa

o drama da cadeia e favela / Túmulo, sangue, sirene, choros e velas / Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia / Que sobrevivem em meio às honras e covardias / Periferias, vielas, cortiços / Você deve tá pensando / O que você tem a ver com isso? / Desde o início, por ouro e prata / Olha quem morre, então / Veja você quem mata / Recebe o mérito a farda que pratica o mal / Me ver pobre, preso ou morto já é cultural / Histórias, registros e escritos / Não é conto nem fábula, lenda ou mito (RACIONAIS MC's, 2002)

Não é por menos que D'Andrea (2020) destaca a importância do papel que o grupo Racionais MC's teve na construção do que vem a ser a consciência periférica, junto de outros grupos do movimento cultural dos anos 90. Há anos o grupo lida com temas sensíveis à população negra e de periferia, demonstrando em suas músicas a riqueza e complexidade de análises que surgem da concretude da vida.

Ao fazer ecoar pelos becos da periferia que “me ver pobre, preso ou morto já é cultural”, desde 2002 os Racionais cantam e cativam a milhares de pessoas sobre

---

<sup>92</sup> De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, letalidade policial é a taxa de mortos para cada 100 mil habitantes.

a naturalização da morte do povo negro, de modo semelhante ao que elaborou Mbembe (2016) em seu artigo Necropolítica.

Com os Racionais é possível refletir também que a farda “que pratica o mal” continuou caminhos iniciados há séculos atrás, pela busca por ouro e prata, quando imperava no país as ambições coloniais em seu modo “tradicional”. Este caminho, ainda que em partes seja o mesmo, como alerta Mbembe (2016), segue o curso com novas e adaptadas tecnologias destrutivas com novos meios de se manter.

É possível deduzir que foi principalmente com movimentos culturais que muitas pessoas da Portelinha elaboraram diálogos profícuos e intensos com as críticas postas a estes sistemas de dominação. Isto deve se relacionar com o fato de que, das mobilizações em resposta à morte do Zé até o seu enterro, a cena cultural esteve presente, nas caixinhas de som e nos coros que acompanharam os protestos, as palavras de ordem e os choros.

Frente a este triste cenário, é preciso destacar que as possibilidades de práticas políticas não estão reduzidas às tecnologias usadas para controle e violência. Na próxima seção, estão relatos sobre as mobilizações que aconteceram em decorrência e como revide à morte prematura de Eduardo Felipe, o Zé.

#### **5.1.4.1 “Se é negro e favelado, então tava de pistola”**

Na tarde do domingo de 7 de Novembro, um dia após a morte do Zé, a Comunidade se mobilizou nas vias rápidas que cruzam e dividem a Portelinha entre parte de cima e de baixo. O trânsito foi parado pelo fogo e pela corrente humana que gritava e batia panelas. Uma menininha muito nova carregava um cartaz que trazia um trecho da música da MC Carol, o exato trecho que dá nome a esta seção. Antes de seguir com relatos sobre o ato, vou fazer uma pequena regressão cronológica para contar um pouco sobre momentos anteriores:

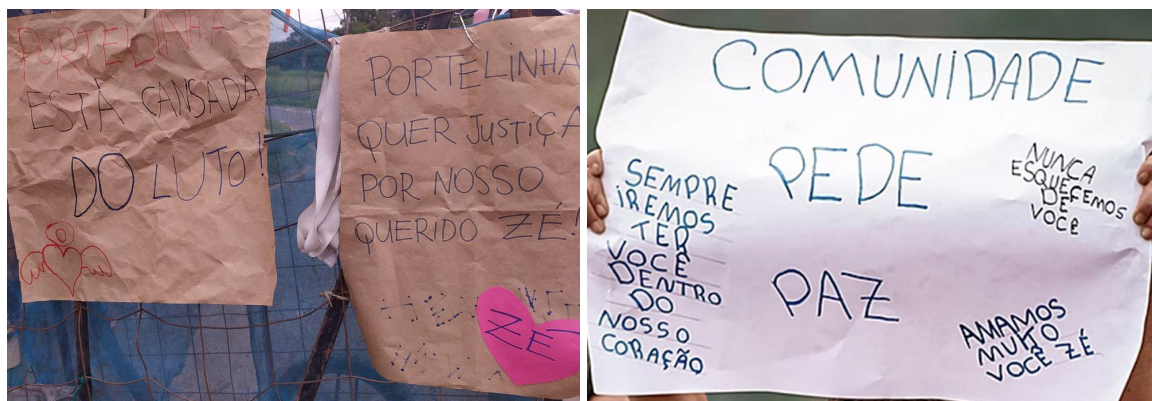
Depois do acolhimento e de mostrar solidariedade, que naquele momento compreendia em compartilhar da raiva e tristeza, passamos a trabalhar nas questões do protesto. Enquanto L. e M. ficavam anotando os nomes das pessoas que queriam a camiseta em homenagem ao Zé, eu, junto de algumas crianças - aninha, eloá, nenê e antoni, fomos até a sede (algumas várias vezes) pra pegar alguns materiais e levar até a casa da Marga, onde resolvemos fazer cartazes pro ato, pra ficar perto dela. Ficamos nesses trabalhos mais ou menos do 12h às 17h, entre muitas idas e vindas,

pegando esse ou aquele material. Algumas crianças queriam fazer os cartazes com mensagens ao Zé, desenhos e colagens. Outras, as menores, nem sei se entendiam tudo que aconteciam e pareciam querer as cartolinas que havíamos levado para desenhar aleatoriamente mesmo. O povo foi chegando, sugerindo frases, desenhos, técnicas etc. Nesse processo, houveram algumas pausas pra choros e abraços, até porque não parava de entrar e sair gente na casa. Gente triste, nervosa, indignada ou desolada. Vizinhaça, pastor, familiares. (Registro de campo, dia 07/11/21)

Neste momento narrado, busquei me colocar na situação principalmente enquanto educadora da Ciranda. Pois se o objetivo do GT é construir uma educação pautada na realidade vivida, para que incite reflexões que dialoguem com essas realidades, acompanhar o processo de luto e de luta das crianças parecia ser uma das tarefas mais importantes daquele momento.

Como está no relato de campo, eu e algumas crianças nos encarregamos de fazer os cartazes e passamos horas nos preparativos para o ato. As tarefas se dividiram entre elaborar ou resgatar frases para escrever nas cartolinas e selecionar os materiais e técnicas usadas. Isso foi feito em um fluxo de pessoas que ficavam entre a sala e o quarto da Marga, área da casa que naquele momento, ficou repleta de papéis, canetões, lápis de cor e outros materiais.

Figura 33 - Cartazes do protesto



Fonte: arquivos do MOB-PR (2021)

Enquanto os cartazes eram feitos, Marga permaneceu entre a sala e a cozinha, às vezes sentada, às vezes perambulando inquieta. No geral, recebendo as visitas e lidando com outras demandas, como a questão da liberação do corpo, o contato com o restante da família ou a encomenda das camisetas com a foto do Zé. Em certo momento, provavelmente saturada com as tarefas, Marga saiu obstinada da casa, com passo ligeiro caminhou até a rua em que Zé geralmente ficava, dizia

que precisava andar, bater perna e que sentia que caminhando pelas ruas da Comunidade encontraria com o afilhado. Por fim, após algumas insistências coletivas, permaneceu em casa até o momento do ato.

Foi em torno das 17h que as pessoas da Comunidade Portelinha seguiram até o cruzamento da rua Rezala Simão com a rua Edson D'Avila. No início do ato, havia ainda muito muito fluxo de pessoas entre a rua Irati e este cruzamento, principalmente carregando os carrinhos de reciclagem que iam e voltavam, levando os materiais que logo queimariam sobre o asfalto.

Figura 34 - Primeiro protesto pela morte do Zé



Fonte: Giorgia Prates (Brasil de Fato, 2021) - adaptada

A presença das crianças era significativa. Muitas das que estavam ali são participantes assíduas das atividades da Ciranda, o que acabou reforçando a necessidade já percebida de lidar com a situação, sobretudo enquanto educadora. Desta perspectiva, o que pude perceber durante aqueles momentos é que

as crianças aparentavam estar em êxtase. Algumas demonstravam mais medo, outras mais raiva e algumas talvez estivessem entendendo tudo como uma brincadeira, algo novo e excitante. Foi o que senti, que muitas



percebiam tudo a partir do entusiasmo da transgressão, da experiência coletiva e incomum. Não estavam exatamente cientes, ao menos não a princípio, do motivo do protesto - a perda do Zé e a violência policial. Daí percebi que algumas foram materializando o ocorrido durante o ato, aos poucos. As palavras de ordem, os gritos, choros, cartazes, o fogo e os “ômi” enfileirados a alguns metros à frente provavelmente contribuíram para isso. (Registro de campo, dia 07/11/2021)

O êxtase em que elas aparentavam estar parecia ser de fontes diversas. Em algumas, era nítido que a excitação tinha a raiva como principal motor, raiva que ardia pelas gargantas enquanto gritavam por justiça. A raiva foi traduzida em um ato com bastante radicalidade, o trânsito foi parado com objetos em fogo (porque o fogo bruto tira, mas também exige) e havia um número considerável de pessoas entoando palavras de ordem que foram, principalmente, algo como “O que é que a polícia é?! Assassina!”, “Somos pobres, não somos bandidos” e “Eduardo Felipe, presente!”.

Minutos após o ato começar, a polícia já se fazia presente e a aproximadamente um quarteirão de distância do cruzamento, estavam algumas viaturas e motos da PM. A raiva e a dor que exalavam dali, o fogo queimando, as buzinas dos carros, a fumaça, os gritos e algumas crianças que insistiam em avançar contra os policiais foram criando em mim um receio de que houvesse algum tipo de confronto. Foi em algum ponto deste momento que senti algo me puxando em movimento rápido. Era Paula (10 anos), caindo em choro.

Momentos antes, Paula não queria saber de conversar sobre o Zé ou sua morte, estava mais interessada e, na verdade, bem animada, com o feitio dos cartazes. De acordo com o registro no diário de campo:

Paula foi uma das que se manteve bem perto o tempo todo, da minha chegada até a saída, tarde da noite. Quando a encontrei, ela não queria muito falar sobre a perda e sua relação com o Zé. Demonstrou bastante interesse e animação em fazer as faixas, me acompanhar em algumas demandas, mas mantinha durante todo esse tempo uma certa distância do fato em si. Tentei respeitar os limites que eu entendi que ela estava colocando. Durante o ato, em meio ao caos, Paula me apertou e começou a chorar um choro muito doído, profundo. Eu me assustei, nunca tinha visto Paula chorar e muito menos daquele jeito. Entendi que rumo à ciência da dor e da injustiça, ela tinha dado um passo à frente.

Espera-se que os rituais de passagem e despedida sejam feitos em busca de um ambiente acolhedor, espiritualizado, calmo e tranquilo. Pra Paula e outras pessoas dali, o primeiro ritual para a passagem do Zé foi gritar em meio ao fogo e carros. É duro demais. A divisão da vida e de seus direitos não cessa nem por questões fúnebres.

A periferia morre e vive o luto de maneira peculiar. É dessa dureza que o fogo bruto trata, este ardor que queima a pele e não cicatriza direito. (Registro de campo, dia 07/11/2021)

O choro de Paula, por mais compreensível, cabível e esperado, foi marcante. Depois do ato e de ter visto as crianças passarem por tudo aquilo, tão novas, não parava de me perguntar o que é que ficaria, nelas, de tudo isso que aconteceu. A isso não existe resposta fácil, o que fica, pensei, só o tempo dirá.

Em mim, o que fica é a lição de que a educação popular e quem se propõe a construí-la mais e mais tem o papel de acompanhar os corpos sob a mira da necropolítica, a juventude periférica. Bem como o de lutar contra essa política da morte, afinal ela está precisamente contra seu projeto, sabotando-o, porque por nada ou muito pouco pode “coibir” os corpos que dão vida a ele.

Se impera a tristeza, a dor da injusta perda e do medo sentido prematuramente por quem deveria se preocupar mais em brincar, viver e aprender, esta não impera sozinha. Desponta também a resiliência prematura. Se a presença das tecnologias de destruição corroem vidas e sonhos, “o povo” também revida criando suas próprias tecnologias. Se as tecnologias de destruição contribuem na constituição das “máquinas de destruição” (DELEUZE e GUATTARI, 2010) e se como destaca Mbembe (2016), o Estado pode se transformar em uma dessas máquinas<sup>93</sup>, “os condenados da terra”, os despossuídos, a base, enfim, a periferia, como defendeu Kropotkin (2009), resgata seus meios de seguir com a vida contando, constantemente, com o apoio mútuo.

Neste sentido, é possível chamar esses mecanismos como sendo “tecnologias de sobrevivência”, ou, como canta Don L (2021), tecnologias ancestrais<sup>94</sup>. São sistemas consolidados para lidar com os ataques e dificuldades constantes, dispositivos como as festas-rituais, a co-construção de sua própria memória, a defesa da consciência e da estética periférica, as práticas de mutualidade, como os tantos mutirões que acontecem na Portelinha.

---

<sup>93</sup> Referencio uma música de Bia D’Oxum e Bê O, chamada “Máquina que gira”, na qual se ouve: “quem foi o vilão que criou essa porcaria? / Armamentos pesados mandados pra periferia [...] / Essa máquina que gira, gira, não para de girar / Há fome, há sede, não para de girar / Há medo, há tiros, não para de girar / Desde os tempos antigos e ela nunca vai parar / E ela gira, gira, gira” (D’OXUM e O, 2022)

<sup>94</sup> “As tecnologias ancestrais nós temos / Pra induzir o sonho dentro de um pesadelo / Entre um traçante e outro / Dilatar o tempo e imaginar um mundo novo” (DON L, 2021)

Neste dia, enxerguei essas tecnologias no carinho e na preocupação que algumas pessoas da vizinhança dedicaram à Marga e familiares. No esforço coletivo que viabilizou ônibus e van para levar a Comunidade ao enterro, que aconteceu em Almirante Tamandaré, cidade metropolitana. Na bela e cantante marcha que seguiu, após o segundo ato feito na Portelinha, até a rua em que Zé geralmente ficava.

O segundo ato aconteceu no dia 09 de Novembro, um dia após o enterro. Deu-se de maneira mais amena que aquele do dia 07, principalmente porque, de acordo com Dida (presidente da Associação de moradores da Portelinha), “o pessoal do condomínio reclamou da fumaça que chegou lá”. Então Dida insistiu que não houvesse fogo dessa vez.

O “pessoal do condomínio” a que Dida se referiu são algumas pessoas que moram nos condomínios próximos da Portelinha, sendo que alguns blocos fazem divisa com a Comunidade. A relação com estas pessoas se faz com muita cautela por parte de Dida, porque há um histórico de queixas que aconteceram logo no início da ocupação, pela sua própria existência, desde a liminar de reintegração de posse até o momento atual.

Enfim, o segundo ato aconteceu de forma menos radicalizada e mais rápida. Foram feitos alguns bloqueios de trânsito, gritaram-se algumas palavras de ordem, principalmente aquelas em lembrança do Zé (Eduardo Felipe: presente!) e novamente, muita música.

Figura 35 - Segundo ato em repúdio à morte do Zé



Fonte: Giorgia Prates (Brasil de Fato, 2021) - adaptada

Ao anoitecer, quase no fim do ato, a mobilização se resumiu a correntes de pessoas entrelaçadas enquanto cantavam, aos choros, acompanhando as músicas que saíam de um carro de som. Eram músicas que falavam da violência, da dor da perda, da vida periférica. Depois de certo tempo, quando as pessoas estavam visivelmente cansadas, iniciou-se a retirada do ato, que foi feito em marcha, ainda ao som de algumas músicas, algumas colocadas justamente por serem músicas queridas pelo Zé.

Em dado momento, perto da divisa do asfalto com o chão de terra, mas já nas ruas da Portelinha, por volta de 50 pessoas entoavam um clássico do funk: “Eu só quero é ser feliz / Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é / E poder me orgulhar / E ter a consciência que o pobre tem seu lugar”<sup>95</sup>. Então, quando a marcha chegou no ponto da Comunidade onde Zé esteve tantas horas vivendo, Dida anunciou: aquele trecho da rua Irati, dentro da Portelinha, passaria a se chamar rua Eduardo Felipe, de maneira semelhante à rua que foi nomeada como Cleia

<sup>95</sup> Música chamada “Rap da Felicidade” da dupla Cidinho & Doca, lançada em 1994.

Margarida Salvador, na parte de cima. Após o anúncio houve bastante comemoração, novas cantorias e gritos em homenagem ao Zé e, por fim, o som “estalou” e algumas pessoas passaram a festejar, dançar e cantar pela vida e pela diversão que Zé compartilhou com a Portelinha.

Figura 36 - Marcha após ato



Fonte: autora (2021)

Dar o nome do Zé à principal rua da Comunidade, retratá-lo e pintá-lo sobre alguns muros, materializar sua imagem sobre as paredes de madeira e conversar

sobre episódios de sua vida são algumas formas que a Portelinha encontrou para manter presente sua imagem e memória.

Meihy e Holanda (2015) atestam que a história oral é como uma necessidade de “presentificação” do passado sob formas materiais, para que experiências e situações mal resolvidas não “morram” em esquecimento. Desse modo, as manifestações memoriais em torno da imagem do Zé também tratam de presentificá-lo, não somente para manter vigente aquilo que ele representa, a alegria e as “gracinhas”, mas para lembrar também da injustiça de sua partida.

Neste sentido, com proximidade ao conceito da consciência periférica elucidado por D’Andrea (2020), segundo o qual esta se constrói das dificuldades em comum e de suas denúncias, Meihy e Holanda (2015) também apontam uma das bases da memória coletiva, que é chave importante para o entendimento de identidade:

lembrando que, para Halbwachs, a memória coletiva é marcada pela afinidade repetida de vivência comunitária de alguns dramas, é na incidência dos problemas e na busca de soluções que se evidencia o efeito da experiência comunitária. Nessa linha, lembrar é um desafio fundamental. A memória se constitui assim em artifício político-social para marcar os elementos identitários de uma comunidade. (MEIHY e HOLANDA, 2015, p. 51)

A próxima seção trata de uma expressão dessas tecnologias de sobrevivência e de memória, como colocado por Meihy e Holanda (2015), enquanto ferramenta político-social. Nela, estão relatados alguns episódios vividos por um grupo de trabalho do MOB-PR para construção de uma horta na Portelinha, que leva o nome do Zé, a “Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé pequeno”.

#### **6.1.5 A Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno**

*Um dia desses eu tava meio cabreiro,  
Sem saber o que pode me acontecer  
De não ver o fruto que eu plantei em algum janeiro  
Mas tive um relampejo de que, já estão aí  
E a gente pode ser feliz agora mesmo.  
Don L (2021)*

A Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno é um GT que foi iniciado no segundo semestre de 2021, principalmente a partir de antigos sonhos da Marga, que há anos carrega consigo o desejo de uma horta comunitária na Portelinha. Os anseios da Marga para a horta serão abordados alguns parágrafos a seguir, mas no geral, é sobre a vontade de algo bonito para a Comunidade, de facilitar o acesso a uma melhor alimentação e de um trabalho para educar as crianças, ensiná-las o que é “comida de verdade” e de onde ela vem - da terra.

Fiz alguns registros no diário de campo dos trabalhos da Horta, desde sua primeira reunião, uma fase de planejamentos e diagnósticos. Além disso, para relatá-los, lancei mão de algumas atas dos encontros, publicações em redes sociais e fotos.

A primeira reunião de planejamento da horta aconteceu no dia 31 de Outubro de 2021, era um domingo cinza e chuvoso. Para a reunião, estavam 5 militantes do MOB-PR: dona Maria, Marga, eu e mais dois militantes externos (não moradores da Portelinha). Além de nós, estavam duas pessoas externas ao Movimento e à Comunidade, naquela função que o MOB chama de “apoio”. São conhecidos do Movimento que foram procurados justamente pelos seus conhecimentos em horta, jardinagem e preparo de terra (adubagem, compostagem etc.).

Além destas 7 presenças “oficiais”, estavam também elas, as crianças que ao verem a movimentação na sede foram logo entrando e ali permaneceram. Segue trecho de um registro deste dia:

logo que chegamos, encontro com a Flavia, que vem me cumprimentar perguntando se “hoje tem Ciranda?”. Falo que hoje não teria e que tava ali por conta da reunião da horta. “Horta?!”. Ela se animou toda e demonstrou interesse e foi seguindo comigo até a sede. Quando chegamos no portão, ali estavam L., Rosa, Sofia e Helena nos esperando.

Nos cumprimentamos, mais algumas brincadeiras e então vamos entrando na sede, as crianças junto de nós e se espalhando por ali. Estavam então, de criança, Sofia, Rosa, Flavia, Bel, Igor e Hector. Enquanto eu arrumava o espaço pra reunião, Flavia pede que eu vá pedir a sua madrinha para que ela pudesse ficar lá na sede. Fomos eu, ela e Bel. Já na descida do beco, encontramos com Bial e Gabi, seus irmãos. Peço à madrinha e ela topa, assim, subimos com os irmãos de volta.

Quando chego na sede de volta, Marga já estava lá. E as crianças já estavam zanzando e procurando um entretenimento pelo espaço. Como ontem a companheira que tem conseguido ir para atividades presenciais não pôde ir e, como conduzir a atividade sozinha ficaria um tanto exaustivo, não teve Ciranda. Como eu sabia que iria também no domingo, achei

melhor poupar um pouco do meu corpo já cansado. Por conta disso, tentamos aliar as duas atividades - a reunião da horta e alguma atividade com as crianças. Isso não é algo fácil e nem sempre vantajoso, as crianças falam alto, interrompem a conversa pra pedir água, mais papel, mostrar o desenho ou o brinquedo... (Registro de campo, dia 31/10/2021)

Para o MOB-PR nem sempre é vantajoso que as crianças menores compartilhem do uso da sede durante algumas de suas reuniões, principalmente por conta das interrupções. Mas nesse dia, na primeira reunião para tratar sobre a horta, as pessoas presentes calcularam que seria possível compartilhar o ambiente com elas, desde que colocados alguns limites e com um militante que ficaria responsável em mediar e facilitar as atividades, para mitigar a possibilidade de muitas interrupções.

Neste cálculo para avaliar se o grupo manteria ou não as crianças durante a reunião, um elemento decisivo foi colocado pela Marga: “é uma beleza ver essas crianças aqui, né? Não dá vontade de tirar”. E assim foi. Então, entre uma brincadeira e outra ou um desenho e outro, ao ouvirem as confabulações sobre uma horta na Comunidade algumas crianças acabavam intervindo com perguntas ou sugestões.

A reunião começou com uma apresentação das pessoas presentes, algumas atualizações pessoais e depois, com alguns questionamentos sobre o histórico das pessoas dali com o trato com a terra. Depois, foi discutido e elencada algumas pessoas da Portelinha que seriam contatadas e convidadas a integrar o GT. Então, chegou o momento de debater os principais objetivos da horta:

[...] conversamos um pouco sobre quais os principais objetivos da horta. Eu havia listado, na preparação das pautas, alguns exemplos: cultivar temperos, ervas medicinais ou quem sabe, um tempo de qualidade e de trato com terra. Mas quando Marga foi perguntada, não citou nenhuma dessas. Ou, melhor, talvez todas, já que me pareceu que o que Marga anseia é o conjunto da obra, um trabalho comunitário, aquele coletivo e gradual que gera frutos. “Ah, eu quero assim...” e falou com encanto sobre uma horta “linda linda” que a inspira. Ela comentou várias vezes que passa lá e fica parada, olhando pro espaço, namorando e sonhando com uma assim, em sua terra. É isso que ela quer, quer algo bonito pra Portelinha. Eu senti, no momento, que antes de querer a “mistura” diária garantida pra sua família, ela quer é um bocado de boniteza pra sua comunidade.

Ainda sobre os objetivos, Marga levantou elementos frequentes em suas ações na Comunidade, a preocupação com a educação das crianças. Ela falou que espera que seja também um espaço que proporcione uma boa educação alimentar pras pequenas, lembrando que soube por agentes do postinho de saúde que os casos de anemia infantil por ali estavam em alta.



Após trazer isso, sonhamos juntas com atividades da Ciranda na horta comunitária. (Registro do diário de campo, dia 31/10/21)

Depois de algumas confabulações e encaminhamentos para o início dos trabalhos do GT, o grupo seguiu para a segunda etapa da reunião, uma espécie de “vistoria” de algumas áreas da Comunidade, para decidir o melhor local para construir a horta. Segue mais um trecho do diário de campo:

[...] visitamos 3 lugares, para depois discutirmos sobre qual deles seria o primeiro a ser trabalhado. O desejo e a expectativa é de que haja horta em mais dois, três lugares ali da Portelinha. De acordo com Marga, o primeiro seria o “carro-chefe”. Foi nesse espaço, o carro chefe, atrás do terreno de N., que as crianças acompanharam a nossa visita.

L. e C. avaliaram as questões mais técnicas enquanto o resto fazia as avaliações de natureza variada. As crianças, animadas, na chegada ao terreno se gabavam “Nossa, a gente já conhece aqui! A gente vem brincar aqui!”, expressando uma sensação de pertencimento.

Enquanto algumas conversavam sobre as frutas que gostariam que tivesse ali, durante as discussões eu ouvia Igor cobrar que fulano tinha que ajudar a plantar pra poder comer também. Depois, ele me perguntou onde estavam as mudas e se começaríamos a plantar naquele momento. Rindo, eu expliquei pra ele que o processo era um pouco demorado, o que era bom pra gente exercitar nossa paciência e que deixava a colheita ainda mais gostosa. (Registro de campo, dia 31/10/21)

Três pontos da Portelinha foram visitados. O fim deste processo de avaliação dos possíveis locais foi encerrado por conta da chuva que engrossava, fato que fez com que as crianças fossem levadas até a sede enquanto o restante do grupo terminava a vistoria. Depois de visitar os possíveis locais, o grupo retornou à sede para deliberar e encaminhar as novas tarefas. Então,

[...] ao chegar lá, as crianças estavam todas na parte interna da sede, por conta da chuva, então as interrupções e distrações estavam um pouco mais intensas, mas isso não impediu que a reunião se concluísse bem. Anotamos os próximos passos, algumas ferramentas necessárias e tiramos a data para o próximo mutirão. Marga achou uma boa ideia divulgarmos esse primeiro mutirão em toda Comunidade, no boca a boca, com panfletinhos e também no grupo do zap. Ela imaginou que assim, mais gente interessada poderia ir e que, “quanto mais gente, melhor”.

Depois disso, tomamos o chá que não conseguimos preparar no começo, já que as coisas estavam um tanto tumultuadas. Conversamos mais um tanto e os sonhos para a horta foram lá pro alto e longe. Ao redor, as crianças viviam absorvendo um pouco desses sonhos, espero eu.

Marga ainda não havia almoçado, apesar do tardar da hora, e foi pra casa se alimentar. Enquanto eu fiquei na sede com as crianças, L., L. e C. foram no carro dos meninos apanhar algumas das mudinhas que eles já haviam trazido para Marga. Uma delas, um pequeno abacateiro, foi plantada pelo

Zé naquele momento, em um espaço perto do barracão da Marga.  
(Registro de campo, dia 31/10/2021)

Este foi um momento muito importante para a história dos trabalhos deste GT e para a história da horta em si. Na tarde daquele domingo chuvoso, o Zé plantou o abacateiro no local onde está a horta, exatamente uma semana antes de partir e deixar a Comunidade entre prantos e fogo. Foi depois de sua morte que a horta passou a carregar seu nome, que junto de seu abacateiro, manterá viva a sua memória. A manutenção da memória acabou se tornando outro objetivo e função do GT e isso torna nítido que as questões políticas necessariamente atravessam os trabalhos do Movimento, visto que ele busca se enraizar junto das pessoas impelidas a superar diversos crivos sociais.

Desde a primeira reunião do GT da Horta Comunitária, aconteceram 4 mutirões que variaram entre funções de limpeza do terreno, construção de canteiros, preparo da terra e plantio. Em todos esses momentos, as crianças estavam presentes, em alguns de maneira mais assistencial, por orientação das pessoas adultas, enquanto que em outros estavam totalmente comprometidas com as tarefas dos trabalhos.

O primeiro mutirão aconteceu no dia 14 de Novembro de 2021, uma semana após a morte do Zé. Novamente em um domingo, mas desta vez de muito sol e calor. A limpeza do terreno compreendia tarefas pesadas com certo grau de risco, visto que o terreno a ser limpo continha, além de lixo, abrigo a muitos bichos que iam de aranhas às cobras. Então, enquanto algumas pessoas tratavam dessas tarefas da limpeza pesada, com os materiais da Ciranda as crianças pintaram algumas placas para adornar a horta, escritos que carregavam o seu nome ou algumas recomendações para seu uso, levantadas e discutidas entre elas, com mediação das outras pessoas ali presentes.

Figura 37 - Mutirão da Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno



Fonte: arquivos MOB-PR (2021)

Figura 38 - Mutirão da Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno



Fonte: arquivos MOB-PR (2021)

O dia estava lindo, o céu azul, o sol reinando e todo mundo animado para o trabalho. Mas a lida foi dura e ao longo dela começaram a surgir muitas pedras no meio do caminho e uma necessidade de se fazer desvios. A começar, o terreno onde o grupo iniciou os trabalhos já não era o primeiro terreno escolhido para tal, naquela reunião do dia 31 de Outubro. No dia do primeiro mutirão, Marga foi informada que aquele terreno escolhido, por mais que tivesse sido disponibilizado para uso comunitário, na verdade passaria a abrigar uma horta particular.

Foi então que já no primeiro mutirão, no dia 14 de Novembro, o GT passou a projetar suas metas e a trabalhar em um terreno que era a segunda opção, segundo a avaliação feita dias antes, no domingo da primeira reunião. Neste novo terreno, foram muitas horas de limpeza de uma área que depois o GT descobriu tratar de um verdadeiro lamaceiro, o que certamente impossibilitaria que qualquer tipo de cultura ali vingasse. Foi um domingo inteiro de trabalho pesado embaixo de sol forte, para que então o grupo de trabalho percebesse que a escolha do local não tinha sido acertada, e que por isso seria necessário, novamente, novo planejamento.

A recém perda do Zé, a frustração de saber do descumprimento do acordo com relação ao primeiro terreno escolhido, com a individualidade que se sobrepôs à prática comunitária e, por fim, o terreno-lama - tudo isso abalou a incipiente caminhada do GT. Mas não o suficiente para desanimar os trabalhos. Uma publicação em rede social do MOB-PR traduz um pouco dos significados dados pelo grupo a estes acontecimentos:

Começamos o trabalho pela manhã, limpando o terreno, que por motivos variados já era o terreno do plano B e não do plano A. Limpamos, limpamos, limpamos... No meio do caminho surgiram mais braços pra somar no trabalho, que não era leve. Mas também se somaram alguns imprevistos, os "B.Os". E vinham mais e mais. Num ponto em que, depois de um dia inteiro de trabalho, tivemos que mudar a rota e partir pro plano C, que ainda terá de ser melhor construído...

Mesmo com a frustração e cansaço físico, tentamos não pensar em tudo isso como trabalho perdido. Foi aprendizado (por mais clichê que isso possa parecer). Foram momentos de muita discussão, de troca e argumentos, momentos em que novas pessoas entraram no projeto e esperamos, pra ficar.

Assim é o trabalho de base, aquele que propomos fazer, junto das pessoas que carregam a sociedade nas costas, das pessoas das periferias desse mundão. É tentativa, é trabalho contínuo, por vezes tão difícil... É errar muito, mas continuar tentando, porque tão importante quanto dar certo, é o tentar junto, pensar junto, sonhar junto... É difícil mas tem também muita boniteza envolvida. Tem abraço gostoso, criança feliz, comida boa, animação... Tem comunhão e isso faz a luta ter sentido. (MOB, 2021)

Tendo experienciado aquele momento, avalio que a frustração não teve vazão principalmente porque o trabalho contou com várias participações, do início ao fim e através delas, foram muitos planos, análises e encaminhamentos. Tudo isso, de certa forma, aproxima o Movimento a um de seus objetivos mais caros, de se firmar na Portelinha e na vida que ali existe. Além das pessoas do GT da Horta, ou seja, Marga, dona Maria, eu, dois militantes externos e dois apoios externos, somaram-se ao mutirão mais 4 moradores, que até os dias atuais seguem com proximidade aos trabalhos.

Além disso, como já foi dito, entre o trabalho de limpeza estavam as crianças brincando e pintando as placas, escrevendo e lembrando sobre o Zé, o que não passou despercebido por Marga. Durante os trabalhos, aproximamos o contato com um grande amigo do Zé, rapaz de sua faixa etária que demonstrou ter seus próprios projetos de espaços comunitários, que compartilhou conosco.

Não posso deixar de mencionar uma consideração pessoal sobre elementos que não permitiram que os imprevistos tenham provocado mais dissabores aos trabalhos, ainda que eu mesma desconfie (sem qualquer confirmação) que possa ser de fato uma avaliação geral: o farto almoço preparado por Marga e suas familiares. Entre um turno de trabalho e outro, esse banquete reuniu toda a gente em volta da mesa, que se alimentava, conversava e brincava com as pequenas.

Fotografia 9 - Almoço do primeiro mutirão da Horta Comunitária



Fonte: autora (2021)

Foi no segundo turno do trabalho, quando a tarde já chegava ao fim, que o grupo percebeu que o terreno limpo naquele dia não permitiria o crescimento de uma boa horta. Então o GT seguiu até o terreno que representava a terceira opção

(de três terrenos visitados). Por acaso, era onde estava o abacateiro plantado pelo Zé, naquele domingo chuvoso, 31 de Outubro. Uma nova avaliação foi feita, seguida de alguns encaminhamentos que definiram os próximos passos, dos quais o primeiro foi de que o próximo mutirão seria para capinar e limpar o espaço e definir o local dos canteiros.

O segundo mutirão aconteceu no dia 21 de Novembro e teve duas frentes de trabalho. Uma era composta pelas pessoas que faziam a limpeza do terreno e delimitação dos canteiros. A outra era a frente do trabalho que a Ciranda propôs, lá na sede do MOB-PR, de fazer a sementeira de algumas mudas que em algumas semanas foram plantadas na horta, pelas crianças.

Uma das educadoras da Ciranda, que é professora de Ciências da rede básica de ensino, conversou com as crianças sobre o desenvolvimento das sementes, algumas de suas necessidades como água e luz. Enquanto ela expunha algumas informações, as crianças decidiam pelas sementes que plantariam e criavam uma ficha de acompanhamento da semente plantada, sob constantes lembretes de que, se tudo desse certo, as sementes vingariam, seriam transferidas à Horta Comunitária Eduardo Felipe - Zé Pequeno e tomariam forma de mudas, flores e frutos.

Figura 39 - Limpeza de terreno e sementeira como atividade da Ciranda



Fonte: arquivos do MOB-PR (2021)

As mudas semeadas ficaram em uma sementeira na parte externa da sede do MOB-PR, sob responsabilidade das crianças que iam até o local para aguar-las. Foram plantadas sementes de rabanete, diferentes tipos de milho, abóbora, pepino e

melancia. As sementes que conseguiram resistir à estiagem e às altas temperaturas em que se encontrava a cidade naquelas semanas, conforme o combinado, foram plantadas na horta pelas crianças, no mutirão do dia 5 de Dezembro.

Assim como o primeiro mutirão que terminou em um grande lamaceiro, a sementeira como atividade da Ciranda e enquanto frente de trabalho também contou com obstáculos, mudanças de rota e certa frustração. Concretizar a proposta não foi tão fácil quanto o GT imaginou e nem tudo correu exatamente como o esperado. O GT avaliou que a exaltação das crianças e o número reduzido de educadoras (eram duas) tornou a mediação da proposta muito trabalhosa e desgastante. As fichas que foram feitas pelas crianças, teoricamente para que elas pudessem registrar o acompanhamento das mudas, não cumpriu a função para a qual foi planejada.

Além disso, muitas das mudas semeadas durante essa atividade, antes de crescerem, estorricaram. Em partes, porque o tempo estava realmente muito seco e muitas casas passaram dias sem receber água, às vezes semanas, então a água que chegou na Comunidade naquelas semanas muitas vezes não foi suficiente para o básico, quiçá para vingar as mudas. Mas a Ciranda também avaliou que, em partes, algumas mudas não cresceram porque nem todas as crianças estavam preparadas para tomar a responsabilidade de mantê-las úmidas, o que é bastante compreensível, ainda que isto não tivesse sido deliberadamente previsto.

Dia 5 de Dezembro foi o dia do penúltimo mutirão do ano, dia em que os canteiros já organizados receberam uma terra preparada, feita e trazida pelos companheiros externos, “apoios”. Além disso, o GT da Horta Comunitária trabalhou em mais alguns toques finais: cobertura do solo com a mamona, para aproveitar os nutrientes que ela pode oferecer à terra e também alguns afagos feitos no espaço em que segue crescendo o abacateiro plantado pelo Zé. Depois, enfim, a terra recebeu as mudas que as crianças haviam semeado semanas antes, sendo a grande maioria mudas de milho.



Fotografia 10 - Abacateiro plantado pelo Zé



Fonte: autora (2021)

Os mutirões feitos começavam sempre pela manhã e terminavam, no geral, no meio ou fim da tarde. Como os dias estavam muito quentes e secos mas principalmente pela quantidade de mosquitos que insistiam em picar qualquer pessoa que estivesse naquele espaço, poucas crianças conseguiram resistir até o momento do plantio. Foram sete crianças que, ao conseguirem aguentar as condicionantes climáticas até aproximadamente 17h, colocaram sobre a terra, com muito carinho, aqueles frutos “por-vir”.

Neste momento, houve o incentivo de que ao plantar a muda no canteiro, as crianças pensassem no Zé - alguma de suas características, algum desejo para ele

ou alguma lembrança da pessoa que deu vida ao nome que hoje o trabalho procura memorizar. Sem necessidade de verbalizar, mas aparentemente muito atentas ao que estava sendo feito naquele momento (até as picadas de “porvinha” ficaram em segundo plano), as sete crianças, muito delicadamente, assentaram as mudas e as cobriram de terra.

Figura 40 - Plantio das mudas semeadas durante atividade da Ciranda



Fonte: arquivos do MOB-PR (2021)

O último mutirão feito em 2021, no dia 11 de Dezembro, foi para o plantio de outras mudas que até o momento em que escrevo estas linhas, renderam belos pés de couve, brócolis, “peixinho”, rúcula, pepino, tomate e berinjela. Além disso, estão lá algumas ervas como manjericão, alecrim e boldo. Um pé de pitaya, perto do abacateiro do Zé e de alguns pés de bananeira.

A beleza de uma horta comunitária e do alimento que surge da terra a partir do trabalho coletivo não chega ao grupo desacompanhada. Junto dela estão muitos erros, desencontros e tentativas frustradas. No início do ano de 2022, após mais de um mês sem algum mutirão para limpeza do terreno da horta, o mato, o capim e as pragas insistem em crescer sobre o que foi carinhosamente plantado, tentando dominar os canteiros que foram arduamente carpidos. Segundo as palavras de Marga “os milhos tão grande, bonitos, crescendo bem bonitos. A couve também tá bonita... Pegou! Tudo que a gente plantou, pegou. A única coisa que acontece é que... O mato tá tomando conta da nossa horta!”.

O mato que “toma conta da horta” lembrou ao grupo que a dinâmica das demandas que atravessam o Movimento seguem seu próprio ritmo e às vezes este

ritmo ultrapassa o caminhar do grupo. No caso da horta, os andar das demandas seguem a ordem da vida (das pragas) e a velocidade pode surpreender. Certamente as chuvas curitibanas da virada de ano contribuíram para que o mato tenha crescido desenfreadamente, convocando assim um novo mutirão que foi marcado às pressas. Além disso, urge a necessidade de que o GT da Horta Comunitária tenha mais aderência de outras pessoas da Portelinha, para além do núcleo familiar e próximo de Marga, tanto para livrá-la de qualquer possibilidade de sobrecarga como para, de fato, dar o sentido comunitário à proposta.

Encerrando esta narração sobre a Horta Comunitária Eduardo Felipe, concluo que a beleza destes trabalhos, mesmo diante de algumas “feiuras”, está principalmente no que Peloso (2009) apontou ser

A fé na vida, o amor pelo povo, o sonho da liberdade e a fraternidade universal formam a força interior que impulsiona o militante, principalmente nos momentos da dor, da dúvida e das derrotas. Mas, [a alma do trabalho de base] está presente na alegria de viver, na disposição para a luta, na esperança sem ilusões, no canto, nos símbolos, na beleza do ambiente, nas celebrações e, sobretudo, no companheirismo. (PELOSO, 2009, p. 41)

Nesta jornada, a fé na vida, o amor, o sonho e a fraternidade se representam através da imagem do fogo brando. Ouso dizer que os trabalhos e dinâmicas do MOB-PR estão todos construídos sobre a busca por promover e cativar a esse entendimento de felicidade, que só é alcançada quando compartilhada e, por assim ser, de certa maneira é um sentimento dependente da coletividade. Como a alegria própria que depende da alegria de outrem, nos termos do que Kropotkin (2009) fundamentou a presença insistente do apoio mútuo. Também de modo semelhante ao que Bakunin entendeu por liberdade, que em sua forma individual depende de sua expressão coletiva:

Só serei verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, forem igualmente livres, de modo que quanto mais numerosos forem os homens livres que me rodeiam e quanto mais profunda e maior for a sua liberdade, tanto mais vasta, mais profunda e maior será a minha liberdade.

Eu só posso considerar-me completamente livre quando a minha liberdade ou, o que é a mesma coisa quando a minha dignidade de homem, o meu direito humano refletidos pela consciência igualmente livre de todos, me forem confirmados pelo assentimento de todos. A minha liberdade pessoal, assim confirmada pela liberdade de todos, estende-se até o infinito. (BAKUNIN, 1975, p. 22-23)

Como o apoio mútuo de Kropotkin (2009) e a liberdade de Bakunin (1975), os trabalhos relatados nesta seção buscaram contribuir com o entendimento de que a busca pela soberania da base social só se efetivará com o trabalho coletivo. Portanto, a construção da soberania depende de dinâmicas de fraternidade e os meios utilizados têm o horizonte sonhado (o “fim”) como referência.

Neste exercício de coletividade proposto, a construção se sustenta por relações, seja entre indivíduos, seja entre diferentes grupos de trabalho, entre diferentes esferas da sociedade, entre educação e política, política e cultura e por aí além. Novamente, recorro ao anúncio de que “ninguém está só no mundo” (FREIRE, 19--), porque todos estamos com ele.

Nota-se, com as experiências aqui descritas, que se a vida sonhada por quem trabalha pela perspectiva da tradição popular encontra-se ainda distante da realidade da base e, se essa realidade abarca uma complexa relação de sistemas, mesmo que os meios usados para esse trabalho-luta busque referência no próprio horizonte, não estará livre das contingências determinadas por aquilo que não controla, ou pior, exatamente pelas noções que contesta.

Em outras palavras, o caminho não é simples, linear ou tranquilo. Na busca pela soberania, pela fraternidade e pela vida digna, cruzarão ainda muitos caminhos atravessados pela soberania da violência, da noção individualizada e das amarras.

Estas observações não se esgotam em puro pessimismo - “falo assim sem tristeza, falo por acreditar”. O que gostaria de defender e destacar é que nestas veredas dos trabalhos-luta onde os meios buscam adequar-se aos fins, há vantagem em se antecipar aos duros acasos que podem surgir pelos caminhos, aliás, que certamente o farão. Eles podem ter a forma de ruas sem saída, pedras pelo caminho, cercas farpadas, lamaceiros ou pragas e ervas-daninha. Mas podem ter forma indefinida ou mesmo amigável, trazendo ao processo algumas contradições. Por isso, parece ser importante não render as análises aos simplismos e romantismos, que podem rondar os sonhos de mudanças.

Ao evitar reduções atraentes, tem-se a vantagem de evitar o gosto amargo que surge quando a beleza do ideal é confrontada com a frustração do concreto. Por fim, outra vantagem é que há, na ciência deliberada das dificuldades, o incentivo à busca por maneiras coletivas para se encontrar os atalhos, as pontes, fugas ou recomeços necessários. O exercício de construir junto a outras pessoas, por sua

vez, é um trato que pode desmanchar alguns “mal-feitiços” característicos da sociedade individualista, como o personalismo e o autoritarismo convictamente refutados pelo trabalho de base. Assim, contribui para consolidar o princípio de que o saber e o fazer coletivo podem ser muito mais qualificados do que o saber e o fazer individualizado.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA JORNADA E ALGUMAS NOTAS SOBRE O FOGO

*Fora do fogo,  
não há saída:  
porque fugir  
é a pior maneira de ficar.  
Teus escuros  
e falsamente apodrecidos  
pedaços  
envenenarão os abutres:  
isso ainda é lutar.  
Fora da luta,  
não há descanso merecido  
não existe despertar.  
(Alberto Cunha de Melo, 2017)*

No início da jornada, as perguntas de pesquisa eram sobre aspectos em torno da habitação e da territorialização sob a lógica da ocupação, para a partir disso questionar sobre possíveis contribuições que os trabalhos de base e de educação popular podem ter neste contexto. Em suma, refletir sobre os potenciais e limitações destes trabalhos, por exemplo junto ao processo de consolidar território e moradia. Ao fim desta etapa da pesquisa, ficaram destacadas certas noções sobre esses trabalhos - os “trabalhos-luta” - entendidos como parte de uma tradição popular de reivindicação por direitos e por um bem viver.

As considerações finais da pesquisa estão aqui apontadas através de três grupos. O **primeiro grupo** diz sobre aquilo que entendo enquanto potências destes trabalhos-luta, como possíveis respostas às perguntas “o *que* podem estes trabalhos?” e “*como* o podem?”. São apontamentos sobre características consolidadas a partir de seus princípios políticos reforçados ao longo dos anos de sua tradição - em geral, dizem respeito à importância de suas premissas epistemológicas e de seus meios de ação política concreta, aquilo que parece ser uma essência a ser preservada.

O **segundo grupo** traz algumas notas sobre o que entendo serem tarefas que estes trabalhos-lutas devem atentar em cumprir, exercícios propostos a partir de algumas análises daquilo que pode vir a ser uma limitação de sua prática *ideal*. Por fim, o **terceiro grupo** é o de contribuições significativas destes trabalhos-luta aos movimentos populares, que por sua vez também estão colocadas em três

subgrupos: contribuição por meio de i. uma educação para a sensibilidade e auto-organização; ii. uma educação para construção de memória política e sistematização de saberes locais; e iii. uma construção coletiva de “momentos outros”.

Todas essas contribuições são entendidas como parte das tecnologias de sobrevivência (da qual escrevi na seção 6.1.4): sistemas consolidados para lidar com os ataques e dificuldades constantes - dispositivos como festas-rituais, co-construção de sua própria memória, a defesa da consciência e da estética periférica, práticas de mutualidade (como os mutirões que acontecem na Portelinha). Essas diferentes tecnologias de sobrevivência têm, implícitas em si mesmas, a presença das dinâmicas dos fogos e portanto todas contribuem com a consolidação da ciência do fogo (ciência da qual os trabalhos-luta devem mais e mais se apropriar). É por isto que ora ou outra, nestas considerações, estarão também algumas notas sobre o fogo.

\*\*\*

Pois bem, afinal *o que* podem estes trabalhos-lutas? A este ponto é nítido que há nestes trabalhos uma formulação epistemológica potente e complexa, ao mesmo tempo que acessível e democrática. Antes de mais nada, é preciso dizer que foi possível concluir que o trabalho de base é a própria educação popular aplicada, colocada em ação e movimento. Não há trabalho de base que não gere processos educativos e, se há educação popular sendo feita fora da perspectiva do trabalho de base, do trabalho rotineiro e ombro a ombro, trata-se de uma educação feita *para* a base, mas não *por* ela, e, portanto, não se situa na tradição popular referida neste trabalho.

Isto se demonstra na medida em que é fácil perceber que ao longo de reuniões organizativas e assembleias comunitárias da Portelinha, pautadas em formular ações reivindicativas no que tange à moradia digna foram consolidados, multiplicados e compartilhados determinados meios e estratégias entendidos como mais ou menos eficazes no contexto local. A educação que surge neste processo acontece através de análises e debates sobre, por exemplo, as melhores maneiras para alcançar uma boa adesão comunitária nas reuniões ou, para citar só mais um exemplo, na apreensão de como se fazer ouvir durante manifestações - onde fazer, qual palavra de ordem usar, a quem dirigir a cobrança, quais ferramentas utilizar,

etc. Das tentativas, erros e acertos dos trabalhos-luta feitos de modo coletivo, frequente e horizontal surgem novos conhecimentos e saberes. Assim, o trabalho-luta educa para o saber-fazer, para o saber-refletir e, enfim, para o saber-mudar.

Cabe ao projeto educativo popular contribuir para o enraizamento desses saberes no terreno do trabalho, para que cresçam e se multipliquem, através de propostas político-pedagógicas que os compreendam e os coloquem em relação à realidade das pessoas envolvidas. Neste sentido, uma função da educação popular pode ser traduzida como a de uma tecelã, que costura uma grande rede na medida em que busca alinhar saberes adquiridos através dos trabalhos populares, mantendo-os unidos e em constante crescimento.

Se a educação popular é ensejada nos propósitos desta tradição popular de luta por direitos, é provável que organicamente as atividades educativas (falando aqui em termos especificamente pedagógicos) farão diálogos com outras frentes de atuação do trabalho de base. Como foi, por exemplo, com crianças e adolescentes da Ciranda que de maneira muito espontânea construíram relações diretas com outros grupos de trabalho do Movimento, a exemplo da Horta Comunitária Eduardo Felipe. Neste sentido, fica evidente que o trabalho de base necessita da educação popular assim como a educação popular necessita do trabalho de base para se firmar, crescer e demonstrar-se mais e mais concretamente na vida e realidade do contexto. Ambos trabalhos são complementares.

Resulta disto que incontestavelmente a educação popular nunca trata “somente de educação”. No sentido de que não se resume de maneira alguma à didática ou simples assimilação de conteúdos e mesmo princípios. Aliás, do local de onde é feita esta jornada não se avista possibilidade de que qualquer processo educativo possa ser abreviado a uma noção reduzida, ao mesmo tempo que conteudista, de educação.

Como procurei relatar neste trabalho, os processos educativos populares estão sempre em relação com práticas e determinantes sociais, com outras dinâmicas da vida presentes em cada pessoa envolvida no processo. Entendo que um diferencial da educação popular é justamente de abordar essas diferentes determinantes sociais, designá-las de maneira mais explícita e deliberada na rotina educativa, ainda que muitas vezes de modo lúdico. Esta postura contrasta com



certas correntes pedagógicas que buscam mimetizar os marcadores de diferença em conteúdos que demonstram estruturas supostamente equivalentes e homogêneas, ou ainda, “diversas”. Se estruturas de opressão e desigualdades sociais são pautas constantes e básicas da educação popular, parece-me que isso é o suficiente para demonstrar sua politicidade e como Freire (2021) nos disse, a educação é política assim como a política é educativa.

A relação intrínseca entre educação popular e trabalho de base é um dos princípios da tradição popular de luta e assim oferece, através de sua prática, possibilidades de superar (ou ao menos diminuir) a distância tantas vezes percebida entre o saber-fazer e o saber-teorizar. Pouco valem teorizações estritamente abstratas nos momentos da lida feita no chão de terra, ombro a ombro, sob sol e sob chuva; assim como de pouco adianta o trabalho duro feito de maneira isolada, sem discussões ou projeções, sem reflexões e sem sonhos. O que vale mesmo é a união entre teoria e trabalho prático e concreto, em outras palavras, como há anos expressa esta tradição popular de luta, o que de fato interessa é a práxis de sua proposta.

Outra virtude que a tradição popular oferece é que quando diferentes saberes dialogam entre si, contribuem com a consolidação de perspectivas epistemológicas contra-hegemônicas e pluralistas, enfim, de outras perspectivas de conhecimento para além do paradigma da ciência moderna. Qualificar e legitimar a epistemologia da tradição popular é ao mesmo tempo reconhecer os conhecimentos nascidos nas lutas sociais e colocá-los em pé de igualdade (nas relações de força/poder) com matrizes de conhecimentos hegemônicos, para então aproveitar o que resulta dessas interações, que podem gerar antagonismos e conflitos (contrastes que nos possibilitam compreender melhor certos tópicos) e talvez, complementaridades (que enriquecem o processo). Com sorte, resultarão disto algumas confabulações potencializadas pela diversidade de características, ou ainda, respostas mais assertivas a questões e problemáticas que podem ser (e quase sempre são) complexas e multidimensionais.

É neste sentido que destaco a contribuição da tradição popular à busca por uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009), conceito que foi explorado ao longo do trabalho e que tem, na sua base, algumas discussões que se relacionam a outras presentes nos estudos do campo interdisciplinar “Ciência, Tecnologia e Sociedade”

(CTS). Ambas propostas contestam a hegemonia e a suposta neutralidade política atribuídas à Ciência e Tecnologia.

A tradição popular de luta trabalha para uma ecologia de saberes na medida em que não recusa o saber científico, mas também se constitui por conhecimentos e tradições vindas, por exemplo, da religião e da cultura popular. Assim, de modo plural, foi constituído o conhecimento político popular no Brasil e América Latina, suscitados pela necessidade de reivindicação por condições dignas de vida.

Desta relação entre diferentes fontes epistemológicas surge um fruto, que deve gerar novos frutos semelhantes: gerados a partir de saberes diversos e que se legitimam a partir de seu poder de intervenção social, ou seja, não se atestam enquanto conhecimento somente a partir do saber-teorizar, mas a partir do saber-fazer e saber-mudar. Tornando-se além de conhecimento, uma *prática* de conhecimento em busca de mudança.

A educação popular e o trabalho de base são terrenos férteis para semear os frutos desta ecologia de saberes e possibilitar a ampliação e promoção dos debates do campo CTS, principalmente porque todos têm proximidade e complementaridade de seus princípios éticos, políticos e epistemológicos. A articulação destes debates feita pelos trabalhos-luta ensejados nesta tradição popular é uma de suas potencialidades, na medida em que eles têm a relevância de defender uma democratização do conhecimento, que é também uma democratização do poder político.

Para além dos aspectos políticos e epistemológicos da tradição popular de luta, gostaria também de frisar algumas constatações quanto à sua organização e dinâmica, ensaios de respostas à pergunta “*Como podem fazer o que podem?*”. A primeira observação que faço sobre as possibilidades reais e concretas sobre a prática destes trabalhos é que, para alcançar um dos objetivos primeiros desta tradição popular de luta por direitos, o de criar raízes junto à vida da base social, urge a necessidade de manter certo ritmo que pressupõe, antes de mais nada, presença e frequência. Nada disso é novidade para movimentos sociais que atuam pela perspectiva de base, mas parece nunca ser exagero destacar a importância desta chave do trabalho.

Assim como ocorre no blues antropológico (DA MATTA, 1978), o trabalho de base ganha força a cada batida - a cada diálogo, a cada episódio vivido em coletivo,

a cada memória compartilhada. Só em cadência vibrante a raiz deste propósito pode alcançar a profundidade que, por exemplo, tinham as raízes da antiga árvore do quintal da Marga, que mesmo soterradas, mantiveram o fogo queimando por dias no terreno.

Para que o trabalho consiga se enraizar, é nítida a importância de se conhecer o terreno onde se propõe o trabalho. Saber de suas condições, onde estão as cercas, os conflitos, as trilhas possíveis, os caminhos a se evitar e, quem sabe, alguns atalhos. “Conhecer o terreno” diz respeito a saber do chão em que se pisa, literalmente, mas também conhecer o grupo com quem se constrói o trabalho, em suas particularidades. Vai das condições mais materiais às mais subjetivas e, a estas últimas, poucos instrumentos são tão potentes quanto o diálogo, ao menos aquele feito de maneira interessada, ativa e atenta.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber novas nuances das diferenças nas qualidades das trocas pessoais, de acordo com o espaço em que se dá a interação. Parece-me que todos têm sua importância no trabalho e por isso se complementam: as trocas durante a reunião, o mutirão, a conversa que acompanha o café da tarde, a fofoca, as festinhas das crianças, as conversas embaixo da sombra da árvore e também aquelas visitas ligeiras. Em cada um deles é possível conhecer “novas partes” da pessoa com quem se compartilha os trabalhos e sonhos, apreender aspectos outros que condicionam comportamentos e que nem sempre se apresentam nas reuniões ou nas atividades “oficiais” dos trabalhos.

Para conhecer o terreno, obviamente é preciso estar nele. Mas estar com os pés firmes, o coração aberto e olhos atentos, pois é dali que se perceberá e se construirá novos saberes. Frei Betto (2006) já disse: a cabeça pensa onde os pés estão. Neste sentido foi possível concluir que o conhecimento *está e se constrói* em relação à terra em que se vive o trabalho, no terreno em que se faz a luta. Em outras palavras, a jornada termina este ciclo com o entendimento de que conhecimento surge da relação entre ação e reflexão e o contexto das duas primeiras. Entre corpo, mente e o terreno que os abriga.

\*\*\*

Ao considerar o corpo enquanto uma unidade do processo de construção de conhecimentos e de política surge uma questão: a dimensão individual do conjunto, que se desdobra no lembrete de que o conhecimento coletivo passa pelo nível

peçoal. Por isso, ao longo dos trabalhos-luta, parece interessante questionar: o que sente determinado coração e pés ao pisar no terreno do trabalho? E a partir desses sentimentos, o que constrói em termos de conhecimentos? Ou, colocado de outra maneira, como se relacionam os significados dados individualmente ao contexto com os conhecimentos gerados?

Obter respostas a essas questões podem demandar outras jornadas e, por ora, parecem depender de muitas variáveis. Para citar somente algumas delas, a raça e o gênero que classificam estes corpos ou sobre qual espaço da cidade estes pés alcançaram para morar. Acredito que uma atual tarefa dos trabalhos-luta é que sua tradição teórico-política seja colocada constantemente em diálogo com debates mais contemporâneos, debates que são nos dias atuais colocados em relação à concretude da vida política de modo mais frequente, alguns também de modo mais amplamente aprofundados. Falo aqui de conjugar à tradição debates tantas vezes colocados como implícitos ou compreendidos às questões de classe, mas que hoje já são, em geral, percebidos enquanto marcadores da diferença que carecem de análises e propostas/interferências próprias - questões de raça, expressão de gênero, sexualidade, pessoas com deficiência, questões etárias, etc.

Obviamente não há qualquer fórmula que forneça resposta absoluta aos questionamentos sobre como as pessoas podem significar as diferentes dinâmicas compreendidas nos trabalhos-luta. Há, no entanto, segurança em afirmar que existem muitas particularidades nas relações construídas entre os corpos periféricos (em geral, não-brancos) e o contexto em que vivem, no sentido de que bairros nobres não suscitam as mesmas experiências e conhecimentos que um pedaço de chão na Portelinha. Assim como dentro da periferia, a cada fenômeno presente, diferentes corpos constroem relações e significados distintos.

Assim, sem resposta às questões sobre as ordens de níveis pessoais e subjetivas, deve permanecer durante os trabalhos políticos a atenção e o cuidado para que seja possível manter um programa político em comum, com a força de pautas e demandas compartilhadas que seja também capaz de compreender e respeitar as especificidades individuais presentes no grupo, inclusive para permitir a essas especificidades um ambiente de respeito e acolhimento.

Reportando-se às particularidades presentes no grupo, o trabalho de base comunitário feito em locais periféricos deve contribuir à consolidação do termo

periferia (ou de seus equivalentes) enquanto tradução de ambiente complexo e heterogêneo, mas com um papel em comum manifesto em sua própria existência: de denúncia das violentas desigualdades e de expressão de uma potência criadora. Enquanto a periferia faz suas denúncias rotineiras, invisibilizadas ainda que gritantes, ela se mantém no limite da vida arranjando-se com os meios possíveis, erguendo modos de seguir com a vida, a partir de elementos variados que ganham formas adaptadas. Concomitante a isso tudo, a realidade periférica ainda promove a comprovação de conceitos como o apoio mútuo, que nela se materializa em carne e osso.

Às alternativas para cessar este “viver sempre sobre os limites”, outra tarefa que se demonstra importante aos trabalhos-luta é de atentar à questão territorial. Cabe lembrar que esta pesquisa trabalhou com a noção de território em uma acepção primeiramente qualitativa, construída da relação dialógica entre o trabalho social e o trabalho da natureza. O território, neste relatório, foi designado a partir de critérios para “além da cerca” e do jogo de mercado. Idealmente seria sob esta designação que a questão da habitação, por exemplo na regularização da Comunidade Portelinha, seria tratada e planejada. Mas o que se percebeu ao fim da jornada é que no processo de regularização fundiária, os termos compreendidos pelo órgão responsável (COHAB-CT) e pela Prefeitura Municipal são diferentes.

Quando o território é entendido nestes termos qualitativos e em relação a análises das estruturas sociais, sucede a noção de que a luta pela regularização fundiária nem sempre equivale à luta pela territorialização. A primeira, como no caso da Portelinha, pode seguir procedimentos e protocolos atravessados pela visão mercadológica da “cidade corporativa” (SANTOS, 2011). Com uma lentidão que parece ser programada e com o respaldo de órgãos públicos responsáveis às questões de habitação (ou mistos, no caso da COHAB-CT), frente ao caminho rumo à regularização ou à territorialização da Comunidade está a especulação imobiliária, tal como cercas que impedem a passagem.

Isto demonstra a necessidade de que os trabalhos-luta sejam construídos também a partir de reivindicações territoriais bem discutidas e elaboradas, principalmente considerando que as constantes migrações que o jogo especulativo da cidade impõe à base social interrompem processos muito caros aos trabalhos,

como o enraizamento no local e a construção de conhecimentos importantes a suas premissas políticas.

Em níveis individuais e familiares as migrações provocam danos como o afastamento de vínculos importantes - da vizinhança, de amigos ou de compadrio. Afetam também níveis comunitários, porque elos e ciclos do saber local se partem e, com isso, o conhecimento ali construído presente na vida e na memória individual e familiar, quando se encontra novamente em retirada, pode acabar se dissipando. A cada migração forçada pela cidade corporativa surge uma lacuna na memória coletiva do local e assim se coloca o que Bosi (1987) apontou como uma das mais cruéis expressões da opressão econômica, a espoliação das lembranças e o furto do direito de sedimentar um passado.

A Portelinha tem práticas de conhecimentos próprias, algumas destas construídas a partir dos movimentos e lutas que teve que travar ao reivindicar a regularização do terreno e condições básicas de vida digna. A sede do MOB-PR também propiciou e demonstra preservar (em suas paredes cheias de fotos e lembretes, por exemplo) alguns conhecimentos particulares, como aqueles relatados ao longo da dissertação, que dizem respeito à sociabilidade e à organização do espaço, temas de muitas atividades da Ciranda.

Estas lembranças, esta memória e estas práticas de conhecimento locais são preservadas na medida em que há segurança habitacional e territorial, que preserva a permanência e coesão comunitária. É segundo este raciocínio que se justifica a importância da tarefa aos trabalhos-luta: que se instrumentalizem e se apropriem da luta por terra e território.

\*\*\*

Já foi dito que considero que para qualquer proposta de trabalho de base (que compreenda ou não a busca pela territorialização como pauta prioritária), certa sabedoria é mais que necessária: o "saber lidar com o fogo". Neste saber estão conhecimentos que exercitam a lida com as chamas que inevitavelmente surgem ou são lançadas à periferia. O trabalho feito em relação ou por consequência destas chamas gera um processo educativo complexo, a nível local e de ordem bastante prática. Das significativas contribuições percebidas, daquilo que os trabalhos-luta podem somar aos movimentos populares de luta por direitos, esta será a primeira a

ser exposta: uma educação para a sensibilidade e para a auto-organização, que gosto também de entender como uma educação *para* a ciência do fogo.

Ao longo da pesquisa foi possível refletir sobre as atividades da Ciranda e assim percebê-las enquanto um espaço-tempo de incentivo às relações de apoio mútuo, de crítica contestatória à individualização e monetarização da vida social, além de críticas aos sistemas de diminuição moral e exploração da “diferença”. Este incentivo demonstra se refletir em dinâmicas protagonizadas pelas pequenas, principalmente dentro/no espaço-tempo Ciranda. Ao passo que essas dinâmicas se expandem e se expressam para toda a Comunidade, a Ciranda assume um papel de manter certa brandura e calor nos trabalhos do MOB-PR. Enquanto escrevo isso me vem à cabeça a imagem de Marga sorrindo ao ver as crianças vivendo e brincando em união, na sede do movimento.

Esta brandura se multiplicou em diferentes corpos, dos pequeninos aos já mais envelhecidos. Entendo que este calor pode ser motivo de esperança para a Marga, que tanto já lutou na vida e nem sempre consegue visualizar dias melhores para si e seu território. Assim como pode o ser também para dona Maria, que recebe parte deste calor através de sua neta e neto, crianças que participam/participaram da Ciranda por alguns pares de anos. Uma “educação para a ciência do fogo” (neste caso brando e sensível) parece representar bem a Ciranda. Seguindo com a imagem do fogo em relação à Ciranda, a horizontalidade e ludicidade cumprem o papel de faísca e a sociabilidade construída ao longo das atividades, o papel de meio de propagação.

Mas esta educação para a sensibilidade também compreende ensinamentos sobre chamas brutas, aquelas que fazem o corpo arder em momentos de violência e perdas, em realidades onde a necropolítica e suas tecnologias de destruição marcam presença (MBEMBE, 2016). A educação para a sensibilidade e para a auto-organização aconteceu nos dias que seguiram à morte do jovem Eduardo Felipe, o Zé. Dias em que crianças e pessoas adultas se mobilizaram de diferentes maneiras para construir suas formas de protesto, de expressar indignação e de recusar as políticas de segurança pública vigentes. A dessensibilização que se instaura na medida em que mortes prematuras são naturalizadas encontra oposição na sensibilização, que vem também por meio das chamas brutas da revolta.

Então ora essa sabedoria do fogo ensina meios de nutri-lo e mantê-lo estável, para “juntar a família” - como disse Marga -, como um motor. Ora ensina formas estratégicas e reivindicativas de seu uso ou de sua contenção, para que as chamas não tomem conta de tudo. Meios de lidar com as adversidades, construídos de modo auto-referenciado, por exemplo pela criançada da Ciranda que em dias de luto e mobilizações aguerridas, conseguiram enfim construir o teatro de fantoche planejado dias antes. A análise de práticas como essas possibilitam a leitura de que as pessoas das periferias são realmente “*bricoleurs* do fim do mundo” (PORTO, 2018).

\*

A segunda contribuição importante dos trabalhos-luta é justamente com relação à memorialização comunitária, ao passo que esses trabalhos se somam na organização e sistematização dos saberes e vivências locais. Consequentemente também contribuem com formação da memória local, inclusive com uma educação política que usa a memória (de sua produção à sua presentificação) como ferramenta.

O trabalho de consolidar e manter memórias coletivas é elementar aos trabalhos-luta porque tanto a memória comunitária motiva o grupo, por exemplo através das boas lembranças, como também educa, a partir das lembranças de falhas estratégicas, erros e dores passadas. A educação para a memória acontece no próprio ato de sistematização dessas lembranças, por exemplo, durante as atividades da Ciranda nas quais se fizeram presentes a vida e morte de Cleia Margarida Salvador e Eduardo Felipe. Estabelecer relação com a memória comunitária oportuniza o enraizamento dos trabalhos junto a seu local de atuação, que como já foi dito, é um dos objetivos centrais destes trabalhos.

A memória, por sua vez, também faz parte da ciência do fogo, já que mantém as chamas acesas em sua insistência de “presentificar” o passado (MEIHY e HOLANDA, 2015). Passado necessário de ser aludido seja por ter gerado uma dor bruta que não deve ser esquecida ou por ter contribuído para a brandura dos trabalhos. A memória comunitária traz para agora aquilo que não deve ser esquecido, como as histórias de pessoas importantes que partiram cedo demais.

Quando ao fim de um ato funerário, no início de uma festa-ritual em memória do Zé, ouve-se que aquela rua passaria a se chamar Eduardo Felipe, cria-se um



marco para a memória comunitária. Eduardo Felipe, através da rua que leva seu nome, seria metaforicamente uma referência, uma indicação. Aquele pedaço de terra onde o jovem encontrou o fim de sua vida carregará enfim sua dor final, assim como também as piadas e risadas que já não existem mais em um plano real, atual e concreto. Sobre essas lembranças passam e passarão tantas vidas ainda, vidas que podem refletir sobre a história da vida na Comunidade Portelinha por conta desse marco, dessa rua que é a memória.

\*

A terceira e última contribuição que os trabalhos-luta podem oferecer aos movimentos e grupos populares é a de construir condições para a criação de momentos outros: espaços-tempo de fuga às tecnologias da destruição, aos espaços-tempo regido sob as normas de um sistema capitalista, individualista e pautado na competição. Estes trabalhos têm como premissa prática procurar brechas nas quais sejam possíveis possibilitar mais momentos de reflexão propositiva sobre tudo aquilo que a cidade corporativa, a lógica da necessidade e da mercadoria tocam - a vida de tantas pessoas, do momento em que acordam, direcionam-se ao trabalho e retornam para casa (para muitas vezes, outros tipos de trabalho) e voltam então a dormir.

Em algum momento desta rotina os trabalhos-luta procuram se inserir, ora com sucesso, ora não. Quando o fazem, se têm êxito, conseguem romper com aspectos das lógicas opressoras hegemônicas e produzem momentos onde novas possibilidades de vida - de aprender, de trabalhar ou de interagir com a comunidade - tornam-se mais viáveis, ou ao mínimo visualizáveis.

Em outras palavras, a grande contribuição é a premissa de fazer tais trabalhos demandarem momentos coletivos onde recusam-se as “regras externas” para então refletir sobre suas próprias vontades, histórias e condutas. Para, utilizando-se das tecnologias de sobrevivência, buscar a construção de novos modos de experimentar o real. Como canta Don L: “Pra induzir o sonho dentro de um pesadelo, entre um traçante e outro, dilatar o tempo e imaginar um mundo novo” (DON L, 2021).

\*\*\*

Enfim, ao fim desta jornada é possível perceber que neste longo caminho dos trabalhos-luta rumo ao que poderia chamar de soberania popular (em específico

no que tange à moradia, mas que não se limita a isso), há muito o que se explorar teórico e politicamente quanto às tecnologias de sobrevivência e quanto ao que venho chamando de “ciência do fogo”. Entendo como questões ainda pouco detalhadas por mim e pela jornada, por exemplo, as maneiras como essas três contribuições aqui colocadas, daquilo que os trabalhos de base e educação popular podem oferecer aos movimentos populares, relacionam-se com estas tecnologias e saberes do fogo.

Em outras palavras, parece haver muito ainda o que refletir sobre como as alternativas de enfrentamento às violências e à precarização da vida podem se alimentar do fogo brando e do fogo bruto e como estas são influenciadas e também influenciam (e criam) as tecnologias de sobrevivência. Os meandros, as questões mais ordinárias e cotidianas destas construções e reflexões parecem ainda “intocadas” por esta pesquisa.

Assim como para a busca por práticas rumo à soberania popular habitacional, o caminho para estas reflexões sobre como se relacionam os fogos, os meios de sobrevivência encontrados e a luta popular por moradia foi iniciado já há muito tempo. E para este caminho, o tempo já está dado. Obviamente o tempo sozinho nada gera. Cabe a nós somar a ele o nosso trabalho e dedicação, um trabalho preparado para lidar com os fogos da vida.

Como disse o militante zapatista Abraham (2013), não importa que o trabalho inicie “chiquito”, pequeno e aparentemente insignificante, pois para que o medo não domine, é melhor começar pouco a pouco do que não começar. Pelo caminho algumas falhas podem ser corrigidas. Por ora, importante mesmo é construir algo a partir da base, com os pés fincados no chão ainda que com a cabeça nas estrelas.

Figura 41 - Assim seguimos, com os pés no chão e a cabeça nas estrelas



Fonte: autora (2021)

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. Favela, informalidade urbana e mercado: a nova porta de entrada dos pobres nas grandes cidades brasileiras. *In: Cadernos IPPUR/UFRJ*. n. 1 ed. Rio de Janeiro. v. 23p. 53–82.

ABRAMO, Pedro. O mercado do solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades. *In: NATAL, Jorge Luiz Alves (org. .. (org.)). Território e Planejamento: 40 anos de PUR/UFRJ*. Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=exwxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA217&dq=abramo+pedro&ots=VWUkkBQrvr&sig=GMWApmTvObtx3-9\\_0i3GbVCyG0k#v=onepage&q=abramo+pedro&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=exwxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA217&dq=abramo+pedro&ots=VWUkkBQrvr&sig=GMWApmTvObtx3-9_0i3GbVCyG0k#v=onepage&q=abramo+pedro&f=false). Acesso em: 2 jan. 2022.

ANDRADE, Carlos Drummond De. **Antologia Poética**. 1a edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADL; BK; FUNKERO; MV BILL. **Favela Vive 2 (Cypher) – ADL, BK, Funkero e MV Bill (Prod. Índio) - YouTube**. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=XYvrwZmjXJY&ab\\_channel=Esfinge](https://www.youtube.com/watch?v=XYvrwZmjXJY&ab_channel=Esfinge). Acesso em: 21 fev. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Para ter uma arma em casa, o gasto mínimo é de R\$ 3,7 mil**. [s.d.]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/para-ter-uma-arma-casa-o-gasto-minimo-e-de-r-37-mil>. Acesso em: 27 jan. 2022.

APIB. **PRIMAVERA INDÍGENA: mobilização permanente pela vida e democracia** | APIB. [s.d.]. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/08/28/primavera-indigena-mobilizacao-permanente-pela-vida-e-democracia/>. Acesso em: 2 set. 2021.

BAKUNIN, Mikhail. **O conceito de liberdade**, 1975.

BALANÇO GERAL BR. **Moradores queimam pneus e fecham rua após morte de adolescente em suposto confronto - YouTube**. [s.d.]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SHB00qnofhE&ab\\_channel=BalançoGeralCuritiba](https://www.youtube.com/watch?v=SHB00qnofhE&ab_channel=BalançoGeralCuritiba). Acesso em: 29 jan. 2022.

BALTRASIUS, Nelson. O mercado imobiliário informal nas favelas de Guarulhos. [S. l.], p. 1–20, 2002.

BARRETO, João Paulo Lima. **Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento-prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro**. 2021. Manaus, 2021.

BAZZO, Walter Antonio; LINSINGEN, Irlan Von; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e sociedade). **Organização de**

**Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - Cadernos de Ibero-América**, [S. l.], p. 170, 2003. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:INTRODUÇÃO+OS+ESTUDOS+CTS#2>.

BETTO, Frei. **A mosca Azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e não-ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BOFF, Clodovis. Como Trabalhar Com o Povo. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://servicioskoinonia.org/biblioteca/pastoral/BoffClodovComoTrabalharPovo.pdf>  
Acesso em: 27 out. 2021.

BOOKCHIN, Murray. **The Limits of the City**. Nova York: Harper & Row, 1973. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-the-limits-of-the-city>.

BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo, crítica e autocrítica**. São Paulo: Hedra, 2010.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2a edição ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/19988#.YMPBYigP4Ec.men>  
deley. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL DE FATO. **Jovem é morto com mais de 15 tiros durante operação | Direitos Humanos**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/08/jovem-e-morto-com-mais-de-15-tiros-durante-operacao-policial-em-curitiba-pr>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel; SÉRGIO DE LIMA, Renato. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. [S. l.], 2013.

CIDINHO & DOCA. **Rap da Felicidade**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7pD8k2zaLqk>. Acesso em: 6 fev. 2022.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 26, p. 443–464, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 19–36, 2020. DOI: 10.25091/S01013300202000010005. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2021.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**, [S. l.], v. 1978, n. 1800, p. 23–35, 1978.

DE MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: DE MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães; DE CASTRO, Paula Almeida (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49–83.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2010.

DON L. **Volta da vitória Roteiro Pra Aïnouz**, 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yFx76ROAeLM&ab\\_channel=DonLMusic](https://www.youtube.com/watch?v=yFx76ROAeLM&ab_channel=DonLMusic). Acesso em: 21 fev. 2022.

DOS SANTOS, Juliana Silva. **O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DOXUM, Bia; O, Bê. **Máquina Que Gira**. [s.d.]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5ojiLL4jA-0&ab\\_channel=BIADOXUM](https://www.youtube.com/watch?v=5ojiLL4jA-0&ab_channel=BIADOXUM). Acesso em: 2 mar. 2022.

ESPÓSITO, Alexandre; JUSTO, José Sterza. Etnografia e deriva: possibilidades na pesquisa. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 91–102, 2017.

ESTEBAN, Maria Teresa. EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIO À DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA. **Cad. Cedes, Campinas**, [S. l.], v. 27, n. 71, p. 9–17, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/nfzYTnD5HPLQLsrvk3zCk4G/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 fev. 2022.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto Felício. **Por Terra e Território**. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

FREIRE, Paulo. **Como trabalhar com o povo**. 19---. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/1533>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4a edição ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. Estado e Educação Popular - Desafios de uma Política Nacional. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/4336>. Acesso em: 24 fev. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 18 ed. ed. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GALLO, Silvio. Pedagogia Libertária: Princípios político-filosóficos. In: PEY, Maria Oly (org.). **Educação Libertária: textos de um seminário**. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1996. p. 1–7.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. edi. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Rafael; GRILLO, Carolina Christoph; TONCHE, Juliana; MALLART, Fábio; RAMACHIOTTI, Bruna; DE BRAUD, Paula Pagliari. Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de “resistência seguida de morte” na cidade de São Paulo. <http://journals.openedition.org/revestudsoc>, [S. l.], v. 2020, n. 73, p. 58–72, 2020. DOI: 10.7440/RES73.2020.05. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/48112>. Acesso em: 29 jan. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. [s.l.] : Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>.

IPEA/FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v-6-bx.pdf>.

JAPIASSU, Hilton. As máscaras da Ciência. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 6, n. 1, 1977. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/93>. Acesso em: 19 jan. 2021.

JUSTIFICANDO. **Kit flagrante de PMs são legitimados pelo nosso sistema de justiça**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/02/03/kit-flagrante-de-pms-sao-legitimados-pelo-no-sso-sistema-de-justica/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

KRAMER, Sonia. **Hilton Ferreira Japiassu (1934-2015)**. 2021. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/perfil/saudade/hilton-ferreira-japiassu-1934-2015>.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A cidade, de perto e de dentro (Aula 1 - Curso de Extensão FFLCH-USP)**. 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Yx93G4MJBwA&list=PLy0ldlptYwJYwaalB1hqFu9ulnelle6d6&ab\\_channel=LabNAU-USP](https://www.youtube.com/watch?v=Yx93G4MJBwA&list=PLy0ldlptYwJYwaalB1hqFu9ulnelle6d6&ab_channel=LabNAU-USP). Acesso em: 15 jan. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 11–29, 2002. DOI: 10.1590/s0102-69092002000200002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 jan. 2021.

MALATESTA, Errico. **Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios**. 1 ed. Buenos Aires: Tupac Ediciones, 2007.

MALATESTA, Errico. Escritos revolucionários. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/12/Escritos-Revolucionarios-Errico-Malatesta.pdf>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, [S. l.], v. 2, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 21 set. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2a edição ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.pdf**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIRINHO, BRUNO CESAR DECHAMPS; ROCHA, LÍBINA DA SILVA; AULER, Mariana Marques. Regularização fundiária: política pública ou negócio? Como Curitiba propõe a regularização de assentamentos autoconstruídos. In: **O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba**. Curitiba: Terra de Direitos, 2015. p. 102–107. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2015/11/site-O-mito-do-planejamento-urbano-democratico.pdf>.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 23–73. Disponível em: [www.almedina.net](http://www.almedina.net). Acesso em: 2 dez. 2021.

MOB. **Quem somos | Movimento de Organização de Base (MOB)**. 2013. Disponível em: <https://organizaodebase.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 9 set. 2021.

MOB-PR. Comunidade da Portelinha avança rumo à regularização - Repórter Popular - O Povo Tem Voz. **Repórter Popular**, [S. l.], 2019. Disponível em:



<http://reporterpopular.com.br/comunidade-da-portelinha-avanca-na-regularizacao/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal (org.). **Educação Libertária no Brasil - Acervo João Penteadó: Inventário de Fontes**. São Paulo: Edusp, Fap - Unifesp, 2013.

MOREL, Ana Paula Massadar. Caminhar Perguntando: a Educação Autônoma Zapatista. **RevistAleph**, [S. l.], n. 31, p. 487–508, 2018a. DOI: 10.22409/revistaleph.v0i31.39282.

MOREL, Ana Paula Massadar. Terra, autonomia e ch'ulel : aprendizados na educação zapatista. 2018b. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NASSAR, Raduan. **Lavoura Arcaica**. 3 ed. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ORIONITAS. **Orionitas | Santa Quitéria, Curitiba**. 2011. Disponível em: [https://orionitas.com.br/destaques\\_orionitas\\_\\_santa\\_quiteria/](https://orionitas.com.br/destaques_orionitas__santa_quiteria/). Acesso em: 24 ago. 2021.

PARANÁ, Poder Judiciário do Estado Do. **Processo 0012467-46.2007.8.16.0001**. Curitiba. 2007.

PARANÁ, Promotoria de Justiça das Comunidades-Ministério Público Do. **Audiência Pública Fazendinha - Portão - 27/04/2015. P.A. n. MPPR-0046.13.003851-9**. 2015. Curitiba.

PEIRANO, Mariza G. S. Um ponto de vista. In: PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte; VILLAS BÔAS, Glaucia (org.). **Ciências Sociais: Ensino e Pesquisa na Graduação**. Rio de Janeiro: J. C. Editora, 1995. p. 135–146.

PELLETIER, Philippe. **A grande cidade entre barbárie e civilização em Élisée Reclus**. In: RECLUS, Élisée; COELHO, Plínio Augusto (organização e tradução) (org.). *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas e outros escritos*. São Paulo: Intermezzo; Edusp, 2015.

PELOSO, Ranulfo. Método de Trabalho de Base e Organização Popular. In: **Caderno de Formação n. 38: Método de trabalho de base e organização popular**. [s.l.] : Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009. Disponível em:

<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-38-metodo-de-trabalho-de-bas-e-e-organizacao-popular/>

PORTO, Renan Nery. **Bricoleurs do fim do mundo – Pensamento bricoleur e práticas de criação de sentido**. [S. l.], p. 243–257, 2018.

PRIMEIRO IMPACTO PR. **Menor de 17 anos morre em suposto confronto com a polícia - Primeiro Impacto PR - (08/11/21)**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5XDUzf8qhUw>. Acesso em: 29 jan. 2022.

RECLUS, Élisée. **Anarquia pela Educação**. São Paulo: Hedra, 2016.

RECLUS, Élisée. A origem da família, do Estado e da propriedade. *In*: DE ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Florestan (org.). **Élisée Reclus - Coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1985a. v. 17. p. 61–108. DOI: 10.3406/spgeo.1988.2730.

RECLUS, Élisée. O problema urbano. *In*: DE ANDRADE, Manuel Correia; FERNANDES, Florestan (org.). **Élisée Reclus - Coleção grandes cientistas sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1985b. v. 17. p. 143-195. DOI: 10.3406/spgeo.1988.2730.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Mandar obdecendo: as Lições Políticas do Neozapatismo Mexicano**. São Paulo: Entremares, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; MENESES, Maria Paula (org. .. (org.)). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009. p. 23–73. Disponível em: [www.almedina.net](http://www.almedina.net). Acesso em: 2 dez. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. I: Para um

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: Alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 11–41, 2006. DOI: 10.1590/S0103-65642006000200002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642006000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 abr. 2021.

SOARES, Natália Fernandes; SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÁS, Catarina. Investigação Da Infância E Crianças Como Investigadoras: Metodologias Participativas Dos Mundos Sociais Das Crianças. **Nuances: estudos sobre Educação**, [S. l.], v. 12, n. 13, p. 50–64, 2005.

STABILE, Arthur; SALVADORI, Fausto. **Corregedoria descobre combo de “kits flagrantes” e prende 11 PMs - Ponte Jornalismo**. Ponte Jornalismo, [S. l.], 2018. Disponível em:

<https://ponte.org/corregedoria-descobre-combo-de-kits-flagrantes-e-prende-11-pms/>  
Acesso em: 29 jan. 2022.

TEIA DOS POVOS. **Sobre**. 2022. Disponível em: <https://teiadospovos.org/sobre/>.  
Acesso em: 28 fev. 2022.

TETO. **Relatório ECO1709 | Comunidade Portelinha | TETO Paraná by TETO Paraná - Issuu**. 2017. Disponível em: [https://issuu.com/tetopr/docs/relatorio\\_socioecon\\_mico\\_eco1709\\_-\\_portelinha](https://issuu.com/tetopr/docs/relatorio_socioecon_mico_eco1709_-_portelinha).  
Acesso em: 7 jan. 2022.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 2a edição ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21\\_final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21_final.pdf). Acesso em: 24 fev. 2022.

VAZ, Sérgio. **NOVOS DIAS**. Direção: Sérgio Vaz. [s.l.] : Youtube, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=oEr3U3hkLR0&ab\\_channel=PoetaSergioVaz](https://www.youtube.com/watch?v=oEr3U3hkLR0&ab_channel=PoetaSergioVaz). Acesso em: 9 set. 2021.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica - Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 36–46.

VIANNA, Adriana; FACUNDO, Ângela. Tempos e deslocamentos na busca por justiça entre “moradores de favelas” e “refugiados”. **Ciência e Cultura**, [S. l.], v. 67, n. 2, p. 46–50, 2015. DOI: 10.21800/2317-66602015000200014. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252015000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=es](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=es). Acesso em: 29 jan. 2022.

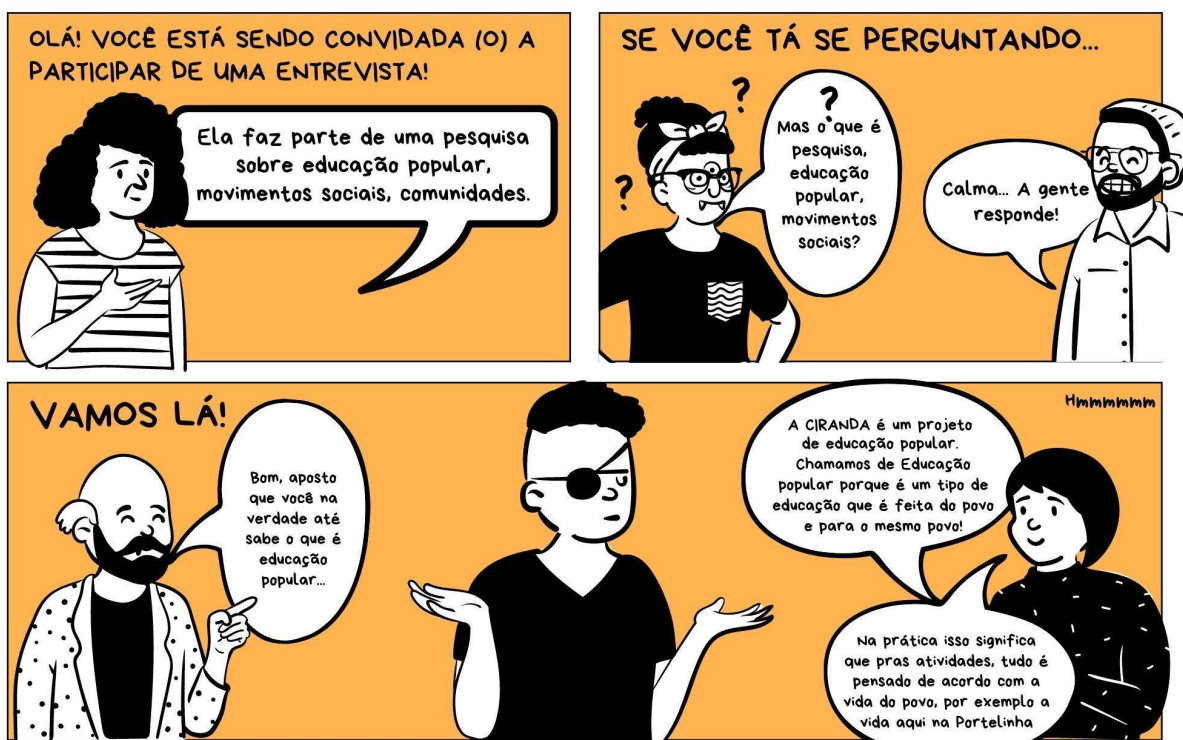
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Psicanálise**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 15–26, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X201000040002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X201000040002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 22 ago. 2021.

APÊNDICES  
APÊNDICE A - TALE HQ - ENTREVISTA

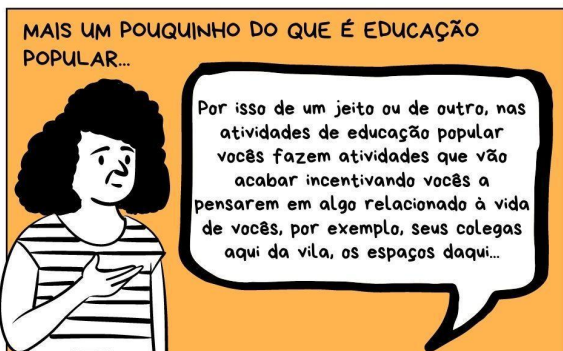
## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA

\*\*\* ASSENTIMENTO SIGNIFICA ESTAR DE ACORDO\*\*\*

ASSINAR UM DOCUMENTO DE ASSENTIMENTO SIGNIFICA DEMONSTRAR QUE ESTÁ DE ACORDO COM O QUE ESTÁ ESCRITO NO DOCUMENTO, POR ISSO É PRECISO ENTENDER BEM, E NÃO ENTENDER É SÓ PERGUNTAR...



## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA



## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA



## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA



## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA





## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA



## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) - ENTREVISTA

Se depois de ler (e entender) tudo isso, você topa participar, você tem o direito de receber o resultado dessa pesquisa, quando ela for finalizada. Se quiser receber a pesquisa, marque aqui:

Quero receber os resultados

email: \_\_\_\_\_

**OBRIGADA!**

♥

EPA! Mas agora eu percebi que a gente nem se apresentou!!  
Eu me chamo Lucia, e você, qual é seu nome?

oi!!!  
Eu me chamo...  
\_\_\_\_\_

Você aceita participar dessa pesquisa, e aceita que a Anita use as informações que você der na pesquisa e confirma que explicaram a atividade direitinho pra você e que responderam suas dúvidas?

sim     não

## TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) AUTORIZAÇÃO DE RESPONSÁVEL

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da participação de meu filho (a), direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos, benefícios, ressarcimento e indenização relacionados a este estudo.

Por isso, após reflexão de tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, autorizar a participação de meu filho (a) neste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham gravação de voz e som dele(a) para fins de pesquisa científica/educacional.

As gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores desse estudo e sob sua guarda.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à meu filho (a) possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, ele (a) não deve ser identificado (a) por nome ou qualquer outra forma. Estou ciente que meu filho (a) pode deixar de participar do projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo

Nome completo:

RG:

Data de Nascimento:

Telefone:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Assinatura:

-----

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

## APÊNDICE B - MODELO DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA GRUPO I:

**Tipo entrevista: Roteiro semi-estruturado.** Deixar fluir as possibilidades de livres associações entre a resposta dada e o objetivo da pesquisa. Incitar o diálogo.

**Critério de inclusão:** Crianças/adolescentes entre 4 e 17 anos, que participam ou já tenham participado ativamente da Ciranda. **Não há critério de exclusão.**

**Duração máxima:** 30 minutos ou até a criança/adolescente manifestar que deseja encerrar a participação.

### Perguntas

- I) Faz tempo que você participa da Ciranda e vem aqui na sede do MOB?
- II) O que você mais gosta da Ciranda?
- III) Lembra de alguma atividade legal que a gente tenha feito na Ciranda?
- IV) E qual atividade não gostou?
- V) Como você acha que a Ciranda podia acontecer em outros lugares?
- VI) Você toparia ser uma educadora/educador na Ciranda?
- VII) Sabia que a Ciranda faz parte do MOB?
- VIII) O que você acha que o MOB faz, além da Ciranda?
- IX) Você gosta de morar aqui na Portelinha? Por quê?

**Brincadeira “bate e volta”** (responder com uma só palavra)

**Portelinha:**

**Escola:**

**Desenhar:**

**MOB:**

**Casa:**

**Brincar:**

**Ciranda:**

## APÊNDICE C - MODELO DE ROTEIRO PARA ENTREVISTA GRUPO II:

**Tipo: Semi-estruturada e individual.** Buscar deixar fluir as possibilidades de livres associações entre a resposta dada e o objetivo da pesquisa. Incitar o diálogo.

**Critério de inclusão:** Pessoas adultas moradoras da Comunidade Portelinha e militantes do MOB-PR. **Não há critério de exclusão.**

**Duração máxima:** 30/40 minutos.

### Perguntas

- I) Desde quando mora na Portelinha?
- II) Como foi quando você se mudou pra cá? Como soube da ocupação?
- III) O que mudou na vida da Comunidade desde aquele tempo?
- IV) Você lembra quando e como foi que surgiu a Associação de Moradores daqui?
- V) Sobre as reuniões da Associação: qual era a frequência? Quantas pessoas participavam? O que discutiam nelas?
- VI) Quando soube da existência e quando se aproximou do MOB? Como foi? O que te fez querer fazer parte do MOB?
- VII) É isso que te faz continuar até hoje no MOB?